IHU ON-LINE
Revista do Instituto Humanitas Unisinos
Nº 478 | Ano XV
30/11/2015
ISSN 1981-8769 (impresso)
ISSN 1981-8793 (online)

JESUÍTAS BRASIL

Genocídio dos povos Indígenas

Elena Guimarães: ***Máquina de exterminar indígenas***

Oiara Bonilla: ***"Nós existimos!", gritam os povos indígenas. A luta pela terra e pela autodeterminação***

Thais Santi: ***Belo Monte. Atualização do processo de destruição dos povos indígenas***

Noeli Rossatto: A reformulação da relação entre a vida e a regra Franciscana

Clemir Fernandes: O divino que traz humanização

Bruno Lima Rocha: Mauricio Macri, um novo presidente para um velho neoliberalismo

Editorial

O genocídio dos povos indígenas. A luta contra a invisibilidade, a indiferença e o aniquilamento

Em pleno século XXI, mais do que nunca o genocídio dos povos indígenas está em curso. A revista **IHU On-Line** desta semana, ecoando as informações, entrevistas e reportagens publicadas cotidianamente na página eletrônica do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**, que reportam a sistemática dizimação dos povos indígenas, especialmente mais intensa no tempo presente, debate o tema com militantes da causa indígena, pesquisadores e pesquisadoras do País e também do exterior.

Elena Guimarães, do Núcleo de Biblioteca e Arquivo do Museu do Índio/ Fundação Nacional do Índio – Funai, analisa a maneira pela qual a racionalidade ocidental se transformou em um dispositivo de extermínio físico e cultural dos indígenas.

Lucia Helena Rangel, do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, observa que a falta de respeito com povos originários cultivada historicamente no Brasil culmina na solidificação de uma classe política inábil para tratar do indígena.

Oiara Bonilla, professora de Etnologia indígena no Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, entende que a política indigenista brasileira é inábil não só por se apoiar no modelo desenvolvimentista, mas também por tomar essa como uma única forma política e econômica para manter um país.

O antropólogo e professor da Universidade Federal de Mato Grosso **Aloir Pacini** analisa a atuação do Estado Democrático de Direito brasileiro e assevera que o poder de Estado sempre esteve na mão do interesse privado e sua fúria desenvolvimentista.

Egon Heck, do secretariado nacional do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, discute a relação entre o índio e o não índio, estabelecida desde o começo como expropriação, destituindo diferentes concepções de mundo. Tal relação, segundo ele, é hoje atualizada no genocídio.

O coordenador do Conselho Indigenista Missionário – Cimi-Sul, **Roberto Liebgot**, também aborda o caráter histórico. Observa os processos de violação dos direitos dos índios, dizimação da cultura indígena e sua relação com a realidade de hoje no sul do Brasil.

Egydio Schwade, veterano militante da causa indígena, atesta que nunca houve um interesse efetivo em incluir os povos indígenas na construção das leis que regem o país.

Raphaela Lopes, advogada que atua na organização Justiça Global, analisa que o Estado brasileiro tem condições de cessar o genocídio. Entretanto, opta por uma política que trucida povos originários.

A procuradora federal **Thais Santi** analisa a questão indígena desde a perspectiva da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Para ela, a obra é a atualização do processo colonialista de destruição de povos e formas de vida locais.

Para o pesquisador e antropólogo argentino **Guillermo Wilde**, toda a questão se resume a um ponto: o desconhecimento sobre as lógicas indígenas. Ele reflete sobre os desafios de se conhecer e aceitar outras formas de vida.

O indigenista **Sydney Possuelo** também segue a mesma linha. Para ele, o genocídio de hoje tem origem na não aceitação de outras formas de vida e sua relação com a terra.

O inglês **Chris Chapman**, pesquisador da área dos direitos das populações indígenas da Anistia Internacional, afirma que o Brasil e todos os sistemas políticos do mundo sempre agiram de forma conflituosa com os povos originários.

Também podem ser lidas as entrevistas com **Noeli Rossatto**, coordenador e professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, e com **Clemir Fernandes**, pesquisador do Instituto de Estudos da Religião – ISER.

Noeli Rossatto analisa a obra de a obra de Joaquim de Fiori, mais precisamente a relação do franciscanismo com o joaquimismo, ou seja, da reformulação da relação entre a vida e a regra franciscana. Clemir Fernandes discorre sobre a assistência religiosa nos presídios brasileiros.

Por fim, **Diego Pautasso**, professor de relações internacionais da Unisinos, reflete sobre a realidade chinesa do fim da política do filho único e seus novos desafios para o desenvolvimento e **Bruno Lima Rocha**, cientista político, analisa as recentes eleições presidenciais na Argentina.

A todas e a todos uma boa leitura e uma ótima semana!

Foto da Capa: Laila Menezes, Cimi

IHU ON-LINE

A **IHU On-Line** é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da **IHU On-Line** é *copyleft*.

Diretor de Redação
Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br)

Jornalistas
João Vitor Santos - MTB 13.051/RS (joaovs@unisinos.br)
Leslie Chaves – MTB 12.415/RS (leslies@unisinos.br)
Márcia Junges - MTB 9.447/RS (mjunges@unisinos.br)
Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS (prfachin@unisinos.br)
Ricardo Machado - MTB 15.598/RS (ricardom@unisinos.br)

Revisão
Carla Bigliardi

Projeto Gráfico
Ricardo Machado

Editoração
Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do sítio
Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Fernanda Forner, Matheus Freitas e Nahiene Machado.

Colaboração
Jonas Jorge da Silva, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, de Curitiba-PR.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Av. Unisinos, 950
São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128
e-mail: humanitas@unisinos.br
Diretor: Inácio Neutzling
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br)

Sumário

Destaques da Semana

6 **Destaques On-Line**

8 **Linha do Tempo**

10 **Teologia Pública - Noeli Rossatto:** A reformulação da relação entre a vida e a regra franciscana

16 **Eventos IHU - Fernanda Frizzo Bragato:** Genocídio Guarani Kaiowá: uma guerra de dois mundos

18 **Reportagem -** As contribuições do Concílio Vaticano II para as novas gerações

Tema de Capa

22 **Elena Guimarães:** Máquina de exterminar indígenas

33 **Lucia Helena Rangel:** Inabilidade política e direitos que não se efetivam

38 **Oiara Bonilla:** "Nós existimos!", gritam os povos indígenas. A luta pela terra e pela autodeterminação

44 **Aloir Pacini:** Quando a prioridade é só o desenvolvimentismo

54 **Egon Heck:** A barbárie secular e a cegueira atual

61 **Roberto Liebgot:** O pacto de morte contra os índios e contra o Bem-viver

69 **Egydio Schwade:** A ambígua e ineficiente política indigenista brasileira

75 **Raphaela Lopes:** Quando o Estado nega o índio

78 **Thais Santi:** Belo Monte. Atualização do processo de destruição dos povos indígenas

83 **Guillermo Wilde:** Bem-viver indígena, muito além do welfare state

89 **Sydney Ferreira Possuelo:** A recusa do outro

94 **Chris Chapman:** O fracasso do governo em escutar, respeitar a identidade e reconhecer a autonomia indígena

IHU em Revista

100 **Agenda de Eventos**

101 **Entrevista - Clemir Fernandes:** A experiência com o divino que traz humanização

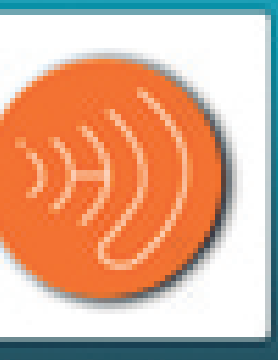
104 **Entrevista - Bruno Lima Rocha:** Mauricio Macri, um novo presidente para um velho neoliberalismo

108 **#Crítica Internacional – Curso de RI da Unisinos:** A China e o fim da política do filho único: os novos desafios do desenvolvimento

110 **Publicações**

115 **Retrovisor**

facebook



Instituto Humanitas Unisinos

Mídia/notícias/publicidade

ihu.unisinos.br

IHU ON-LINE

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNISINOS

Destaques da Semana

Destaques On-Line

Entrevistas publicadas entre os dias 23-11-2015 e 27-11-2015 no sítio do IHU

Assustador retrocesso ambiental. Governo mineiro aprova nova legislação que favorece Vale

Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Entrevista com Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, pedagoga, educadora ambiental e membro do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela.

Publicada em 27-11-2015

Disponível em http://bit.ly/1IedFfW

"Quando aconteceu a tragédia de Mariana, nós pensamos que o governador retiraria o caráter de urgência do PL, porque não faz o menor sentido priorizar um PL de interesse econômico depois de uma tragédia desse porte. Neste momento há outras ações a serem tomadas em caráter de urgência, como reavaliar as mais de 50 barragens que estão em risco. Mas fomos surpreendidos". A declaração é de Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, que acompanhou o processo de tramitação e aprovação do PL nº 2.946/2015 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na tarde da última quarta-feira, 25-11-2015. O PL nº 2.946/2015, de autoria do governador Pimentel, propõe alterar o sistema estadual de meio ambiente, mas de acordo com Maria Teresa, ele "altera em muito também diversos aspectos da política ambiental de Minas Gerais".

"O cidadão de Governador Valadares quer resposta para uma pergunta simples: Eu posso ou não beber a água que está saindo da minha torneira?"

Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Entrevista com Ricardo Motta Pinto Coelho, graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, mestre em Ecologia pela Universidade de Brasília e doutor em Limnologia pela Universität Konstanz, Alemanha. Atualmente é professor associado junto ao Departamento de Biologia Geral da UFMG.

Publicada em 25-11-2015

Disponível em http://bit.ly/1Hsb2Hy

"O que percebemos não só em relação à mineração, mas quando olhamos para as barragens em Minas Gerais de modo geral, é que há uma série de lacunas em termos de gestão e de fiscalização, porque existe uma pulverização de atribuições entre União, estados e municípios; falta governança no sentido mais absoluto da palavra", diz Ricardo Motta Pinto Coelho, que há trinta anos acompanha a situação das barragens de rejeitos como a da Samarco, que rompeu recentemente. Coelho pontua que é necessário "aumentar dramaticamente a sustentabilidade desses reservatórios, porque eles não podem ser encarados como uma bacia em que se jogam rejeitos de minérios". O biólogo teve acesso ao licenciamento ambiental da Samarco e afirma que é visível a "ausência de um protocolo que fosse bem claro no que diz respeito ao colapso do sistema".

SUS: “Brasil nunca investiu para viabilizar plenamente o acesso à saúde”

Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Entrevista com Gerson Salvador de Oliveira, graduado em Medicina pela Universidade de São Paulo – USP, especialista em Infectologia pela mesma universidade, onde também é médico assistente da Divisão de Clínica Médica do Hospital Universitário e infectologista do Instituto de Medicina Física e Reabilitação do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. E Pedro Carneiro, graduado em Medicina pela Universidade de São Paulo e mestre em Saúde na Comunidade pela USP.

Publicada em 24-11-2015

Disponível em http://bit.ly/1XkL0gl

“O setor privado conta com quase 60% do que é gasto anualmente em saúde para dar conta da assistência de cerca de 25% da população, enquanto o pouco mais de 40% de recursos restantes deve dar conta da assistência dos demais 3/4 em situações ordinárias, além de atender os que têm planos de saúde em tratamentos que os planos se isentam de cobrir”, dizem Gerson Salvador de Oliveira e Pedro Carneiro à IHU On-Line, na entrevista concedida por e-mail. Segundo os médicos, o estímulo do Estado brasileiro ao setor privado de saúde ocorre desde meados da década de 1960, via incentivos fiscais. “Parte deste incentivo se deu com objetivo de utilizar os serviços de uma rede já instalada, mas sua intensificação tem a ver com o financiamento de campanhas para os legislativos e executivos”, afirmam.

Tragédia de Mariana: “Desdobramentos são atacados somente à medida que aparecem”

Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Entrevista com David Zee, graduado em Engenharia Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestre em Oceanografia pela Universidade da Flórida e doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Publicada em 23-11-2015

Disponível em http://bit.ly/1llaZTh

As perguntas importantes envolvendo o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, e para as quais ainda não se tem respostas, são: “Por que a barragem rompeu? Foi por uma causa natural? Foi um erro de cálculo estrutural da barragem? Foi por causa de um tremor de terra? Ou foi pela falta de segurança do projeto da barragem? Temos de saber o que aconteceu para evitar futuros problemas ambientais”, afirma David Zee, em entrevista concedida à IHU On-Line por telefone. Segundo ele, por enquanto apenas é possível perceber que “a empresa não tinha procedimentos de contingência no caso de haver um acidente. Esse é o grande problema, porque não houve nenhum preparo para atender a situação emergencial”.

O presente texto aborda a situação dos senegaleses que vivem na cidade de Erechim/RS, feitos migrantes em função do trabalho.

As adversidades experimentadas no país de origem, na viagem e no novo meio social misturam-se à esperança de uma vida melhor.

Linha do Tempo

A IHU On-Line apresenta seis notícias publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, entre os dias 23-11-2015 e 27-11-2015, relacionadas a assuntos que tiveram repercussão ao longo da semana

Juiz acusa Samarco de esconder dinheiro para evitar bloqueio

O juiz da comarca de Mariana, Frederico Esteves Duarte Gonçalves, acusa a Samarco de esconder dinheiro para evitar o cumprimento de decisão judicial que prevê o bloqueio de R$ 300 milhões em recursos da empresa para pagamento de danos pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Bento Rodrigues, no dia 5. Já a mineradora alega que o bloqueio é prejudicial à reparação dos danos.

A reportagem é de Leonardo Augusto, publicada por O Estado de Minas, em 26-11-2015.

Em decisão tomada nesta quinta-feira, 26-11-2015, sobre recurso impetrado para evitar o bloqueio, o juiz afirma que a Samarco "sumiu" com o dinheiro e vem "adotando estratégia jurídica indigna e deliberada de, como se fosse o botequim da esquina, não cumprir o mandamento judicial".

Leia mais em http://bit.ly/1PfwWQS

Amazônia tem cada vez mais dificuldade em regular o clima, diz Le Monde

Às vésperas da COP21, a grande conferência do clima que ocorrerá em Paris a partir da próxima segunda-feira (30), o jornal francês Le Monde que chegou às bancas na tarde desta quarta (25) faz um balanço do desmatamento na Amazônia. Segundo o jornal, a floresta tem cada vez mais dificuldade em executar o seu papel de regulador do clima mundial.

A reportagem foi publicada por Amazônia, em 26-11-2015.

No título da reportagem de página inteira – ocupada na maior parte por um grande infográfico – o vespertino francês diz que o recuo da Amazônia representa um motor do aquecimento global. O jornal destaca o fato de que, nos últimos 40 anos, 763 mil km quadrados de floresta foram destruídos – o equivalente a 184 milhões de campos de futebol ou "duas vezes o território da Alemanha".

Leia mais em http://bit.ly/1OuRgKK

#MeuAmigoSecreto, nova investida feminina contra o machismo velado

Mais uma campanha em prol da integridade feminina foi lançada nos últimos dias nas redes sociais, aproveitando o engajamento esperado na última quarta-feira, 25 de novembro – dia de luta mundial contra a violência contra as mulheres e de novos protestos no Brasil contra o projeto de lei que dificulta o acesso à pílula do dia seguinte em postos públicos. Com a hashtag #MeuAmigoSecreto, as mulheres querem agora denunciar o comportamento incoerente de pessoas de sua convivência – aquelas que não se julgam machistas ou preconceituosas, mas são.

A reportagem é de Camila Moraes, publicada por El País, em 25-11-2015.

A primeira grande iniciativa do gênero foi a campanha #MeuPrimeiroAssédio, que se tornou viral no fim de outubro, quando milhares de pessoas se mobilizaram nas redes para contar suas histórias de abuso na infância e na adolescência.

Leia mais em http://bit.ly/1Rayc7o

ONU critica Brasil, Vale e BHP por resposta 'inaceitável' a desastre de Mariana

Imagem aérea mostra a lama jorrada pelo rio Doce invadindo o mar em Regência, na costa do Espírito Santo, três semanas após barragens romperem em Mariana – MG.

A reportagem foi publicada por BBC Brasil, em 25-11-2015.

A ONU (Organização das Nações Unidas) criticou duramente o governo brasileiro, a Vale e a mineradora anglo-australiana BHP pelo que considerou uma resposta "inaceitável" à tragédia de Mariana (MG). E em comunicado divulgado na última quarta-feira, 25-11-2015, e que traz falas do relator especial para assuntos de Direitos Humanos e Meio Ambiente, John Knox, e do relator para Direitos Humanos e Substâncias Tóxicas, Baskut Tuncak, a ONU criticou a demora de três semanas para a divulgação de informações sobre os riscos gerados pelos bilhões de litros de lama vazados no Rio Doce pelo rompimento da barragem, no último dia 5.

Leia mais em http://bit.ly/1QAc9V1

"A violência e o terrorismo se alimentam com o desespero da pobreza", diz Papa Francisco no Quênia

"A experiência demonstra que a violência, os conflitos e o terrorismo que se alimenta do medo, da desconfiança e do desespero nascem da pobreza e da frustração". As palavras foram ditas pelo Papa Francisco em seu primeiro discurso no Quênia, na presença do presidente Uhuru Kenyatta e das autoridades do país, reunidas no jardim da State House de Nairóbi, debaixo de uma grande tenda montada para a ocasião.

A reportagem é de Andrea Tornielli e publicada por Vatican Insider, em 25-11-2015. "A luta contra estes inimigos da paz e da prosperidade – acrescentou o Papa Bergoglio – deve ser travada por homens e mulheres que, sem medo, acreditam e dão testemunho dos grandes valores espirituais e políticos que inspiraram o nascimento da nação". Francisco, que pronunciou seu discurso em inglês, recordou que o Quênia foi "abençoado" não apenas com uma "imensa beleza, em suas montanhas, em seus rios e lagos, em suas florestas, savanas e semi-desertos, mas também com a abundância de recursos naturais".

Leia mais http://bit.ly/1RazDTd

O caso de Dom Negri e as oposições ao Papa Francisco. Artigo de Massimo Faggioli

Uma das tantas contribuições do "efeito Francisco" é a descompaginação dos alinhamentos ideológicos dentro da Igreja e das suas divisões. O arcebispo de Ferrara é um daqueles bispos para os quais o catolicismo deve ser compreendido, anunciado e aplicado em termos ideológicos.

A opinião é do historiador italiano Massimo Faggioli, professor de história do cristianismo e diretor do Institute for Catholicism and Citizenship, na University of St. Thomas, nos EUA. O artigo foi publicado por L'HuffingtonPost, 26-11-2015. A tradução é de Moisés Sbardelotto.

Veja um trecho do texto.

Em cada país, há bispos que representam uma clara oposição ao Papa Francisco. Na Itália, o caso de Dom Luigi Negri, arcebispo de Ferrara-Comacchio desde dezembro de 2012 (depois de sete anos de episcopado em San Marino), já era conhecido dos adeptos aos trabalhos e especialmente aos cidadãos e diocesanos de Ferrara (entre os quais se encontra este que escreve, embora residente nos EUA desde 2008).

Leia mais em http://bit.ly/1lpvnTv

Outras notícias sobre o tema em http://bit.ly/1l1OH9M e http://bit.ly/1TfUd2V

TEOLOGIA PÚBLICA

A reformulação da relação entre a vida e a regra franciscana

Noeli Rossatto analisa a obra de Joaquim de Fiori, mais precisamente a relação do franciscanismo com o joaquimismo

Por Márcia Junges e Leslie Chaves

As reflexões filosóficas do abade italiano Joaquim de Fiore, que viveu na segunda metade do século XII, permanecem presentes até hoje. Conforme aponta o filósofo Noeli Dutra Rossatto em entrevista por e-mail à **IHU On-Line,** o religioso construiu o sistema hermenêutico de maior influência na história medieval, dotado de um instigante núcleo profético e apocalíptico.

Marcadas por questionar as concepções religiosas e éticas vigentes na época, as ideias de Fiore reafirmam o modo de vida monástico, em oposição à escolástica. Tal posicionamento foi um dos fundamentos das concepções da ordem franciscana, considerada por seus integrantes como a consolidação de uma das profecias do abade. "A interpretação joaquimita da história indicava o fim do segundo estado, protagonizado pelo clero e a Igreja de Cristo, na quadragésima segunda geração a contar de Jesus homem, ou seja, nas gerações que terminam em 1260. Este mesmo ano marcaria o período de frutificação da nova ordem monástica, que seria conduzida pelos homens espirituais do terceiro estado. Muitos franciscanos vão logo associar os prognósticos joaquimitas a Francisco de Assis", explica o filósofo.

Ao longo da entrevista, Rossatto faz um resgate das contribuições mais importantes de Joaquim Fiore e do caráter heterodoxo e reformista de sua obra, que, segundo o filósofo, tem uma relevante contribuição na formação histórica e cultural brasileira. "À primeira vista, Joaquim de Fiore é um autor desconhecido e bastante distante de nosso imaginário. No entanto, um pequeno retrocesso histórico nos mostrará o contrário. Não só a narrativa fundadora do Brasil está ligada aos franciscanos, como indica a primeira missa rezada por um frei, mas uma das matrizes formadoras da cultura luso-brasileira está ancorada nesta tradição. Os espirituais franciscanos e as ideias joaquimitas estão presentes na consolidação da nascente monarquia portuguesa, no imaginário dos descobrimentos e até hoje se conservam no simbolismo das populares Festas do Divino Espírito Santo", frisa.

Noeli Dutra Rossatto é graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Imaculada Conceição – FAFIMC e em Teologia pela Escola do Evangelho Diocese de Goiás. Tem especialização em História Geral pela Fundação Brasileira de Educação – FUBRAE, mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e doutorado em História da Filosofia (Medieval) pela Universidade de Barcelona – UB, na Espanha. Atualmente é coordenador e professor do Departamento de Filosofia da UFSM, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Entre suas publicações destacam-se *La hermenéutica medieval: un estudio desde Joaquín de Fiore* (Saarbrucken: Lap Lambert Academic Publishing-Eae, 2011), *Joaquim de Fiore: Trindade e Nova Era* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004) e *El círculo trinitario: la construcción del conocimiento y la historia en Joaquín de Fiore* (Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 2001).

Confira a entrevista.

> ***Desde cedo, o já abade da então poderosa ordem monástica medieval vai alimentar a fama de profeta***

IHU On-Line – Quem foi Joaquim de Fiore?

Noeli Dutra Rossatto – Joaquim de Fiore (1135-1202) foi um monge cisterciense[1] que viveu na Calábria (San Giovanni in Fiore, Itália) da segunda metade do século XII. Desde cedo, o já abade[2] da então poderosa ordem monástica medieval vai alimentar a fama de profeta. Antes de escrever sua obra, será convidado pelo próprio Papa Lúcio III para interpretar um obscuro texto profético, que talvez seja um oráculo sibilino[3]. Pouco depois, em um episódio mais conhecido, terá um encontro com o monarca Ricardo Coração de Leão[4], desejoso de saber sobre o êxito da Quarta Cruzada[5]. E é com o intuito de escrever sua obra profética, mediante um novo método de interpretar as escrituras bíblicas, que Joaquim pede e recebe a autorização sucessiva de três papas. O mesmo Papa Lúcio III, bastante impressionado com a originalidade de seu método, concede-lhe a autorização para escrever *(licentia scribendi)* sua obra, a qual será renovada por outros dois papas – Urbano III em 1186 e Clemente III em 1188. Os principais textos por ele escritos são: *O saltério de dez cordas*, em que trata a teoria trinitária; *A concórdia entre o Novo e o Antigo Testamento*, que traz sua hermenêutica por concórdia; *A exposição ao Apocalipse*, em que aplica sua hermenêutica à história. No final da Idade Média Joaquim figura na *Divina comédia* de Dante Alighieri como o "*calabrese abate Giovacchino, di spirito profetico dotato*" (*Paraíso*, XII, 140-41). Entre 1519 e 1527, sua obra será editada em Veneza, juntamente com outros textos proféticos. A historiografia mais recente vai discutir a ortodo-

1 **Ordem de Cister**: também conhecida como ordem cisterciense, é uma ordem monástica católica reformada. A sua origem remonta à fundação da Abadia de Cister (em latim, Cistercium; em francês, Cîteaux), na comuna de Saint-Nicolas-lès-Cîteaux, Borgonha, em 1098, por Roberto de Champagne, abade de Molesme. A ordem terá um papel importante na história religiosa do século XII, vindo a impor-se em todo o Ocidente por sua organização e autoridade. Uma de suas obras mais importantes foi a colonização da região a leste do Rio Elba, quer corta as atuais República Checa e a Alemanha, onde promoveu simultaneamente o cristianismo, a civilização ocidental e a valorização das terras. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Abade**: título ou cargo do superior dos monges de uma abadia autônoma ou dos membros de certas ordens ou congregações religiosas monásticas. A palavra abade significa pai e tem sido utilizada como título clerical, no Cristianismo, com diversas acepções (pároco, cura de almas, prelado de mosteiro ou congregação religiosa, monge, etc), ainda que se refira, na sua acepção original, à vida monástica e a quem governa uma abadia. Na Igreja Ortodoxa e em outras Igrejas orientais, o título que lhe é comparável é o de hegúmenos ou arquimandrita. Em língua portuguesa o feminino é abadessa. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Oráculos Sibilinos ou Sibilinas Cristãs**: é o nome dado a um conjunto de oráculos, de origem pouco definida mas com um caráter claramente judaico-cristão, que tiveram larga difusão desde o período anterior à cristianização do Império Romano até finais da Idade Média. Os Oráculos Sibilinos são por vezes incluídos entre as Escrituras Apócrifas. A designação deriva dos oráculos que eram produzidos pela Sibila (ou pelas diversas Sibilas da antiguidade), profetisas divinamente inspiradas que previam o futuro. Nos tempos anteriores à cristianização, os oráculos produzidos pelas Sibilas eram cuidadosamente guardados (em Roma no Templo de Júpiter Capitolino) e consultados apenas em momentos de grave crise. Os oráculos eram de grande importância na vida religiosa da comunidade e exerciam uma grande influência na opinião pública (no contexto da época). Aproveitando esta popularidade e influência dos oráculos, grupos judeus produziram oráculos (provavelmente por alteração de outros que circulariam) contendo doutrinas e ensinamentos judaicos. Nasceram assim as Sibilinas Judaicas, que rapidamente se tornaram num poderoso veículo de propaganda religiosa. Com a expansão do cristianismo, as Sibilinas Judaicas foram adoptadas pelos cristãos e novas foram criadas, transformando-se num importante veículo de propaganda da nova fé. Nasceram assim os Oráculos Sibilinos. Todas elas foram escritas no mesmo estilo, aparentemente entre os séculos I e IV da era cristã (embora algumas sejam provavelmente anteriores a 180 a.C.), constando de longas sequências de versos hexâmetros originalmente escritos em grego homérico. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Ricardo I – Ricardo Coração de Leão** (1157-1199): foi o Rei da Inglaterra de 6 de julho de 1189 até sua morte. Também foi Duque da Normandia, Aquitânia e Gasconha, Senhor do Chipre, Conde de Anjou, Maine e Nantes e Suserano da Bretanha em vários momentos durante o mesmo período. Ele era o terceiro filho do rei Henrique II de Inglaterra e da rainha Leonor da Aquitânia, também sendo conhecido como Ricardo Coração de Leão mesmo antes de sua ascensão devido sua reputação de grande guerreiro e líder militar. Aos 16 anos, Ricardo comandou seu próprio exército, acabando com rebeliões contra seu pai em Poitou. Ele foi o principal comandante cristão durante a Terceira Cruzada, liderando a campanha depois da saída de Filipe II de França, conseguindo consideráveis vitórias contra Saladino, o líder muçulmano, mesmo não tendo conseguido conquistar Jerusalém. Ricardo falava a língua de oïl, um dialeto francês, e occitana, uma língua falada no sul da França e nas regiões próximas. Ele viveu no Ducado da Aquitânia e passou pouquíssimo tempo na Inglaterra, preferindo usar seu reino como uma fonte de renda para apoiar seus exércitos. Era visto por seus súditos como um herói piedoso. Ricardo permanece até hoje como um dos poucos reis ingleses mais lembrados por seu epíteto do que por seu número régio, sendo uma grande figura icônica na Inglaterra e França. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Cruzadas (séculos XI a XIII)**: foram movimentos militares de inspiração cristã que partiram da Europa Ocidental em direção à Terra Santa (nome pelo qual os cristãos denominavam a Palestina) e à cidade de Jerusalém com o intuito de conquistá-las, ocupá-las e mantê-las sob o domínio cristão. Estes movimentos estenderam-se entre os séculos XI e XIII, época em que a Palestina estava sob controle dos turcos muçulmanos. No médio oriente, as cruzadas foram chamadas de "invasões francas", já que os povos locais viam estes movimentos armados como invasões e porque a maioria dos cruzados vinha dos territórios do antigo Império Carolíngio e se autodenominavam francos. A Quarta Cruzada (1202-1204) foi começada com a intenção de tomar a Terra Santa, então em mãos muçulmanas, através da conquista do Egito. Entretanto, a cruzada foi desviada de seu intuito original e os cruzados, junto aos venezianos, tomaram e saquearam Constantinopla, cidade cristã capital do Império Bizantino. Esse evento levou à fundação do Império Latino e à consolidação do Grande Cisma do Oriente entre a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa. (Nota da **IHU On-Line**)

xia ou heterodoxia de seus escritos, bem como a sua posteridade espiritual.

IHU On-Line – Em qual contexto se dá a fundação do movimento heterodoxo cujos seguidores eram chamados joaquimitas?

Noeli Dutra Rossatto – Apesar de Joaquim de Fiore, ainda em vida, romper com a ordem cisterciense, fundando a ordem florense[6], por entender que aquela se havia desviado da verdadeira vida monástica, não será daí que provém a marca da heterodoxia. Dois episódios parecem ter determinado a associação de sua doutrina com os movimentos heterodoxos. O primeiro é a condenação da teoria trinitária no IV Concílio Lateranense de 1215[7], logo depois de sua morte. O papa já não era mais um monge, nem um cisterciense como Lúcio III, mas um jovem conde italiano (Lotário de Segni), que adotou o nome de Inocêncio III. Além disso, o novo papa era um representante da escolástica[8], que tivera entre seus mestres Pedro Lombardo. E é justamente a doutrina trinitária, contida no *Livro das sentenças* de Lombardo, depois transformado numa espécie de catecismo da escolástica, o motivo da condenação de sua doutrina trinitária por triteísmo. O abade havia acusado o *magister* de ter incidido na heresia quaternarista. O que estava em jogo aqui não é só a condenação de uma doutrina trinitária, mas a própria rejeição do antigo modo de vida monástico, que aos poucos dará lugar ao novo *modus vivendi* da escolástica.

O segundo episódio já envolve os franciscanos. Estamos próximos ao ano 1260, que é um ano paradigmático para os joaquimitas, especialmente para os espirituais franciscanos. Trata-se da condenação de um livro, a *Introdução ao Evangelho eterno*, e de seu autor, o jovem estudante da Universidade de Paris Geraldo de Borgo, por uma Comissão eclesiástica reunida por dois anos em Anagni (de 1255-56). Após analisar o texto de Geraldo e a totalidade da obra de Joaquim, a comissão pedirá a condenação de ambos por heresia. A condenação recai sobre o jovem franciscano que terá seu texto queimado e ficará pelo resto da vida nas prisões eclesiásticas. O legado joaquimita está outra vez maculado pela marca da heterodoxia. Neste momento, ainda está em franca disputa o modo de vida monástico, reassumido especialmente pelos frades franciscanos, e o modo de vida escolástico, incorporado pelo clero secular e por algumas das novas ordens religiosas, como é o caso da dominicana.

IHU On-Line – Por que autores como Norman Cohn apontam Joaquim de Fiore como o inventor do sistema profético de maior influência na Europa até a aparição do marxismo?

Noeli Dutra Rossatto – Norman Cohn escreveu seu famoso livro *Na senda do milênio. Revolucionários milenaristas e anarquistas místicos da Idade Média* (Lisboa: Editorial Presença, 1981) em 1957, período da Guerra Fria em que se procura explicar o fenômeno do totalitarismo europeu. O marxismo será apontado como uma das filosofias da história que está na base do totalitarismo, sobretudo o soviético. Uma das teses de Cohn é que os movimentos milenaristas e proféticos medievais, bem como os posteriores, se derivam do pensamento joaquimita e, por sua vez, deságuam no marxismo. Não obstante, hoje se sabe que Joaquim não é propriamente um milenarista. Tampouco seu sistema profético afiança uma leitura mecanicista, como aquela realizada com base nas modernas teorias da história. De qualquer modo, Joaquim de Fiore é de fato o autor que criou o sistema hermenêutico de maior influência no medievo, e que tal sistema tem um contagiante núcleo profético e apocalíptico. É ele que consegue em grande medida reconstruir as antigas estratégias de leitura da história *(lectio historiae)* da tradição já em desuso. Também, em suas mãos, a exegese alexandrina, que pecava por um excesso de alegorismo, e a exegese histórico-literal da Escola de Antioquia – e inclusive a da Escola monástica –, que não avançava a interpretação da história para além do tipo-Cristo, vão ser renovadas, permitindo uma nova leitura da história da humanidade.

Além disso, Joaquim propõe o novo método que possibilita a compreensão espiritual por concórdia;

6 **Ordem dos Florenses ou Florianos**: do latim Floriacenses, é a designação dada a um ramo beneditino, tornado independente da Ordem de Cister, que seguia uma versão mais mística e mais contemplativa da vida monástica. A Ordem dos Florenses (Ordo Floriacensis) foi fundada em 1189 pelo abade Joaquim de Fiore, ou Joaquim de Flora, na abadia de San Giovanni in Fiore. Os florenses derivam o nome do apelido do seu instituidor, que por sua vez era simplesmente conhecido por Gioacchino da Fiore, sendo Fiore o nome da localidade calabresa onde se localiza a abadia onde se recolheu. As constituições da Ordem, redigidas pelo instituidor e aprovadas em 1196 pelo papa Celestino III, preservavam os principais valores beneditinos na sua versão cisterciense, mas, para além de um breviário dispondo uma distribuição diferente dos ofícios divinos, as regras de vida eram mais rigorosas do que as observadas em Cîteaux: os florenses andavam descalços usando um hábito branco de tecido em extremo grosseiro. Dada a fama do seu fundador e o impacto do joaquimismo, a Ordem expandiu-se rapidamente, atingindo os 35 conventos (aparentemente todos em Itália) e 4 mosteiros destinados a mulheres, seguindo a mesma regra. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **IV Concilio de Latrão – ou Lateranense**: foi um dos maiores concílios ecumênicos medievais. O IV Concílio de Latrão foi convocado pelo papa Inocêncio III através da Bula Vineam Domini Sabaoth de 10 de abril de 1213, tendo o concílio se reunido em 15 de novembro de 1215. No encontro, ficou decidido que os cristãos deveriam confessar seus pecados e comungar pelo menos uma vez por ano, na época da Páscoa. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Escolástica**: linha dentro da filosofia medieval, de acentos notadamente cristãos, surgida da necessidade de responder às exigências da fé, ensinada pela Igreja, considerada então como a guardiã dos valores espirituais e morais de toda a Cristandade, por assim dizer, responsável pela unidade de toda a Europa, que comungava da mesma fé. Esta linha vai do começo do século IX até ao fim do século XVI, ou seja, até ao fim da Idade Média. Este pensamento cristão deve o seu nome às artes ensinadas na altura pelos escolásticos nas escolas medievais. Estas artes podiam ser divididas em Trivium (gramática, retórica e dialéctica) e Quadrivium (aritmética, geometria, astronomia e música). A escolástica resulta essencialmente do aprofundar da dialética. Confira a edição 342 da revista **IHU On-Line**, de 06-09-2010, intitulada *Escolastica. Uma filosofia em dialogo com a modernidade*, disponível em http://bit.ly/11mcjbi. (Nota da **IHU On-Line**)

e que promete decifrar o âmago da própria história, tal como Deus a escreveu. Deste modo, a hermenêutica joaquimita não só substitui a leitura agostiniana da história, já em crise por volta do primeiro milênio cristão, senão que é uma forte alternativa frente às correntes teóricas que se voltavam naqueles dias para o estudo da natureza *(ratio physica* da Escola de Chartres*),* e à própria escolástica que fragmenta a narrativa histórica em função das *quaestiones disputatae*. Depois do milênio, a proposta joaquimita se apresenta como a mais convincente alternativa de leitura da história.

Desta perspectiva, o déficit de racionalidade histórica suprido pelo joaquimismo na Idade Média poderá ser equiparado com aquele mais tarde trazido por Hegel e Marx. Outra explicação decorre do modo de produzir conhecimento filosófico no decorrer do século XX, sobretudo no campo da História da Filosofia Medieval. Em consequência do forte domínio da neoescolástica e de setores católicos conservadores nos estudos medievais, Joaquim de Fiore é posto de lado. As poucas vezes em que figura nos estudos medievais será como exemplo de pensamento heterodoxo. O mesmo acontece com a historiografia joaquimita do século XX. A ligação com a heterodoxia, a rebeldia, o anarquismo, o protestantismo e o marxismo será quase natural. Joaquim se torna naturalmente um reformista, um marxista, um revolucionário *avant la lettre*. Muitos são os exemplos disso. Ernesto Buonaiuti, autor de *Gioacchino da Fiore. I tempi, la vita, il messagio*, é um sacerdote católico que foi excomungado por Pio X em 1925 ao abjurar o fascismo. O jesuíta francês Henri de Lubac, eleito cardeal em idade avançada – e que publicou, entre 1979 e 1981, os dois famosos estudos intitulados *A posteridade espiritual de Joaquim de Fiore* (Tomo I: *De Joaquim de Fiore a Schelling*; Tomo II: *De Saint-Simon aos nossos dias*) –, havia sido censurado por Pio XII pela publicação de *Surnaturel* (1946). Importantes estudos sobre o joaquimismo, como os do professor da Universidade Protestante de Genebra Henry Mottu, os da professora de Oxford Marjorie Reeves e os do próprio Norman Cohn, por diferentes vias, se enquadram nesta mesma corrente. Ao lado disso, outros estudos que fazem referência ao joaquimismo foram produzidos por autores declaradamente marxistas, como é o caso de Henri Lefebvre, em *Hegel, Marx e Nietzsche ou o reino das sombras* (Lisboa: Editora Ulisseia, 1976), de 1975.

> ***Joaquim de Fiore é de fato o autor que criou o sistema hermenêutico de maior influência no medievo***

IHU On-Line – Como podemos compreender sua concepção de história da humanidade e suas três fases?

Noeli Dutra Rossatto – De acordo com a imagem da Trindade, Joaquim entende que a história da humanidade está dividida em três estados *(status)*. O primeiro pertence ao Pai, o segundo ao Filho e o terceiro ao Espírito Santo. Conforme as propriedades atribuídas a cada uma das pessoas da Trindade, o primeiro estado é um período de obediência servil, o segundo de obediência filial e o terceiro de plena liberdade espiritual. A letra do primeiro estado é o Antigo Testamento; a do segundo, o Novo Testamento; e a do terceiro o Evangelho eterno, que é um testamento sem letra. O primeiro estado foi dos casados *(ordo coniugatorum)*, o segundo é dos clérigos *(ordo clericorum)* e o terceiro será dos monges *(ordo monachorum)*. Cada um dos estados está dividido por três períodos de 21 gerações, a saber: germinação, frutificação e consumação. O conjunto de duas gerações de trinta anos resulta no número 1260.

O primeiro estado já havia se realizado em sua totalidade nos tempos de Joaquim; o segundo estava em seu período de consumação; e o terceiro começaria a produzir frutos 42 gerações depois da encarnação de Jesus, ou seja, por volta do ano 1260. A figura da Trindade, que é a mesma da história, está composta por três círculos entrelaçados. Assim, entrelaçando dois conjuntos dos nove subconjuntos de 21 gerações, teremos a totalidade da história da humanidade, subdividida por sete idades do mundo, conforme propunha Agostinho em seu *De civitate Dei*.

IHU On-Line – Em que aspectos Joaquim de Fiore vai ao encontro da observância mais estrita da regra franciscana?

Noeli Dutra Rossatto – É preciso ter presente que a consolidação do franciscanismo dos primeiros tempos se dá com base no pensamento joaquimita. Francisco de Assis não escreveu nenhum tratado filosófico. Não só os franciscanos mais radicais, como é o caso de espirituais como Hugo de Digne, João de Parma, Ângelo Clareno, Ubertino de Casale e Pedro João Olive, mas também os mais moderados, como Boaventura de Bagnoregio, interpretam a vida de Francisco e a fundação da ordem como a realização de uma profecia joaquimita. A interpretação joaquimita da história indicava o fim do segundo estado, protagonizado pelo clero e a Igreja de Cristo, na quadragésima segunda geração a contar de Jesus homem, ou seja, nas gerações que terminam em 1260. Este mesmo ano marcaria o período de frutificação da nova ordem monástica *(ordo monachorum)*, que seria conduzida pelos homens espirituais *(viri spiritualis)* do terceiro estado. Muitos franciscanos vão logo associar os prognósticos joaquimitas a Francisco de Assis. Um dos

que temos registro é Geraldo de Borgo. Ele talvez seja o primeiro a vincular a profecia joaquimita dos três grandes homens a Francisco de Assis.

Segundo Joaquim, no início do período de frutificação do terceiro estado apareceriam três grandes homens *(tres magnus viri)*, assim como haviam surgido Abraão, Isaac e Jacó no início do primeiro, e Zacarias, João Batista e Jesus no segundo. Os três grandes homens do terceiro estado haviam sido indicados de forma cifrada por Joaquim com base na leitura dos textos apocalípticos: viria um homem vestido de linho, um anjo com a foice afiada e outro com o selo de Deus vivo. Geraldo não só decifra este enigma, senão que o aplica à história de seu tempo: o primeiro homem era Joaquim de Fiore; o segundo, São Domingos, fundador da ordem dominicana; e o terceiro, Francisco de Assis, fundador de sua ordem.

Logo em seguida, Boaventura reafirma os dois últimos membros da profecia joaquimita. E mais, trará alguns indícios que provam o cumprimento da profecia em Francisco. Ele assinava e selava suas cartas com a letra *tau (τ)*, até hoje ostentada no hábito franciscano, que é a marca do Deus vivo, segundo o profeta Ezequiel. Outro indício é que ele recebera em sua própria carne os estigmas de Cristo crucificado. Assim, a cruciforme letra *tau*, os estigmas e a cruz são três significantes que indicam um só significado: o sinal do Deus vivente. Deste modo, a relação do franciscanismo com o joaquimismo contribui não só para a explicação da própria figura de Francisco e do lugar histórico da ordem por ele fundada, senão que também na reformulação da relação entre a vida e a regra franciscana.

IHU On-Line – Em que medida os franciscanos e joaquimitas propunham uma nova forma-de-vida, na perspectiva das pesquisas desenvolvidas por Giorgio Agamben em *Altíssima Pobreza*, por exemplo?

Noeli Dutra Rossatto – Três aspectos parecem estreitar a relação entre joaquimismo e franciscanismo nos estudos de Agamben. O primeiro é que, em *Altíssima pobreza* (São Paulo: Boitempo, 2014), ele resgata o modelo de vida monástica, sobretudo o franciscano, como contraponto à sociedade atual. Resgata, com efeito, a possibilidade de uma forma-de-vida não subjugada à regra, à lei ou ao *officium*. O segundo aspecto reside no conceito de *uso pobre (usus pauper)* dos franciscanos; ele encontra aí uma das alternativas para o uso adequado dos corpos e do mundo no sentido de uma biopolítica positiva. O terceiro aspecto, que adquire uma abrangência maior, baliza a separação entre dois paradigmas: o vigente na sociedade atual, que separa regra e vida, com origem na prática sacerdotal; e o advindo da tradição monástica, que não separaria estas duas instâncias.

A forma-de-vida monástica serviria para articular de maneira adequada os polos: *forma* e *vita*, *regula* e *vita*, *officium* e *vita*. Na tradição medieval, os que separam regra e vida são os representantes do paradigma do ofício sacerdotal, o qual se ampara em Agostinho, Inocêncio III e Tomás de Aquino. Para eles, vale a tese de que o ofício exercido por um sacerdote será sempre válido, seja ele uma pessoa boa ou má. Assim, garante-se a supremacia do ato operado frente ao ato operativo, ou seja: mesmo que o operador seja imundo, o ato operado (ofício) será sempre limpo. Esta prática persistirá nas instituições atuais.

IHU On-Line – Em que sentido a fuga e a resistência são elementos importantes nessa construção de uma nova forma-de-vida por tais ordens?

Noeli Dutra Rossatto – A fuga do mundo e a resistência estão no centro das motivações da prática monástica. Marcam a ruptura com o mundo, seus valores e práticas vigentes. Era comum nas ordens monásticas – e muitas delas ainda conservam – a mudança do próprio nome do indivíduo que ingressava no mosteiro. O abandono do mundo, resistindo às suas tentações, implicava o abandono da própria identidade pessoal.

IHU On-Line – A partir dessas formas de vida, em que medida se delineia uma perspectiva ética em Agamben?

Noeli Dutra Rossatto – A separação entre forma e vida ou ofício e vida nas esferas política, jurídica e burocrática, por exemplo, traz graves consequências éticas. Entre outras coisas, institucionaliza-se a corrupção, a injustiça, o mal e a indiferença. Se não importa a moralidade do agente, daí resulta, por exemplo, que a lei feita por indivíduos corruptos sempre será legítima. O julgamento realizado por magistrados indignos sempre será imparcial. O encaminhamento dado por burocratas impiedosos será isento de culpabilidade. Diferente disso é resgatar o paradigma em que um monge indigno não poderá mais ser considerado monge. A ética pública e a ética privada estariam intrinsecamente implicadas. De outro modo, reafirmar-se-ia a cisão entre a ação e o agente, de acordo com a tese contemporânea da neutralidade moral.

IHU On-Line – À luz da forma-de-vida dos franciscanos, em que sentido se pode compreender a tentativa franciscana de viver para além do direito, com a recusa à propriedade que resultou no decreto pontifício de João XXII?

Noeli Dutra Rossatto – Para os franciscanos do século XIII, especialmente os franciscanos, como quer com razão Agamben, a recusa à propriedade está vinculada estritamente a uma possibilidade de viver para além do direito, no sentido de que a vida não pode ser subjugada à lei. Mesmo assim, a vida não produz a regra, gerando um vazio jurídico. É por isso que, desde suas origens, o franciscanismo terá problemas com relação à formulação de uma regra. E os problemas não serão apenas concernentes às exigências eclesiásticas,

senão que com relação aos próprios termos das regras da tradição monástica. Francisco será o primeiro a hesitar a respeito de propor uma regra. A novidade que ele introduz, como destaca Agamben, é o princípio de que a regra franciscana é a própria vida de Cristo. Porém, isso não basta para acalmar os nervos da instituição eclesiástica. A origem dos conhecidos problemas com a regra franciscana, aprovada *(bulata)* e a não aprovada *(non bulata)* por bula papal, reside aí. Não obstante, a novidade não é só essa. Há outra que reside na releitura da fórmula *vita vel regula (vida ou regra)*. A novidade está na introdução do *et* (e) em lugar do *vel* (ou), indicando a tensão recíproca ou a unidade disjuntiva dos sintagmas *vita* e *regula*. Significa dizer em suma: a vida dos franciscanos não difere da regra e a regra não difere da vida. É isso que, em suma, abrirá as portas para a possibilidade de viver fora das amarras jurídicas. E tal prática estaria centrada na vivência da virtude básica do franciscanismo: a pobreza. O franciscano não só abdica a todo direito de propriedade, senão que ao próprio uso. Faria um uso pobre dos bens pertencentes, por direito, à Igreja. O uso pobre foi aceito tanto pelos franciscanos mais radicais, como Hugo de Digne ou Pedro João Olive, quanto pelos mais moderados, como Boaventura. Também terá a aprovação do Papa Nicolau III. No entanto, seu sucessor, João XXII, revogará tal dispositivo jurídico. Para ele, é impossível separar a propriedade de seu uso. Com isso, cai por terra a possibilidade de viver a virtude mais alta do franciscanismo: a pobreza.

IHU On-Line – Em que medida o uso, e não a propriedade das coisas, inspira outra concepção política em nosso tempo?

Noeli Dutra Rossatto – Na medida em que implica no abandono da posse das coisas (e das pessoas), contrariando a mentalidade e a prática vigente em nossa sociedade. Se o que importa não é mais a apropriação, é possível que muitos de nossos políticos não tenham mais interesse em ocupar cargos públicos. Também na medida em que o uso implica na abdicação do direito de propriedade, escapa-se assim ao imperialismo jurídico atual, que virou uma escolástica da justificação. Porém, o aspecto principal diz respeito a que o viver sem propriedades assinalaria uma nova forma de vida política.

> ***É preciso ter presente que a consolidação do franciscanismo dos primeiros tempos se dá com base no pensamento joaquimita***

IHU On-Line – No contexto do monacato cristão, quais são os limites da pesquisa de Agamben?

Noeli Dutra Rossatto – Da perspectiva de Joaquim de Fiore, permanece uma questão central. Mesmo admitindo que os franciscanos, e o próprio Francisco, consigam guardar certa coerência com a proposta joaquimita ao viverem conforme a vida de Cristo, cabe perguntar a respeito do que seria viver em sintonia com a vida do espírito. Para Joaquim, a vida de Cristo e o seu evangelho seriam superados com o advento do terceiro estado espiritual. Além disso, a respeito do uso pobre, mesmo que ele fosse vivido rigorosamente pelos franciscanos ao longo da história, um espiritual franciscano sempre teria a questão a respeito de como a vivência da pobreza gerou tanta posse, tanta riqueza, tanta propriedade. Para um franciscano conventual talvez fosse suficiente responder que os franciscanos nunca possuíram bens, apenas fizeram um uso pobre dos mesmos.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Noeli Dutra Rossatto – Sim. Gostaria de dizer algo relacionado à nossa cultura. À primeira vista, Joaquim de Fiore é um autor desconhecido e bastante distante de nosso imaginário. No entanto, um pequeno retrocesso histórico nos mostrará o contrário. Não só a narrativa fundadora do Brasil está ligada aos franciscanos, como indica a primeira missa rezada por um frei, mas uma das matrizes formadoras da cultura luso-brasileira está ancorada nesta tradição. Os espirituais franciscanos e as ideias joaquimitas estão presentes na consolidação da nascente monarquia portuguesa, no imaginário dos descobrimentos e até hoje se conservam no simbolismo das populares Festas do Divino Espírito Santo. Além disso, o jesuíta Antônio Vieira[9], que viveu no século XVII entre Brasil e Portugal, dará continuidade a essas ideias. E no decorrer do século passado, teremos a retomada desta mesma tradição em autores como Fernando Pessoa, Agostinho da Silva e Natália Correia. Esta última, unindo joaquimismo e feminismo, propõe, entre outras coisas, a instigante utopia da idade feminina do espírito.■

9 **Antônio Vieira** (1608-1697): padre jesuíta, diplomata e escritor português. Desenvolveu expressiva atividade missionária entre os indígenas do Brasil procurando combater a sua escravidão pelos senhores de engenho. Em 1641 voltou a Portugal onde exerceu funções políticas como conselheiro da Corte e embaixador de D. João IV principalmente no que se referia as invasões holandesas do Brasil. Retornou ao Brasil em 1652, tendo estado no Maranhão, onde fez acusações aos senhores de engenho escravocratas na defesa da liberdade dos índios. Foi expulso do país, juntamente com outros jesuítas. Voltou ao Brasil em 1681. Entre suas obras estão: *Sermões*, composto por 16 volumes que foram escritos entre 1699 e 1748; *História do Futuro* (1718); *Cartas* (1735-1746), em três volumes; *Defesa perante o tribunal do Santo Ofício* (1957), composto por dois volumes. Confira a edição 244 da **IHU On-Line**, de 19-11-2007, *Antônio Vieira. Imperador da língua portuguesa*, disponível em http://bit.ly/ihuon244. (Nota da **IHU On-Line**)

EVENTOS

Genocídio Guarani Kaiowá: uma guerra de dois mundos

Fernanda Bragato apresenta dados sobre a violação de Direitos Humanos de indígenas. Para ela, se já não estamos vivendo o genocídio, estamos na iminência de um

FOTO: JOÃO VÍTOR SANTOS

Por João Vitor Santos

No final de sua fala, numa tarde que acabou em muita chuva e vento, a professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Direito da Unisinos Fernanda Frizzo Bragato resumiu o que está por trás das disputas entre índios e brancos: "a grande batalha com os indígenas é uma visão de mundo". É assim que a professora explica que a cosmovisão dos índios segue outra lógica, diferente da racionalidade ocidental. Isso faz com que brancos não consigam entender, por exemplo, suas relações com a natureza. Na saída da conferência, realizada na quinta-feira, 19-11, muitos reclamavam da chuva forte, dos transtornos, sentiam-se presos diante do temporal. Talvez, se entre eles estivesse um índio, a relação poderia ser de reverência a essa manifestação da natureza que abrandou a mormacenta tarde de primavera.

Fernanda destaca que os índios têm esse laço místico com a terra e com a natureza e que por isso é tão importante que permaneçam no local onde seus ancestrais habi-

taram. "Mantê-los vivendo confinados em áreas restritas de reservas é colocá-los em situação de vulnerabilidade, não conseguem viver da forma tradicional, são incapazes de produzir os alimentos", diz. Foi essa realidade que a pesquisadora encontrou em sua primeira incursão a Mato Grosso do Sul, região de conflagrada disputa entre fazendeiros e índios Guarani Kaiowá. Nessa conferência do IHU ideias, Fernanda apresentou os primeiros dados de sua pesquisa. O estudo quer compreender a relação entre a privação dos direitos territoriais indígenas e o risco de atrocidades contra os afetados. "Conheci um ancião que relatou que até 1940 não conhecia homem branco. Depois disso, passaram a ser abordados e tirados dali à força. Confinados em reservas, acabavam fugindo e voltando para sua área. E assim se repetia, iniciando esse processo de disputa", conta.

O processo de disputa se dá, em grande parte, pelo silenciamento do governo brasileiro diante da causa indígena. A pesquisadora recorda o contexto histórico, em que o Brasil queria colonizar áreas de mata em nome de um projeto de desenvolvimento. Sem entender a cosmovisão indígena, o poder público tirava os povos da terra e os entregava à produção agrícola. "Só que depois, com a Constituição de 1988, houve um reconhecimento de direitos e empoderamento de povos indígenas que passaram a reivindicar suas terras originais", explica. Entretanto, se por um lado a Constituição devolve as terras a povos originários, por outro, dispositivos jurídicos, como o Marco Temporal, e a inabilidade do Governo Federal em tratar a questão entravam e arrastam a solução para o problema. "Enquanto isso, os povos são sitiados em meio às fazendas, ameaçados pelos proprietários, sofrendo violações físicas e culturais", destaca Fernanda.

Confira reportagem completa em http://bit.ly/1NgnzOJ

REPORTAGEM

As contribuições do Concílio Vaticano II para as novas gerações

Essa é a questão de fundo da obra de Christoph Theobald que será lançada pela primeira vez em português no Brasil

Por Leslie Chaves

Resultado de um acurado trabalho de pesquisa, análise e sistematização dos documentos conciliares, o livro ***A recepção do Concílio Vaticano II: Volume I. Acesso à fonte*** (São Leopoldo: Unisinos, 2015), de Christoph Theobald, oferece uma relevante contribuição ao âmbito dos estudos sobre o Vaticano II, que em dezembro de 2015 completa 50 anos de sua realização. Essa experiência é resgatada pelo teólogo a partir do exame cuidadoso de dois momentos distintos: a realização e os documentos resultantes do Concílio e, em paralelo, sua recepção. A obra, publicada pela primeira vez em português, pela editora Unisinos, tem lançamento marcado para o dia 9 de dezembro, às 17h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – Instituto Humanitas Unisinos, campus São Leopoldo.

A recepção do Concílio Vaticano II: Volume I. Acesso à fonte (São Leopoldo: Unisinos, 2015)

Para especialistas da área, como o canadense e doutor em Teologia Gilles Routhier, entre os avanços trazidos pelas as discussões propostas por Theobald estão a abordagem histórica diferenciada, que evidencia as particularidades do Vaticano II, e a reorientação das investigações sobre o tema. "Não me parece exagero dizer que se trata, atualmente, da contribuição mais importante nesse campo por parte de um teólogo sistemático. Sua importância nos estudos sobre o Vaticano II resulta do fato de que Theobald desloca a questão, voltando agora nossa atenção não mais somente para a história do Concílio ou o texto conciliar a ser comentado, mas para a questão que interessará uma nova geração: O que podemos esperar de Vaticano II?", ressalta Routhier em resenha[1] sobre a obra.

1 *Sobre o Concílio Vaticano II*. Resenha de Gilles Routhier publicada na Revista IHU On-Line, nº 465, de 18-05-2015, disponível em http://bit.ly/21cp05b (Nota da **IHU On-Line**)

FOTO: Ricardo Machado

Christoph Theobald nasceu na cidade de Colônia, na Alemanha, em 1946, momento em que o país vivia as consequências da Segunda Guerra Mundial. Em 1970, Theobald mudou-se para a França, onde cursou Teologia no Instituto Católico de Paris. Nesse período conheceu os jesuítas e em 1978 se tornou membro da Companhia de Jesus. Atualmente Christoph Theobald é professor do Centre Sèvres – Facultés Jésuites de Paris, diretor da revista Recherches de Science Religieuse, e colaborador em diversas redes de reflexão teológica. Dentre seus livros publicados em português destacam-se *A revelação* (2002), *Transmitir um Evangelho de Liberdade* (2007), ambos publicados no Brasil por Edições Loyola, e *O cristianismo como estilo: uma maneira de fazer teologia na pós-modernidade* (2007). Sobre o Vaticano II, sua grande obra é o livro que será lançado no dia 9 de dezembro no campus São Leopoldo, publicado originalmente em francês com o título *La Réception du Concile Vatican II: Accéder à la source I* (Paris: Cerf, 2009), e seu trabalho mais recente é *Le Concile Vatican II. Quel avenir?*(Paris: Cerf, 2015).

Mais informações sobre o lançamento do livro *A recepção do Concílio Vaticano II: Volume I. Acesso à fonte* (São Leopoldo: Unisinos, 2015), de Christoph Theobald, estão disponíveis no link http://bit.ly/1lEuEOs ■

LEIA MAIS...

- Os ares do Concílio Vaticano II em movimento. Entrevista especial com Christoph Theobald publicada na Revista **IHU On-Line**, nº 466, de 01-06-2015, disponível em http://bit.ly/1MMSI8M
- *As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral Gaudium et spes: por uma fé que sabe interpretar o que advém – Aspectos epistemológicos e constelações atuais*. Artigo de Christoph Theobald publicado no **Cadernos de Teologia Pública**, nº 96, ano 2015, disponível em http://bit.ly/1IaJHnN
- *"Caros jovens, estudem teologia"*. Artigo de Christoph Theobald reproduzido nas **Notícias do Dia**, de 27-06-2014, no Sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1FS3ydm
- *As grandes intuições do futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma "gramática gerativa" das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja*. Artigo de Christoph Theobald publicado no **Cadernos de Teologia Pública**, nº 77, ano 2013, disponível em http://bit.ly/1IaCNix
- *Lumen Fidei. "Uma fé mais itinerante que doutrinal"*. Entrevista com Christoph Theobald reproduzida nas **Notícias do Dia**, de 13-07-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1EEQrXZ
- *Por uma Igreja pluripatriarcal e não somente centrada em Roma*. Entrevista especial com Christoph Theobald publicada na **Revista IHU On-Line**, nº 408, de 12-11-2012, disponível em http://bit.ly/1Hi5Eqh
- *A urgência de recuperar o método do Vaticano II*. Entrevista com Cristoph Theobald reproduzida nas **Notícias do Dia**, de 27-02-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1OnQLSS
- *As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo*. Artigo de Christoph Theobald publicado no **Cadernos de Teologia Pública**, nº 58, ano 2011, disponível em http://bit.ly/1P2Jawa
- *Perfil - Christoph Theobald* publicado na Revista **IHU On-Line**, nº 315, de 16-11-2009, disponível em http://bit.ly/1QfC2YN
- *O cristianismo como estilo*. Entrevista com Christoph Theobald reproduzida na Revista **IHU On-Line**, nº 308, de 14-09-2009, disponível em http://bit.ly/1KCMT0D

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

ihu.unisinos.br

IHU ON-LINE

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNISINOS

Tema de Capa

Máquina de exterminar indígenas

Elena Guimarães analisa a maneira pela qual a racionalidade ocidental se transformou em um dispositivo de extermínio físico e cultural dos indígenas, o que ocorre até os dias atuais

Por João Vitor Santos e Ricardo Machado

A história do mundo é pródiga em transformar facínoras na espécie mais vulgar de heróis descobridores. Passados cinco séculos do descobrimento das Américas e, consequentemente, do Brasil, o testemunho de extermínio da população indígena vem sendo feito geração a geração até os dias atuais. "Os povos indígenas em diversos momentos foram considerados como entrave ao modelo de expansão econômica do país. Do cultivo da cana-de-açúcar no nordeste, do café no oeste paulista, ao cultivo do cacau no sul da Bahia; da extração da borracha na Amazônia à introdução da mão de obra imigrante no sul do país; da criação expansiva de gado no centro-oeste à monocultura da soja; da construção de linhas telegráficas, abertura de estradas à extração de madeiras e na história mais recente, da extração de minérios à construção de barragens e hidrelétricas", analisa Elena Guimarães, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Ao analisar a questão indígena, a pesquisadora detalha mais de 500 anos de desrespeito, tortura e genocídio ameríndio, que culmina no senso comum de que os indígenas são um entrave ao desenvolvimento nacional. Ao contrário do que se supõe preliminarmente, o que está em jogo não é a inclusão dos índios ao processo civilizacional ocidental, mas sim nossa própria incompreensão com relação ao paradigma dos povos originários. "Sendo a terra a razão de ser do índio, aquela que confere sentidos, reúne valores e crenças, a expropriação de terras constitui grave infração contra direitos humanos, por levar à extinção material e simbólica destes povos", avalia. Vivemos ainda cercados de grande ignorância em relação à produção de conhecimento, aos saberes, usos e costumes dos povos indígenas", complementa a pesquisadora.

Elena Guimarães é mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio e graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Atualmente, trabalha no Núcleo de Biblioteca e Arquivo do Museu do Índio/ Fundação Nacional do Índio – Funai.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Dentro de um contexto histórico, como compreender o genocídio indígena no Brasil?

Elena Guimarães – No Brasil o crime de genocídio só é previsto em lei a partir de 1956. A origem do conceito se deu após a Segunda Guerra Mundial, a partir dos debates jurídicos, morais e filosóficos sobre violações dos direitos humanos, diretamente influenciados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção das Nações Unidas sobre o Genocídio, de 1948, quando fica definido este tipo de crime como "a prática de atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso".

Definição de Genocídio

Como definido pela Lei nº 2.889 de 1º de outubro de 1956, artigo 1º, genocídio é "Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: a) matar membros do grupo; b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) efetuar a

> *Os povos indígenas em diversos momentos foram considerados como entrave ao modelo de expansão econômica do país*

transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo".

Ora, e o que estamos testemunhando no presente momento, nos conflitos pelas terras indígenas e perseguições a estas populações? E estes não são de hoje, são fruto de um processo histórico, cujas estratégias variaram conforme o contexto político, mas sempre estiveram em vigor explícita ou implicitamente. Em 1967, quando o procurador Jader Figueiredo,[1] responsável pelo famoso Relatório Figueiredo,[2] escandaliza a opinião pública ao declarar que índios eram vítimas de massacres e genocídio, ele nada mais fez que expor, trazer à luz do dia, o que vinha sendo prática corrente há décadas contra os povos indígenas – exploração da mão de obra, maus-tratos, castigos com práticas de torturas, chegando a massacres de populações inteiras através de roupas e alimentos contaminados.

Relatório Figueiredo

O Relatório Figueiredo é um dos poucos documentos produzidos no âmbito do Estado que evidenciam a dimensão dos crimes contra os índios. Ele foi resultado de uma Comissão de Inquérito instaurada em 1967, pelo então Ministro do Interior, General Albuquerque Lima[3], com o objetivo de sanear o Serviço, alvo de inúmeras denúncias de irregularidades administrativas. Foram ouvidas diversas testemunhas, onde foram apuradas denúncias que ocorreram entre os anos 1940 e 1967. O Presidente da Comissão, Jader Figueiredo, Procurado do DNOCS[4], produz extenso relatório narrando, em tom de perplexidade, os mais diversos crimes, de maus-tratos a assassinatos de aldeias inteiras. As investigações abrangiam o período entre os anos 1940 e 1967.

Crimes diversos já eram denunciados e documentados por funcionários do SPI[5] através de memorandos e relatórios. Entre os documentos produzidos, podemos encontrar relatório de 1963, sobre violências cometidas contra índios Cinta Larga,[6] Pacaa Novos,[7] Assurini,[8]

1 **Jader Dias de Figueiredo**: foi um político brasileiro do estado de Minas Gerais. Atuou como deputado estadual em Minas Gerais durante a 4ª legislatura (1959-1963) na suplência. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Relatório Figueiredo:** relatório de mais de 7 mil páginas produzido em 1967 pelo procurador Jader de Figueiredo Correia a pedido do ministro do interior brasileiro Afonso Augusto de Albuquerque Lima. Ele descreve violências praticadas por latifundiários brasileiros e funcionários do Serviço de Proteção ao Índio contra índios brasileiros ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960. O sitio do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** dispõe de amplo material publicado sobre o tema. Entre eles a entrevista "Relatório Figueiredo: mais de sete mil páginas sobre a violência contra indígenas no Brasil", com José Ribamar Bessa Freire, publicada nas Notícias do Dia de 10-09-2015, disponível em http://bit.ly/1UHkZ9D. E, ainda, a entrevista "Relatório Figueiredo. 'Exame de consciência de como o Brasil tratou e trata os povos indígenas'", com Spensy Pimentel, publicada nas Notícias do Dia de 17-05-2013, disponível em http://bit.ly/1jtcuxA. Confira mais em http://bit.ly/1Pnfkmj. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Afonso Augusto de Albuquerque Lima** (1909 –1981): foi um engenheiro, militar e político brasileiro. Membro da arma de engenharia, participou da Revolução de 1930, reprimiu a Intentona Comunista em 1935 no Recife e participou da Segunda Guerra Mundial no 9º Batalhão de Engenharia de Combate, primeira unidade brasileira a trocar tiros com os alemães. [1] Liderou a construção das estradas Macapá-Clevelândia e Joinville-Curitiba. Era a um só tempo radical nas questões políticas e nacionalista nas questões econômicas. Participou da criação da Sudene, dirigiu o Departamento Nacional de Obras contra as Secas, chefiou a Divisão de Assuntos Econômicos da Escola Superior de Guerra e foi interventor na Rede Ferroviária Federal, de onde renunciou denunciando a corrupção impune. Erigiu-se como um dos ícones da linha dura no ínicio do Regime Militar, sugerindo o aprofundamento da ditadura. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Departamento Nacional de Obras Contras as Secas (DNOCS)**: é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional e com a sede da administração central em Fortaleza. Se constitui na mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste. Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) em 21 de outubro de 1909, em 1919 recebeu ainda o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, até que em 1945 passa a chamar-se DNOCS. Dispõe a sua legislação básica tem por finalidade executar políticas do Governo Federal, no que se refere a beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as secas e inundações, irrigação, radicação da população em comunidades de irrigantes e subsidiariamente, outros assuntos que lhe seja cometidos pelo Governo Federal, nos campos do saneamento básico, assistência às populações atingidas por calamidades públicas e cooperação com os Municípios, possuindo grande atuação no semiárido do Nordeste e norte de Minas Gerais. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Serviço de Proteção ao Índio** (SPI): parte constituinte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), foi um órgão público criado durante o governo do Presidente Nilo Peçanha, em 1910, com o objetivo de prestar assistência à população indígena do Brasil. O Serviço foi organizado pelo Marechal Rondon, seu primeiro diretor. O SPI foi extinto e substituído pela Funai, em 1967. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Cintas Largas**: povo indígena, assim chamado pelos primeiros invasores dos seus territórios, por ostentarem uma espécie de cinturão, feito de entrecasca de uma árvore – o tauari. Este nome foi posteriormente adotado pela Fundação Nacional do Índio. Embora a denominação cinta-larga seja usada para designar um conjunto de grupos indígenas caçadores, habitantes das terras que se estendem do leste de Rondônia ao noroeste do Mato Grosso, trata-se, na verdade, de grupos distintos que se autodenominam Kabã, Kakin e Mã e que têm língua e cultura semelhante. Antes do contato com a Fundação Nacional do Índio, esses grupos ocupavam territórios exclusivos. Os kabã não têm subdivisões; os kakin têm algumas subdivisões e os mam ou mã têm várias subdivisões (Dal Poz, 1991). (Nota **IHU On-Line**)

7 **Pacaás Novos**: povo indígena insolados do Subgrupo Oromawin. São cerca de cerca de 150 indivíduos, que vivem Serra dos Pacaás Novos, Rondônia, na nascente do Rio Formoso. Estão incluídos na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Assurinis do Xingu**: também conhecido como Asurini, Asurinikin, Awaeté ou Surini, são um povo indígena brasileiro. Localizado próximo ao Igarapé Ipixuna, no Pará, no ano de 1994 sua população estimada era de 76 pessoas. Em 2002, tal grupo contava com 106 indivíduos. Falam a língua Assurini do Xingu,

Kayapó[9] e Paracananan[10] pelas frentes extrativistas. Segundo consta no relatório, o exercício das funções de assistência e proteção aos índios vinha sendo impedido por "pressão organizada de poderosos interesses políticos e econômicos das áreas onde são mais agudos e sérios os conflitos entre índios e a sociedade nacional, especialmente na região amazônica e em certas partes do sul de Mato Grosso".

Massacres

Outros massacres seriam registrados em relatórios do SPI e da Funai. Em um dossiê produzido pelo Departamento de Estudos e Pesquisas, denominado "Crimes contra índios – informações do SPI", foram recolhidos dados sobre massacre de índios do período de 1961 a 1969. Neste documento são relatados os ataques aos índios Gorotire,[11] Pacaás Novos, Ipurinã,[12] Canela,[13] Cinta Larga, Kaingang,[14] Tapaiuna,[15] Xetá,[16] Nanbikwara[17] e Gavião.[18] Os massacres eram promovidos, sobretudo, por seringueiros, castanheiros e garimpeiros. É descrito que eram feitas incursões "dos brancos", que "de metralhadora em punho, matam indiscriminadamente adultos e crianças, mutilando seus corpos" (O Globo de 08/01/64). E que as terras dos Pacaas-Novos encontravam-se ocupadas por invasores ligados a políticos mato-grossenses.

Amostra histórica

Isso é apenas uma amostra, destacando um curto período histórico. Para termos uma ideia, o grupo de trabalho instaurado pela Comissão Nacional da Verdade[19] apurou

da família Tupi-Guarani, tronco Tupi. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Caiapós**: também grafado kayapó ou caiapó, é uma das denominações de um grupo indígena habitante da Amazônia brasileira. O termo Kayapó é um exônimo que data do início do século XIX, tendo sido criado por grupos indígenas vizinhos desta etnia. Significa 'homens semelhantes aos macacos' e está, provavelmente, ligado a certos rituais do grupo, nos quais os homens dançam usando máscaras de macaco. O endônimo dos chamados kayapó é mebengokre, que significa, literalmente, 'homens do buraco' ou 'homens do poço d'água'. Os caiapós se dividem nos subgrupos kayapó-aucre, kayapó-cararaô, caiapó-cocraimoro, caiapó-cubem-cram-quem, caiapó-gorotire, caiapó-mecranoti, caiapó-metuctire, caiapó-pau-d'arco, caiapó-quicretum e caiapó-xicrim. No passado, eram também chamados de coroados, e os de Mato Grosso, coroás. carla novaes. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Paracanãs:** são um grupo indígena Tupi-guarani que habitam entre os rios brasileiros do Tocantins e do Xingu, no estado do Pará, dentro da Terras Indígenas Apyterewa e Parakanã. São divididos em Paracanãs Ocidentais (contatados em 1971) e Orientais (contatados entre 1976 e 1984). São falantes do Akwáwa. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Caiapós-gorotires**: são um dos subgrupos dos caiapós, que habita o Sul do estado brasileiro do Pará, mais precisamente a Área Indígena Kayapó. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Ipurina** (Apurinã, Aporinã, Ipurinan, Ipurinã, Ipuriná, Hypuriná, Popengare, Tiupurina, Jupurina, Kangiti Ipuriná, Hypuriná): tribo de nativos americanos famílias Aruak, se instalaram na bacia do rio Purus no Brasil. População los a FUNAI -é 2.416 (1987) para reservar 23, onde muitos vão para os subúrbios das cidades Boca do Acre no Amazonas e Rio Branco, Acre. Se chamavam Popingaré, poping, ou Kangipê Kang. No território do Estado de Rondônia vivem na reserva Terra Indígena Roosevelt, no município de Candeias de Jamari uma população deles é cerca de 100. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Krahô-Kanela** (Canela): ocupam a Terra Indígena Mata Alagada, no município de Lagoa da Confusão, entre os rios Formoso e Javaés, à 300 Km de Palmas, capital do Estado do Tocantins. Migraram para o sul do Tocantins e habitaram em Região próximo ao município de Lagoa da Confusão, Tocantins, de onde no final dos anos 70 foram expulsos pela cervejaria Brahma. Após um longo processo judicial, apenas no ano de 2006 conseguiram retornar as suas terras. Hoje aproximadamente 100 índios Krahô-Kanela moram na Aldeia Lankrahé a 55 Km de Lagoa da Confusão. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Kaingang**: etnia indígena que se desenvolveu à sombra dos pinheirais. Há pelo menos dois séculos, sua extensão territorial compreende a zona entre o Rio Tietê (São Paulo) e o Rio Ijuí (norte do Rio Grande do Sul). No século XIX, seus domínios se estendiam para oeste, até San Pedro, na província argentina de Misiones. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Tapaiúnas:** também conhecidos como Beiço de Pau, Suyá Novos ou Suyá Ocidentais e autodenominados Kajkwakratxi são um grupo indígena que habita o estado brasileiro do Mato Grosso, mais precisamente o Parque Indígena do Xingu. Em 2010, o grupo era composto de 160 indivíduos (Ropkrãse Suiá e Teptanti Suiá). Falam um idioma pertencente à família linguística Jê. Viviam originariamente na região do rio Arinos, perto do município de Diamantino, no Mato Grosso. Havia em seu território tradicional uma significativa diversidade de recursos naturais – seringueiras, minérios e madeiras – o que motivou a usurpação de suas terras por seringueiros, garimpeiros e madeireiros, entre outros invasores não indígenas. Na década de 1970, o grupo foi vítima de envenenamento com a carne de uma anta, oferecida por invasores. Os 41 sobreviventes foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu. Nos anos 1980, após a morte de um importante líder e pajé, uma parte do grupo foi morar com os Mebengôkrê (Kayapó), na Terra Indígena Capoto-Jarina, o que provocou o enfraquecimento da sua língua e cultura. Em 2010, os 160 Tapaiúnas estavam distribuídos em aldeias na Terra Indígena Wawi e na Terra Indígena Capoto-Jarina. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **Xetá:** é um grupo indígena, até recentemente considerado extinto, que tem suas origens no estado brasileiro do Paraná. No passado, eram também chamados botocudos por conta do adorno labial utilizado pelos homens após o ritual de iniciação. Os oito remanescentes do massacre ocorrido nas décadas de 1950/60 na região da Serra dos Dourados Distrito de Umuarama (Paraná) deram origem a aproximadamente 25 famílias, todos ligados por parentesco, dispersos pelos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **Nambikwara**: também chamados Anunsu, Anunzê, Nanbikuara, Nambikuara, Nambiquara, Nhambikuara ou Nhambiquara, são um povo indígena brasileiro. Estão localizados no oeste do Mato Grosso e em Rondônia. Em 1999, somavam 1 145 indivíduos. Seus costumes são a caça e a coleta e quase nunca tiveram contato com os não índios até 1965, quando não índios começaram a invadir suas terras para o garimpo e para a extração ilegal de madeira. Seus subgrupos são os Nambikwara do Campo (Mato Grosso e Rondônia), Nambikwara do Norte (Mato Grosso e Rondônia), Nambikwara do Sararé (Mato Grosso) e Nambikwara do Sul (Mato Grosso). Sua língua pertence à família Nambikwara. (Nota da **IHU On-Line**)

18 **Índios Gaviões**: vivem nos campos do sudoeste maranhense e na região de floresta tropical do vale do Médio Rio Tocantins. Os Pucobié ou Pykopjê, também conhecidos como "Pykopcatejê", "Pukobiê" e "Gavião do Maranhão" é um povo indígena brasileiro que se localiza no sudoeste do estado do Maranhão. Em 2005, sua população perfazia um total de 473 indivíduos. Os atuais Gaviões residentes na zona tocantina paraense são originários das terras do Estado do Maranhão. A chegada do último grupo local Gavião ao Pará se reporta ao ano de 1969, quando um grupo "pacificado" no ano anterior pelo sertanista Antônio Cotrim, nos campos de Imperatriz, foi levado para a Terra Indígena Mãe Maria, no município de São João do Araguaia – hoje fazendo parte do município de Bom Jesus do Tocantins -, local em que se mantém até o presente. Alguns índios remanescentes de um grupo que habitava na Reserva Gavião da Montanha, localizada no município de Tucuruí, nos meados da década de setenta, ainda permaneciam neste local, sendo deslocados para a Terra Indígena Mãe Maria recentemente, contudo ainda revindicando indenização por ter suas terras tradicionais alagadas pela Hidroelétrica de Tucuruí. (Nota da **IHU On-Line**)

19 **Comissão Nacional da Verdade (CNV)**: é o nome da comissão que investigou as graves violações de direitos humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988, por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado brasileiro, ocorridas no Brasil e

que somente no período investigado pela Comissão, mais de oito mil indígenas foram atingidos pela violência, através de remoções forçadas, torturas, maus tratos e tentativa de extermínio, e pelo que se infere, este número deve ser muito maior. Dado à extensão do problema, é reivindicado que este relatório da Comissão Nacional da Verdade seja apenas o passo inicial no caminho da justiça de transição dos povos indígenas, e que seja instalada uma Comissão Nacional da Verdade Indígena.

IHU On-Line – Como se deu a relação do governo federal com os povos indígenas durante o regime militar? E em que medida os índios foram vítimas da ditadura militar?

Elena Guimarães – No contexto da ditadura militar, os crimes estavam relacionados à ocupação do território, dentro dos princípios da Doutrina de Segurança Nacional. Havia uma política de ocupação de terras no interior, onde estas eram arrendadas, vendidas e ocupadas, em conluio com empresas e políticos locais, com objetivo de explorar economicamente, o que Golbery Couto Silva[20] chamava de "amplos espaços vazios". A integração nacional visava à defesa estratégica e à promoção do desenvolvimento econômico, ainda que à custa de inúmeros povos indígenas que ocupavam o território. Para que efetuassem a abertura de estradas, povos indígenas eram removidos de suas terras, e quando havia resistência, muitos eram exterminados. Este é o caso dos Waimiri-Atroari,[21] conforme apresentação do relatório do Comitê da Verdade, Memória e Justiça do Amazonas. No período em que foi construída a BR-174 (Manaus–Boa Vista), desapareceram nove aldeias na margem esquerda do Médio Rio Alalaú, e testemunhos indicam que houve bombardeio com gás letal, praticamente exterminando toda uma aldeia. Entre os anos de 1972 e 1975, houve uma redução da população de 3 mil para 374 pessoas.

> ***Sendo a terra a razão de ser do índio, aquela que confere sentidos, reúne valores e crenças, a expropriação de terras constitui grave infração contra direitos humanos***

Pressão

Em entrevista publicada pela Folha de São Paulo, em 20 de abril de 1968, o ex-diretor do SPI, José Maria da Gama Malcher, declara como ocorria a pressão de grupos econômicos e políticos, sobre os ministérios e destes sobre o SPI. Segundo ele, os diretores não tinham escolha, ou aceitavam as imposições, assumindo a responsabilidade pelos desmandos, ou ficavam impossibilitados de trabalharem e acabavam perdendo seus postos. Desta forma, ele demonstra o fato de o inquérito administrativo responsabilizar apenas os diretores e servidores do SPI, ainda que, em última instância, a raiz dos problemas fossem esses grupos de pressão. Outro fator que ele atribui aos problemas estruturais do órgão é a insuficiência de dotação orçamentária, que teria transformado o SPI "de entidade assistencial em assistido", pois grande parte da renda proveniente dos arrendamentos e comercialização dos recursos naturais era utilizada para atender as demandas do serviço.

Em 1967, no governo do General Castello Branco,[22] é criado o

também no exterior. A comissão foi instalada oficialmente em 16 de maio de 2012. A CNV concentrou seus esforços no exame e esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticados durante a ditadura militar (1964-1985). A Comissão ouviu vítimas e testemunhas, bem como convocou agentes da repressão para prestar depoimentos. Promoveu mais de 100 eventos na forma de audiências públicas e sessões de apresentação dos relatórios preliminares de pesquisa. Realizou diligências em unidades militares, acompanhada de ex-presos politicos e familiares de mortos e desaparecidos. Constituiu um núcleo pericial para elucidar as circunstâncias das graves violações de direitos humanos, o qual elaborou laudos periciais, relatórios de diligências técnicas e produziu croquis relativos a unidades militares. Colaborou com as instâncias do poder público para a apuração de violação de direitos humanos, além de ter enviado aos órgãos públicos competentes dados que pudessem auxiliar na identificação de restos mortais de desaparecidos. Também identificou os locais, estruturas, instituições e circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos, além de ter identificado ramificações na sociedade e nos aparelhos estatais.
Em 10 de dezembro de 2014, a CNV entregou seu relatório final à Presidente Dilma Roussef.(Nota da **IHU On-Line**)

20 **Golbery do Couto e Silva** (1911-1987): militar e geopolítico brasileiro. Destacou-se como teórico do movimento político-militar de 1964. (Nota da **IHU On-Line**)

21 **Uaimiris-Atroari**: ou Waimiri-Atroari são um grupo indígena que habita a parte sudeste do estado brasileiro de Roraima e nordeste do Amazonas, especificamente a área Waimiri-Atroari. Eles se chamam as pessoas Kinja. Eles fazem parte dos povos caribenhos, cujo território de ocupação imemorial está localizado no sul do estado atual de Roraima e Amazonas. Durante o século 19, eles eram conhecidos como o Crichanás, quando segmentos expansionistas de circundante povo brasileiro fez o primeiro contato com eles. O sítio do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** vem publicando uma série de reportagem sobre Waimiri-Atroari, entre elas a entrevista "Waimiri-atroari: vítimas da Ditadura Militar. Mais um caso para a Comissão da Verdade", com Egydio Schwade, disponível http://bit.ly/1YCTX1O, e o artigo de Egon Heck, "Waimiri Atroari – a guerra velada e revelada", publicado nas Notícias do Dia de 12-05-2012, disponível em http://bit.ly/1Ni6wHJ. Confira mais em http://bit.ly/1YCUelb. (Nota da **IHU On-Line**)

22 **Humberto de Alencar Castello Branco** (1900-1967): militar e político brasileiro, presidente da república designado após o Golpe Militar de 1964. Nomeado chefe do Estado-Maior do Exército por João Goulart em 1963, Castello Branco foi um dos líderes do Golpe de Estado de 31 de Março de 1964, que depôs Goulart. Eleito presidente pelo Congresso, assumiu a presidência em 15 de abril de 1964, e ficou no posto até 15 de março de 1967. Durante seu mandato, Castello Branco desmantelou a esquerda do Congresso e aboliu todos os partidos. Foi sucedido pelo seu ministro de Guerra, Marechal Costa e Silva. (Nota da **IHU On-Line**)

Ministério do Interior, sendo ocupado pelo General Afonso Augusto de Albuquerque Lima,[23] militar da "linha dura", ultranacionalista, que defendia o fortalecimento do capital nacional. Ele foi o responsável pela instauração da Comissão de Inquérito para investigar as irregularidades do SPI, tendo como base as resoluções publicadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito de 1963.

IHU On-Line – Quais os casos de violência contidos no Relatório Figueiredo mais lhe chamaram atenção? Por quê?

Elena Guimarães – É difícil dizer quais casos mais chamaram a atenção. Os crimes contra a pessoa do índio, descrição de torturas e massacres são evidentemente chocantes, mas o que mais impressiona é ver um capítulo da história em que se evidenciam abusos, crimes, desrespeitos de toda ordem e ter confirmado que é apenas um capítulo, que estes massacres já aconteciam antes e continuam ocorrendo até os dias de hoje, conforme pode ser verificado nos relatórios anuais do Conselho Indigenista Missionário – Cimi. A título de exemplo, somente em 2014 foram assassinados 138 indígenas, além dos altos índices de suicídios e mortalidade infantil. O estado que figura com maiores ocorrências é Mato Grosso do Sul.

23 **Afonso Augusto de Albuquerque Lima** (1909-1981): foi um engenheiro, militar e político brasileiro. Membro da arma de engenharia, participou da Revolução de 1930, reprimiu a Intentona Comunista em 1935 no Recife e participou da Segunda Guerra Mundial no 9º Batalhão de Engenharia de Combate, primeira unidade brasileira a trocar tiros com os alemães. [1] Liderou a construção das estradas Macapá-Clevelândia e Joinville-Curitiba. Era a um só tempo radical nas questões políticas e nacionalista nas questões econômicas. Participou da criação da Sudene, dirigiu o Departamento Nacional de Obras contra as Secas, chefiou a Divisão de Assuntos Econômicos da Escola Superior de Guerra e foi interventor na Rede Ferroviária Federal, de onde renunciou denunciando a corrupção impune. Erigiu-se como um dos ícones da linha dura no início do Regime Militar, sugerindo o aprofundamento da ditadura. (Nota da **IHU On-Line**)

Minúcias do horror

No Relatório Figueiredo, entre as passagens que falam de massacres e genocídio, Jader Figueiredo[24] menciona a chacina do Maranhão, "onde fazendeiros liquidaram toda uma nação, sem que o SPI opusesse qualquer reação"; a eliminação "da tribo localizada em Itabuna, na Bahia", dizendo que "jamais foram apuradas as denúncias de que foi inoculado o vírus da varíola nos infelizes indígenas para que se pudessem distribuir suas terras entre figurões do Governo"; e dos Cinta-Larga, em Mato Grosso, em que "teriam sido exterminados por dinamite atirada de avião e estricnina adicionada ao açúcar".

Em um dos depoimentos dados à Comissão de Inquérito instaurada em 1967, o funcionário do antigo Serviço de Proteção aos Índios, Hélio Bucker, narra o caso dos Pataxó, na Bahia. Ele diz que não houve somente esbulho de terras, mas "um verdadeiro genocídio através da contaminação da tribo Pataxó do vírus da varíola". Bucker também fala da tentativa de dizimação dos índios Tapaiuna (Beiço de Pau), no norte de Mato Grosso, através de açúcar envenenado com arsênico.

No relatório final da Comissão de Inquérito, Jader de Figueiredo Correia denuncia as ações de extermínio que já eram de conhecimento público, que já vinham sendo amplamente divulgadas na imprensa, sem que nada fosse feito pelo poder público. Ele traz à lembrança estes crimes e massacres, responsabilizando o SPI pelo descaso e omissão frente a estes episódios, citando chacinas como a do Maranhão, "onde fazendeiros liquidaram toda uma nação" sem que houvesse qualquer ação do estado brasileiro e do SPI no caso. Em seu texto, não especifica datas quando fala de fatos ocorridos em tempos anteriores ao período de instalação da Comissão de Inquérito. Ele fala do episódio da extinção da tribo localizada em Itabuna, na Bahia, sem mencionar o nome, apenas destacando que "a serem verdadeiras as acusações, é gravíssimo".

24 **Jader Dias de Figueiredo**: foi um político brasileiro do estado de Minas Gerais. Atuou como deputado estadual em Minas Gerais durante a 4ª legislatura (1959-1963) na suplência. (Nota da **IHU On-Line**)

Cena de guerra

O mais chocante foi o caso dos Cinta Larga, ocorrido na década de 1960, que ficou conhecido como Massacre do Paralelo 11. A descrição pormenorizada foi reproduzida em muitos jornais, a partir da confissão de Ataíde Pereira dos Santos, um dos bandidos do grupo chefiado por Chico Luis, a mando da firma seringalista Arruda Junqueira & CIA. Este massacre teve grande repercussão devido ao requinte de crueldade da cena, reproduzida na narrativa de funcionários do SPI, na imprensa e até mesmo em fotografia atribuída ao episódio, publicada pela revista Times.

Os assassinos entraram em uma aldeia dos índios Cinta-Larga metralhando todos que eram encontrados pela frente. Após a chacina, ao encontrarem ainda vivos uma índia com seu filho de seis anos, mataram a criança com um tiro na cabeça e penduraram a mãe em uma árvore, pelos pés, de pernas abertas. Em seguida partiram-na a golpe de facão, do púbis à cabeça. Este crime foi noticiado à época, mas ainda assim os bandidos continuaram impunes.

Casos

Abusos de índias se dão, por exemplo, no envio de meninas para servirem em fazendas, sem qualquer remuneração. Entre diversos casos, podemos destacar o da índia Brasilina. Ela vivia em Santos/SP, há pelo menos seis anos, na casa da filha de um Desembargador. Prática corriqueira, como diz o funcionário José Batista Ferreira Filho em seu depoimento à Comissão, estas índias eram mandadas para casas "de gente de projeção", com "a cobertura a alguns servidores de Mato Grosso". Segundo ele, "as moças eram tiradas do posto sem

o consentimento dos pais, muitas delas saiam da escolinha do posto para as conduções que as vinham buscar, sem os seus pais estarem presentes".

Outro caso marcante é o da menina bororo Rosa, que aos 11 anos de idade foi dada pelo então chefe do posto Couto Magalhães, o Sr. Flávio de Abreu, ao senhor Seabra, como pagamento pela construção de um fogão de barro na Fazenda Santa Terezinha, de sua propriedade. Rosa foi escolhida entre outras meninas que frequentavam a escola de D. Violeta Tocantins. Os homens visitaram a escola e, na sala de aula, Flávio pediu às meninas que ficassem de pé para que Seabra escolhesse qual levaria.

Incitação de violência entre parentes, irmãos, filhos e pais também era prática comum. Há casos em que índios eram obrigados a espancarem suas mães. Casos de castigos com elementos de tortura também eram corriqueiramente vivenciados. Em um dos depoimentos, é citado o caso do menino Umutina de nome Lalico. Ele foi preso, pendurado pelos polegares como castigo por ter furtado um saco de poaia[25].

Dentre todas as atrocidades, a mais impactante é a utilização do instrumento de castigo e tortura, conhecido como "tronco". Ele é mencionado em diversos depoimentos. Ele era um instrumento formado por duas estacas enterradas em ângulo agudo, no mesmo buraco, com o vértice para baixo. A tortura consistia em colocar o tornozelo do índio entre as duas estacas, e paulatinamente fechar o ângulo aproximando as duas pontas superiores das estacas com auxílio de uma corda. O funcionário Samuel Brasil acrescenta em seu depoimento que é um processo muito doloroso, podendo provocar a fratura dos ossos, resultando em muitos índios aleijados.

25 **Poaia:** é o nome comum à várias plantas, de muitas espécies, árvores ou arbustos, da família das Rubiáceas, nativas do Brasil. A poaia, como a ipecacuanha, tem propriedades eméticas (medicamento usado para provocar vômito). (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Que descobertas e inferências foram possíveis fazer a partir do manuseio do Relatório Figueiredo? O que o Relatório pode dizer acerca da realidade de hoje, em especial sobre os conflitos?

Elena Guimarães - Este é apenas um pequeno exemplo, perto de toda a história de resistência diante da espoliação, exploração, embates, massacres e diásporas. E nos perguntamos quais foram os desdobramentos após a publicação das conclusões e encaminhamentos da Comissão de Inquérito, em Diário Oficial, em setembro de 1968? De um lado houve uma mobilização internacional a partir das denúncias de genocídio de índios. A comoção provocada pela publicação do relatório de Jader fez com que cientistas e pesquisadores estrangeiros viessem ao Brasil em 1969, a fim de investigar a situação dos povos indígenas brasileiros. Shelton Davis[26] destaca os artigos "Denúncia de Guerra de Germes contra os índios no Brasil", de Patrick Braun, médico do Departamento Francês dos Territórios de Ultramar, publicado na Medical Tribune e Medical News; e "Fogo e Espada a Arsênico e Balas, a Civilização Mandou Seis Milhões de índios para a Extinção", do jornalista britânico Norman Lewis. Estes artigos, além de inúmeras reportagens e pronunciamentos de sociedades antropológicas e científicas, comprometeram em certa medida a imagem do Brasil no exterior. Em consequência, a delegação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha vem ao Brasil, em 1969, para "apurar possíveis violências contra presos políticos e índios indefesos".

26 **Shelton H. Davis** (1942 – 2010): antropólogo americano e ativista pelos direitos dos povos indígenas. Seu trabalho acadêmico e organizacional com as comunidades indígenas latino-americanos contribuíram para o movimento antropologia interesse público final do século 20. Criou na Universidade de Harvard primeiro curso de graduação sobre nativos americanos nos Estados Unidos. (Nota da **IHU On-Line**)

CPI do Índio – 1968

Após a criação da Funai, em dezembro de 1967, ainda haveria a instauração das CPIs do Índio, em 1968 (interrompida com o AI-5), e da Terra, em 1977. Os casos de violações de direitos humanos também foram enviados ao Tribunal Russell II,[27] realizado entre 1974-76, e ao Tribunal Russell IV, em 1980, quando foram julgados os casos Waimiri Atroari, Yanomami, Nambikwara e Kaingang de Manguerinha[28], e o Brasil condenado. Mas o que vemos após todas as denúncias e escândalos? Não há uma política que vise ao bem-estar dos índios, mas sim a uma intensificação de ações repressoras, com remoções forçadas e a criação de presídios indígenas. Todas as iniciativas têm claro objetivo de impulsionar a plena ocupação do território, através de investimentos em grandes obras públicas, assim como a expansão da exploração legalizada de madeira e recursos naturais.

Qual é a raiz das disputas de terras atuais? São disputas históricas, em que são reivindicadas terras indígenas que em determinado momento foram expropriadas, arrendadas e ocupadas ilegalmente por políticos e ruralistas. Nos autos do Processo do Relatório Figueiredo é possível encontrar algumas referências, como consta em um relatório do IPM, da Divisão de Segurança e Informações, sobre a venda ilegal de terras pertencentes às colônias indígenas do Estado de Mato Grosso. O autor

27 **Tribunal Russell**: também conhecido como o Tribunal Penal Internacional ou Russell-Sartre Tribunal, era um organismo privado organizado pelo filósofo britânico e ganhador do Prêmio Nobel Bertrand Russell e hospedado pelo filósofo e escritor francês Jean-Paul Sartre. Junto com Ken Coates, Ralph Schoenman, Julio Cortázar e vários outros, o tribunal investigadas e avaliadas a política externa americana e intervenção militar no Vietnã, após a derrota de 1954 forças francesas em Dien Bien Phu e do estabelecimento de Norte e Vietnã do Sul. (Nota da **IHU On-Line**)

28 O sítio do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** publicou que trata dos casos. Confira "Da aldeia à ONU – e agora Brasil?", artigo de Egon Heck, publicada nas Notícias do Dia de 28-04-2015, disponível em http://bit.ly/1MPJLO8.

confirma a venda, pelo Estado, de terras situadas em zona de fronteira, sem atender aos trâmites legais. A Assembleia Legislativa do Estado votou leis, concedendo venda de terras em áreas reservadas legalmente a índios e à Colônia Agrícola de Dourados. Entre os beneficiados, estava grupos de políticos e familiares de deputados, inclusive parentes do então Presidente da Assembleia Legislativa, posteriormente feito deputado, o Sr. Rachid Mamed.

Outro caso é o das terras dos índios Bororo, conhecidas como Colônia Tereza Cristina. Estas terras foram demarcadas por Marechal Rondon[29] e a reserva foi aprovada em 1897. Mas os governadores Fernando Correa da Costa[30] e João Ponce de Arruda,[31] contrariando dispositivos legais, assinaram títulos definitivos a particulares, expropriando terras indígenas. Entre os beneficiários havia Ministros do Tribunal de Contas do Estado, Deputados, membros da família do Secretário de Justiça do Estado, entre outros. São citados como envolvidos nas negociatas o grupo econômico de João D'Escócia Sejópolise dos Senadores Filinto Müller[32] e Ney Braga.[33] O funcionário do SPI, Hélio Bucker, fala ainda do esbulho de terras dos índios Kaiowá, na região de Dourados. Ele afirma que o Estado Novo, através do Departamento de Terras e Colonização, criou naquela região uma zona de colonização desapropriando todas as terras indígenas. E com o que nos deparamos hoje?

IHU On-Line - Como avalia a política indigenista brasileira antes, durante e depois da ditadura militar?

Elena Guimarães - A formação do estado moderno absolutista, no século XV e o seu desdobramento em estado nacional burguês, entre os séculos XVIII e XIX tiveram como eixo fundador o projeto de domínio territorial e econômico, em que a ideia de nação e território é intrinsecamente ligada ao reconhecimento de um único povo e uma única língua. A história que ainda se aprende em muitos lugares é aquela construída pela ótica do dominador, em que há um apagamento das diferenças. O Estado-Nação brasileiro foi edificado nestas bases, no projeto de integração e eliminação da diversidade cultural e linguística. E o que se sabe da(s) história(s) indígena(s), dos diversos povos e línguas? No Brasil, segundo o censo de 2010, há 896 mil indivíduos, 305 povos e 274 línguas. Há ainda 69 referências de índios isolados.

"Entraves"

Os povos indígenas em diversos momentos foram considerados como entrave ao modelo de expansão econômica do país. Do cultivo da cana-de-açúcar no nordeste, do café no oeste paulista, ao cultivo do cacau no sul da Bahia; da extração da borracha na Amazônia à introdução da mão de obra imigrante no sul do país; da criação expansiva de gado no centro oeste à monocultura da soja; da construção de linhas telegráficas, abertura de estradas à extração de madeiras e na história mais recente, da extração de minérios à construção de barragens e hidrelétricas. Isso sem falar na especulação de terras, em que territórios originalmente ocupados por indígenas eram considerados terras devolutas, terras livres, podendo ser ocupadas e vendidas. Na tentativa de minimizar o impacto do crescimento econômico na dizimação dos índios e de dar fim às situações de conflito, sobretudo nas fronteiras agrícolas, entre indígenas e não indígenas, é que foram criados aparelhos estatais para execução de políticas de assimilação e integração dos povos indígenas.

Modelo de Tutela

De sua criação à extinção, o Serviço de Proteção aos Índios foi o órgão de estado responsável pela execução da política indigenista brasileira. Sua função era a de assistência no modelo de tutela dos índios. O objetivo instituído pelo SPI era fixar os indígenas em postos, onde pudessem ser "civilizados" através de educação laica e preparo para o trabalho com a terra. O regime tutelar foi proposto em 1912, sendo sancionado em forma de lei em 1928. Do início de suas atividades, em 1910, à sua extinção, em 1967, o SPI passou por diversas estruturas organizacionais, inserindo-se em contextos políticos diversos, vinculado a diferentes ministérios.

29 **Cândido Rondon** (1865-1958): Cândido Mariano da Silva Rondon, conhecido como Marechal Cândido Rondon, foi um militar brasileiro. Desbravador do interior do país, criou em 1910 o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Teve seu primeiro encontro com os índios (alguns hostis, outros escravos de fazendeiros) quando construía as linhas telegráficas que ligaram Goiás a Mato Grosso. Obteve a demarcação de terras de vários povos, entre eles os Bororo, Terena e Ofayé. Em 1939 foi nomeado presidente do Conselho Nacional de Proteção ao Índio. Recebeu do Congresso Nacional, em 1955, através de lei especial, o posto de marechal do Exército. (Nota da **IHU On-Line**)

30 **Fernando Corrêa da Costa** (1903-1987): foi um médico e político brasileiro, tendo ocupado o cargo de senador e de governador de Mato Grosso por dois mandatos. (Nota da **IHU On-Line**)

31 **João Ponce de Arruda** (1904-1979): Graduado em Engenharia civil, assume a prefeitura de Cuiabá em 1932, no lugar de Júlio Strübing Müller, seu cunhado. Eleito Deputado Estadual em 1934, assinou Constituição Estadual, deixando registrada sua restrição quanto ao seu preâmbulo. Com a decretação do Estado Novo ocorrida em 10 de novembro de 1937, a Assembléia Estadual foi fechada. Como Júlio Müller foi nomeado interventor estadual, Ponce de Arruda foi nomeado Secretário Geral do Estado. (Nota da **IHU On-Line**)

32 **Filinto Strubing Müller** (1900-1973): foi um militar e político brasileiro. Participou dos levantes tenentistas entre 1922 e 1924. Durante a ditadura Vargas, destacou-se por sua atuação como chefe da polícia política e por diversas vezes foi acusado de promover prisões arbitrárias e a tortura de prisioneiros. Ganhou repercussão internacional o caso da prisão da judia alemã Olga Benário, militante comunista e companheira de Luís Carlos Prestes, à época grávida quando deportada para a Alemanha, onde seria executada em Bernburg, em 1942. (Nota da **IHU On-Line**)

33 **Ney Aminthas de Barros Braga** (1917-2000): foi um militar e político brasileiro. Foi prefeito de Curitiba, deputado federal, senador e governador do estado do Paraná. Foi também, durante a durante a ditadura militar, ministro da Agricultura, ministro da Educação e Presidente da Itaipu Binacional. (Nota da **IHU On-Line**)

Década de 1930

Na década de 1930, com a ascensão de Vargas, o SPI passa por um dos períodos de desestabilização. Mas com o projeto de Vargas de colonização do interior do país, da denominada Marcha para o Oeste, o SPI obtém novos recursos e é reintegrado em um projeto mais amplo do Estado. Do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o SPI passa para o Ministério do Trabalho (1930-1934) e em seguida para o Ministério da Guerra (1934-1939), como órgão vinculado à Inspetoria de Fronteiras. Dentro da perspectiva de ação política de Vargas, o serviço teria como um dos eixos de ação, primeiramente o trabalho no campo e, em seguida, a proteção militar das fronteiras do país.

Década de 1950

No final dos anos 1950, no período pós-guerra, a política indigenista brasileira passava por mais um período de mudanças. Rondon e seus colaboradores alinhados com os ideais humanitários e positivistas já estavam em idade avançada e já não tinham tanta influência sobre os assuntos indígenas. E o grupo de antropólogos e etnólogos ingressos entre os anos 1940/1950 também deixam os cargos neste período. Segundo o antropólogo Shelton Davis,[34] autor do livro Vítimas do Milagre[35], naquele momento um novo grupo de oficiais do Exército e funcionários públicos assumia posições de poder no SPI. Diferentes autores identificam este momento como o de início de um período de corrupção, abusos e desrespeito ao indígena.

Décadas de 1960 e 1970 – Estatuto do Índio

O Estatuto do Índio começa a ser gestado em 1969, sendo promulgado em 1973. Ele vem estabelecer as diretrizes da nova ordem política, cujo objetivo é integrar o índio "progressiva e harmoniosamente à comunhão nacional". O Estatuto do Índio vem ratificar práticas de exploração e violência, com estabelecimento da "renda indígena", legalizando a exploração de madeiras e outras riquezas em terras indígenas e, segundo trecho do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, introduzindo a possibilidade de "remoção forçada de populações indígenas por imposição da segurança nacional, para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional, e inclui a mineração".

Sucede-se série de iniciativas de forma a construir uma imagem de eficiência da política indigenista implementada pelo Estado brasileiro. Em 1970, o Ministro do Interior, Costa Cavalcanti,[36] declara em entrevista coletiva à imprensa nos EUA, publicada pelo *Correio da Manhã*, em 1970, que "a situação do índio está em perfeita harmonia com os princípios da democracia social e étnica", e acrescenta: "Não pretendo combater lendas, tais como a dos bombardeiros de napalm a aldeia indígena na Amazônia", deixando claro que o objetivo é assimilar e integrar o índio à sociedade nacional.

A partir daquele momento, acentuando-se após a instauração do AI-5[37], a pauta do dia da imprensa e opinião pública passa a ser direcionada para os temas ligados à exploração econômica da região amazônica. A política indigenista adota paradigmas alinhados ao regime, cujo objetivo maior é a ocupação da Amazônia, ratificado pelo Plano de Integração Nacional, editado em 1970. Sob a égide da integração nacional, são implementados diversos projetos de construção de rodovias, entre elas a Transamazônica.

Constituição de 1988

A Constituição Federal de 1988 viria a conferir novo marco jurídico para os povos indígenas, somando-se à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, de 1989. A demarcação de suas terras compete exclusivamente à União, e aos índios são reconhecidas sua organização social, seus costumes, línguas, crenças e tradições·. Mas, na contramão da história da conquista dos direitos indígenas, deputados e ruralistas alinham-se com o intuito de acabarem com direitos constitucionalmente garantidos.

Retrocessos

Projetos de emenda constitucional, projetos de lei e portarias são criadas com objetivo de não só paralisar as demarcações de terras, como de retirar terras já reconhecidas e delimitadas, deixando a cargo do Congresso Nacional o papel de demarcar terras indígenas. Em pleno ano de 2014, enquanto a Comissão Nacional da Verdade encaminhava à Presidência o relatório que apresentava um histórico dos massacres e espoliações vividos pelos povos indígenas no período da ditadura, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal publica acórdão que resulta na anulação de processos de demarcação de terras indígenas. A 2ª turma do STF aplicou o chamado "marco temporal de 1988", em que se consideram terras indígenas tradicionalmente ocupadas apenas aquelas onde os índios se encontravam em 1988, ignorando, desta forma, os esbulhos criminosos e as remoções forçadas no período anterior à CF/88.

34 **Shelton H. Davis** (1942-2010): antropólogo americano ativista pelos direitos dos povos indígenas. Seu trabalho acadêmico e organizacional com as comunidades indígenas latino-americanos contribuiu para o movimento antropologia interesse público final do século XX. (Nota da **IHU On-Line**)

35 Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978. (Nota da **IHU On-Line**)

36 **José Costa Cavalcanti** (1918-1991): foi um militar e político brasileiro, primeiro diretor-geral da Usina Hidrelétrica de Itaipu, cargo que exerceu por onze anos, durante a ditadura militar. (Nota da **IHU On-Line**)

37 **AI-5** (Ato Institucional Número Cinco): decretado pelo general Arthur da Costa e Silva, que ocupava a cadeira de presidente, em 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento de poder que deu ao regime militar poderes políticos absolutos. A primeira consequência do AI-5 foi o fechamento por quase um ano do Congresso Nacional. O ato representou o ápice da radicalização do regime de exceção e inaugurou o período em que as liberdades individuais foram mais restringidas e desrespeitadas, constituindo-se em movimento final de "legalização" da arbitrariedade que pavimentou uma escalada de torturas e assassinatos contra opositores reais e imaginários ao regime. (Nota da **IHU On-Line**)

Ofensivas

As ofensivas partem do próprio Estado. Em março de 2012 a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou a Proposta de Emenda Constitucional 215, que transfere ao Poder Legislativo a responsabilidade pela demarcação das terras indígenas, e em julho do mesmo ano o Poder Executivo, por meio da Advocacia Geral da União, publica a Portaria 303/12, em que aplicam-se as condicionantes estabelecidas pelo STF do julgamento do caso das terras Raposa Serra do Sol,[38] estendendo sua aplicação a todas as terras indígenas. Desta forma, a portaria determina que os procedimentos de demarcação de terras já "finalizados" sejam "revistos e adequados" aos seus termos. Além destas, tramita o Projeto de Lei 1.610/1996, que regulamenta mineração em terras indígenas, em que a despeito da premissa de consulta prévia aos povos indígenas, conforme estabelecido pela OIT, a decisão final fica a cargo de órgãos como o Senado Federal.

IHU On-Line - Qual foi o papel da imprensa, à época, na discussão sobre violência a partir do Relatório Figueiredo? Como avalia a cobertura jornalística de hoje sobre os fatos envolvendo violência contra povos indígenas?

Elena Guimarães - A dimensão de violência exposta pelo resultado das investigações da Comissão de Inquérito ganhou tal repercussão que ficou conhecido como o escândalo do século. Mas tal escândalo foi abafado com o AI-5 e se passariam 45 anos sem que o assunto fosse estudado. Esta passagem da história era abordada até então pelos pesquisadores como um inquérito que resultou na extinção do SPI. A ênfase na abordagem da imprensa nacional da época era sobre a corrupção e as irregularidades administrativas. O estarrecimento em relação aos crimes contra a pessoa do índio se deram na medida em que ganharam também as manchetes dos jornais no exterior.

Já no contexto da Comissão Nacional da Verdade, em abril de 2013, quando o Relatório Figueiredo é "descoberto", o jornal Estado de Minas publicou uma série de reportagens assinadas por Felipe Canedo, evidenciando os crimes cometidos contra os povos indígenas no período do regime militar. O Relatório Figueiredo é eleito como o conjunto documental que traria provas das violências promovidas diretamente pelo Estado, através de seus agentes, ou indiretamente, quando por civis, por interesses políticos e econômicos, com a conivência e/ou omissão do Estado.

Tido como desaparecido, acreditava-se que esta documentação havia se perdido em um incêndio criminoso que aconteceu nos arquivos do Ministério da Agricultura em 1967. O Relatório Figueiredo foi identificado por Marcelo Zelic, nos arquivos do Museu do Índio, em meio aos autos do Processo da Comissão de Inquérito de 1967. Esta documentação veio transferida da Funai/Brasília para o Museu do Índio em 2008, quando recebeu uma descrição sumária. Esta "descoberta", no contexto da Comissão Nacional da Verdade, ficou em evidência, e o Relatório Figueiredo chegou a ser citado pela BBC, em maio de 2014, como "uma das oito descobertas mais importantes da Comissão Nacional da Verdade", por ser identificado como um dos raros documentos disponíveis que denunciam o tratamento dispensado aos povos indígenas por agentes do estado no período da ditadura militar.

Violência

Mas a violência segue muito maior e extensa do que o divulgado pela imprensa atual. Para que se tenha uma ideia, no dia seguinte ao assassinato de Semião no Vilhalva[39], em Mato Grosso do Sul, a cobertura da imprensa foi praticamente nula. Segundo dados do Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, publicados pelo Conselho Indigenista Missionário – Cimi, edições de 2012, 2013 e 2014, a violência contra os povos indígenas vem aumentando, enquanto a delimitação, demarcação e regularização de terras vêm diminuindo, se tornando praticamente nulo em 2014 e com risco de retrocesso. Neste período o Estado aumentou a repressão e criminalização de lideranças, enquanto ruralistas empreendem cada vez mais ações de incitação ao preconceito, ao ódio e à violência física contra os povos indígenas. Podemos citar como exemplos o assassinato de Oziel Terena,[40] em maio de 2013, em uma operação de reintegração de posse pela Polícia Federal, e Josiel Gabriel Terena, atingido em tentativa de morte por fazendeiros e jagunços, ambos em Mato Grosso do Sul.

A violência se espalha por diversos estados, de Norte a Sul. Podemos citar o caso dos Tupinambá, no sul da Bahia, que vêm sofrendo violências constantes desde que se iniciou o processo de identificação de terras, em 2004. São diversos e constantes os assassinatos em

38 **Raposa Serra do Sol**: área de terra indígena (TI) situada no nordeste do estado brasileiro de Roraima, nos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, entre os rios Tacutu, Maú, Surumu, Miang e a fronteira com a Venezuela. É destinada à posse permanente dos grupos indígenas ingaricós, macuxis, patamonas, taurepangues e uapixanas. Raposa Serra do Sol foi demarcada pelo Ministério da Justiça através da Portaria Nº 820/98, posteriormente modificada pela Portaria 534/2005. A demarcação foi homologada por decreto de 15 de abril de 2005, da Presidência da Republica. Em 20 de março de 2009, uma decisão final do STF confirmou a homologação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, determinando a retirada dos não indígenas da região. Nas Notícias do Dia do site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU é possível ler entrevistas e ampla informação sobre o tema. (Nota da **IHU On-Line**)

39 O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU vem publicando uma série de reportagens sobre o assassinato. Entre elas, "Mais um capítulo sangrento da saga Guarani-Kaiowá", disponível em http://bit.ly/1MIdA30. Confira mais em http://bit.ly/1OuMP2z. (Nota da **IHU On-Line**)

40 O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU vem publicando uma série de reportagens sobre o assassinato. Entre elas, "Terena é morto em reintegração de posse na Terra Indígena Buriti no Mato Grosso do Sul", disponível em http://bit.ly/1ll9qEU. Confira mais em http://bit.ly/1Ta6g1W. (Nota da **IHU On-Line**)

emboscadas e aldeias invadidas por pistoleiros. Os Tenharim, no início de 2014, foram aprisionados na cidade de Humaitá, no Amazonas, quando um grupo de pessoas passou mais de um mês impedidas em seus direitos de ir e vir. No Rio Grande do Sul, uma parte de população expulsou os Kaingang que estavam acampados nas margens de uma rodovia estadual, no município de Erval Grande, com o apoio da Polícia Militar. O quanto destes episódios é abordado e debatido pela grande imprensa? Além disso, qual é o espaço dado para que o indígena exponha sua voz e seu ponto de vista da história?

IHU On-Line – De que forma o resgate da memória do povo indígena pode contribuir para a constituição de políticas públicas que garantam a inclusão sem destituir a cultura dos povos nativos?

Elena Guimarães – Se procurarmos nos debruçar sobre a história destes povos, em particular no que diz respeito ao vivido no período da ditadura civil-militar brasileira, entre os anos 1964-1985, a falta de informação é ainda maior. Vivemos hoje a reboque de uma história silenciada, de onde só temos acesso a parte dos acontecimentos. É uma história dos "vencedores". Aí nos deparamos com o caminho a ser trilhado de forma a reconstruirmos as histórias de resistência, de luta.

Ainda que a Constituição de 1988 tenha representado um avanço em relação à conquista de direitos dos povos indígenas, e que seja considerada um marco de anistia aos povos indígenas, as violações de direitos humanos contra indígenas perduraram até sua promulgação e se reproduzem ainda hoje. Mesmo que superado o modelo integracionista, os indígenas continuam padecendo com o não reconhecimento de seus territórios, expulsão de suas terras e assassinato de lideranças. Sendo a terra a razão de ser do índio, aquela que confere sentidos, reúne valores e crenças, a expropriação de terras constitui grave infração contra direitos humanos, por levar à extinção material e simbólica destes povos. Enquanto não houver reconhecimento efetivo e garantia destes territórios, não podemos considerar que se completou a transição para uma democracia plena.

É preciso apurar em maior profundidade os inúmeros casos de espoliação e violação de direitos humanos dos povos indígenas que não chegaram a ser devidamente estudados pela Comissão Nacional da Verdade, tanto em virtude do tempo estipulado para as investigações, quanto para a redação do relatório. Além disso, entre as recomendações, urge como dever do Estado adotar "medidas de não repetição", de forma a coibir que sejam cometidas novas violações.

Memória e Reparação

Ao falarmos das relações entre memória e reparação, penso na reflexão da professora Maria Cecília Coimbra,[41] do grupo Tortura Nunca Mais/RJ. "Falar de reparação é, principalmente, apontar para o combate que se trava hoje em torno de determinadas memórias, em especial nos países que passaram por recentes ditaduras" (Coimbra, 2008). Enquanto não houver reconhecimento público, por parte do estado, e medidas efetivas de reparação, a partir de afirmações públicas da memória dos povos atingidos, reviveremos práticas do passado no presente. Continuaremos testemunhando problemas de usurpação e luta pela terra, com a violência contra os índios aumentando a cada dia, enquanto o estado brasileiro não efetivar o reconhecimento destas terras, conforme previsto pela Constituição Federal de 1988.

Estas memórias adquirem mais importância ainda, na medida em que podem servir de instrumentos para a reparação de injustiças históricas. Se hoje não temos mais o "tronco" como instrumento de tortura, tal qual o denunciado no Relatório Figueiredo, há na prática cotidiana a violência da marginalização do índio, sobretudo em regiões onde há intensas disputas de terras. Esta marginalização não é somente material, mas, sobretudo, simbólica. A violência, além de física, se dá também no apagamento das memórias, no apagamento das diferenças, no silêncio, na ausência da voz. Para que haja reparação, há que se fazer ouvir estes que sempre foram apartados da história oficial. Estes que são sinônimos de luta e resistência ao modelo de desenvolvimento político, econômico e social imposto por grupos dominantes que se perpetuam no poder.

IHU On-Line – Como é contada a história do índio no Brasil?

Elena Guimarães – Os povos indígenas – como outros grupos considerados minoritários, remanescentes dos quilombos, povos ribeirinhos e caboclos – são a face da população brasileira que é deliberadamente ocultada. Esta ocultação se dá na medida em que são obliterados da história, das narrativas e da memória. Os grupos indígenas sempre foram vistos, em diferentes momentos de nossa história, como aqueles que deveriam ser eliminados, ou, na melhor das hipóteses, integrados, "civilizados"... mas, em última instância, deixarem de ser o que são – indígenas. Até a denominação genérica destes povos – índios – já recebeu diversos tratamentos, tais como silvícolas, aborígenes, selvagens... em geral em sentido depreciativo, desconsiderando a riqueza

41 **Cecília Coimbra**: é psicóloga, historiadora, fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais, no Rio de Janeiro, e professora na Universidade Federal Fluminense – UFF, vinculada ao programa de Pós-Graduação Estudos da Subjetividade. Formada em História, em 1966, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, também é graduada em Psicologia pela Universidade Gama Filho. É mestre em Psicologia da Educação pela Fundação Getulio Vargas-FGV-Rio, doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano na Universidade de São Paulo-USP, onde também realizou pós-doutorado em Ciência Política. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Cecília Coimbra concedeu diversas entrevistas à IHU On-Line, entre elas "A história do Brasil é a história da tortura", publicada na edição 473, de 17-03-2014, disponível em http://bit.ly/1hQty08, e "A proteção do privado que desumaniza o outro", publicada nas Notícias do Dia, de 30-07-2015, disponível em http://bit.ly/1TfZoBr. (Nota da **IHU On-Line**)

da diversidade dos diferentes povos e diversas línguas.

E o que a sociedade brasileira sabe sobre os índios que aqui habitam? O ensino da história de Brasil se dá em alguns dos nove anos de educação formal, mas quais são os diálogos e questionamentos que suscitam acerca da pluralidade cultural de nosso país? Em 2008 foi promulgada a Lei 11.645/08, que institui o ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e o ensino de História e Cultura Indígena nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Nesse momento, nos deparamos com um desafio. Constata-se que sequer na formação de nível superior, nos currículos dos cursos de História, é dada a devida importância a estas histórias. Além da necessidade de disseminação do conhecimento acerca da(s) história(s) e cultura(s) dos povos indígenas na rede de ensino médio e fundamental.

IHU On-Line – Por que o dito homem branco não consegue compreender o humanismo indígena e em que medida a violência materializa essa incompreensão?

Elena Guimarães – Vivemos ainda cercados de grande ignorância em relação à produção de conhecimento, aos saberes, usos e costumes dos povos indígenas. O que se propaga e difunde, via de regra, é uma visão genérica do índio, como se o "ser índio" estivesse vinculado a certa autenticidade mítica, como se houvesse um conjunto de signos que autorizassem tal indivíduo a ser reconhecido como índio ou não. Nesta visão genérica, índio não pode usar relógio, celular, computador, internet. Este é o sumo da ignorância, que entende como "identidade" um conjunto de elementos materiais que não dizem respeito às memórias, vivências e produção de saberes. Arrisco dizer que há uma violência simbólica na medida em que se ignora e não se valoriza a diversidade de línguas, usos, costumes, tradições, saberes e conhecimentos.

Um importante movimento que vai de encontro a isso é o crescente número de indígenas que saem de suas aldeias para estudar nas universidades, ocupando cadeiras nos cursos de graduação, mestrado e doutorado. Uma particularidade destes pesquisadores é que eles trazem consigo uma noção de comunidade que nos falta nestes tempos de individualismo. Eles chegam às universidades em busca de conhecimentos e formação que visam a contribuir de alguma forma com suas comunidades e seus povos. Mas o encontro com o conhecimento produzido pela sociedade envolvente não se dá no sentido de assimilação do índio. É uma apropriação de saberes pelos indígenas, em que estes são tidos como ferramentas e, trabalhando em sentido de mão dupla, havendo maior valorização dos saberes tradicionais. Mas é importante termos sempre em vista que não é um só povo, uma só língua. E que o combate a esta visão genérica e a esta violência simbólica se dá com os povos indígenas ocupando espaços e afirmando sua voz.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Elena Guimarães – A despeito da mudança de paradigma a partir das mobilizações indígenas, propiciados pela Constituição Federal de 1988 e a ratificação pelo Brasil da Convenção 169 da OIT, que garante o direito à consulta prévia aos povos indígenas, temos ainda hoje a continuidade de um pensamento que considera os povos indígenas e populações tradicionais como obstáculos a certo modelo de desenvolvimento, herdeiro direto dos Programas de Aceleração do Crescimento.

Hoje vivemos uma dicotomia, se por um lado vemos o Estado buscando trazer à luz do dia as violações de direitos humanos contra povos indígenas no período da ditadura militar, por outro temos um Estado ainda associado aos interesses dos grandes proprietários rurais, grupos econômicos de investimento, mineradoras e empreiteiras. São estes mesmos grupos que financiam as campanhas eleitorais, elegendo expressiva bancada em defesa de seus próprios interesses.

E agora deputados de frente ruralista ingressam com pedido de instauração de uma CPI da Funai, de forma a colocar em xeque os laudos antropológicos de demarcação de terras indígenas. Se a aprovação da PEC 215[42] já tem por objetivo que a demarcação das terras indígenas esteja a cargo do Congresso, a CPI da Funai só reforça e confirma o intuito secular de deputados ruralistas continuarem legislando em prol de si mesmos. ■

42 **PEC 215**: Proposta de Emenda à Constituição 215, de 2000. Pretende delegar ao Legislativo a aprovação de demarcações de terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação ambiental. A proposta foi aprovada por comissões internas da Câmara e segue os trâmites em plenário. Confira a íntegra da proposta em http://bit.ly/1kpiLvM. Nas Notícias do Dia do sítio do IHU há uma série de materiais sobre o tema. Confira em ihu.unisinos.br (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

– *Relatório Figueiredo: crimes continuam 50 anos depois*. Entrevista com Elena Guimarães, publicada nas **Notícias do Dia**, de 01-10-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1Hs7Hbl.

Inabilidade política e direitos que não se efetivam

Para Lucia Rangel, o Brasil cultivou historicamente falta de respeito com os povos nativos. O resultado é uma classe política inábil com o tema e direitos não estabelecidos de fato

Por João Vitor Santos

Como compreender a relação do Brasil com os povos indígenas? Por que há uma falta de aceitação dos direitos de povos originários e movimentos para destruir suas formas de vida? Para a antropóloga Lucia Helena Rangel, a resposta tem raízes históricas, pois o índio sempre foi visto como mão de obra barata ou aquele que tem de sair da terra e dar espaço ao desenvolvimento. "O índio é aquele que tem que ceder, sempre. Seja para virar mão de obra ou entregar suas terras. Isso implicou numa relação de submissão", pontua. Assim, entende que "essa relação por dominação acabou construindo uma falta de respeito da sociedade brasileira em relação aos povos nativos". O problema é que, apesar de se tentar corrigir essa distorção histórica – a Constituição de 1988 é um instrumento disso –, a sociedade parece não querer aceitar, não entende a cultura do outro e apenas atualiza o pensamento colonial hegemônico.

Na entrevista, concedida por telefone à **IHU On-Line**, a professora se revela decepcionada com os governos de esquerda no Brasil e pelo mundo. Como muitos, acreditava que seria uma lufada de ar novo, capaz de compreender a necessidade de preservar os modos de vida indígena. "A esquerda é ainda incapaz de compreender a alteridade, a diversidade. E só vai compreender isso na hora em que mudar a visão que tem do Estado, do que é desenvolvimento econômico", aponta. Para Lucia, essa ideologia acaba subvertendo aquela que sempre foi a lógica plural da esquerda, "de uma maneira que atende só aos interesses da burguesia". E sobre o Congresso Nacional, resume: "a última legislatura e essa atual são as piores, é anti-indígena, algo que nunca pude imaginar no século XXI".

Lucia Helena Rangel é doutora em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP com a tese "Os Jamamadi e as armadilhas do tempo histórico". Elae é professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Também é assessora do Conselho Indigenista Missionário – Cimi (Regional Amazônia Ocidental) e do Cimi Nacional.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Numa perspectiva história, como entender a relação do Brasil com os seus índios?

Lucia Helena Rangel – A implantação das colônias portuguesas no Brasil não foi igual em todo país. Cada uma das colônias teve alguns processos, como por exemplo, a colônia do norte, no Grão Pará. Ali, a relação com os indígenas foi sempre de interesse, visando à mão de obra deles. No fundo, Portugal queria encontrar ouro, mas não encontrou facilmente. Então, no caso da colônia do Grão Pará, apostou na mão de obra e essa foi sua principal característica. Só que esse uso não foi tão tranquilo e pacífico e, no século XVIII, vamos ter a Guerra dos Tapuias[1] na região norte.

1 **Guerra dos Tapuias**: aconteceu nos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte. O conflito foi uma tentativa de expulsar os índios da região para o desenvolvimento da pecuária. Durante as décadas de 1670 e 1680, os tapuias enfrentavam vários conflitos com os vaqueiros. Os indígenas ficaram numa situação de imobilidade com o avanço da pe-

Quando chega o século XIX, e a abolição da escravidão é um fato premente, o congresso imperial passa a debater o assunto. Para uns, o melhor era abolir a escravidão tão-somente. Isso porque pensavam, em especial os representantes da região norte, que havia muita mão de obra disponível. Já os deputados do nordeste e do sudeste viam o problema de forma diferente porque a agricultura e a mineração estavam sendo feitas ainda com o braço escravo vindo da África. Por isso, defendiam que era preciso ter uma mão de obra para colocar no lugar dos negros, caso se abolisse a escravidão.

Diante disso, nessas regiões, a escravidão para os indígenas foi sempre uma possibilidade premente. Portugal decretava guerra justa contra os índios, sobretudo no período da mineração em Minas Gerais, pois era um território mais cobiçado. Isso porque só vão encontrar ouro no século XVIII e aí é preciso interditar tudo, grandes áreas de terra. Então, temos uma relação com os indígenas que varia entre esses dois interesses: ou se quer a mão de obra potencial que os povos representavam ou se tem uma relação de expropriação de terra, porque vai fazer um empreendimento, seja agrícola pastoril ou mesmo de mineração, dentro das terras indígenas. O fluxo de escravos vindos da África é importante para Portugal porque mascara a questão local, que é a expropriação, a expulsão do povo ou mesmo a escravização.

A tônica do conflito

Essa oscilação entre ver no índio a força de trabalho ou como aquele que tem que sair da terra para dar lugar aos empreendimentos é a tônica, sempre foi. E nenhuma das duas relações se dava de forma pacífica. Isso vai marcar nossa história e marca a relação dos indígenas com a sociedade colonial, nacional, em cada uma das regiões. E marca outra coisa: o índio é aquele que tem que ceder, sempre. Seja para virar mão de obra ou entregar suas terras. Isso implicou numa relação de submissão do índio, de denominação na qual o índio só tem que submeter porque ele é o errado, é pagão, não é cristão, não é branco, fala língua estranha, tem liberdade... E essa relação por dominação acabou construindo uma falta de respeito da sociedade brasileira em relação aos povos nativos.

IHU On-Line – Relação essa que vem se atualizando nos dias de hoje?

Lucia Helena Rangel – Exatamente. Se a gente reconstrói a História, veremos que essa tônica não mudou. A conquista da demarcação de terras no Brasil republicado é, até uma determinada época, muito parcial. Isso se dá durante todo o tempo de existência do SPI[2]. Sim, demarca, mas somente um pedacinho. Por quê? Porque assim vão deixar de ser índios. A política era essa, integrar o índio à comunhão nacional.

Essa integração não significa estabelecer uma relação integrativa, mas significa deixar de ser indígena, querer a terra. Depois da Constituição de 1988 é que tivemos uma abertura maior para o reconhecimento dos direitos dos índios, ainda que continue uma relutância muito grande. Dizem coisas do tipo: "mas como?! É muita terra para pouco índio". Ou seja, representando por um lado um discurso falso e por outro um desconhecimento do que são estas sociedades indígenas que aqui viviam desde antes de Cabral[3]. E ainda há um racismo muito forte, que implica naquilo que Foucault[4] fala que é o racismo. Existe uma categoria, ou mais de uma categoria, escolhida para ser exterminada.

IHU On-Line – A senhora pesquisa a questão indígena há cerca de 40 anos. Olharmos para esse período, essas últimas décadas, o que evoluiu e o que segue estagnado? A mineração, por exemplo, ainda é a principal ameaça aos povos originários?

Lucia Helena Rangel – Temos avanços que são fruto de conquista dos indígenas, que se mobilizaram e passaram a ter espaço para luta pelos seus direitos. Se retrocedermos aos anos 70, em plena Ditadura Militar, veremos um dos momentos terríveis para os indígenas, porque o Brasil está abrindo estrada, construindo hidroelétricas, chegam as máquinas que não respeitam e passam por cima, mas ao mesmo tempo veremos um momento de tomada de consciência. E isso tanto por parte das lideranças indígenas como daqueles que trabalhavam com os índios, os antropólogos, por exemplo, que passam a ver os problemas sociais envolvidos na vida desses povos, e não somente a cultura e sistema de parentesco.

Teremos, ainda, a Igreja tomando consciência de que fazia um trabalho missionário alienado, porque

cuária e construíram uma barreira contra a colonização, o chamado "muro do demônio". Os dois povos entraram num conflito violento, levando à "Guerra dos Bárbaros", ou "Levante Geral dos Tapuias". Os portugueses acreditavam estar lutando contra o próprio demônio nos sertões brasileiros. Os Tapuias eram os não tupis, povo indígena agressivo, que passou a destruir fazendas, matar seus moradores, invadir igrejas e destruir imagens sacras. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Serviço de Proteção ao Índio** (SPI): parte constituinte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), foi um órgão público criado durante o governo do Presidente Nilo Peçanha, em 1910, com o objetivo de prestar assistência à população indígena do Brasil. O Serviço foi organizado pelo Marechal Rondon, seu primeiro diretor. O SPI foi extinto e substituído pela Funai, em 1967. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Pedro Álvares Cabral** (1520-1526): fidalgo e navegador português a quem geralmente se atribui o descobrimento do Brasil, em 22 de abril de 1500. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em http://bit.ly/ihuon119; edição 203, de 06-11-2006, disponível em http://bit.ly/ihuon203; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *'História da loucura' e o discurso racional em debate,* disponível em http://bit.ly/ihuon364; edição *343, O (des)governo biopolítico da vida humana,* de 13-09-2010, disponível em http://bit.ly/ihuon343, e edição 344, *Biopolitica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em http://bit.ly/ihuon344. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em Formação**, disponível em http://bit.ly/ihuem13, *Michel Foucault*. (Nota da **IHU On-Line**)

tinha espírito de apaziguar dando escola para o índio, ensinando uma religião para que tudo ficasse bem. Ou seja, entende também que aquilo que ela fazia era a morte dessas culturas e assim temos uma mobilização que ainda vai envolver jornalistas, juristas, entre outros. Pela primeira vez, temos juristas pensando na questão do ponto de vista dos indígenas e não do ponto de vista da lei brasileira. Isso é um ganho grande, a construção de uma visão jurídica a partir das necessidades indígenas. Aí se esboça algo que tem frutos positivos, a demarcação de terras.

Conquistas constitucionais

Essa demarcação começa a acontecer timidamente até a constituinte de 88, que escancara que tem de demarcar. Mas veja: não demarcou. Entretanto, é preciso que se diga que demarcou quase metade daquilo que era reivindicação dos povos. Na Constituição temos outro ganho, um ganho de cidadania para todos nós, que é o reconhecimento à educação diferenciada e bilíngue para os índios. Significa que, pela primeira vez, o Brasil reconhece que não é uma nação monolinguística e sim plurilinguística, com muitas diversidades. Um dia chegaremos lá, reconhecendo que o Brasil não é só uma nação, mas um Estado plurinacional.

Mediocrização

O Estado brasileiro mal conseguiu se formar e já foi se mediocrizando com tanta ditadura, vai e volta aparece a ditadura, vai e volta os políticos se arvoram como donos da verdade – como se não legislassem para as pessoas, como se legislassem para seus valores, suas Igrejas. E isso representa ameaça às conquistas da Constituição.

IHU On-Line – Como avalia a política indigenista desses 13 anos de um governo dito de esquerda?

Lucia Helena Rangel – Para nossa tristeza, quando chegamos num governo de esquerda – ou mais popular , nem sei que nome tem –, que seria o momento de acolhimento dos direitos e expansão de nossa cidadania, dos direitos de todos, chegamos a um período em que menos se demarcou terra indígena. Fomos atravessados por um governo que fez questão de ganhar eleição e para ganhar a eleição no Brasil você tem que concordar e fazer aliança com setores da direita. E são exatamente aqueles setores que negam os diretos dos mais pobres, os direitos à diferença, da expansão da cidadania. São aquelas elites que foram criadas no espírito escravocrata. Para mim, especificamente, e acho que para os movimentos indígenas, foi uma decepção.

IHU On-Line – Por que a esquerda, de modo geral e não só no Brasil, também na América Latina, não é capaz de entender a causa indígena e suas relações, com a terra, por exemplo?

Lucia Helena Rangel – A esquerda é incapaz disso porque tem uma visão, talvez por heranças teóricas, explicativas, políticas, que acreditam que o Estado é a instituição que vai promover a grande igualdade. Essa falácia da esquerda é complicada, pois gerou ditaduras cruéis – veja o caso da União Soviética – ou ditaduras que nem sabem mais para onde vão ir – como é o caso de Cuba. E essa falácia se torna ainda mais complicada para povos que não querem um Estado dessa forma. Esses povos são tomados como ignorantes, atrasados, como se fossem obra do passado, como se tivessem ficado para trás na história.

A esquerda é ainda incapaz de compreender a alteridade, a diversidade. E só vai compreender isso na hora em que mudar a visão que tem do Estado, do que é desenvolvimento econômico. Essas questões estão muito bem formuladas para a esquerda, mas de uma maneira que atende só aos interesses da burguesia. É isso que a esquerda não percebeu ainda. Fica mais do lado da burguesia quando prega o desenvolvimento.

Observe os programas sociais. Não digo que não são bons, mas nenhum deles tocou num ponto fundamental para a sociedade brasileira: a reforma agrária. Esse ponto passa longe, fica escondido e nunca foi encarado de fato. Até os que reivindicam reforma agrária tiveram, nesses últimos anos, menos voz do que tinham antes. Isso é ruim, decepcionante. E estou falando como alguém que sempre votou na esquerda, sempre acreditei nessa esquerda. Mas, a gente vai estudando, a cabeça vai mudando e vamos entendo melhor a nossa história, nossa sociedade.

IHU On-Line – E sobre o Congresso Nacional, como avalia a compreensão e adesão da questão indígena pelo Legislativo?

Lucia Helena Rangel – A última legislatura e essa atual são as piores, é anti-indígena, algo que nunca pude imaginar no século XXI, em 2015. Temos uma maioria no Congresso Nacional atuando e querendo legislar contra os indígenas. Mas o que é isso?! Depois de toda a história, tudo que já vivemos, chegarmos a esse ponto? Bem, então significa que não andamos nada. Estamos, ainda, vivendo no período colonial, quando a discussão ainda era se índio pode ou não ter terra. Basta ver a constituição do I Império, quando discutiam se os índios tinham ou não direito de ter terras. Como podemos voltar dois séculos? E essa é a pior legislatura!

Outro dia, vi um economista falando que o senso demográfico mostrou que quase 85% da população brasileira está vivendo em cidades. Então, é uma população urbana, mas o voto em parlamentares ruralistas foi muito grande. Como é possível? Você é da cidade e vota no ruralista? São contradições e paradoxos que ocorrem na nossa vida.

IHU On-Line – De que forma podemos compreender essa inabilidade do Congresso em entender o índio na materialização da PEC 215[5]? Quais são as questões

5 **PEC 215**: Proposta de Emenda à Constituição 215, de 2000. Pretende delegar ao Legislativo a aprovação de demarcações de terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação ambiental. A proposta foi aprovada por comissões internas da Câmara e segue os trâmites em plenário. Confira a íntegra da proposta em http://bit.ly/1kpiLvM . Nas Notícias do Dia do sítio do IHU há uma série de materiais sobre o tema. Confira em ihu.unisinos.br (Nota da **IHU On-Line**)

de fundo da relação ruralistas e indígenas?

Lucia Helena Rangel – Os ruralistas não se conformaram com os direitos que os índios passaram a ter, ou que foram reconhecidos na Constituição. Raposa Serra do Sol[6], que ficou 40 anos até chegar no Supremo tribunal Federal – STF, forçou os ministros a estudarem a questão pela primeira vez, que foi quando eles se deram conta de que essa era uma questão social. E tão importante que acabaram dando ganho de causa. Embora ainda houvesse alguns ministros, que são também prepostos dos ruralistas, dos latifundiários, que criaram as tais condicionantes. Agora, mesmo assim não conseguiram barrar o processo. Não tem como tirar esse direito do índio, pois é um direito histórico e real. Mas eles ficam tentando, tentando...

A última tentativa foi essa: tirar do Executivo a prerrogativa da demarcação e passar para o Legislativo sob o argumento de que todo mundo tem que opinar. Mas que história é essa?! O que está por trás disso: não demarcar. Assim, se conseguirem aprovar a PEC 215, acabou e nunca mais vai ter demarcação, porque todo o processo de demarcação vai ficar engavetado. Até hoje, por exemplo, o Congresso Nacional não votou o Estatuto do Índio[7]. A Funai[8] ainda tem somente um instrumento legal, além da Constituição de 1988, que é o Estatuto do Índio de 1971. É, inclusive, do tempo da ditadura. Aquilo que a Constituição já garantiu nem está previsto nesse Estatuto. A Funai e os indígenas não conseguem fazer ser votado o novo Estatuto, simplesmente sumiu do Congresso Nacional. O que temos é projeto de lei, de emendas constitucionais, tentando alterar o Direito Constitucional.

Isso é muito grave, um mau exemplo para todo o mundo. E, depois, essa elite reclama do ladrão que rouba casa, que as pessoas têm de se trancar. Mas olhe o exemplo que é dado, nem a Constituição eles respeitam! Isso sem falar na corrupção, que é roubo igual ao do ladrãozinho. Esses são os exemplos dados. Esse é o país onde a gente vive e que nossos legisladores estão reforçando, o país da ladroagem, da grilagem de terra, o país dos benefícios só para a elite, dos privilégios, etc.

IHU On-Line – Como entender o genocídio de Mato Grosso do Sul[9] desde uma perspectiva histórica, e o que pode nos revelar acerca de outros conflitos?

Lucia Helena Rangel – A História de Mato Grosso do Sul é o ícone desse processo que falamos até agora. E é o ícone, sobretudo, de esforço de negar a Constituição, o exemplo mais triste que temos no Brasil. Temos ali uma situação de genocídio, sim. A população indígena de Mato Grosso do Sul é uma população numerosa e sempre foi. E o que foi feito com essa gente? Foram exprimidos em parcelas de terra demarcada, foram enfiando todo mundo ali dentro. É pior do que os campos de concentração porque não tem autoridade lá dentro, não tem ninguém que manda.

Assim, temos uma tensão entre os ocupantes de uma terra minúscula para tanta gente como algo incontrolável. Nem os indígenas conseguem controlar, pois não podem viver todos no mesmo espaço. O direito de acesso à terra é um direito que eles têm por nascimento, por casamento, cada comunidade tem uma base territorial que é formada em função da relação entre famílias. Agora, imagine pegar uma comunidade inteira e colocar na terra de outra comunidade. Ela não tem direito sobre a terra, e isso acaba em um despautério, descalabro de relações sociais tensas e violentas. E, claro, há falta de terra, e os povos não podem plantar porque não têm espaço.

E se não planta, o que faz um homem? Ele é o provedor da família. Daí o mandam trabalhar, e ele acaba indo parar na usina de cana para ganhar uma miséria, para ser explorado e então voltar bêbado para casa. Não querer ver essas coisas, não querer consertar isso é de uma maldade que nunca vi na vida. É maldade de alma, porque se julgam no direito de escorraçar, de ver o outro morrer. O que tem por trás disso? Especular, ampliar as culturas, pregam que querem produzir cana, que o futuro é o etanol. O mesmo com a soja; primeiro foi o gado, depois a soja e a cana. São sempre produções que não dinamizam o mercado interno, são produções para o mercado internacional.

6 **Raposa Serra do Sol**: área de terra indígena (TI) situada no nordeste do estado brasileiro de Roraima, nos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, entre os rios Tacutu, Maú, Surumu, Miang e a fronteira com a Venezuela. É destinada à posse permanente dos grupos indígenas ingaricós, macuxis, patamonas, taurepangues e uapixanas. Raposa Serra do Sol foi demarcada pelo Ministério da Justiça através da Portaria Nº 820/98, posteriormente modificada pela Portaria 534/2005. A demarcação foi homologada por decreto de 15 de abril de 2005, da Presidência da Republica. Em 20 de março de 2009, uma decisão final do STF confirmou a homologação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, determinando a retirada dos não indígenas da região. Nas Notícias do Dia do site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU é possível ler diversas entrevistas especiais sobre o tema. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Estatuto do Índio:** é o nome pelo qual ficou conhecida a lei brasileira de número 6.001, que dispõe sobre as relações do estado e da sociedade com os povos indígenas. Essa lei entrou em vigor em 1973. O Estatuto do Índio segue o mesmo conceito do Código Civil Brasileiro de 1916 e considera os povos indígenas como "relativamente capazes", sendo tutelados por um órgão estatal. Atualmente, cabe à Fundação Nacional do Índio a tutela estatal. Em seu primeiro artigo, a lei estabelece que seu objetivo é "integrar os índios à sociedade brasileira, assimilando-os de forma harmoniosa e progressiva". (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Fundação Nacional do Índio- Funai**: é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, criado pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculado ao Ministério da Justiça. Sua missão é coordenar e executar as políticas indigenistas do Governo Federal, protegendo e promovendo os direitos dos povos indígenas. São também atribuições da Funai identificar, delimitar, demarcar, regularizar e registrar as terras ocupadas pelos povos indígenas, promovendo políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas, reduzindo possíveis impactos ambientais promovidos por agentes externos. A Funai também tem por atribuição, prover o acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania dos povos indígenas, como o direito à seguridade social e educação escolar indígena. (Nota da **IHU On-Line**)

9 Genocídio refere-se ao que vem sofrendo os guarani kaiowá, em Mato Grosso do Sul. O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU tem amplo material publicado e vem acompanhando a questão. Confira em http://bit.ly/1SVs6WJ. (Nota da **IHU On-Line**)

E se comportam a partir de preços especulativos.

Especulação agrícola

Esse mal a agricultura brasileira sempre sofreu, o preço especulativo. Tanto da terra, quanto dos produtos. Ganha-se muito dinheiro e se aplica muito dinheiro, num jogo financeiro que é para vender a ideia de que está todo mundo ganhando. Daí, imagine, vem aquele índio "sujo, maltrapilho", querendo a terra para ele. Esse é nosso drama, nossa tragédia que está muito bem vivenciada em Mato Grosso do Sul.

Temos outros lugares complicadíssimos. O sul da Bahia tem um cenário parecido, talvez não da mesma dimensão, pois a produção é menor. No sul do Brasil temos uma coisa horrorosa, os índios foram parar na beira da estrada e todo mundo faz vista grossa, como se a situação fosse consolidada. Ninguém liga para isso, tem placa nas estradas do Rio Grande do Sul que dizem: "cuidado, indígenas na pista". Mas o que é isso?! É racismo isso, entranhado de 500 anos, cultivado em 500 anos.

IHU On-Line – Quais os principais tipos de violência que o índio sofre hoje?

Lucia Helena Rangel – Está exposto a todos os tipos de violência. Tem uma que aumentou muito: a violência contra o patrimônio indígena. Em lugares onde os índios têm terra, há minérios, muita madeira, e os índios têm esse patrimônio violentado. O Congresso Nacional começou a discutir a reforma do Código Florestal, o qual nem tinha sido aprovado quando, naquele ano, o desmatamento em Mato Grosso e no Pará foi um horror.

Assim, existe a violência contra a pessoa, o patrimônio, uma série de violações de direitos no atendimento de saúde, escolar, entre outros. Há indícios, também, de que a situação é muito preocupante com o número de suicídios entre jovens. São jovens indígenas que se matam porque entendem que é melhor se matar. Eles têm concepções mais bonitas do que as nossas sobre a vida depois da morte e consideram melhor ir para aquela vida ao invés de ficar aqui padecendo e sofrendo.

Geração do medo

Tem uma equação complicada que é assim: todo esse cenário de negação do indígena por meios violentos provoca um medo muito grande. No convívio comunitário há uma série de medos contra os quais essas comunidades têm de lutar faz muito tempo. Avaliar o quanto esse medo representa traumas é uma coisa que ainda está por ser feita. Alguns começaram, mas ainda se tem muito que fazer. Ainda há outro fator que, para se livrar do medo se passa a ter vergonha de ser indígena. Então, o jeito de fugir do medo é negar a si mesmo, sua família, seus ancestrais. Se formos colocar numa perspectiva psíquica ou psicossocial, veremos que estamos diante de situações que mereceriam carinho e cuidado para que as pessoas possam recompor a sua subjetivação, sua individualidade e também suas coletividades.

Desafio social

O nosso desafio enquanto sociedade é construir uma ética para a diversidade, pluralidade. No fundo, é uma questão ética. Não tem como resolver isso, a não ser pela ética. Não é falar que não se pode ganhar dinheiro, não pode isso ou aquilo, mas sim construir uma ética com relações baseadas no respeito, na fruição do afeto. Se reconhecermos que todos têm direito e não apenas alguns, vamos encontrar um caminho.

Entretanto, se continuarmos pensando que o que é produtivo tem uma definição, o que é desenvolvimento tem uma definição, o que é bom para a sociedade tem uma definição, o que é política pública tem uma definição, só vamos agravar esses problemas. Isso não faz bem para nossa sociedade, para nossos filhos, netos. A nossa cidadania fica esvaziada e passa a ter só um lado; o outro lado está vazio e nesse vazio há violência, autoritarismo, degradação. É isso que queremos para nós e nosso futuro? Eu não quero!■

LEIA MAIS...

- *Violência contra os indígenas é um problema ético*. Entrevista com Lucia Helena Rangel, publicada nas **Notícias do Dia**, de 26-06-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1SVmBYe
- *"Uma hora ele é índio demais e atrapalha, outra hora ele é índio de menos, e não tem direitos"*. Entrevista com Lucia Helena Rangel, publicada nas **Notícias do Dia**, de 24-08-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1SVn3p7
- *Elo e sentido na maternidade indígena*. Entrevista com Lucia Helena Rangel, publicada na Revista **IHU On-Line**, nº 359, de 02-05-2011, disponível em http://bit.ly/1NLaxF3
- *O desenvolvimento e os direitos das comunidades indígenas*. Entrevista com Lucia Helena Rangel publicada nas **Notícias do Dia**, de 04-08-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1ldIgjl

“Nós existimos!”, gritam os povos indígenas. A luta pela terra e pela autodeterminação

Para Oiara Bonilla, o que faz o Estado brasileiro inábil para entender o índio é não querer compreender um modo de vida alternativo à corrida desenvolvimentista, posta como única alternativa para se manter vivo – e produtivo – no mundo de hoje

Por João Vitor Santos

Imagine um mundo em que tudo é igual, todos produzem e os que não conseguem isso recebem o afago da mão do Estado para que realmente todos possam consumir e ir e vir livremente. Agora, imagine o que está realmente por trás dessa ideia plástica de Estado Democrático de Direito. Se o exercício é complicado, talvez seja mais fácil olhar para a realidade indígena do Brasil, para se aproximar da realidade. Professora do departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Oiara Bonilla classifica esse cinismo estatal como "abominação política". "O que está em jogo desde a invasão e da colonização é a apropriação de terra por interesses privados. Hoje, não é diferente; aos interesses privados acrescentam-se os interesses econômicos do próprio Estado Brasileiro (geralmente estreitamente associados a interesses privados, é claro)", dispara. "No Brasil, a recrudescência da violência contra os povos indígenas à qual assistimos hoje está estreitamente ligada aos retrocessos e aos ataques que os direitos indígenas vêm sofrendo no próprio legislativo e no judiciário", completa. E a professora ainda lamenta: "Tudo fica por isso mesmo, favorecendo o sentimento de impunidade e abrindo espaço para mais e mais violências e retrocessos. Isso é uma abominação política num país que se diz democrático e livre. Uma vergonha mesmo".

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Oiara lembra que esse modelo neodesenvolvimentista adotado pela presidente Dilma Rousseff é política antiga, renovada com a ascensão do PT ao Palácio do Planalto. "A progressiva paralisia política indigenista no governo Dilma vem lá de trás, já nos anos 1990, quando os direitos conquistados pelos índios na democratização do país começam a ser vistos pelo Estado como obstáculos para o desenvolvimento. E isso foi piorando exponencialmente quando o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC passou a ser uma bandeira do governo e que em nome desse desenvolvimento decidiu-se que "tudo pode", recorda. A professora entende que mais perverso do que a esquerda ter apostado num modelo "desenvolvimentista e ultracapitalista baseado na colonização mercantil" é ainda tomar esta como a única forma de vida possível. "Isso sempre foi colocado para a população, ou melhor, para os eleitores potenciais, pois é nisso que fomos transformados, como sendo a nossa 'única opção' política e econômica, a via do desenvolvimento e do crescimento econômico, e que tem esse preço". Assim, matam-se culturas "menores", sacrificadas pela salvação da nação. "Os povos indígenas são invisibilizados há 500 anos porque a diversidade cultural e linguística que eles representam coloca em xeque a ideia mesmo de Estado nacional. A solução foi fingir que não existiam simplesmente negando sua especificidade, eliminando-os culturalmente ou fisicamente".

Oiara Bonilla é professora de Etnologia indígena no Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – ICHF da Universidade Federal Fluminense – UFF e pesquisadora associada ao *Centre d'enseignement et de recherche en ethnologie américaniste* (EREA – CNRS, Université de Paris Ouest-Nanterre La Défense). Entre 1996 e 1999, trabalhou entre os Karaja e Javaé da aldeia Porto Txuiri, Tocantins. Desde 2000, pesquisa junto aos Paumari da região do médio Purus, Amazonas, concentrando-se nos temas da cosmologia, das transformações e das relações dos Paumari com o patronato amazônico. Em 2013, em consultoria para o Ministério do Desenvolvimento Social, investigou os efeitos do Programa Bolsa Família entre os Guarani Kaiowá da Terra Indígena Takuaraty/Yvykuarusu, Mato Grosso do Sul.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que está em jogo nas disputas por terras entre o dito homem branco e o índio no Brasil? Como entender o genocídio indígena no Brasil de hoje?

Oiara Bonilla – É difícil responder sem entrar na complexidade histórica. Sucintamente, o que está em jogo desde a invasão e da colonização é a apropriação de terra por interesses privados. Hoje, não é diferente, aos interesses privados acrescentam-se os interesses econômicos do próprio Estado Brasileiro (geralmente estreitamente associados a interesses privados, é claro). O genocídio indígena na América é um processo que começa lá em 1492 e não para. No Brasil, a recrudescência da violência contra os povos indígenas (e outras chamadas "minorias") à qual assistimos hoje, está estreitamente ligada aos retrocessos e aos ataques que os direitos indígenas vêm sofrendo no próprio legislativo e no judiciário, assim como ao clima de retrocesso geral que estamos vivendo.

Exemplos desse clima é um deputado federal se sentir autorizado a ameaçar outro publicamente no plenário da Câmara, ou a vociferar um discurso abertamente racista em uma sessão parlamentar e sequer se preocupar com quebra de decoro ou algum tipo de sanção[1]. E são inúmeros os ataques aos direitos indígenas, desde a possibilidade de haver uma PEC 215[2] que coloca em risco um direito fundamental já adquirido, até a criminalização de lideranças indígenas ou a abertura recente de CPI contra o Cimi[3] e a Funai[4]. Tudo isso me parece participar na recrudescência da violência contra os índios.

Essa violência jamais cessou. Ela só tem piorado sem que isso se torne um problema político nacional, nem acarrete nenhum debate, nem tenha consequências para seus autores. O ataque a aldeias e retomadas de terras indígenas por pistoleiros armados a mando de fazendeiros em Mato Grosso do Sul, a organização de um leilão de gado nesse mesmo estado, no final de 2013, para arrecadar dinheiro e contratar "empresas de segurança" que fazem papel de milícia, as ameaças de mortes, os assassinatos de lideranças, e por aí vai. Tudo fica por isso mesmo, favorecendo o sentimento de impunidade e abrindo espaço para mais e mais violências e retrocessos. A abertura recente da CPI contra o Cimi[5] e agora contra a Funai e o Incra[6] vão reforçar ainda mais essa dinâmica genocida, colocando no banco dos réus (e exclusivamente a pedido dos inimigos da causa indígena) os defensores dos direitos indígenas e os responsáveis do estado pela garantia desses direitos. Isso é uma abominação política num país que se diz democrático e livre. Uma vergonha mesmo.

IHU On-Line – Como avalia a política indigenista ao longo dos 13 anos de governo petista? Em que medida o projeto desenvolvimentista do governo de Dilma Rousseff suplanta uma política indigenista de preservação dos povos originários?

Oiara Bonilla – A progressiva paralisia política indigenista no governo Dilma vem lá de trás, já nos anos 1990, quando os direitos conquistados pelos índios na democratização do país começam a ser vistos pelo Estado como obstáculos para o desenvolvimento. E isso foi piorando exponencialmente quando o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC passou a ser uma bandeira do governo e que em nome desse desenvolvimento decidiu-se que "tudo pode", tratando o que estiver pela frente: povos, floresta, movimentos sociais etc. como meros obstáculos a serem contornados pela máquina desenvolvimentista. É uma opção de governo, não há o que negar.

O caso de Belo Monte[7] é emblemático porque escancara essa op-

1 A entrevistada refere-se ao fato ocorrido e relato através da reportagem "Deputado gaúcho diz que quilombolas, índios e homossexuais são 'tudo o que não presta' e incita a violência", reproduzida nas Notícias do Dia, de 13-02-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1PS6wVf. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **PEC 215**: Proposta de Emenda à Constituição 215, de 2000. Pretende delegar ao Legislativo a aprovação de demarcações de terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação ambiental. A proposta foi aprovada por comissões internas da Câmara e segue os trâmite em plenário. Confira a íntegra da proposta em http://bit.ly/1kpiLvM. Nas Notícias do Dia do sítio do IHU há uma série de materiais sobre o tema. Confira em ihu.unisinos.br (Nota da **IHU On-Line**)

3 **CPI do Cimi**: Comissão Parlamentar de Inquéria da Assembléia Legilsativa do Mato Grosso do Sul instalada pela bancada ruralista para investigar a atuação do Conselho Missionário Indigenista – Cimi. Confira reportagem sobre essa CPI publicadas no sítio do Instititio Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1MRtnKJ. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **CPI da Funai e do Incra**: Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Câmara dos Deputados que se propõe investigar as ações da Fundação Nacional do Índio – Funai e do Instituto de Colonização e Reforma Agraria – Incra. Presidente pelo deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), a comissão foi instalada em 28-10-2015, numa iniciativa Frente Parlamentar da Agropecuária. O sitio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU vem publicando reportagens sobre essa CPI. Confira em http://bit.ly/1NPgtwD. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **CPI do Cimi**: Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul instalada pela bancada ruralista para investigar a atuação do Conselho Missionário Indigenista – Cimi. Confira reportagem sobre essa CPI publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1MRtnKJ. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **CPI da Funai e do Incra**: Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Câmara dos Deputados que se propõe investigar as ações da Fundação Nacional do Índio – Funai e do Instituto de Colonização e Reforma Agraria – Incra. Presidente pelo deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), a comissão foi instalada em 28-10-2015, numa iniciativa Frente Parlamentar da Agropecuária. O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU vem publicando reportagens sobre essa CPI. Confira em http://bit.ly/1NPgtwD. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Belo Monte**: projeto de construção de usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 quilômetros no Rio Xingu, no estado brasileiro do Pará. Planejada para ter potência instalada de 11.233 MW, é um empreendimento energético polêmico não apenas pelos impactos socioambientais que serão causados pela sua construção. A mais recente controvérsia sobre essa usina envolve o valor do investimento do projeto e, consequentemente, o seu custo de geração. Saiba mais na edição 39 dos **Cadernos IHU em Formação**, *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais,* em http://bit.ly/ihuem39; e nas entrevistas publicadas no sítio do IHU: *Belo Monte: a barreira jurídica*, com Felício Pontes Júnior, dia 26-04-2012, em http://bit.ly/ihu260412; *Belo Monte. "O capital fala alto, é o maior*

ção desde o início (e demonstra sua relação com um modelo que vem lá da época da ditadura militar), assim como a votação do Novo Código Florestal que demonstrou com todas as letras que o Estado não recuaria frente a absolutamente nada para se embrenhar na via do desenvolvimentismo predador. É isso: a esquerda optou por um modelo desenvolvimentista e ultracapitalista baseado na colonização mercantil do território e na exploração de seus recursos naturais (e o Brasil não é o único caso, é só observar o que está acontecendo nos países vizinhos ditos também de "esquerda"). Isso sempre foi colocado para a população, ou melhor, para os eleitores potenciais, pois é nisso que fomos transformados, como sendo a nossa "única opção" política e econômica, a via do desenvolvimento e do crescimento econômico, e que tem esse preço: "não há alternativa", dizem. Hoje, o péssimo desempenho econômico do país e as crises ambientais nos colocam na frente dos fatos: crise econômica, retrocessos legais absurdos (as mulheres estão nas ruas e apontam para alguns deles há semanas), catástrofes ambientais monstruosas e mais do que anunciadas (lembrando aqui do assassinato do Rio Doce pela Vale e a Samarco, e de Belo Monte, Jirau, Santo Antonio e as demais por vir).

Pararam as demarcações, congelaram-se as homologações de terra (ver o caso da Terra Indígena Munduruku Sawré Muybu que está parado apenas porque sua finalização implica questionar os projetos de barragens no Tapajós)[8] violaram-se as convenções e acordos internacionais ratificados pelo Brasil e que garantem a consulta prévia, livre e informada dos povos tradicionais que habitam territórios a ser explorados pelo Estado, etc.

Renovação na Funai

Houve um só ponto importante, sim, que foi a reforma da Funai[9] e a renovação completa de seus quadros, com contratação de profissionais novos e uma reestruturação interna importante. Isso era indispensável. Mas a falta de recursos e o descaso evidente dos quais a instituição sofre me parecem fazer que hoje, lá na ponta, nas aldeias, pouca coisa mudou. Além do que, a saúde e a educação indígena também estão em péssimo estado.

IHU On-Line – De que forma podemos compreender a inabilidade política brasileira para compreender a questão indígena?

Oiara Bonilla – O Estado brasileiro não está, nem nunca esteve interessado em compreender a questão indígena – as questões, aliás, porque são várias. Os povos indígenas são invisibilizados há 500 anos porque a diversidade cultural e linguística que eles representam colocam em xeque a ideia mesmo de Estado nacional. Todo Estado se depara problematicamente com sua diversidade interna (vejam a França com sua diversidade linguística sendo sistematicamente e historicamente anulada e uniformizada pelo Estado, a Espanha com suas questões regionais, etc.). Minorias e diversidade são consideradas "pedras no sapato" por qualquer Estado. Aqui a solução foi, por um lado, fingir que não existiam (enquanto povos, distintos, diversos, autodeterminados) simplesmente negando sua especificidade, eliminando-os culturalmente, ou fisicamente. Lembremos que o SPI[10] era o Serviço de Proteção aos Índios para sua transformação em "trabalhadores nacionais". Ou seja, localizá-los, protegê-los e garantir sua transformação em camponeses ou proletários.

A única visibilidade concedida é a do emblema nacional (de rendimento fraco, se comparado a emblemas nacionais de Estados como o México, ou países andinos, por exemplo) a partir de uma imagem reconstruída do índio romântico, "genérico", aquele que é mobilizado nas escolas no Dia do Índio, apenas como uma espécie de "fundo de nacionalidade" que pode servir para justificar algum tipo de especificidade propriamente brasileira. Só. Então, não há compreensão. Nem vontade de compreensão. Basta olhar os manuais escolares e o tipo de conhecimento que transmitem sobre os povos indígenas e sobre suas línguas e costumes, consolidando ainda aquela ideia de "elemento indígena" de uma suposta democracia racial fundada na fusão de um "elemento europeu", com um "elemento africano" e um "elemento indígena". Ou aquele discurso presidencial sobre a "mandioca"[11] que ficou triste-

Deus do mundo", com Ignez Wenzel, dia 28-01-2012, em http://bit.ly/ihu280112; *Belo Monte e as muitas questões em debate*, com Ubiratan Cazetta, dia 23-01-2012, em http://bit.ly/ihu230112; *"Belo Monte é o símbolo do fim das instituições ambientais no Brasil"*, com Biviany Rojas Garzon, dia 13-12-2011; em http://bit.ly/ihu131211; *Não é hora de jogar a toalha e pendurar as chuteiras na luta contra Belo Monte*, com Dom Erwin Krautler, dia 03-08-2011, disponível em http://bit.ly/ihu030811. (Nota da **IHU On-Line**)

8 O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU vem publicando amplo material sobre o tema. Destaque para "A luta dos Munduruku contra a invisibilidade", publicado nas Notícias do Dia de 14-11-2014, disponível em http://bit.ly/1PVO7XN; e "A batalha pela fronteira Munduruku", publicada nas Notícias do Dia de 15-12-2014, disponível em http://bit.ly/1RgsdOm. Confira mais em http://bit.ly/1Rgsf8T. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Fundação Nacional do Índio – Funai**: é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, criado pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculado ao Ministério da Justiça. Sua missão é coordenar e executar as políticas indigenistas do Governo Federal, protegendo e promovendo os direitos dos povos indígenas. São também atribuições da Funai identificar, delimitar, demarcar, regularizar e registrar as terras ocupadas pelos povos indígenas, promovendo políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas, reduzindo possíveis impactos ambientais promovidos por agentes externos. A Funai também tem por atribuição, prover o acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania dos povos indígenas, como o direito à seguridade social e educação escolar indígena. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Serviço de Proteção ao Índio** (SPI): parte constituinte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), foi um órgão público criado durante o governo do Presidente Nilo Peçanha, em 1910, com o objetivo de prestar assistência à população indígena do Brasil. O Serviço foi organizado pelo Marechal Rondon, seu primeiro diretor. O SPI foi extinto e substituído pela Funai, em 1967. (Nota da **IHU On-Line**)

11 Em junho de 2015, durante discurso de improviso na Abertura dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, realizado no Brasil, a presidente Dilma Rousseff fez uma saudação à mandioca. "Nenhuma civilização cresceu sem

mente famoso. Participa da mesma lógica.

O que os povos indígenas reivindicam hoje com cada vez mais força é, antes de mais nada, a afirmação de sua existência, pois ela é pura e simplesmente negada há cinco séculos. "Nós existimos!" eles gritam, ocupando o Congresso, retomando terras, manifestando, fazendo filmes, escrevendo livros... E gritar "nós existimos" é afirmar que isso não é possível sem a terra e sem a garantia de sua autodeterminação enquanto povos diversos dentro do chamado Estado.

IHU On-Line – Por que a demarcação de terras indígenas no Brasil é lenta e quais os riscos de se transferir a atribuição do Executivo para o Legislativo, como prevê a PEC 215?

Oiara Bonilla – A PEC 215 é um projeto de demolição do artigo 231 da Constituição Federal promulgada em 1988[12] e que reconhece e garante aos povos indígenas sua organização social, línguas, tradições e direitos *originários* sobre as terras que tradicionalmente ocupam. A palavra "originários" é essencial porque se trata de uma garantia que historicamente antecede a própria legislação, já que os índios existiam aqui antes mesmo do Estado brasileiro existir. O artigo reconhece a dívida histórica do país em relação aos povos originários. O fato de essa garantia ser de responsabilidade do Poder Executivo é uma forma de garantir que os processos de reconhecimento e legalização das terras indígenas se façam de forma independente dos interesses políticos (e políticos partidários) que vigoram no legislativo. Não é difícil imaginar o que acontecerá caso a PEC 215 for aprovada e as demarcações passarem a depender do aval do legislativo. Isso significará a aniquilação pura e simples das demarcações de terra e do reconhecimento de terras indígenas no país, além de colocar em risco também a criação de novas Unidades de Conservação.

O texto da PEC foi sendo modificado e ampliado (para pior) no decorrer de suas andanças pelos corredores de Brasília. Agora, ele inclui o "conceito" de marco temporal (isso vem lá das condicionantes de Raposa Serra do Sol[13]) que para completar o quadro só permitiria o reconhecimento de terras indígenas que estivessem efetivamente ocupadas em 5 de outubro de 1988 (data da promulgação da Constituição). Isso é simplesmente uma aberração histórica, além de mais uma violência contra os povos indígenas, considerando que inúmeras populações foram exterminadas, deslocadas, expropriadas de suas terras ao longo do tempo. Isso é incontestável. Há diversos outros retrocessos graves embutidos na PEC, como a impossibilidade para os índios de solicitar ampliação de suas terras, a possibilidade para o Estado de abrir estradas em terras indígenas, a possibilidade do arrendamento dessas terras, entre outros.

IHU On-Line – Como avalia a situação dos povos indígenas amazônicos? Em que medida o avanço de pesquisas e exploração comercial da floresta tem também ameaçado os índios?

Oiara Bonilla – A situação dos povos indígenas amazônicos é tão precária quanto a das outras regiões porque estão sendo alvo da mesma política. Há uma diferença em relação à dimensão das terras que estão legalmente reconhecidas e tendem a ser maiores no norte (por razões óbvias de se tratar de regiões onde a apropriação fundiária pelos interesses privados é mais recente). Em compensação, vivem em regiões de mais difícil acesso e onde as questões de saúde ou de invasão de terras é de mais difícil resolução. Quando há uma epidemia no Javari ou no Médio Purus, a logística para responder a uma situação de crise é mais complexa e, portanto, mais demorada.

Se no restante do país o desafio principal (não exclusivo) é o reconhecimento de terras indígenas que hoje estão nas mãos de latifundiários ou grandes empresas, na Amazônia os povos amazônicos estão sofrendo sobretudo as investidas do próprio Estado, com as obras do PAC, as estradas, as hidrelétricas, principalmente. Por outro lado, o processo de apropriação fundiária por interesses privados continua na região e vem acelerando, seguindo sempre aqueles mesmos passos: desmatamento (madeira), grilagem, apropriação ilegal e violenta das terras (assassinato de camponeses, índios e seringueiros que nelas habitam), desmatamento (venda da madeira e queimada para formação de pastagens), criação de gado, e quando a pastagem não rende mais, plantação de soja, milho, ou outras *commodities* compatíveis (ou geneticamente adaptados) com o clima e o solo.

Situação hoje

No sul do Amazonas (região da tríplice fronteira entre Rondônia, Acre e Amazonas) a frente do desmatamento está atingindo as

ter acesso a uma forma básica de alimentação e aqui nós temos uma, como também os índios e os indígenas americanos tem a deles. Temos a mandioca e aqui nos estamos, certamente, nós temos uma série de produtos que foram essenciais para o desenvolvimento de toda a civilização humana ao longo dos séculos. Então, aqui, hoje, eu tô saudando a mandioca, uma das maiores conquistas do Brasil", disse a presidente, conforme reportagem do jornal Folha de São Paulo em 23-06-2015. A fala de Dilma foi vista como um deboche aos povos e gerou uma enxurrada de críticas à presidente, repercutindo inclusive em vídeos e animações debochando da situação. (Nota da **IHU On-Line**)

12 A íntegra da Constituição Federal de 1988 está disponível em http://bit.ly/1Ie6PHl. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Raposa Serra do Sol**: área de terra indígena (TI) situada no nordeste do estado brasileiro de Roraima, nos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, entre os rios Tacutu, Maú, Surumu, Miang e a fronteira com a Venezuela. É destinada à posse permanente dos grupos indígenas ingaricós, macuxis, patamonas, taurepangues e uapixanas. Raposa Serra do Sol foi demarcada pelo Ministério da Justiça através da Portaria Nº 820/98, posteriormente modificada pela Portaria 534/2005. A demarcação foi homologada por decreto de 15 de abril de 2005, da Presidência da Republica. Em 20 de março de 2009, uma decisão final do STF confirmou a homologação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, determinando a retirada dos não indígenas da região. Nas Notícias do Dia do site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU é possível ler entrevistas e informações sobre o tema. (Nota da **IHU On-Line**)

terras indígenas, no município de Boca do Acre (AM) assim como no sul do município de Lábrea (AM). Nessas regiões vêm sendo registradas ações de grileiros através de verdadeiras milícias armadas que assassinam lideranças camponesas e seringueiros. As queimadas na Amazônia este ano atingiram uma dimensão descomunal. A fumaça cobriu o estado do Amazonas todo durante mais de um mês.

Outras intervenções na floresta

A questão das pesquisas e da comercialização da floresta e de seus produtos é ainda um outro tema. Conheço mal esse tema por isso não me sinto muito à vontade em responder longamente. O que é certo é que a floresta se tornou mais um alvo dos grandes interesses comerciais, principalmente farmacêuticos e cosméticos. Isso se traduziu recentemente pelo famoso PL 7.735/2014[14] para flexibilizar e favorecer o acesso do grande capital (pesquisas financiadas por grandes empresas privadas entram totalmente nessa categoria) aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais sobre biodiversidade. É isso, o Legislativo a serviço dos grandes empresários e dos interesses privados... O próximo, se não me engano, vai ser o novo código da mineração...

IHU On-Line – O que o genocídio de Mato Grosso do Sul revela sobre a relação de índios e brancos no Brasil? Quais as diferenças e semelhanças nas lutas Guarani Kaiowá[15] e dos povos amazônicos?

Oiara Bonilla – O genocídio indígena em Mato Grosso do Sul revela que continuamos vivendo numa sociedade colonial. E que a opção do Estado continua sendo a de invisibilizar os povos indígenas e de preferência aniquilá-los, tratando-os sempre como obstáculo ao "desenvolvimento", noção que é aqui entendida em sua acepção mais rala e etnocêntrica. E aqui significando capitalismo de mercado, acesso ao consumo e uniformização cultural. Estamos há léguas e léguas de qualquer ideal do que foi chamado em tempos remotos de "socialismo".

Uma especificidade da luta Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul me parece residir no fato de que esses povos estão enfrentando o que os outros povos ainda vão enfrentar no futuro. Lá está o futuro que espera os povos indígenas do restante do país se as coisas continuarem como estão, infelizmente. Os Guarani foram expropriados de suas terras, confinados em reservas, e sistematicamente exterminados. Agora, no lugar, o Estado lhes concede uma série de políticas públicas. Expropriaram suas terras e em contrapartida concedem-lhes cestas básicas, Bolsa Família, salário maternidade, escolas e saúde (de qualidade muito irregular). E isso é uma realidade que está se instalando no país todo. Seu efeito perverso estrutural é esvaziar as terras indígenas, drenando seus habitantes para as cidades e tornando assim essas mesmas políticas públicas cada vez mais essenciais e indispensáveis, e assim vai... É um processo que parece inexorável e sem volta.

Resistência

Apesar de tudo isso, os povos indígenas de Mato Grosso do Sul continuam vivos e de pé. E continuam lutando. Falando suas línguas e reivindicando suas terras, vivendo em conformidade com seu modo de vida, um certo modo de "estar no mundo" que configura a forma guarani de existir e que é central para eles. Nesse sentido são visionários e protagonistas, sem dúvida alguma, de uma luta absolutamente essencial para todos os povos indígenas e para todos nós. Porque se pararmos para refletir um pouquinho, do jeito que a coisa vai, todos nós estaremos sujeitos a essas condições precárias de vida, em pouco tempo: sem terra para plantar, sem casa para viver, dependendo da "generosidade" do Estado para alimentar nossos filhos, num meio ambiente degradado, envenenado por agrotóxicos e resíduos industriais, isto é, deteriorado ao extremo.

IHU On-Line – Qual o caminho a percorrer para conciliar interesses de povos indígenas e produtores rurais? Como fazer da experiência indígena inspiração para outro modelo de produção?

Oiara Bonilla – Não sei se cabe aqui a palavra conciliar. Pelo simples fato de que os povos indígenas estão sendo sistematicamente atacados pelos interesses ruralistas, principalmente, configurando então muito mais uma guerra do que um simples conflito de interesses. Os interesses financeiros do agronegócio não são conciliáveis com o respeito à diversidade, com o reconhecimento do direito à terra, nem com o respeito ao meio ambiente. Basta ver no que Mato Grosso do Sul e Mato Grosso foram transformados em poucas décadas. Desertos de monocultura.

O desafio aqui é pensar em outro modelo de sociedade e se perguntar de verdade: em que mundo queremos viver? E que mundo queremos deixar aos nossos filhos? E isso não é uma pergunta retórica e muito menos utópica. Ela foi colocada muitas vezes ao longo da história do Ocidente. Trata-se de uma pergunta política da maior importância. E está mais do que na hora de ela estar no centro do questionamento político atual.

Experiência indígena

Não creio que os povos indígenas tenham a receita milagrosa para salvar a nossa sociedade, nem cabe a eles esse papel (só faltava essa!). Quando se diz que "basta olhar" para os modelos indígenas de produção, trata-se de uma forma de afirmar: "vejam, outro

14 A íntegra do Projeto de Lei está disponível em http://bit.ly/1NSxWEv. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Guarani Kaiowá:** povo indígena do Paraguai, do estado brasileiro de Mato Grosso do Sul e do nordeste Argentina. No Brasil, eles habitam Nhande Ru Marangatu, uma área de floresta tropical. São um dos três subgrupos guaranis (os outros são Ñandeva e Mbya). Estima-se que mais de 30.000 guaranis vivem no Brasil. No Paraguai eles são cerca de 40.000. O Guaraní língua é uma das línguas oficiais do Paraguai, ao lado de língua espanhola. (Nota da **IHU On-Line**)

mundo é possível!". Na verdade, outros mundos são possíveis e podem conviver. A experiência zapatista exposta em encontro no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IFCS (Resistências Indígenas: as lutas zapatistas e Guarani Kaiowá, no Rio de Janeiro)[16] apontou exatamente para isso. Os povos indígenas são povos que sabem viver e se constituem "sem Estado" (na forma como nós entendemos isso) ou mesmo "contra o Estado" (no sentido dado à expressão pelo antropólogo Pierre Clastres[17]).

Isso não significa que tenhamos que copiá-los ou que esse é o caminho da salvação, mas que os modelos indígenas mostram que a variação é possível, que ao contrário do que os economistas e dirigentes mundiais nos dizem há décadas, não é verdade que a humanidade não tem escolha (que ela só pode seguir o caminho do desenvolvimento e do crescimento econômico, que não há outra via possível). Mas para isso precisamos resgatar muito seriamente a ideia de política e do que é a política e do que é fazer política. Porque se trata de uma questão política mesmo, no sentido primeiro e forte da palavra.

IHU On-Line – Como assegurar que os índios possam viver plenamente sua forma de vida? Qual o papel do Estado e da sociedade civil nesse processo?

Oiara Bonilla – Não acho que se tenha que integrar ninguém, a própria palavra integrar implica uma violência. O desafio é conceber um Estado onde todos caibam, com suas especificidades, onde haja espaço para a diversidade (para além dos espaços 'condescendentes', como os das cotas raciais ou dos grandes discursos sobre tolerância, que não passam de discursos, pois abrir espaço não é tolerar. Abrir espaço é abrir espaço e respeitá-lo seriamente). Trata-se de uma questão política da maior importância e a questão de que mundo queremos deixar a nossos filhos é crucial e central hoje. Isso também se traduz aqui, mais localmente, em parar e pensar que Brasil queremos para o futuro. Não é possível inventar outra coisa? Será mesmo? Os povos indígenas são vítima de um extermínio físico e cultural implacável há 500 anos e estão aí, resistindo: a massacres, a catástrofes ecológicas, a invasões de terra, a expropriações, a epidemias, à catequização, à missionarização, à escravidão, e continuam falando suas línguas, fazendo seus rituais, tratando seus doentes, educando seus filhos, transmitindo seus conhecimentos e preservando suas terras e seu entorno. Recusam-se a deixar de ser quem são e lidam incessantemente com a intrusão do Estado e dos 'brancos' em seus assuntos internos. Realmente queremos que isso continue assim? Esse é o tipo de país que desejamos ser?

Talvez, o papel do Estado poderia começar a ser pensado de outra forma, esforçar-se em conhecer (sua diversidade) e assim conhecer-se a si próprio (enquanto Estado no qual vivem e sobrevivem povos diversos). E nós também (a sociedade civil) poderíamos parar de olhar fixamente para o além-mar e seus grandes modelos (todos periclitantes, diga-se de passagem) e nos perguntar: quem somos nós? De onde viemos e para onde vamos? Que país queremos? Sem dúvida estou sendo ingênua, mas me parece que conhecer e compreender são dois termos em desuso atualmente e que poderíamos resgatar para atingir em algum momento o sentido da palavra respeitar e da expressão viver junto.

IHU On-Line – Qual o impacto de políticas públicas como o Bolsa Família em povos indígenas? Elas dão conta da necessidade e da especificidade da forma de vida indígena ou fragilizam e condicionam os povos?

Oiara Bonilla – De forma geral, parece-me que as políticas assistencialistas são uma forma renovada de tentar "integrar" os povos indígenas à população nacional. A longo prazo, o efeito é o esvaziamento das terras indígenas e a inserção (em muitos casos forçada) na sociedade de consumo. Não creio que, no longo prazo, os impactos de políticas como o Bolsa Família sejam bons para os povos indígenas, porque essa política é a negação mesmo da centralidade da relação que estes povos têm com a terra.

Por outro lado, é preciso hoje olhar para os contextos locais. E aí evidentemente há questões de sobrevivência pura e simples. É o caso de Mato Grosso do Sul, onde a supressão do Bolsa Família seria uma catástrofe humanitária, justamente porque os Guarani Kaiowá foram expropriados e porque as poucas terras que conseguiram reaver foram anteriormente devastadas pela monocultura de soja, cana ou milho e hoje são estéreis ou praticamente irrecuperáveis, porque os rios estão contaminados, etc. Ou casos como em regiões do norte do país, onde a introdução do dinheiro através do benefício social quebrou relações de dependência com patrões e sistemas de escravidão pela dívida. Então, é uma pergunta complexa que implica o conhecimento de cada caso. No caso da maioria das políticas públicas é assim, uma vez implementada, sua eliminação súbita pode ter efeitos piores do que os efeitos negativos que ela já tem. Seria necessário pensar então em como e por que caminho poderíamos escapar agora a ela. E isso provavelmente não seja dissociável da questão política que evoquei acima e que deveríamos nos colocar com urgência: Quem somos nós? De onde viemos e para onde vamos? Que país queremos? ■

16 Confira página do encontro no Facebook, juntamente com algumas percepções. Acesse em http://on.fb.me/1Nc83ii. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **Pierre Clastres** (1934-1977): antropólogo e etnógrafo francês da segunda metade do século XX. É conhecido sobretudo por seus trabalhos de antropologia política, suas convicções anarquistas e anti-autoritárias e por sua pesquisa sobre os índios Guayaki do Paraguai. (Nota da **IHU On-Line**)

Quando a prioridade é só o desenvolvimentismo

Aloir Pacini constata que, diante da política desenvolvimentista, quem dá as cartas é o agronegócio e as mineradoras

Por João Vitor Santos

Uma das questões de fundo que contribui para a promoção do genocídio é o fato de que a sociedade ocidental não se conecta com a lógica indígena e não aceita a forma de vida desses povos por não corresponder a um modelo de consumo e produção. Entretanto, a omissão do Estado diante desse cenário é outro fator decisivo. Muitos indigenistas e pesquisadores nutriam esperança de reverter esse quadro com governos de esquerda, ditos mais sensíveis para questões sociais. Mas, depois de 13 anos de PT no Brasil, o antropólogo Aloir Pacini se apoia em dados do Conselho Indigenista Missionário – Cimi e dispara: "Não são os governos mais de esquerda ou de direita que determinam a questão da demarcação de terras ou a violência contra os indígenas. O agronegócio, a pecuária e as mineradoras é que determinam quais os territórios indígenas que serão explorados dentro desta lógica".

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line,** o antropólogo ainda lembra que essa não é apenas uma realidade brasileira. "Mesmo os governos que são majoritariamente compostos por indígenas como na Bolívia, Panamá e outros, a dinâmica do Estado acaba impondo sua lógica e forçando os indígenas a se incorporarem a este processo capitalista porque não há como manter a estrutura do Estado sem acúmulo de capital e de privilégios para poucos", analisa. O mais irônico é perceber que a ideia europeia, nos primeiros contatos com os povos originários, era colonizar as terras e retirar esses povos de uma situação primitiva. Ao longo dos anos, a lógica é a mesma: integrar o índio ao Estado. Mas por quê? "As sociedades primitivas estão privadas do Estado. Na verdade, eles não necessitam dele assim como nós, do mesmo modo que eles não estão policiados", destaca Aloir.

Para o antropólogo, a sociedade ocidental tem mesmo que aprender a olhar de outra forma para os povos originários. E isso passa, inclusive, pela revisão das ciências como História, Antropologia, Filosofia, Teologia e, claro, ideia de Estado. "A sociedade primitiva é por essência igualitária, os homens são senhores de sua atividade, senhores da circulação dos produtos das atividades e não agem para si próprios, pois os indígenas produzem para o outro em forma de trocas numa economia de reciprocidade", analisa.

Aloir Pacini é graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE. Padre jesuíta, é mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e doutor na mesma área pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atualmente é professor da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quantos e quem são os indígenas no Brasil?

Aloir Pacini – O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010, trouxe dados a respeito da diversidade étnica no Brasil: a população indígena no Brasil era de 896 mil pessoas, divididas em 305 etnias e falantes de 274 línguas diferentes. Só em Mato Grosso somos 44 etnias indígenas. A quantidade de índios que vivem no Brasil não é grande se comparada com países vizinhos como Paraguai, Bolívia, Peru, etc. Todavia, vale ressaltar que houve grande massacre na história do Brasil.

Segundo o censo, em 1991, o percentual de indígenas em relação à população total brasileira era de 0,2%, ou seja, 294 mil pessoas no país. Em 2000, 734 mil pessoas (0,4% dos brasileiros) se autoidentificaram como indígenas, um crescimento absoluto, no período entre censos, de 440 mil indivíduos, ou um aumento anual de 10,8%, a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias de cor ou raça. Para se ter uma ideia do crescimento populacional indígena, o total do país apresentou, no mesmo período, um ritmo de crescimento de 1,6% ao ano.

Sustar o processo de desaparecimento das etnias e fazer crescer em número populacional as existentes se deve em grande parte às medidas afirmativas implantadas pelos últimos governos, temos que reconhecer. Não se faz ideia de quantas etnias já foram extintas no Brasil, mas sabemos que cerca de metade das espécies de animais e árvores da Amazônia corre risco de extinção hoje pelo modo de exploração indiscriminada.

Crescimento em zonas urbanas

Também as áreas urbanas de todas as regiões tiveram significativos incrementos absolutos, fenômeno também observado nas áreas rurais, porém, em menor escala. Em 1991, o Brasil possuía 223 mil indígenas nas zonas rurais (76,1% do total). Em 2000, 383 mil residiam em zonas urbanas (52,0% do total). Essa aparente urbanização se deve a uma maior autodeclaração dos indígenas nas regiões Sudeste e Nordeste, que têm menor número de terras indígenas homologadas e onde ocorreram, nas últimas décadas, importantes movimentos de resistência. Por outro lado, nas regiões em que há maior número de terras indígenas, como Norte e Centro-Oeste, a maioria dos indígenas está na área rural.

População residente autodeclarada indígena e participação relativa, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1991-2000

Grandes Regiões	População residente autodeclarada indígena e participação relativa por situação do domicílio (%)						
	Total		Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
						Total	Específico
Brasil	294 131	734 127	71 026	383 298	223 105	350 829	304 324
Norte	124 615	213 443	11 960	46 304	112 655	167 140	162 056
Nordeste	55 853	170 389	15 988	105 728	39 865	64 661	42 838
Sudeste	30 589	161 189	25 110	140 644	5 479	20 544	10 471
Sul	30 334	84 747	10 167	52 247	20 166	32 500	26 402
Centro-Oeste	52 740	104 360	7 800	38 375	44 940	65 985	62 557
Brasil	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Norte	42.4	29.1	16.8	12.1	50.5	47.6	53.3
Nordeste	19.0	23.2	22.5	27.6	17.9	18.4	14.1
Sudeste	10.4	22.0	35.4	36.7	2.5	5.9	3.4
Sul	10.3	11.5	14.3	13.6	9.0	9.3	8.7
Centro-Oeste	17.9	14.2	11.0	10.0	20.1	18.8	20.6

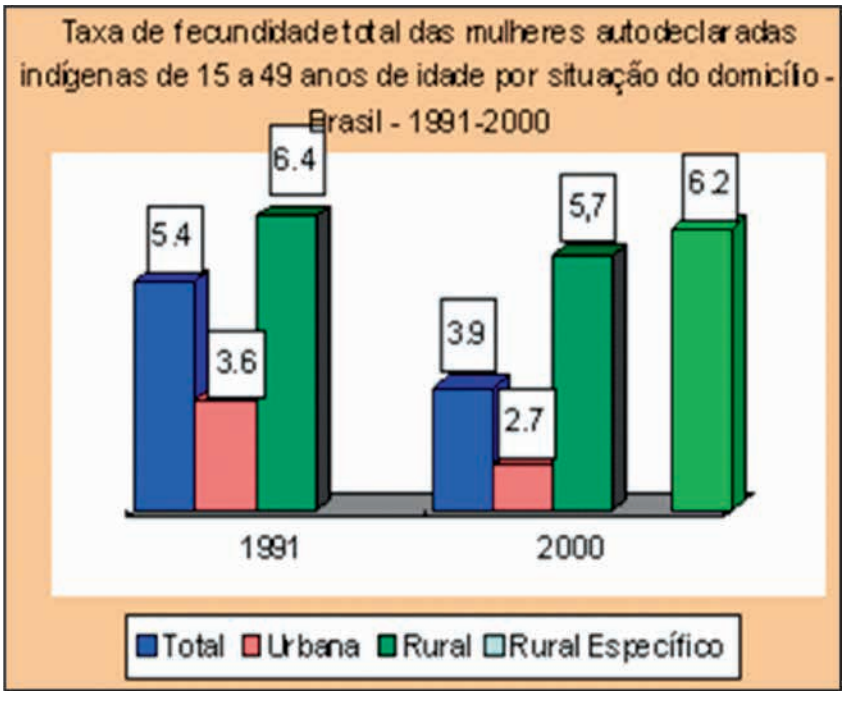
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Paralelamente, a maioria dos que se declararam indígenas nasceram no Norte e no Nordeste do país (as duas regiões somavam 63,9% em 1991 e 57,8% em 2000). Em 2000, o Sudeste passou a despontar com significativa participação entre a população de "naturais", tornando-se a terceira mais importante região do país e superando o Centro-Oeste. A migração inter-regional de indígenas era bastante

reduzida tanto em 1991 como em 2000. A situação era diferenciada apenas no Sudeste, onde, em 1991, 27,7% dos indígenas residentes eram naturais de outras regiões brasileiras, principalmente do Nordeste, e, em 2000, essa proporção era de 25,5% – uma realidade bem próxima à da população em geral. Vale destacar que, em 2000, o Centro-Oeste aumentou sua proporção de migrantes, passando de 3,8% em 1991 para 12,4%, dos quais mais da metade provinha do Nordeste.

Queda da fecundidade

A fecundidade das mulheres indígenas também mostrou um marcado declínio. A queda foi de quase 30% entre 1991 e 2000, quando ficou em pouco menos de quatro filhos. Grande parte desse declínio se deve às mulheres residentes em áreas urbanas, pois nas áreas rurais a taxa situava-se, em 2000, próxima de seis filhos por mulher. Em relação ao rural específico, destacam-se valores acima de sete filhos por mulher nas regiões Sul e Centro-Oeste, resultado que se compara à natalidade estimada para o país como um todo no início do século XX, mas que é compatível com o que dizem pesquisas sobre o comportamento de alguns povos indígenas:



Escolarização

Segundo o censo 2000, a taxa de escolarização para as pessoas de 5 a 24 anos de idade em geral era de 68,3%, já para os indígenas atingia 56,2% – em 1991, apenas 29,6% dos autodeclarados indígenas de 5 a 24 anos estavam na escola. A grande contribuição para o aumento da taxa entre os indígenas veio dos residentes na área rural, com exceção da região Sudeste, onde o incremento maior foi na área urbana. O Nordeste registrava em 2000 a maior taxa de escolarização entre indígenas: 67,8% (em 1991, era 31,6%).

IHU On-Line – Que lógica está por trás da ideologia das Repúblicas que, apoiada somente no ideário moderno da civilização ocidental, busca a integração do índio ao Estado através do trabalho produtivo?

Aloir Pacini – Faz algum tempo que estou pensando no embate das sociedades indígenas diante dos Estados Nacionais, e mais dramático ainda se torna quando essas etnias são minúsculas e não podem nem pretender atuar politicamente dentro das dinâmicas destes Estados. Para compreender este descompasso, relevante é se apropriar das reflexões de Pierre Clastres[1], que aponta os Guaranis como sociedades *contra* o Estado. Não se trata de sociedades *sem* Estado, sem lei e sem religião como alguns gostariam que fosse. Trata-se sim de uma postura ética contra o Estado Republicano, pois possuem formas políticas de gerir seu território tradicional de forma diferente das que estamos assistindo na República dos Estados Unidos do Brasil.

Clastres contextualiza a questão que ele chama de "violência legítima" na relação de poder da sociedade ocidental. Ele revela assim o nosso estranhamento diante das ditas sociedades "sem" Estado: "Ora, não se pode desconhecer esse ensinamento decisivo da Etnologia: o mundo selvagem das tribos, o universo das sociedades primitivas ou ainda – e é o mesmo [o que vem dar ao mesmo] – das sociedades sem Estado, oferece estranhamento à nossa reflexão" (p. 107). Clastres explica que, para os ameríndios, os chefes detêm o poder das palavras.

Palavra e poder

Uma particularidade são as "tribos primitivas" americanas nas quais os chefes desses índios são os homens de poder, os mesmos que possuem o monopólio da palavra. Com isso, Clastres conclui que não se pode pensar um sem o outro, "o poder sem a palavra" (Clastres, p. 107), visto que possuem um *elo* que ele vai chamar de "claramente meta-histórico". Clastres vai dizer: "O fato é que, se nas sociedades de Estado a palavra é o *direito* do poder, nas sociedades sem Estado ela é, ao contrário, o *dever* do poder" (p. 107). Com isso, nas sociedades indígenas, detém o direito da palavra somente o chefe que põe em prática sua palavra, pois todos o conhecem de perto, visto que as palavras "exigem do homem destinado a ser chefe que ele prove o seu domínio sobre as palavras" (Clastres, p. 107). Nessa obrigação

1 CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. Francisco Alves Editora. 1978 (Porto: Afrontamento, 1975. p. 127-211). (Nota do entrevistado)

imposta à função de chefe de ser um homem da palavra, transparece a filosofia política da sociedade primitiva (Clastres, p. 151).

Sendo assim, vazio é o discurso do chefe por não apresentar um discurso de poder: "o chefe está separado da palavra porque está separado do poder. Na sociedade primitiva, na sociedade sem Estado, não é do lado do chefe que se encontra o poder" (Clastres, p. 108). Um chefe que abusa do poder, "*o chefe que quer bancar o chefe*, é abandonado" (Clastres, p. 108). A sociedade primitiva, neste caso, recusa um poder separado, "porque ela própria, e não o chefe, é o lugar real de poder" (Clastres, p. 108).

Cultura ameríndia

A Ameríndia não deixa de desconcertar aqueles que tentam decifrá-la. Vê-la conferir por vezes a sua verdade permanente e imprevista obriga-nos a reconsiderar a quieta imagem que dela temos, e que, talvez por artifício, ela não desmente. A tradição no continente sul-americano esconde uma geografia de terras altas e baixas que não corresponde a culturas altas e baixas: por um lado, as altas culturas andinas alcançaram o prestígio dos seus requintes. Por outro lado, as culturas ditas da floresta tropical seriam parte de um tenebroso reino de tribos errantes através de savanas e selvas. Há que se revelar aqui o etnocentrismo dessa ordem que faz com que se oponha do modo familiar do ocidente a civilização, de um lado, a barbárie, do outro. Contra este preconceito, Clastres mostra que todos os povos que habitam o planeta possuem sabedoria.

O mundo índio se revela capaz de surpreender o ocidente com uma linguagem cada vez mais peculiar, como no caso dos Mbya-Guarani[2], os Tupi-Guarani[3] dos quais os Mbya "são uma das últimas tribos propõem à Etnologia americanista o enigma de uma singularidade que, desde antes da Conquista, os levava à inquietude de procurar sem descanso o além prometido por seus mitos, *ywy mara ey*, a Terra sem Mal." (Clastres, p. 111). Não só acreditavam, mas se devotavam insistentemente na inquietação de procurar sem tréguas o além dos mitos. Disso temos como resultado as grandes migrações religiosas que foram escritas pelos cronistas que passaram pela América do Sul, pois os Guaranis, sob o comando dos xamãs, através de jejuns e danças, tentavam ascender às "ricas moradas dos deuses, situadas no levante" (Clastres, p. 111).

"Os xamãs tupis-guaranis exerciam, pois, sobre as tribos uma influência considerável, sobretudo os maiores dentre eles, os *karai*, cuja palavra, queixavam-se os missionários, continha em si todo o poder do demônio" (Clastres, p. 111). Mesmo considerados os maiores entre os Guaranis ou por causa disso, de acordo com os missionários, eles ocultavam em si todo o poder dos deuses e demônios. Porém, nos textos escritos não davam nenhuma indicação dos conteúdos dos discursos dos *karai* pela simples razão de que os jesuítas não desejavam escrever o conteúdo sugerido pelos diabos aos seus servos índios. "Surpresos e amargos, os jesuítas zelosos descobriram, sem compreendê-las, na dificuldade da sua predicação, a finitude do seu mundo e a *derrizão* [o vazio] de sua linguagem: eles constatavam com estupor que as superstições diabólicas dos índios podiam [...] ser chamado de religião" (Clastres, p. 111).

Resistência

Assim, mantiveram-se vivos os índios Guaranis que hoje sobreviveram nas florestas do leste do Paraguai, sul da Bolívia, oeste do Brasil. Admiráveis em não renunciar a si próprios, os Mbya, quatro séculos depois, ainda persistem em habitar sua velha terra segundo o exemplo dos seus antepassados. Os Mbya "conseguiram conservar a sua identidade tribal contra todas as circunstâncias e provocações do seu passado" (Clastres, p. 112). Apesar das tentativas, os jesuítas não conseguiram "convencê-los de renunciarem a sua idolatria e a reunir-se aos outros índios nas missões" (Clastres, p. 112). "É raro com efeito ver uma cultura indígena persistir em existir" segundo as suas próprias normas, conseguindo conservar-se bastante longe das influências ocidentais. "Do contato entre o mundo branco e o mundo índio resulta na maior parte das vezes um sincretismo empobrecedor onde, sob um cristianismo sempre superficial, o pensamento indígena procura somente adiar a sua morte" (Clastres, p. 112).

Esta resistência dos Guaranis diante da religião do branco se firma na convicção dos índios de que seu destino é regulado na promessa dos antigos deuses que "vivendo sobre a terra má, *ywy mba'e megua*, no respeito às normas, eles receberão daqueles lá do alto os sinais favoráveis à abertura do caminho" (Clastres, p. 112) que, para além do terror do mar, os conduzirá à terra prometida. Se os Mbya são uma etnia que se conserva como uma unidade social visando à preservação de suas diferenças, isso se deva essencialmente ao substrato profundamente religioso que dá sentido à vida de partilha nativa.

Entre os Mbya existem duas sedimentações da sua literatura oral: uma profana que compreende o conjunto da mitologia e nomeadamente o grande mito dos gêmeos, a outra, sagrada, secreta para os brancos, que se compõe das preces, dos cantos religiosos, de todas as improvisações, enfim, que seu

2 **Mbiás ou embiás** (conhecidos pelo etnônimo mbyá ou mbya na bibliografia acadêmica): são um subgrupo do povo guarani que habita a região meridional da América do Sul, em um amplo território em que se sobrepõem os Estados nacionais paraguaio, brasileiro, argentino e uruguaio. Apesar de se reconhecerem cotidianamente pela forma Mbyá, sua autodenominação ritual é Jeguakava Tenonde Porangue' í (os primeiros escolhidos para levar o adorno sagrado de plumas ou os primeiros adornados). (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Guaranis:** etnia indígena das Américas, tendo, como territórios tradicionais, uma ampla região da América do Sul que abrange os territórios nacionais da Bolívia, Paraguai, Argentina, Uruguai a porção centro-meridional do território brasileiro. (Nota da **IHU On-Line**)

fervor inflamado desperta. Quando sentem que seu Deus deseja fazer-se ouvir, arranca sentimentos fortes e chama profetas (*karais*) e não mais xamãs (*pa'is*) que impõe sua forma de linguagem notável pela sua riqueza poética. Inscreve-se assim uma preocupação dos índios em definir uma esfera do sagrado que a linguagem anuncia, e seja, ela própria, a negação de uma linguagem profana.

A busca da terra sem males

Não se trata aqui de fazer uma genealogia da infelicidade. As coisas são más, os homens são os habitantes de uma terra imperfeita, de uma terra má, mas os Guaranis não foram feitos para a selvageria e sua literatura auxiliava a pensar que não foram feitos para a infelicidade, mas tinham a certeza de alcançar um dia a *ywy mara ey*, a chamada terra sem males. "E os seus sábios, sempre meditando sobre os meios de atingi-la, refletiam sobre o problema da origem" (Clastres, 119). "Desgraça [infelicidade] da existência humana, imperfeição do mundo, unidade ao mesmo tempo que fenda inscrita no âmago das coisas que compõem o mundo: eis o que recusam os índios guaranis, e eis o que os levou em todos os tempos [desde sempre] a procurar um outro espaço, para lá conhecer a felicidade" (Clastres, 120).

Os índios Guarani "peregrinavam" à procura de sua terra prometida, eles sabiam situada lá longe do lado do sol nascente "obstáculo à eternidade, o mar de mãos dadas com o sol" (Clastres, p. 121). As sociedades primitivas *sem Estado* dissimulam a verdade deste juízo de fato: um juízo de valor impede a possibilidade de uma antropologia política como ciência rigorosa. Clastres fala que as sociedades primitivas estão privadas do Estado. Na verdade, eles não necessitam dele assim como nós, do mesmo modo que eles não estão policiados. Mesmo que o estado de civilização *sem Estado* designa este último como fim necessário destinado a qualquer sociedade (Clastres, p. 132).

Organização econômica

Dizer que essas sociedades estariam condenadas à economia de subsistência por causa de sua inferioridade tecnológica não é um argumento fundamentado. O equipamento técnico de uma sociedade não é comparável diretamente ao de uma sociedade diferente e não serve para nada contrapor a espingarda ao arco (Clastres, p. 133). Dois axiomas guiam a civilização ocidental: o primeiro estipula que a verdadeira sociedade se desenvolve à sombra protetora do Estado; o segundo anuncia um imperativo categórico que é preciso trabalhar. Apesar dos índios não darem muito tempo ao trabalho, isso não significa que eles morreriam de fome. A sociedade primitiva é por essência igualitária, os homens são senhores de sua atividade, senhores da circulação dos produtos das atividades e não agem para si próprios, pois os indígenas produzem para o outro em forma de trocas numa economia de reciprocidade.

Os Tupi-Guarani pareciam, na época em que a Europa chegou nestas terras, afastar-se sensivelmente do modelo primitivo habitual em dois pontos: a taxa de densidade demográfica das suas tribos e a dimensão dos grupos locais em comparação com as unidades sócio-políticas da floresta tropical (Clastres, p. 206). Clastres fala que o texto não deixou de proclamar a impossibilidade interna de poder político separado numa sociedade primitiva e a impossibilidade de uma origem de um Estado a partir do interior de uma sociedade. Os Tupi-Guarani, como um caso de sociedade primitiva, permitiriam começar a surgir algo que poderia se chamar de Estado. Desenvolvia-se nessas sociedades um processo de constituição de uma chefia política que não seria negligenciado.

Este processo de transformação Tupi-Guarani encontrou uma interrupção brutal com a chegada dos Europeus. Significa que se o processo de "descoberta" do novo mundo tivesse acontecido um pouco mais tarde teríamos um Estado nas organizações das tribos brasileiras. Contudo, na sociedade primitiva, a chefia e a linguagem estão intrinsecamente ligadas, a palavra é o único poder reservado ao chefe: mais do que isso para o chefe falar é um dever. E a partilha não permite o acúmulo e o capitalismo.

IHU On-Line – Por que o dito homem branco não consegue compreender a cosmovisão indígena na sua relação com o ambiente?

Aloir Pacini – Não sei bem se não consegue compreender ou não se quer aceitar estas cosmovisões diferentes que buscam a partilha e não o acúmulo, pois esta forma indígena de viver não serve para enriquecer os poucos que estão no poder. Diametralmente oposta é a forma indígena de pensar o poder de quem produz para distribuir e não para acumular. Pela falta de compreensão da vida dos índios brasileiros, muitos já não querem mais viver tradicionalmente nas suas aldeias e são atraídos para as cidades. Já vimos que hoje mais da metade dos índios brasileiros moram nos centros urbanos e levam uma vida urbanizada, usam internet, falam português, mas nem por isso perderam sua identidade indígena, pois continuam em busca do *bem viver*.

Existem casos de muitas aldeias em cidades como Campo Grande, Porto Alegre e São Paulo. Muitos índios do Nordeste se "vestem" de índio para vender uma imagem que os turistas gostam. O mesmo acontece quando vestem a roupa de marca porque indica um *status* na nossa sociedade. Contudo, nas cidades, vivem seus dramas: muitos são encarados como quem abandonou sua cultura ou deixou de ser índio. Por outro lado, por vezes, nas aldeias são tidos como vencedores porque conseguiram viver na sociedade do branco. Observamos que nas Terras Indígenas demarcadas a vida dos índios é bem mais diversificada segundo suas culturas, enquanto

nas cidades existe a pressão da homogeneização.

O preconceito "branco"

Localizando melhor na fronteira oeste, os preconceitos em relação ao indígena são fortes na cidade de Cuiabá, Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e outras cidades que desejam expurgar sua herança indígena. Isso faz com que eles ocultem suas referências culturais e permaneçam somente no exótico. A crítica mais surpreendente está relacionada às adaptações que os índios fazem para viverem na cidade e lutarem por seus direitos.

Conforme relata Silvia Caiuby Novaes, em sua obra *Jogo de Espelho*[4], quando comenta sobre a reunião de líderes indígenas em Brasília, onde os índios do Nordeste usavam cocar e adereços típicos, o fato é que na aldeia eles não usam tais adereços. É como se eles fabricassem uma identidade para viver na cidade e reivindicar seus direitos enquanto indígenas. Contudo, na visão deles, podem ser igual ao branco porque possuem as mesmas condições humanas, mas querem fazer valer os seus direitos com seus próprios costumes enquanto indígenas.

IHU On-Line- Em que medida as ciências ocidentalizadas, em especial a História e a Antropologia, permitem uma compreensão da complexidade da forma de vida indígena? Quais os avanços que propicia e quais seus limites?

Aloir Pacini – Penso que a História sofre de um problema intrínseco que é sempre colocar os indígenas dentro da história do ocidente e, portanto, os observa como marginalizados. Quando há boa intenção do historiador, pode-se até vê-los como vítimas desta história colonizadora. Pegando como exemplo a experiência da minha pesquisa com os Chiquitanos[5], os coletivos tradicionais indígenas, penso que a Antropologia, através de seu método etnográfico é capaz de levar a sério o que os indígenas fazem e dizem. Neste caso podemos ver a sua agência, ou seja, o seu modo de pensar e agir levando em consideração o bem viver para todos, não somente para eles.

> ***Só poderemos viver bem se aprendermos a viver com os que são diferentes de nós***

O que é dramático é que esta forma de considerar que a terra é mãe de todos, as águas são vivas e precisam ser preservadas no diálogo com seus *hichis* (espíritos), tornam os indígenas frágeis no sentido de eles pensarem que todos, também os brancos, têm direito de sobreviver neste planeta. Mas não vemos o mesmo acontecer a partir dos ditos "brancos" – não todos – que se empoderam e eliminam os índios para tomar as suas terras e outros recursos o fazem sem dor na consciência. Os limites ficam evidentes quando os indígenas procuram formas de tornar o "branco", ou outras etnias, partes da sua sociedade e nós procuramos explorar suas forças de trabalho – e, por isso, são preguiçosos – ou tomar os seus bens.

Como antropólogo e etnólogo, procuro compreender as sociedades indígenas na sua realidade e atuar segundo as suas necessidades. Atuar no local para conseguir algum efeito no geral parece ser a solução. Não há como se esparramar para todo o canto como beija-flor e não ter resultado em canto nenhum. Por isso a atuação focada nos Chiquitanos apresenta coisas concretas, como auxiliar a criar a escola e colaborar até na construção dos prédios para que tenham espaço para estas ações educativas, ou mesmo auxiliar para que tenham água potável, além de juridicamente com laudos antropológicos para garantir seus direitos diante do sistema judiciário que tem muitos juízes fazendeiros.

Por exemplo, no dia 21-11-2015 foram a Brasília nove lideranças Chiquitanas protestar contra a PEC 215[6] e atuar no sentido de conseguir a demarcação de suas terras tradicionais. Mas quem os representa no Congresso e na Câmara de Deputados? São os que tomaram deles as terras que foram eleitos e ocupam os cargos políticos.

IHU On-Line – Como compreender as mudanças da relação entre a Igreja e os povos indígenas? Em que medida a Filosofia e a Teologia podem contribuir com uma aceitação da forma de vida indígena?

Aloir Pacini – Os jesuítas nas Américas foram sensíveis aos apelos dos indígenas desde os primeiros tempos da evangelização e criaram missões o mais independente que puderam das dinâmicas da colonização dos impérios português e espanhol. Inspirados na opção de Jesus Cristo pelos pobres, a Igreja Católica foi capaz de compreender, depois do Vaticano II[7], que não é

4 São Paulo: EdUSP, 1993. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Chiquitanos** (ou chiquitos): grupo indígena que habita o oeste do estado brasileiro de Mato Grosso (Terra Indígena Lago Grande) e o leste da Bolívia. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **PEC 215**: Proposta de Emenda à Constituição 215, de 2000. Pretende delegar ao Legislativo a aprovação de demarcações de terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação ambiental. A proposta foi aprovada por comissões internas da Câmara e segue os trâmites em plenário. Confira a íntegra da proposta em http://bit.ly/1kpiLvM. Nas Notícias do Dia do sítio do IHU há uma série de materiais sobre o tema. Confira em ihu.unisinos.br. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Concílio Vaticano II:** convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 08-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja

preciso converter os indígenas para que eles sejam salvos. Ao contrário, seu modo de vida muitas vezes condiz mais com o que Jesus Cristo espera dos seres humanos, do que o modo do ocidente que se crê cristianizado, mas que apresenta sérios problemas de fraternidade porque pautados no egoísmo, defende e promove a riqueza de uns em detrimento das grandes maiorias humanas. Não estranha que as Repúblicas surjam no ocidente reforçando este modo de ver e acumular capital para as elites.

IHU On-Line – Como entender os riscos da destituição da cultura indígena e suas complexas consequências para os povos, tomando como exemplo o caso dos Chiquitanos?

Aloir Pacini – Eu pude ver como se precisa pouco para viver bem entre os Chiquitanos. Em Santa Ana, na Bolívia, ou na aldeia Vila Nova Barbecho (fronteira do Brasil com a Bolívia) que estava encurralada na beira da estrada, pude ver como se consegue viver com pouco, mas partilhando o que se tem. Se for do modo de produção capitalista, ao estilo capitalista ocidental, todos já estariam mortos. Mas porque o imperativo é distribuir, quando um tem algo para comer todos comem, assim eles conseguem sobreviver. Na aldeia ao lado da Vila Nova Barbecho, o Acorizinho, com a distribuição das terras em lotes particulares pelo Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, somente uma família conseguiu permanecer no local. Os demais acabaram vendendo seus lotes e se mudando para a periferia da cidade de Porto Esperidião. Este processo de desterritorialização dos Chiquitanos foi dramático para dezenas de aldeias nos últimos 50 anos na fronteira brasileira.

> ***Penso que talvez agora, por que todos corremos o risco do dilúvio será possível a mudança no modo de ver a produção de alimentos feita pelos indígenas pautada na partilha sem o desperdício***

IHU On-Line – De que forma o Estado pode/deve fornecer garantias para que os índios sigam sendo índios, preservando suas culturas e locais de origem, sem a necessidade da integração ocidentalizada ao Estado? Como observa a realidade brasileira e a política indigenista empregada pelo Governo Dilma?

Aloir Pacini – Está claro que, para permanecer como indígenas, a posse coletiva da terra é fundamental. O modo como os indígenas manejam os recursos naturais é muito diferente do nosso e eles precisam ter autonomia nessa gestão. Toda vez que interferimos nesse processo sem discernimento complicamos mais as lutas indígenas. Isso está claro também para os fazendeiros e políticos que desejam tomar as terras para a produção capitalista com o argumento de que os indígenas não produzem nada para o país.

Por isso jogam duro para que sejam eles os que vão decidir se vale a pena ter ou não uma terra indígena para as etnias que tradicionalmente vivem no território nacional. Ao exigir que a demarcação das Terras Indígenas passe pelo Congresso Nacional e a Câmara de Deputados – o objeto da PEC 215 –, fica inviabilizada a demarcação das terras indígenas e os conflitos que os indígenas sofrem com as invasões das suas terras tradicionais irão se acirrar cada vez mais até que os indígenas sejam extintos. Evidente é que quem tem mais armas e poder, mais uma vez será o vencedor neste conflito. Assim, quem invadiu, pode legitimar o seu roubo e enriquecer tomando as terras indígenas. Aparece aos nossos olhos que tudo no Brasil funciona com corrupção.

Direitos e proteção ao indígena

O Brasil parece não mais querer assegurar os direitos indígenas. Penso que o Brasil não viveu um contexto tão anti-indígena nem no tempo das Missões Jesuíticas, quando se atacavam as aldeias para levar os indígenas como escravos. A PEC 215 que tramita no Congresso Nacional é prova disso. Naquele tempo da Colônia, os jesuítas souberam ser ousados e criar as Missões que eram ilhas de *bem estar* dos indígenas no contexto de escravidão mais geral, por isso os indígenas procuravam estas Missões para viverem. Contudo, o Império não suportou estas experiências diferentes, fora do capitalismo, e abortou drasticamente estes projetos de *bem viver*.

A Companhia de Jesus sofreu as consequências de sua opção pelos indígenas e teve o mesmo fim das Missões, sendo suprimida no Brasil, em 1759, e na América Espanhola,

dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano I. O **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-6-2009, disponível em *http://bit.ly/o2e8cX*, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em http://bit.ly/REokjn, e a edição 425, de 01-07-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo,* disponível em http://bit.ly/1cUUZfC. Em 2015, o **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** promoveu o colóquio O Concílio Vaticano II: 50 anos depois. A Igreja no contexto das transformações tecnocientíficas e socioculturais da contemporaneidade. As repercussões do evento podem ser conferidas na **IHU On-Line**, edição 466, de 01-06-2015, disponível em http://bit.ly/1IfYpJ2 e também em Notícias do Dia no sitio IHU. (Nota da **IHU On-Line**)

em 1967. O que fazer para colocar novamente esta *Mínima Companhia de Jesus* ao serviço dos pobres e marginalizados da sociedade atual, especialmente os indígenas, é o que me pergunto todos os dias. Não encontro respostas fáceis, mas faço um esforço para não ser conivente com a avalanche do capitalismo que nos sufoca de forma dramática. Somos uma gota d'água para apagar a fogueira, mas feliz por ser gota d'água e não combustível que faz o fogo queimar as iniciativas que brotam do Espírito Santo.

IHU On-Line – Qual sua análise acerca da política indigenista empregada por governos ditos de esquerda na América Latina? Em que medida compreendem o índio e em que medida sucumbem ao projeto neodesenvolvimentista?

Aloir Pacini – Os dados do Conselho Indigenista Missionário – Cimi mostram que, no Brasil, não são os governos mais de esquerda ou de direita que determinam a questão da demarcação de terras ou a violência contra os indígenas que possui relativa constância nos últimos anos. Nas América, o agronegócio, a pecuária e as mineradoras é que determinam quais os territórios indígenas que serão explorados dentro desta lógica. A violência contra os Povos Indígenas no Brasil em 2014[8] possui cifras alarmantes: 138 assassinatos; 31 tentativas de assassinato; 785 mortes na infância; 21 mortes por desassistência à saúde; 135 suicídios; 84 invasões das terras indígenas; 118 omissões na regularidade das terras.

Mesmo os governos que são majoritariamente compostos por indígenas como na Bolívia, Panamá e outros, a dinâmica do Estado acaba impondo sua lógica e forçando os indígenas a se incorporarem a este processo capitalista porque não há como manter a estrutura do Estado sem acúmulo de capital e de privilégios para poucos. Mesmo as iniciativas de socialismos ou comunismos que tivemos acabavam gerando uma elite privilegiada.

Interessante é que pertencemos a uma espécie única e todos os seres humanos possuem uma característica comum, a de orientar o seu comportamento por referência a um conjunto de padrões designado como cultura. Contudo, aprendemos com a antropologia que nossas diferenças são culturais. E podemos dizer que os indígenas possuem uma relação cultural mais íntima com a natureza, porque, para eles, todos os seres, mesmo as montanhas, os vegetais e animais possuem "espírito", possuem agência humana. Esta perspectiva indígena está bem explicada nos textos produzidos por Eduardo Viveiros de Castro[9] e seus discípulos.

> ***Para mim parece difícil que a idolatria do dinheiro dê lugar à fraternidade***

Ecologia cultural

Todavia, quero falar da *ecologia cultural*, que é o estudo da rede de relações que existe entre as comunidades ou sociedades humanas e os seus ambientes de vida. Para Renate Brigitte Viertler[10], na medida em que as populações humanas são dotadas de cultura, é necessário inserir o conceito de cultura no estudo ecológico do ser humano (cf. 1988: p. 9). É inegável que as mudanças culturais sofridas pela humanidade alteraram de modo irreversível as condições qualitativas e quantitativas de sobrevivência humana em nosso planeta (p. 11).

As culturas humanas do século XX, em especial as indígenas, foram obrigadas a se adaptar às novas condições de sobrevivência. O processo de adaptação das culturas humanas do século XX aos seus respectivos ambientes não significa que a convivência e a sobrevivência sejam "melhores" ou mais "vantajosas" para os indivíduos, sejam indígenas ou da sociedade envolvente. Pelo contrário, adaptar-se significou, em muitos casos, sobreviver por meio de numerosas concessões, por vezes com altos custos físicos e morais (p. 20). Em oposição aos "povos da natureza" teríamos então os "povos da cultura", que desenvolveram controles mais eficientes quanto à regularidade e à quantidade dos recursos materiais necessários à sobrevivência de grandes contingentes demográficos (p. 29).

Por isso, podemos dizer que a perspectiva dos indígenas é outra em relação à natureza. Os indígenas possuem um esforço enorme para manter suas culturas que seriam mais adaptadas ao convívio com a natureza porque a concebem como parte de seu corpo e de sua sociedade, não como fonte de riquezas externa a eles, mas uma conservação deles mesmos.

IHU On-Line – Quais os desafios para fazer com que a sociedade valorize e respeite a cultura indígena? Qual o papel do Poder Público e da mídia na constituição da imagem do índio para a sociedade?

8 Fonte: *Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas – dados de 2014*, Cimi. (Nota do entrevistado)

9 **Eduardo Viveiros de Castro** (1951): antropólogo brasileiro, professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Concedeu a entrevista O *conceito vira grife, e o pensador vira proprietário de grife* à edição 161 da **IHU On-Line,** de 24-10-2005, disponível em http://bit.ly/ihuon161." Entre outras publicações, escreveu *Arawete: O Povo do Ipixuna* (São Paulo: CEDI, 1992), *A inconstância da alma selvagem (e outros ensaios de antropologia)*. (São Paulo: Cosac & Naify, 2002) e *Métaphysiques cannibales. Lignes d'anthropologie post-structurale* (Paris: Presses Universitaires de France, 2009). Ele também é autor do prefácio do livro A Queda Do Céu – Palavras de um xamã yanomami, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (São Paulo: Companhia das Letras, 2015). Confira um trecho da obra em http://bit.ly/1Q0Fg5u. (Nota da **IHU On-Line**)

10 VIERTLER, Renate Brigitte. *Ecologia cultural – uma antropologia da mudança*. Ed. Ática. 1988. (Nota do entrevistado)

Aloir Pacini – O trabalho é mais árduo do que parece. A dinâmica da colonização possui em muitos âmbitos este momento duro de críticas e o apelo à descolonização. No contexto da Igreja, temos as críticas do Vaticano II que animaram os missionários indigenistas no Mato Grosso. Na academia também existem formas de crítica à colonização e a própria antropologia cuida de si para tentar não ser um instrumento do Estado para incorporar os indígenas. Contudo, não conseguimos emplacar de forma consistente um processo duradouro de reconhecimento dos direitos indígenas.

A possibilidade de conceder plenamente uma cidadania que dê conta da diversidade étnica e cultural ainda não foi gestada dentro dos Estados Nacionais. O Poder Público, em geral, acaba sucumbindo aos interesses da maioria da população ou das minorias mais organizadas e endinheiradas, neste caso, não são estes os indígenas. A mídia pode se arvorar o lugar de consciência crítica da sociedade, mas também não consegue ser isenta do processo de financiamento dos seus trabalhos. Alguns poucos conseguem se afastar do exótico e atuar de forma coerente na valorização verdadeira do diferente indígena com suas consequências óbvias, e de passar até por ridículo, pois não seriam plenamente compreendidos pelos telespectadores.

IHU On-Line – Como avalia o genocídio indígena brasileiro, em especial os conflitos de Mato Grosso do Sul?

Aloir Pacini – Chamo a atenção para o que é dramático: os problemas dos Guarani em Mato Grosso do Sul saltam à vista por causa da decisão dos indígenas de se entregarem à morte diante dos pistoleiros e das forças que se organizam para eliminá-los com o máximo de aparência de legitimidade. Pensam eles que estes atos de suplício despertem a consciência da população brasileira. Para mim parece difícil que a idolatria do dinheiro dê lugar à fraternidade. Os Chiquitano possuem estratégia diferente de resiliência e trabalho duro para encontrar um canto onde possam viver no Brasil. As alianças conseguidas na fragilidade das instituições do Estado favoráveis aos indígenas e ONGs conseguem segurar um pouco da onda anti-indígena que polui a nossa Nação.

IHU On-Line – De que forma é possível aliar as necessidades ocidentais de produção e desenvolvimento com a preservação da cultura e do espaço do índio?

Aloir Pacini – Este embate entre indígenas e invasores europeus parecia não ter fim, mas agora que o planeta Terra está dando sinais de esgotamento é urgente que se preserve o clima e o meio ambiente para que todos os seres humanos sobrevivam. Penso que talvez agora, por que todos corremos o risco do dilúvio – os Chiquitano dizem que o dilúvio pode chegar pela água, vento ou fogo –, será possível a mudança no modo de ver a produção de alimentos feita pelos indígenas pautada na partilha sem o desperdício, numa forma mais adequada de viver no planeta Terra. Ter equilíbrio, aprendendo uns com os outros neste processo de semeadura e de colheita do que necessitamos, parece ser a solução não só para os índios, mas para todos nós. Principalmente porque estaria pautado por um estilo de vida equilibrado nas relações com a natureza e com o mundo circundante, pautado pelo trabalho e não pela acumulação de riqueza ou busca de segurança e *status*.

IHU On-Line – Gostaria que o senhor recuperasse um pouco das memórias dos jesuítas que atuaram em Mato Grosso, como Johann Dornstauder[11], do Padre João Bosco Burnier[12] e do Irmão Vicente Cañas[13] e analisasse como suas experiências contribuem para um entendimento do ideário indígena.

Aloir Pacini – Existe um processo crescente de compreensão da complexidade da atuação da Igreja entre os indígenas que pode ser analisada a partir destes três personagens mencionados. O austríaco que veio para a Missão Indígena no Mato Grosso em 1946[14] – Johann Dornstauder – trazia o ideário de civilização e salvação dos indígenas e seringueiros que estavam invadindo o norte de Mato Grosso na segunda metade do século passado. Teve a iniciativa de viver itinerando entre os indígenas, o que ele chamava de *Missão Volante*. Conseguiu atuar decisivamente para a sobrevivência de algumas etnias, mas não conseguiu sustar os processos de expansão colonial e desenvolvimentista sobre os territórios tradicionais indígenas.

Os outros dois jesuítas também não conseguiram sustar este processo da *Marcha para o Oeste*[15] e

11 **Johann Dornstauder** (1904-1994): padre jesuíta austríaco que, imbuído do espírito inaciano, dedicou a vida das tribos indígenas do Brasil. A relação era tão excepcional que os índios o reverenciavam como amigo e benfeitor inesquecível. Através de sua atuação também é possível apreender a história da mudança de um conceito na atuação junto aos índios: da Missão de ajuda ao desenvolvimento para o trabalho de desenvolvimento. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **João Bosco Penido Burnier** (1917-1976): sacerdote jesuíta que, de 1959 a 1965, respondeu pelos cargos de mestre de noviços e diretor espiritual dos juniores. Os anos de sua vida madura foram dedicados à Missão de Diamantino/MT, servindo junto aos índios beiços-de-pau e bacairis, quando participou da coordenação regional do CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Faleceu tragicamente, baleado, enquanto com Dom Pedro Casaldáliga defendia duas mulheres torturadas. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Vicente Cañas Costa** (1939-1987): também conhecido como Kiwxi, foi um missionário jesuíta espanhol naturalizado brasileiro, que, em 1974, estabeleceu os primeiros contatos com os indígenas Enawenê-nawê, no estado de Mato Grosso, e passou a residir entre eles em 1977, trabalhando pela preservação de seu território, com demarcação da Terra Indígena Enawenê-Nawê e por ações de saúde. Foi assassinado dez anos depois, a mando de fazendeiros da região. (Nota da **IHU On-Line**)

14 PACINI, Aloir. *Um artífice da paz entre seringueiros e índios*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2015. (Nota do entrevistado)

15 **Marcha para o Oeste**: foi criada pelo governo de Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste, que organizou um plano para que as pessoas migrassem para o centro do Brasil, onde havia muitas terras desocupadas. Esse movimento ficou conhecido como Marcha para o Oeste. (Nota da **IHU On-Line**)

nem nós todos juntos conseguiríamos. Contudo, estes dois mártires tornaram evidente, com o seu sangue derramado nesta luta indígena, de que a invasão das Terras Indígenas era algo perverso. Estes sinais não deixavam dúvida de que os que se usavam de tal violência contra os missionários estavam usando de maior violência ainda contra os índios – curiosamente contra a própria humanidade e a vida na terra, pois, se trata da mesma lógica utilizada nos momentos em que se cala aquele que critica e expõe a perversão dos acúmulos de bens com a defesa dos privilégios de uns sobre as coletividades –, pois os preconceitos, de certa forma, legitimavam a violência contra estes que eram tidos como "selvagens".

Em 15-07-2016, estaremos refletindo sobre os 40 anos do martírio de João Bosco Burnier na Romaria dos Mártires em Ribeirão Cascalheira, e, em 06-04-2017, os 30 anos do martírio do Irmão Vicente Cañas na sua sepultura na margem do rio Papagaio, no lugar chamado Caixão de Pedra onde foi morto e sepultado. Este irmão jesuíta foi capaz de se inserir de tal forma entre os Enawene Nawe[16] que era confundido como um deles.

Jesuítas desta envergadura sinalizam que a experiência de vida partilhada com os indígenas converte o coração e a ação dos missionários, uma transformação que é possível para quem participa dessa experiência de vida comum na simplicidade e na distribuição dos bens. Isso para que todos possam *bem viver*.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Aloir Pacini – Os jesuítas que trabalham mais intensamente com os indígenas no Brasil possuem uma história de compromisso intenso em Mato Grosso, mas vem diminuindo aos poucos por causa da falta de pessoal. Passamos de cerca de 50 jesuítas atuando com os indígenas para agora chegarmos a três: eu, o Padre Claudio Lehnen e o Padre Felício Fritsch, debilitado na saúde. O Padre Balduino Loebens[17] já partiu, afogou-se no rio Juruena em 7 de setembro de 2014. Novas forças missionárias estão sendo direcionadas para outras partes da Amazônia, contudo os trabalhos são ainda iniciais e não sabemos os resultados destas iniciativas. A Conferencia de Provinciales Jesuitas en América Latina – CPAL tem colocado como prioridade o trabalho com os indígenas e com a Amazônia, por isso se torna necessário juntar as poucas forças que temos para esta atuação.

Há muito que fazer e fica um apelo a quem deseja fazer algo de bom para termos tolerância com o diferente e tornar nosso mundo habitável sem precisar exterminar as etnias indígenas: ou melhor, só poderemos viver bem se aprendermos a viver com os que são diferentes de nós. Choca-nos neste tempo que o Estado Islâmico tenha mais poder de atração entre os jovens convocando-os para a violência e a morte, do que para uma causa nobre como a sobrevivência dos povos indígenas no Brasil. A lógica "civilizada" tem construído e servido a uma generalizada "cultura de morte". Os recentes acontecimentos parecem confirmar, lamentavelmente, essa tese. ■

16 **Enawenê-Nawê** (ou Enáuenês-nauês): também conhecidos como Salumã, são um grupo indígena brasileiro cuja língua é da família Aruak. Os cerca de 560 indivíduos vivem em uma única aldeia às margens do rio Iquê, afluente do Juruena, no estado de Mato Grosso, mais precisamente na Terra Indígena Enawenê-Nawê, de 742 mil hectares e que é apenas parte de seu território original. Seu primeiro contato com não indígenas ocorreu em 1974 e desde o início do século XXI têm seu território e seus costumes ameaçados pela poluição, pelo avanço da agropecuária e pela instalação de uma rede de centrais hidrelétricas nos rios da região. Todos os anos, realizam o ritual yaokwa, reconhecido em 2010 como patrimônio cultural nacional e em 2011 como patrimônio imaterial da humanidade que requer proteção urgente, recebendo apoio do IPHAN e da Unesco. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **Balduíno Loebens**: padre jesuíta que foi encontrado morto aos 73 anos d eidade. Atuava em Juína, a 737 km de Cuiabá, foi encontrado no Rio Juruena. Ele estava desaparecido há cerca de um dia depois de fazer visita a uma aldeia indígena, da etnia Rikbaktsa, no município. Conforme o Corpo de Bombeiros, que fez as buscas pelo padre, os índios viram o padre saindo sozinho e logo depois avistaram o barco vazio. O sítio do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** publicou reportagem sobre o caso nas Notícias do Dia de 10-09-2014, acesse em http://bit.ly/1NidVGS. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *Chiquitanos e a busca pelo território*. Entrevista especial com Aloir Pacini, publicada nas **Notícias do Dia**, de 22-03-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1Yuy6JK;
- *"Ninguém deixa de ser índio porque usa celular ou anda na cidade"*. Entrevista especial com Aloir Pacini, publicada na revista **IHU On-Line**, nº 257, de 05-05-2008, disponível em http://bit.ly/1T4v2jW;
- *Morte e violência. Um debate sobre a discriminação contra os índios*. Entrevista com Aloir Pacini, publicada nas **Notícias do Dia**, de 22-01-2009, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1OgQin8.

A barbárie secular e a cegueira atual

Egon Heck recorda que a relação com os índios já se estabeleceu como expropriação, destituindo diferentes concepções de mundo. Hoje, se atualiza na recusa de direitos e na prática de genocídio

Por João Vitor Santos

Egon Heck não nasceu índio. Depois de se aproximar de povos originários, passou a compartilhar dos mesmos sentimentos, da vontade de viver em uma sociedade que respeita as diferenças, aprende com a espiritualidade e sonha com justiça social. Assim, dentro do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, passou a ter a causa indígena como sua bandeira pessoal e ao longo de anos vem encarando batalhas para assegurar direitos aos índios. Para ele, a relação entre branco e índio já nasceu conflituosa. "Não houve um processo de interpelação harmoniosa e enriquecedora. Houve a completa dominação física e cultural dos europeus que para cá vieram, sendo majoritariamente brancos e praticantes de crimes em suas terras de origem", recorda.

Egon destaca que essa relação de dominação se atualiza na perversidade de um sistema capitalista que não permite reconhecimento de culturas diferentes da ocidental, aquela que é sua base. "O sistema capitalista se estrutura sobre pilares do individualismo, da competição, da propriedade privada e da terra como mercadoria, que são totalmente conflitantes com os projetos de vida e sociedades indígenas", completa. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Egon tenta demonstrar que o modo de vida indígena pode ser uma alternativa para um mundo obstinadamente baseado no consumo e na posse. "Faço minhas reflexões não a partir de pesquisas acadêmicas, mas a partir de mais de quatro décadas de vivência solidária e de compromisso com os povos indígenas e seus direitos. Como membro do Conselho Indigenista Missionário, tendo trabalhado em Mato Grosso do Sul, acompanhei covardes agressões perpetradas contra os povos indígenas na região. A mais recente, a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI contra o Cimi", antecipa.

Numa perspectiva de que tudo está interligado, Egon revela a significância de seu lugar – geográfico e temporal – de fala: "inicio as respostas às questões, em Palmas, no Tocantins. Esse referencial geográfico e conjuntural, onde se realizam os Jogos Mundiais Indígenas[1], me possibilita, de forma privilegiada, refletir sobre algumas questões. Também estou escrevendo num momento de agressões extremas aos direitos dos povos indígenas, com a aprovação da PEC 215, na Comissão Especial, na fatídica noite de 27 de outubro".

Egon Heck faz parte do secretariado nacional do Conselho Indigenista Missionário – Cimi.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que está por trás da luta entre os índios e o homem branco? Por que o homem branco não consegue entender a cultura e a forma de vida indígena, em conceitos como, por exemplo, o "Bem-Viver"[2]?

1 **Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (2015)**: encontro que ocorreu de 23 de outubro a 1º de novembro de 2015 em Palmas, Tocantins, com a presença de mais de dois mil atletas indígenas de 30 países. Além dos indígenas das Américas, também participaram os povos da Nova Zelândia, Congo, Mongólia, Rússia e Filipinas. Do Brasil, cerca de 24 etnias competiram. Boa parte do evento é composta por esportes indígenas, que se dividem em jogos tradicionais demonstrativos ou jogos nativos de integração. Outra parcela do evento é composta por esportes ocidentais competitivos, que também tem a característica de unificação das etnias e povos indígenas. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Bem-Viver**: é um antigo paradigma que nos mostra a sabedoria ancestral dos povos indígenas, como também, sua identidade. O Bem-Viver ou Viver Bem contém uma mensagem universal e esperançosa diante de um mundo que vai perdendo seus valores morais mais profundos e importantes. O Bem-Viver nos é apresentado como uma alternativa ao viver melhor da cultura ocidental. O Bem-Viver tem relação com a harmonia para com todos os nossos irmãos, com culturas diferentes, com Deus e com a natureza. O Instituto Humanitas Unisinos – IHU tem diversas publicações que tratam do conceito. Entre elas a revista **IHU On-Line** *"Sumak Kawsay, Suma Qamana, Teko Pora. O Bem-Viver"*, número 340, de 23-08-2010, disponível em http://bit.ly/1MRpPYX; *"Em busca da terra sem males: os territórios indígenas"*, **IHU On-Line** número 257, de 05-05-2008, disponível em http://bit.ly/1LzIKWh; *"O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais"*, artigo de Xavier Albó, publicado em **Cadernos IHU ideias**, número 225, ano XXIIX, 2015, disponível em http://bit.ly/1XqWaeb. Veja mais em http://bit.ly/1POHhDn. (Nota da **IHU On-Line**)

Egon Heck – Trata-se de processos civilizatórios e de valores distintos. Não estamos aqui falando do índio, do negro e do branco, supostamente elementos igualitariamente formadores da nossa nação. Estamos falando de uma guerra de conquista em que a voz das armas e das epidemias perpetrou um holocausto de mais de cinco milhões em território que veio a constituir o Brasil. Não houve um processo de interpelação harmoniosa e enriquecedora. Houve a completa dominação física e cultural dos europeus que para cá vieram, sendo majoritariamente brancos e praticantes de crimes em suas terras de origem.

Quanto à compreensão das culturas e modos de vida dos povos indígenas, pelos não indígenas (brancos), existe uma dificuldade estrutural, histórica e atual, pelas lógicas, pensamentos e valores distintos. Por exemplo, o sistema capitalista se estrutura sobre pilares do individualismo, da competição, da propriedade privada e da terra como mercadoria, que são totalmente conflitantes com os projetos de vida e sociedades indígenas. Estes se estruturam fundamentalmente sobre a prevalência do coletivo, da harmonia com a natureza, da partilha, da permanente espiritualidade.

A partir dessas premissas não fica difícil entender por que os não índios têm enorme dificuldade de entender propostas de vida como o "Bem-Viver" dos povos indígenas. Trata-se não apenas de uma postura individual, mas de processos civilizatórios que continuam a gerar e sustentar cosmovisões e formas de vida distintas, dominadoras e excludentes.

IHU On-Line – Como o senhor descreveria o atual conflito indígena vivido em Mato Grosso do Sul? Como compreender o conflito por terras nesta região?

Egon Heck – Seria redundante dizer que se trata de um processo complexo, de muitas interfaces com os atores sociais e políticos que interagem nessa região. Mas quero escrever mais com o coração do que com a racionalização dos conflitos, das violências, da guerra silenciosa e mortífera, movida pelo sistema econômico e político reinante na região.

Eu vi. Eu convivi. Eu senti. Por mais que procurasse sublimar e escamotear a cruel realidade, isso seria impossível, por uma razão muito simples: o grito e o clamor dos Kaiowá Guarani não são vozes que soam em vão. Ou seja, outras gentes estão acompanhando essa realidade. Observam o quanto são perversos os interesses econômicos e políticos naquela região. Estes negam condições mínimas de sobrevivência, destilam preconceito e ódio contra essas comunidades.

Não restam dúvidas de que se trata de um processo histórico que engendrou nos tecidos sociais essas feridas profundas. Agora o que não se pode entender é por que se continua a negar o direito ao menos ao fundamental para a sobrevivência, com dignidade, a esses povos, ou seja, o reconhecimento de suas terras, de seus territórios. É tão pouco o que os povos indígenas em Mato Grosso do Sul pedem. De 0,08% dos 36 milhões de hectares do Estado, ocupados hoje pelos indígenas, para 2%. Com certeza isso não significaria, como muitos defendem, a ruína do agronegócio no estado. Ao contrário. Traria enormes benefícios humanitários, como a recuperação ambiental e florestal, num mecanismo benéfico a toda a população e o país.

IHU On-Line – Podemos descrever o que está ocorrendo com as populações indígenas como genocídio? Por quê?

Egon Heck – Sem dúvida. O crime de genocídio é definido no Artigo 1º da Lei 2.889 (Define e pune o crime de genocídio), de 1º de outubro de 1956: "Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: a) matar membros do grupo; b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo".

Considerando, portanto, o caso específico dos povos de Mato Grosso do Sul, que no período de 2003 a 2014 foram 390 assassinatos de indígenas, fica sim caracterizado o crime de genocídio. Acrescente-se a essa situação os 707 casos de suicídios, só em Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2000 e 2014.

Porém, o que nos interessa não é uma fria estatística, mais sim identificar as causas de toda essa violência e do genocídio. Para tanto, estaremos utilizando informações do Fórum Unitário dos Movimentos Sociais e Sindicais de Campo Grande, composto por quase uma centena de entidades regionais e nacionais, pedindo o boicote aos produtos do agronegócio de Mato Grosso do Sul.

Causas do genocídio

Dentre as principais causas dessa calamitosa situação de violência e genocídio a que estão submetidas as populações indígenas deste estado, destacamos:

1. O *processo histórico de colonização e ocupação* de Mato Grosso do Sul e o modelo econômico implantado à base de violência e confinamento dos povos nativos. Razão pela qual o Estado brasileiro tornou-se o principal responsável por essa situação de violência e genocídio;

2. A *atuação institucional e organizada dos ruralistas* que, por meio das suas instituições de classe, tem estimulado o enfrentamento aos povos indígenas;

3. A *impunidade e a prepotência*, na certeza de que não sofrerão qualquer punição pelas violências e assassinatos de indígenas, torturas, destruição e queima de casas/barracos, espancamentos, e inúmeros expedientes vis e torpes, contra a vida de comunidades indígenas,

tem sido fatores dessa extrema violência contra esses povos;

4. *Subjacente e sustentadora dessas práticas está a ideologia do bandeirantismo*, de desbravadores que fazem o "progresso" com seu trabalho, como arautos de uma civilização superior;

5. Com o processo de *mecanização da agricultura*, substituindo aos poucos a pecuária, a partir do final da década de 1960 e intensificada nas décadas seguintes, foi se implantando o catastrófico processo de desmatamento e consequente expulsão e confinamento de dezenas de comunidades/aldeias Guarani Kaiowá. Nesse processo, conforme identificou Antônio Brand[3], mais de uma centena de *tekoha* foram simplesmente varridos do mapa, e as terras, acumuladas nas mãos de um número cada vez menor de supostos proprietários.

Resistência

Não gostaria de concluir essa questão sem uma breve referência à resistência Guarani Kaiowá. Lutaram brava e heroicamente com suas estratégias, forças, sabedoria e principalmente sua espiritualidade. Nunca desistiram de seus territórios. Diante das armas e das doenças invasoras, tiveram que, muitas vezes, fugir do enfrentamento direto para a resistência paciente dos desvios, do buscar os fundos das matas, como espaços possíveis de sobrevivência, temporária. Nunca é demais lembrar a resistência cultural, a religiosidade e espiritualidade, a língua, não apenas como comunicação, mas como arma de afirmação e resistência.

IHU On-Line – Como avalia a política indigenista do Brasil hoje? Quais foram os avanços e retrocessos nesses 12 anos do PT no governo?

Egon Heck – Só posso caracterizar a atual política indigenista como pífia, submissa e omissa. Confesso ter participado da construção da proposta de política indigenista do governo Lula, assumida pelo PT na década de 1980. Nela se projetava uma nova relação do Estado Nacional com os povos indígenas, baseada nas autonomias indígenas em seus territórios. A autodeterminação é defendida pelo Cimi desde 1975. Para não ficar em retórica ou utopia, foram sugeridos alguns passos concretos como a criação de um Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI e a realização de uma Conferência Nacional para que, conjuntamente com povos indígenas, sociedade nacional e governo, fosse definida uma política indigenista do governo Lula.

Depois de quase 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, quase nada avançou. Ao contrário. Os conflitos e a violências aumentaram. Os assassinatos de lideranças e a criminalização de indígenas e comunidades em luta por seus direitos, especialmente a terra, têm sido crescentes. Com isso os povos indígenas se sentem traídos em sua esperança e disposição de garantir seus direitos, conquistados na Constituição de 1988. Como nos tempos do governo de Fernando Henrique Cardoso, a questão indígena tem sido usada como moeda de troca, e os inimigos dos povos indígenas, na base de sustentação do governo, passaram a exigir medidas cada vez mais restritivas dos direitos indígenas, como é o que ocorre nesse momento, com a aprovação da PEC 215[4]; a vigência, na prática, da Portaria 303 da AGU[5]; o "marco temporal"[6] sendo usado no Supremo tribunal Federal – STF na tomada de decisões com relação às terras indígenas. Enfim, uma gama de iniciativas do Estado brasileiro, contrárias aos direitos constitucionais dos povos indígenas.

As poucas regularizações e desintrusões de terras que se deram – Raposa/Serra do Sol, em Roraima, Marãiwatsédé, em Mato Grosso, Pataxó Hã-Hã-Hãe, na Bahia, e Awá-Guajá, no Maranhão – ocorreram em função das lutas dos povos destas terras e de seus aliados. Estes conseguiram, junto ao Poder Judiciário, decisões que obrigaram o Governo Federal a realizar tais ações.

Funai

Com relação à Funai[7], em que pese as contradições em que se

3 **Antônio Jacó Brand** (1949–2012): foi um historiador, professor, antropólogo e indigenista. Formou-se em História na Unisinos, em 1977, concluiu o Mestrado em 1993 e o Doutorado em 1998, na PUC de Porto Alegre – RS. Dedicou 45 anos de sua vida a causa indígena. Participou da criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em Mato Grosso do Sul e também foi Secretário Nacional do conselho. Em 1996, passou a fazer parte do grupo de docentes da Universidade Católica do Bosco (UCDB), em Campo Grande – MS, onde também iniciou seu trabalho no Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI). Idealizou vários projetos que ainda hoje ajudam acadêmicos indígenas a ingressar e a permanecer na universidade. Seu trabalho de doutorado intitulado "O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra" foi determinante para a garantia e retomada de diversas terras tradicionais em Mato Grosso do Sul. Confira as seguintes entrevistas concedidas por Brand à **IHU On-Line**: *O dilema das fronteiras na trajetória guarani*, disponível em http://bit.ly/cXLEwY; *Povos Guaranis Kaiowá: Sempre em luta*, disponível em http://bit.ly/kJtooU; *A dura luta dos Guarani no Mato Grosso do Sul pela demarcação da terra*, disponível em http://bit.ly/jcSGRJ. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **PEC 215**: Proposta de Emenda à Constituição 215, de 2000. Pretende delegar ao Legislativo a aprovação de demarcações de terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação ambiental. A proposta foi aprovada por comissões internas da Câmara e segue os trâmite em plenário. Confira a íntegra da proposta em http://bit.ly/1kpiLvM. Nas Notícias do Dia do sítio do IHU há uma série de materiais sobre o tema. Confira em ihu.unisinos.br (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Portaria 303 da Advocacia Geral da União – AGU**: retira do judiciário os processos demarcatórios e dar poder ao governo para tomar as decisões e resolver os conflitos. Saiba mais sobre a portaria através da entrevista "Portaria 303 da AGU: "Claramente anti-indígena, antipopulação tradicional e antiambiental", com Raul do Valle, publicada nas Noticias do Dia de 31-07-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1XfuUoa (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Marco Temporal**: condicionante para demarcação de terras indígenas, instituída pelo Supremo Tribunal Federal, que determina que somente os povos que estavam nas terras reivindicadas como indígenas e que ocupavam fisicamente estas terras no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, tem direito aquela reclamar a posse. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Fundação Nacional do Índio- Funai**: é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, criado pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculado ao Ministério da Justiça.

encontra envolta, continua sem as condições estruturais, de recursos e de pessoal, para realizar sua missão de defesa dos direitos dos povos indígenas, de seus projetos de vida, de recursos naturais, e do patrimônio material e imaterial dos mais de 300 povos indígenas existentes no país. Reconheço que pessoas bem intencionadas têm conseguido romper alguns dos limites dessas contradições e tomado atitudes e posições favoráveis aos povos nativos. Tanto isso é verdade que, apesar das amarras institucionais e de interesses políticos e econômicos, como do agronegócio, ela também vem sendo alvo de ataques dos mesmos setores e submetida a uma CPI, na Câmara dos Deputados[8], como o Cimi, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul[9].

A Funai, em seu quase meio século de existência, viveu situações das mais inusitadas, desde apêndice dos órgãos de repressão no período da ditadura militar, ocupada literalmente por um quartel sem farda, ou como órgão liberador de licenças para obras em terras indígenas. O movimento indígena e indigenista, em sua maioria, defende a necessidade de um órgão de efetivo poder de definir e colocar em prática uma política indigenista em diálogo aberto, descolonizado, não assistencialista ou paternalista, mas com a força necessária para colocar as relações desses povos e seus direitos em outro patamar.

IHU On-Line – Qual o papel e como tem sido a atuação dos Poderes Legislativo e Judiciário acerca das causas indígenas?

Egon Heck – Com relação ao Poder Legislativo, podemos afirmar que deixou muito a desejar. Atuou muito mais e eficazmente contra os índios do que a favor dos direitos deles. Podemos afirmar que depois da Constituinte, quando teve o mérito de reconhecer os direitos indígenas para esses povos, o Congresso tem sido gradativamente "desconstituinte".

Prova disso é o Estatuto dos Povos Indígenas que descansa nas gavetas do Congresso desde 1992. Inconformados, os setores conservadores e reacionários nunca se conformaram ou minimamente aceitaram a conquista dos direitos indígenas na Constituição. Já em 1993 esses setores iniciaram um forte movimento de "revisão constitucional", cujos alvos principais foram os direitos sociais, especialmente os indígenas. Os mesmos argumentos e propostas anti-indígenas no Congresso de hoje já constavam na proposta de mudanças constitucionais daquela época. O alvo principal era impedir a demarcação das terras indígenas, e abrir as terras já demarcadas, à voracidade de setores madeireiros, mineradoras, militares (projetos geopolíticos), ao latifúndio e ao agronegócio. Naquela ocasião a tese da revisão foi rejeitada. E agora? O que acontecerá?

Poder Judiciário

Com relação ao Poder Judiciário, a situação é mais melindrosa. Sabe-se que sempre houve muita demora em julgar ações que envolvessem direitos indígenas. Assim foi com Raposa Serra do Sol[10] e também com a terra indígena Caramuru-Catarina Paraguaçu, no Sul da Bahia, cuja ação levou mais de 30 anos para, finalmente, ser julgada favorável aos Pataxó Hã-Hã-Hãe[11]. Em ambas as áreas houve forte pressão por parte dos povos indígenas, sem dúvida fundamental para que as ações fossem julgadas. No caso de Raposa Serra do Sol, ficou um gosto amargo de uma vitória e 19 condicionantes que pesaram e pesam sobre os processos de reconhecimento de outras terras indígenas, principalmente no sul e centro-oeste do país, em especial as terras indígenas Terena e Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul.

Na atual conjuntura, o que mais tem preocupado são as decisões da 2ª Turma do STF, que deu decisões contra os Guarani Kaiowá, de Guiraroká e Arroio Korá, e os Kanela, da terra indígena Porquinhos, no Maranhão.

Sua missão é coordenar e executar as políticas indigenistas do Governo Federal, protegendo e promovendo os direitos dos povos indígenas. São também atribuições da Funai identificar, delimitar, demarcar, regularizar e registrar as terras ocupadas pelos povos indígenas, promovendo políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas, reduzindo possíveis impactos ambientais promovidos por agentes externos. A Funai também tem por atribuição, prover o acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania dos povos indígenas, como o direito à seguridade social e educação escolar indígena. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **CPI da Funai e do Incra**: Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Câmara dos Deputados que se propõe investigar as ações da Fundação Nacional do Índio – Funai e do Instituto de Colonização e Reforma Agraria – Incra. Presidente pelo deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), a comissão foi instalada em 28-10-2015, numa iniciativa Frente Parlamentar da Agropecuária. O sitio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU vem publicando reportagens sobre essa CPI. Confira em http://bit.ly/1NPgtwD. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **CPI do Cimi**: Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul instalada pela bancada ruralista para investigar a atuação do Conselho Indigenista Missionário – Cimi. Confira reportagem sobre essa CPI publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1MRtnKJ. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Raposa Serra do Sol**: área de terra indígena (TI) situada no nordeste do estado brasileiro de Roraima, nos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, entre os rios Tacutu, Maú, Surumu, Miang e a fronteira com a Venezuela. É destinada à posse permanente dos grupos indígenas ingaricós, macuxis, patamonas, taurepangues e uapixanas. Raposa Serra do Sol foi demarcada pelo Ministério da Justiça através da Portaria Nº 820/98, posteriormente modificada pela Portaria 534/2005. A demarcação foi homologada por decreto de 15 de abril de 2005, da Presidência da Republica. Em 20 de março de 2009, uma decisão final do STF confirmou a homologação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, determinando a retirada dos não indígenas da região. Nas Notícias do Dia do site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU é possível ler diversas entrevistas especiais sobre o tema. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Pataxós hã hã hães**: grupo indígena brasileiro que habita as áreas indígenas Fazenda Bahiana e Terra indígena Caramuru-Paraguaçu, no sudeste do estado da Bahia, no Brasil. Resultam da união dos antigos pataxós hã hã hães com os baenãs, os camacãs, os mongoiós, os sapuiás-quiriris e parte dos geréns e dos tupiniquins. A sua população atual, segundo dados do Instituto Socioambiental, é de cerca de 2 200 pessoas. Vivem em duas reservas no sul da Bahia. A mais populosa é reserva indígena Caramuru-Paraguaçu, que possui 54 099 hectares e que abrange áreas dos municípios de Itaju do Colônia, Camacã e Pau Brasil. A outra reserva é a Reserva Fazenda Baiana, com 304 hectares, localizada no município de Camamu, no baixo-sul da Bahia, onde vivem cerca de 72 pessoas. (Nota da **IHU On-Line**)

Marco temporal

A questão do "marco temporal", utilizada em algumas ações no Poder Judiciário, tem causado muita preocupação aos povos indígenas, pois é uma interpretação ainda sem decisão final do STF. Tem havido decisões restritivas com relação aos direitos dos povos indígenas, porém acredita-se que aos poucos haja mudança nessa tendência. É possível que, na medida em que os ministros do Supremo tenham maior diálogo e conhecimento da realidade indígena, as decisões poderão ser favoráveis à vida e aos direitos dos povos nativos em nosso país.

IHU On-Line – Como fazer com que a sociedade brasileira entenda a importância e o legado do povo indígena? O que a sua narrativa pessoal diz sobre essa importância?

Egon Heck – A grave crise por que passa o país e a humanidade hoje pode levar a caminhos diversos com relação aos povos originários indígenas. Um movimento é o da busca de referenciais, de valores e sociedade diversos daqueles assumidos pelo sistema capitalista. E aí se deparam com projetos de sociedades contemporâneas e do futuro, como são os povos indígenas nativos que são mais de três mil, com uma população em torno de 40 milhões de pessoas. Com eles estabelecem um diálogo e constroem pontes para enfrentar a atual crise. Na América Latina temos fortes movimentos indígenas que já conseguiram garantir em suas constituições o "Bem-Viver", "a plurinacionalidade dos países", "os direitos da Mãe Terra", dentre muitos outros. Experiências como a da "autonomia", dos sandinistas na Nicarágua no início dos anos 80, a das autonomias regionais, dos Zapatistas, no México, na década de 90, e a vitória de Evo Morales, na Bolívia, são todas experiências que apontam para novas possibilidades, e salientam os difíceis caminhos que teremos pela frente.

No Brasil, por ocasião da Constituinte de 1988, foram dados passos importantes, principalmente com relação aos direitos originários dos povos indígenas sobre seus territórios, a superação da tutela, o reconhecimento de suas organizações sociais, o direito à educação e à saúde diferenciadas e de qualidade. É lamentável que ao invés de fazer disso a base de uma nova política indigenista do Estado brasileiro, se tenha caminhado no sentido inverso, chegando a voltar à tona famigerados projetos de integração como o da "emancipação". Não podemos deixar de reconhecer que nas últimas quatro décadas houve também avanços e conquistas importantes dos povos e movimentos indígenas no Brasil. Grande parte das terras indígenas, especialmente na Amazônia, foi demarcada. Infelizmente muitas continuam invadidas ou sem apoio para construir seus projetos de autonomia e subsistência nesses territórios.

Consolidaram-se organizações indígenas locais, regionais e nacional. Apesar de todas as dificuldades inerentes à diversidade de compreensões da sociedade brasileira, eles lutam bravamente por seus direitos, constroem alianças, buscam consolidar a união e articulação entre os povos. Participam das lutas sociais e ambientais, pois são bandeiras comuns com as quais comungam e interagem.

Narrativa pessoal

Sou um dos milhares de cidadãos deste país e do mundo que, por caminhos e motivações diversas, se põem a caminho solidariamente com esses povos. Nada de extraordinário. A gente que vem de uma cultura marcadamente europeia, com uma forte carga de preconceitos e racismo, precisa ter a oportunidade de descolonizar a mente, os conhecimentos e os sentimentos. A gente só consegue entender o diferente, e no meu caso os povos indígenas, despindo-se de uma história mal dita e mal contada, que tenta justificar o processo de colonização e dominação.

Uma das questões que para mim foi determinante é que conheci a questão indígena no início da ditadura militar. Isso fez com que minha decisão de caminhar com os povos indígenas também fosse uma decisão de transformação social, mudança de paradigmas, de valores e de vida.

IHU On-Line – O senhor já destacou que os Guarani Kaiowá sofrem violência decorrente da falta da terra. Mas que violência é essa?

Egon Heck – O grito desse povo ecoou forte, contra o projeto de morte, a resistência, a luta, a guerra, a paciência. São admiráveis em sua sabedoria, pois se assim não fosse não mais viveriam. Confesso que não mais gostaria de falar de violência e morte dos Guarani Kaiowá, dos Terena e demais povos de Mato Grosso do Sul. Me dói muito. Uma sociedade que se diz cristã não pode conviver com tamanha injustiça e perversidade. Ou seremos capazes de interromper esse ciclo de morte ou seremos acusados pela história como cúmplices do genocídio.

Certa vez me pediram para discorrer sobre as violências que sofrem esses povos. Poder-se-ia encher páginas falando da violência física, da violência cultural, da violência psicológica e outras tantas. Quem sabe seja mais sábio estender a mão a algum deles e dizer: "Sou seu amigo, conte comigo!".

As relações com a terra

Quanto à compreensão e relação dos povos indígenas, de uma maneira geral, com a mãe terra, já existem muitos trabalhos acessíveis. Só gostaria de ressaltar que na CPI do Cimi, em curso, os fazendeiros que vêm depor sempre têm como primeira arma acusatória a apresentação de seu título de propriedade. Normalmente de mil novecentos e alguma coisa. Diante dos papéis que são o ícone sagrado da sociedade capitalista, os índios têm respondido: o nosso papel é a

terra que Deus nos deixou. Ele assinou o papel de vocês?

IHU On-Line – De que forma o modelo econômico neodesenvolvimentista representa risco à preservação da vida e da cultura de povos indígenas? Como pensar em alternativas para mudar essa concepção de governo e sociedade de que o índio precisa fazer parte do desenvolvimento?

Egon Heck – "Vítimas do milagre" é o título de um importante livro de Shelton Davis[12], onde o autor apresenta inúmeros exemplos de como o avanço do grande capital sobre a Amazônia fez milhares de vítimas entre as populações indígenas daquela região. Era o tempo do "milagre brasileiro". Os presidentes de então não eram Lula nem Dilma, mas os generais Garrastazu Médici[13] e Ernesto Geisel[14]. De lá para cá já tivemos "Avança Brasil", "Programa de Aceleração do Crescimento" e outros tantos programas das elites brasileiras, procurando fazer o seu "desenvolvimento" ou "neodesenvolvimento".

Essa forma agressivamente destruidora de fazer desenvolvimento não é apenas um risco à preservação da vida e da cultura dos povos indígenas. É uma grave e permanente armadilha às vidas de todos nós, do Planeta Terra, nossa casa comum.

IHU On-Line – Por que a esquerda parece não ser capaz de compreender a questão indígena?

Egon Heck – Porque talvez esteja deixando de existir. Ou melhor, endireita quando chega ao poder. Essa é apenas uma maneira hilariante de algo muito grave e desafiante para a humanidade hoje. É ser capaz de pensar positivamente a construção de olhares e sentires plurais na convivência e na concepção e estrutura dos estados nacionais. Nas Américas, na Ameríndia, tivemos mais de cinco séculos de extermínio e homogeneização. Genocídio e etnocídio. Será que seremos capazes de mudar os cursos e discursos dessa história?

A esquerda, o marxismo, as experiências concretas de socialismo, todos tiveram imensas dificuldades de tratar a questão étnica, de suas minorias e sua pluralidade cultural. Não será num estalar de dedos que isso vai mudar. Sempre prevaleceu a análise classista. A Teologia da Libertação[15] também teve dificuldades em compreender a resistência cultural dos povos. Porém, vemos que essa é uma das questões que precisam estar presentes em qualquer processo de transformação e construção de novos modelos de sociedade.

IHU On-Line – O que os inúmeros episódios relacionados aos jogos indígenas deste ano (problemas de infraestrutura, protestos, aparato policial, etc.) revelam sobre a relação entre governo, homem branco e índios?

Egon Heck – Crachá e polícia não dá! Em primeiro lugar, revela um processo nada indígena e altamente concentrador de se realizar um grande evento, tendo como mote o esporte e o encontro e celebração da diversidade dos povos originários do mundo. O que, aliás, ficou evidenciado e reconhecido pela própria organização do evento: infraestrutura precária e inacabada, promessas não cumpridas, desencontro de expectativas. Os governos municipal, estadual e federal investiram em retornos econômicos e políticos. O prefeito de Palmas[16] não cansava em justificar os investimentos com gordos retornos para a população local – a capital do Tocantins como a cidade mundial para os povos indígenas, para o turismo, para os projetos de investimento, em hotéis e outros projetos de infraestrutura.

No vácuo dos jogos, outros interesses em jogo. A Comissão Especial da Câmara aproveitou o clima de festa e distração para aprovar, com o rolo compressor dos ruralistas, a PEC 215, e ainda conseguiram aprovar a criação da CPI da Funai e do Incra. Já o Governo Federal também não perdeu tempo e aproveitou o momento para enviar ao Congresso Nacional seu projeto de privatização da saúde indígena através do Instituto Nacional de Saúde Indígena – INSI. O ministro dos Esportes prometeu 10 milhões de Reais para construções esportivas em Palmas. Aproveitou o ensejo para cair nas boas graças do povo Xerente, prometendo a construção de quadra poliesportiva na aldeia do Funil.

Os povos indígenas, especialmente os jovens, que eram mais de 80% dos participantes, vibraram com os esportes, os encontros, a festa. Para eles esses momentos são importantes para os intercâmbios e

12 Davis, Shelton H. Vítimas do milagre; o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Emílio Garrastazu Médici** (1905-1985): ditador militar e político brasileiro. Exerceu as funções de adido militar em Washington e de chefe do Serviço Nacional de Informações. Assumiu a presidência da República (1969) em consequência de enfermidade do presidente Costa e Silva. Ocupou o cargo até 1974. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Ernesto Geisel** (1908-1996): ditador militar e político brasileiro. Foi adido militar no Uruguai, comandante da XI Região Militar em Brasília, chefe do gabinete militar da presidência da República no governo Castelo Branco, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Petrobras (1969-1973). Eleito presidente da República por um Colégio Eleitoral (1973), indicado pelos militares, tomou posse em 15 de março de 1974, como penúltimo ditador militar depois do golpe de 1964. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Teologia da Libertação**: escola teológica desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A teologia da libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da IHU On-Line, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da libertação*, disponível para download em http://bit.ly/bsMG96.Leia, também, a edição 404 da revita IHU On-Line, de 05-10-2012, intitulada *Congresso Continental de Teologia. Concílio Vaticano II e Teologia da Libertação em debate*, disponível em http://bit.ly/SSYVTO. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **Carlos Enrique Franco Amastha** (1960): é um político e empresário colombiano radicado no Brasil, sendo o atual prefeito do município brasileiro de Palmas, Tocantins, pelo Partido Progressista. Chegou ao Brasil aos 22 anos de idade, fixando-se primeiramente em Curitiba, no Paraná. É empreendedor no ramo da educação a distância e de shopping centers. (Nota da **IHU On-Line**)

o lazer. Já para outros, os debates na Oca da Sabedoria deixaram a desejar, pois tinham poucos participantes. Os rituais, as celebrações sempre são bonitas e agradáveis, e acontecem em todos os momentos de luta do movimento indígena.

Até o Canadá!

Os próximos Jogos Mundiais Indígenas ocorrerão no Canadá, em 2017. Porém, para dar continuidade ao processo, foi criado um Conselho que terá sede no Brasil. Tudo "mui democrático", diriam nossos hermanos de Abya Yala espanhola.

IHU On-Line – Quais os riscos para a cultura nativa e as possibilidades de uma integração do índio na sociedade?

Egon Heck – Partimos do princípio elementar de que todas as culturas são dinâmicas em constantes processos de mudança e que nenhuma sociedade, cultura ou civilização é superior ou inferior a outra. A partir desses princípios, poderíamos levantar uma série de questões como a do índio se integrar na sociedade moderna e vice-versa. Ou seja, haveria um patamar de reconhecimento mútuo de conhecimentos e sabedorias que poderiam se enriquecer e complementar?

Se entendemos a sociedade moderna apenas pelo aspecto de progresso tecnológico/científico e consumismo individualista e competitivo, então nos resta perguntar aos indígenas: É isso que vocês querem? É esse tipo de integração que almejam? Certamente teríamos surpresas.

A questão da qualificação profissional para depois retornar à sua comunidade para prestar serviços em diversas áreas é uma realidade em inúmeras aldeias. Porém, há que se ressaltar que não é um processo fácil e nem tranquilo. Em primeiro lugar, porque as nossas universidades formam profissionais para se "darem bem na vida", e não para estar a serviço nas comunidades. Em segundo lugar, as universidades não fornecem conhecimentos adequados para as realidades de povos que têm outros tipos de necessidades, valores, conhecimentos, que os indígenas terão que buscar em outras realidades (talvez em universidades indígenas). Em terceiro lugar, as necessidades criadas (recursos, contratação) normalmente não são contempladas pela burocracia estatal.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Egon Heck – Estamos num período de graves ameaças aos direitos desses povos. Eles precisam de nós e nós deles.■

LEIA MAIS...

- *Egon Heck: há 40 anos na universidade dos índios*. Entrevista com Egon Heck, publicada na Revista **IHU On-Line** 348, de 25-10-2010, disponível em http://bit.ly/1HzIrAa.
- *"A lógica do sistema capitalista não deixa espaço para a sobrevivência dos povos indígenas"*. Entrevista com Egon Heck, publicada nas **Notícias do Dia**, de 09-06-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1XqTlK4;
- *Guarani-kaiowá: um grito de desespero*. Entrevista com Egon Heck, publicada nas **Notícias do Dia**, 15-10-2011, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1YuiLZJ;
- *"Não conseguiram destruir nossa raiz"*. Entrevista com Egon Heck, publicada nas **Notícias do Dia**, 07-02-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1XqTIV8;
- *"As reservas são confinamentos de índios"*. Entrevista com Egon Heck, publicada nas **Notícias do Dia**, 30-10-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1MRowcx.
- *Povo Krahô e os Jogos Mundiais Indígenas: "Estamos fora"*. Artigo de Egon Heck, publicado nas **Notícias do Dia**, de 17-09-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1lhUzLq;
- *Protestos e Silêncios nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas*. Artigo de Egon Heck, publicado nas **Notícias do Dia**, de 27-10-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1kTx4ZL;
- *CPI do Genocídio Indígena*. Artigo de Egon Heck, publicado nas **Notícias do Dia**, de 28-09-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1XqTa1e.

O pacto de morte contra os índios e contra o Bem-viver

Roberto Liebgot observa os processos históricos de violação dos direitos dos índios e da dizimação da cultura indígena

Por João Vitor Santos e Ricardo Machado

As lentes pelas quais os indígenas observam o mundo são incapazes de ver nas riquezas da natureza – o rio, a vegetação, os minérios – ativos financeiros. A terra não é apenas o espaço onde a atmosfera enche os pulmões e os pés tocam o solo, a terra é o elo entre o presente, o passado e aquilo que acreditam que será o futuro. "As terras indígenas, base de sustentação física e cultural de comunidades e povos, são atrativas em função de suas potencialidades para geração de energia hidráulica, exploração de minérios, expansão da agricultura – soja, milho, cana-de-açúcar – e da pecuária – criação de boi", problematiza Roberto Liebgot, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

A esquerda, não somente no Brasil mas em todo o continente, repete a cartilha que vai dos conquistadores aos regimes autoritários e não vê nada diante do olhos que não seja dar continuidade a um projeto de financeirização de tudo, inclusive das vidas humanas. "Aqueles que governaram ou governam o país há quase duas décadas ignoram os direitos dos povos indígenas e quilombolas. Na prática, são levados a pensar o Brasil a partir de conceitos e concepções que reconhecem as diferenças dentro de uma lógica mercantil", critica. "O bem-viver indígena não pode ser conquistado sem que haja uma radical mudança nas concepções e políticas destes tempos em que vivemos. E não se trata de construir o bem-viver para os indígenas, e sim de permitir que as concepções indígenas permeiem e reconfigurem as prioridades que temos assumido e as formas como temos lidado com o ser humano, com a terra, lugar comum sem o qual não temos futuro, nem esperança", completa.

Roberto Liebgot é coordenador estatutário do Conselho Indigenista Missionário – Cimi-Sul.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – No contexto histórico, como avalia a política indigenista brasileira?

Roberto Liebgot – Uma das primeiras manifestações oficiais a respeito dos "habitantes das novas terras" foi feita pela Igreja Católica. Portugal necessitava de um posicionamento da Igreja sobre a possibilidade de submeter (ou não) à escravidão os seres "descobertos". O Papa Paulo III, no ano de 1537, emitiu uma bula intitulada a "*Sublimus Dei*", na qual reconhece que os "índios" seriam pessoas capazes de receber a fé católica.

Faço referência a este documento do século XVI para demonstrar que a "questão dos índios" já se colocava nos primeiros momentos da invasão europeia. Lá, naquele período, interesses coloniais sobre os corpos indígenas (a serem submetidos à escravidão) confrontavam-se com interesses sobre suas almas (a serem convertidas à fé cristã). A resposta do Papa confirma o anseio da Igreja para torná-los "cristãos" e, ao mesmo tempo, afirma a necessidade de assegurar-lhes a liberdade e a posse de sua propriedade. As três preocupações centrais manifestadas pela Igreja/Estado – almas convertidas, liberdade e propriedade – colidem com as expectativas coloniais que ao longo dos séculos teve como características principais a escravização, a exploração, a conquista, o domínio e o extermínio. Esses processos ligam-se ao domínio sobre os povos originários e sobre suas terras. As disputas territoriais vêm se processando ao longo destes mais de cinco séculos, através de diferentes meios e estratégias, com efeitos devastadores sobre as comunidades e povos indígenas.

Século XX

Já em um contexto mais recente, vemos que a política indigenista constituída no início do século XX sustentou-se na identificação dos "grupos indígenas" para promover sua remoção e confinamento em reservas que seriam criadas pelo Estado. Esta política de remoção estendeu-se nas décadas seguintes, alicerçada em um duplo objetivo: integrar os índios à comunhão nacional e entregar suas terras aos projetos de expansão econômica – para a construção de rodovias, ferrovias, hidrelétricas, para a instalação de mineradoras, madeireiras e a promoção da agricultura e pecuária. A remoção dos povos indígenas de suas terras tradicionais foi considerada fundamental para a implementação do projeto de integração nacional, pois se constatava que os "ditos índios" – como referiu o Papa Paulo III em 1537 – não estavam extintos e sua permanência nas terras seria um obstáculo para a sua exploração.

Remoções

As remoções consistiram em atos violentos e geraram um vergonhoso quadro de atrocidades – algumas delas estão registradas, por exemplo, no Relatório Figueiredo.[1] A política assimilacionista, claramente estabelecida no Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973) felizmente foi superada na Constituição Federal de 1988, especialmente através da presença expressiva dos índios durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. A atual Constituição redefine as relações do Estado com os povos indígenas: de tutelados, estes passam à condição de sujeitos de direitos individuais e coletivos. A Constituição reconhece também o pluralismo étnico e cultural e assegura aos índios o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo ao Estado demarcá-las.

Contudo, vale ressaltar que apesar dos avanços constitucionais, os governos das últimas décadas que administraram e administram o Estado negligenciam e negociam os direitos indígenas. Há em curso uma política enraizada em conceitos e concepções genocidas.

IHU On-Line – Como a esquerda compreende a questão indígena no Brasil?

Roberto Liebgot – Em outra entrevista em que disse que a esquerda no poder era volátil[2] – eu me referia ao poder de governança e não ao poder de decidir sobre como governar – pensei na trajetória de uma esquerda que vinha sendo construída a partir dos anseios e necessidades de uma população empobrecida e sedenta por um país mais justo e democrático. Mas o governo petista – por meio do presidente Lula – ao subir na rampa do Palácio do Planalto tornou voláteis essas aspirações, distanciou-se das bases que sustentavam o "projeto democrático e popular" e aderiu aos programas e plataformas políticas originalmente forjadas nos partidos de extrema direita. Além disso, o governo se tornou instável, incerto, inconstante e volúvel. Assumia um discurso público de vínculo ao passado de lutas e militância, mas, na prática, as políticas, com exceção daquelas meramente assistencialistas e eleitoreiras, foram direcionadas para o mercado financeiro e ao desenvolvimentismo predatório – assim como ocorreu no período da colonização portuguesa.

Políticas Públicas

As políticas públicas, ao longo de décadas, foram quase que invariavelmente fundamentadas na exploração dos recursos da natureza e na concessão de benefícios e isenções ao grande capital. Como se isso não bastasse, concedeu às "empresas brasileiras", especialmente às empreiteiras da construção civil (sendo a maioria delas estruturadas na ditadura militar), montantes extraordinários de recursos públicos, através do BNDES e da Petrobras. O projeto da esquerda se volatizava cada vez mais na medida em que o governo passava a investir nas chamadas "empresas brasileiras", exportando-as para os países mais pobres da América do Sul (Bolívia, Venezuela, Cuba) e da África. Hoje os governos "de esquerda" encontram-se "de joelhos" diante do sistema financeiro e de uma estrutura e sistema político alicerçado na corrupção.

Cegueira

A tal "esquerda" não conseguiu enxergar as diferenças étnicas e culturais no Brasil. E aqueles que governaram ou governam o país há quase duas décadas ignoram os direitos dos povos indígenas e quilombolas. Na prática, são levados a pensar o Brasil a partir de conceitos e concepções que reconhecem as diferenças dentro de uma lógica mercantil, sem, contudo, considerar seus direitos políticos e territoriais quando estes se confrontam com o modelo desenvolvimentista.

IHU On-Line – Em que medida os Poderes Legislativo e Judiciário entendem a questão indígena? Como tal entendimento fica evidenciado nas decisões tomadas?

Roberto Liebgot – Em minha opinião o Poder Legislativo de nosso país é um mercado livre, e os governantes devem submeter-se à tabela de preços imposta por este mercado. Cada projeto de lei é negociado de acordo com seu valor mercadológico. Nada passa sem que se obtenham dividendos financeiros. Não se exerce um mandato em torno de ideias e plataformas políticas, ao contrário, o eleito a qualquer das Câmaras Legislativas – estadual, municipal, federal – e ao Senado age de acordo com

1 **Relatório Figueiredo:** relatório de mais de 7 mil páginas produzido em 1967 pelo procurador Jader de Figueiredo Correia a pedido do ministro do interior brasileiro Afonso Augusto de Albuquerque Lima. Ele descreve violências praticadas por latifundiários brasileiros e funcionários do Serviço de Proteção ao Índio contra índios brasileiros ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960. (Nota da **IHU On-Line**)

2 A entrevista referida é "O desenvolvimentismo não combina com princípios éticos e humanitários", concedida por Roberto Liebgott e publicada na IHU On-Line, nº 413, de 01-04-2013, disponível em http://bit.ly/1Ok24Nz. (Nota da **IHU On-Line**)

os dividendos a serem obtidos. As minorias, que exercem mandato de forma digna, acabam desprezadas e suas propostas rejeitadas.

Os povos indígenas, assim como a maioria da população brasileira, são vítimas deste sistema político no qual prevalecem os interesses econômicos e as pressões de setores que supostamente comandam a economia nacional, em detrimento dos direitos individuais e coletivos. Tudo, neste sistema, se converte em negócio e mercadoria. As terras indígenas, base de sustentação física e cultural de comunidades e povos, são atrativas em função de suas potencialidades para geração de energia hidráulica, exploração de minérios, expansão da agricultura – soja, milho, cana-de-açúcar – e da pecuária – criação de boi. As terras agricultáveis são visadas exatamente porque são entendidas como recurso para a expansão da produção de grãos e de carne.

Aniquilação

Neste contexto, os direitos indígenas vêm sendo confrontados, pois eles constituem como entraves, no entendimento dos setores dominantes, e os próprios índios são para eles um "problema", na medida em que atrapalham os planos de expansão produtiva e de um suposto desenvolvimento econômico. Dobrando-se a uma concepção desenvolvimentista, o governo federal tomou a decisão de paralisar as demarcações das terras reivindicadas pelos povos.

Projetos de lei e emendas à Constituição Federal são elaborados para aniquilar com qualquer possibilidade de que demarcações de terras sejam normatizadas pela Lei Maior do país. Só para se ter uma ideia da articulação e da força que se volta contra os povos indígenas no âmbito Legislativo, tramitam, hoje, no Congresso Nacional mais de 100 proposições que visam alterar artigos concernentes aos direitos indígenas. No Poder Judiciário, decisões isoladas tentam dar nova interpretação aos artigos 231 e 232[3] da CF/1988 para tentar inviabilizar a aplicação destes dispositivos constitucionais. É o que se tenta, por exemplo, com a aplicação do chamado marco temporal.

IHU On-Line – Como compreender o que está por trás da PEC 215, que quer conceder ao Legislativo a prerrogativa de demarcar terras indígenas?

Roberto Liebgot – É inegável que se concedeu aos ruralistas um excessivo poder político. Em função disso, eles definem os rumos da política indigenista do governo federal e pretendem impor suas regras para as futuras demarcações de terras indígenas e quilombolas. A PEC 215/2000, e mais de uma centena de outros projetos de lei no Congresso Nacional, visam impor limites ao que a Constituição Federal determinou. A ação política dos ruralistas motiva, fomenta e legitima as mais variadas práticas de violência contra os povos indígenas. Nos últimos dez anos foram assassinados no Brasil 754 indígenas, sendo que 390 em Mato Grosso do Sul.

Pacto de morte

A não demarcação das terras é o que gera grande parte dos conflitos e das violências, em especial nos estados do Nordeste, Sudeste e Sul. De acordo com o Cimi, há 1.044 terras indígenas no Brasil, sendo que destas apenas 361 estão registradas. Outras 154 estão "a identificar" e 399 foram classificadas como "sem providências". Para a instituição, a morosidade das ações demarcatórias se deve a um "pacto" do governo federal com os setores da economia que pretendem usufruir das terras indígenas, em especial os ruralistas.

Sobre a PEC 215/2000, há que se dizer que faz parte da estratégia de inviabilizar os direitos constitucionais dos povos indígenas, fundamentalmente à terra. A proposta de Emenda à Constituição quer consolidar a ideia de que o Poder Legislativo deve orientar e determinar a condução da política indigenista no país – especialmente através da bancada ruralista. Por isso, pretendem impor que a demarcação de terras saia do âmbito do Poder Executivo e vá para o Legislativo. Com isso, todas as demarcações de terras indígenas e também quilombolas passariam pelo crivo e aval dos parlamentares que, se autorizarem uma demarcação, esta será feita através da aprovação de uma lei específica. E para cada demarcação terá de se fazer uma nova lei. Ou seja, os direitos indígenas ficarão submetidos aos interesses políticos de ocasião. Além disso, terras demarcadas ao longo das décadas poderão ser revisadas para atender a nova determinação constitucional (caso a PEC seja aprovada). E ainda, na proposta aprovada na Comissão Especial, que segue para o Plenário da Câmara dos Deputados, há a inclusão de dispositivos que viabilizarão o arrendamento das terras indígenas – que são bens da União – e com isso possibilitar que terceiros obtenham lucros sobre bens que não são seus. Incluiu-se ainda outro dispositivo que rompe com a autonomia e protagonismo dos povos, qual seja a retomada da categorização entre os povos, que propõe uma espécie de leitura e análise dos diferentes "estágios de desenvolvimento" e de inserção dos "índios" à sociedade nacional, desrespeitando o artigo 231 da Carta Magna, que reconhece aos povos indígenas suas organizações sociais, seus costumes, línguas, crenças e tradições. Retomam de forma desrespeitosa, conservadora e fundamentalista a lógica da tutela, da integração e da assimilação cultural.

Contradições

A PEC 215/2000 incorpora o que vem sendo denominado, no âmbito do Poder Judiciário, de marco temporal da Constituição de 1988. Isso significa dizer que, se os povos ou comunidades indígenas não estivessem na posse da terra em 1988 ou não estivessem postulando a terra judicialmente ou em disputa físi-

3 A íntegra da Constituição Federal de 1988 está disponível em http://bit.ly/1Ie6PHl. (Nota da **IHU On-Line**)

ca – o chamado renitente esbulho – perderam o direito à demarcação da área reivindicada. Sobre esta interpretação elenco três elementos jurídicos que, no meu entender, são os que causam as principais controvérsias nos julgamentos de tribunais referentes às demarcações de terras e que tomam como base o marco temporal: há, nos julgados dos tribunais, insuficiente entendimento conceitual e não há convergência no entendimento da aplicação do marco temporal nos processos que envolvem a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas; há divergências entre os magistrados no tocante aos conceitos de direito indígena à terra – posse, ancestralidade, usufruto e bens da União – e posse e propriedade oriundos do direito civil; há desconhecimento quanto à aplicabilidade do direito em relação às diferenças étnicas, culturais e ao fato de os povos indígenas terem sido considerados sujeitos de direitos individuais e coletivos – plenamente capazes, portanto (Art. 232 CF/1988).

Entendo, assim, que o renitente esbulho, ao ser descolado da história de resistência dos povos e comunidades indígenas, constitui-se numa grave contradição, pois impõe aos indígenas uma responsabilidade que não lhes competia antes da Constituição de 1988, qual seja, a de ingressarem em juízo, uma vez que eles eram tutelados pelo Estado. Atualmente, com o fim da tutela expressamente estabelecido em nossa lei maior, o Poder Judiciário não procede a um chamamento dos povos, quando da discussão de processos que lhes dizem respeito. Por isso, é necessário reafirmar que quando o tema foi abordado no caso de Raposa Serra do Sol (o renitente esbulho) o entendimento dos ministros serviu para assegurar a posse indígena sobre terras onde havia fazendas desde o início do século passado.

Incompreensão

Os juízes não entendem as concepções e o modo de ser de cada povo, nem as formas como eles se relacionam com 'os bens" materiais, culturais, imemoriais, históricos e com a terra. Os povos vinculam-se à ancestralidade, ao pertencimento étnico, à religiosidade, aos simbolismos e aos mitos – concepções sustentadas originariamente. E, ao não entenderem estas diferenças, cometem erros que podem, na prática, colocar em risco bens maiores: a VIDA e a existência de um POVO.

IHU On-Line – Quais são os desafios para fazer com que a sociedade civil compreenda a realidade de violações aos povos indígenas sem cair em falsos e vulgares problemas como, por exemplo, a ideia de que "índio quer terra e não quer trabalhar"?

Roberto Liebgot – Os desafios são de tornar mais visíveis e mais próximos das pessoas, os problemas vividos pelos povos indígenas. De um modo geral, imagina-se que o que afeta a vida indígena não nos diz respeito. Isso decorre, em parte, da representação estática de índios que se reproduz em muitos meios de comunicação, em muitos materiais didáticos, em peças publicitárias, em filmes, e que os coloca a distância, num espaço de exotismo. Também decorre de um entendimento de que os índios seriam responsáveis pela situação de pobreza por eles vivida, que se sustenta na ideia equivocada de que eles seriam improdutivos e por isso viveriam tempos de escassez. Se essa premissa fosse correta, nenhum trabalhador veria sua família passar fome, e haveria fartura para todos. Mas a realidade não é assim, não em um modelo de sociedade sustentada na apropriação privada, na acumulação e na competição.

A situação vivida pelos povos indígenas nos diz respeito não apenas porque estes vivem cotidianamente situações desumanas (e isso nos implica enquanto humanidade), mas também porque o não cumprimento das garantias constitucionais que lhes são concernentes gera, para todos nós, insegurança jurídica. Se um preceito constitucional pode ser ignorado, descumprido ou contrariado, todos os demais também podem, e isso nos implica a todos, como cidadãos.

A compreensão da realidade indígena passa, portanto, por uma desconstrução de estereótipos e de preconceitos que vêm sendo sustentados e fortalecidos historicamente e que, nestes tempos de produtivismo e de supremacia do discurso desenvolvimentista, se fortalecem, a exemplo da absurda ideia de que os índios não trabalham só porque não aderem inteiramente aos nossos modelos de trabalho, ou a ideia de que eles seriam obstáculos ao desenvolvimento porque não exploram a terra ao seu limite.

IHU On-Line – Em que medida a política neodesenvolvimentista representa um risco à ideia do bem-viver indígena? Como reverter a perspectiva de que o indígena é contra o desenvolvimento?

Roberto Liebgot – A lógica desenvolvimentista se confronta com a ideia do bem-viver indígena. A primeira apregoa que tudo deve se converter em recurso – ambiental, territorial, humano – e a segunda prioriza a vida. A lógica desenvolvimentista baseia-se na concorrência e incentiva as pessoas a gerir suas vidas como se estivessem gerindo uma empresa, a lógica do bem-viver indígena fundamenta-se numa visão de compartilhamento de espaços e de solidariedade entre as pessoas. A lógica desenvolvimentista faz com que vejamos em um rio um potencial de exploração hídrica, enquanto a lógica do bem-viver indígena foca as possibilidades de interação com o rio e com tudo o que nele habita (incluindo os seres que não podemos ver).

O bem-viver indígena não pode ser conquistado sem que haja uma radical mudança nas concepções e políticas destes tempos em que vivemos. E não se trata de construir o bem-viver para os indígenas, e sim de permitir que as concepções indígenas permeiem e reconfigurem as prioridades que temos assumido e as formas como temos lidado com o ser humano, com a terra, lugar comum sem o qual não temos futuro, nem esperança.

IHU On-Line – Como compreender a barreira que torna o chamado "povo branco" inábil para entender a forma de vida indígena?

Roberto Liebgot – A questão de fundo, aqui, é que os povos indígenas não são e nunca foram considerados prioritários ao se traçar qualquer ação do poder público. Há um critério quantitativo que costuma permear as escolhas políticas – quantas são as pessoas assistidas, quantos são os eleitores – e, com base nesse critério, as comunidades indígenas muitas vezes são prejudicadas. A definição de responsabilidades no que tange à atenção diferenciada aos povos indígenas também é utilizada, em alguns casos, para justificar a inoperância ou a omissão de alguns órgãos públicos. Neste caso, em especial, estamos falando de um direito relativo ao transporte escolar, mas a desassistência se traduz também num precário atendimento em saúde, na falta de saneamento básico nas aldeias e, particularmente, na inaceitável condição, imposta a algumas comunidades, de vida em acampamentos provisórios, à beira de rodovias, resultante da morosidade nos procedimentos de demarcação das terras tradicionais destas pessoas.

IHU On-Line – Como discutir políticas públicas para os indígenas, de forma que não os exclua e também não os imponha uma cultura ocidentalizada?

Roberto Liebgot – Talvez o primeiro passo seja questionar a própria forma como se concebem e se estabelecem as políticas públicas destinadas aos povos indígenas. A base de sustentação de muitas destas políticas é assistencial, ou seja, elas se estruturam para assistir, para compensar a falta de algo muito mais imprescindível que é o acesso à terra e a garantia de seu usufruto exclusivo pelos índios. Uma política pública que tenha em vista a autonomia dos povos indígenas deveria ser iniciada com a garantia de participação destes em todas as etapas do processo – do planejamento à avaliação – tal como estabelece a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT e a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, da Organização das Nações Unidas – ONU. Uma política pública efetiva deve se estabelecer escutando as comunidades indígenas, entendendo suas demandas específicas, permitindo a ampla participação no processo, possibilitando que a tomada de decisão sobre os rumos dessas políticas esteja nas mãos dos povos indígenas. Existe uma legislação bastante avançada, por exemplo, no que diz respeito à educação escolar indígena, mas na execução dessa política pública, as comunidades ainda são reféns das regras, dos formalismos, da falta de conhecimento das secretarias, da imposição de modelos que, muitas vezes, confrontam saberes tradicionais e competem com espaços educativos próprios dessas comunidades. Isso porque, efetivamente, o controle sobre as escolas e seus processos não está nas mãos dos povos indígenas. E o controle não está em suas mãos porque se crê que exista uma cultura escolar (ocidental) que não pode ser alterada, e à qual os índios deveriam aderir.

IHU On-Line – Como avalia a situação dos índios no Rio Grande do Sul? No que se assemelha e se diferencia da realidade em outros estados do Brasil?

Roberto Liebgot – No Rio Grande do Sul as demarcações de terras estão paralisadas desde 2013. No ano de 2014 houve uma intensificação de ações e campanhas contra os direitos indígenas e quilombolas neste estado. Estas campanhas foram desencadeadas no âmbito dos poderes públicos, da mídia e de setores ligados ao agronegócio. Nos discursos disseminados nos meios de comunicação, especialmente por autoridades, os problemas causados pelas demarcações são explicados basicamente a partir de três argumentos: o primeiro afirma haver interesses de grupos estrangeiros nas terras indígenas e isso explicaria o empenho de ONGs e entidades indigenistas (de assessoria aos índios) na defesa das demarcações. O segundo afirma que se trata de muita terra para os "índios", porque estes "não trabalham" e/ou porque arrendam as terras que possuem. O terceiro argumento reitera que não se pode, a pretexto de demarcar terras para índios, cometer injustiças com os agricultores que alimentam a população.

Racismo Institucionalizado

Em um primeiro olhar, esses argumentos podem parecer bastante convincentes, porque estão naturalizados especialmente nos discursos midiáticos e cotidianos, mas eles têm sido utilizados como escudo para desviar a atenção de questões bem mais complexas (a exploração ao meio ambiente, favorecimento aos setores do agronegócio e o racismo institucionalizado). Antes de tudo, é necessário esclarecer que povos indígenas têm seus direitos originários (sobre as terras que ocupam) amparados pela Constituição Federal de 1988 – Art. 231. Tais direitos já estavam resguardados, antes da promulgação desta lei, através de outras normas que a precederam e que previam que terras indígenas fossem reservadas aos "índios". Basta lembrar que as primeiras demarcações de terras – na forma de reservas indígenas – ocorreram há mais de um século. Antes ainda, há registros de que os povos indígenas tenham obtido a garantia de suas terras por serviços prestados ao governo, por exemplo, na Guerra do Paraguai,[4] em 1864. Portanto, não é nenhuma novidade a necessidade de se demarcar terras indígenas.

Sofismas

Em relação ao primeiro argumento elencado anteriormente,

4 **Guerra do Paraguai**: estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870 e foi o maior e mais sangrento conflito armado internacional ocorrido no continente americano. O conflito teve início quando o governo de Dom Pedro II interferiu na política interna do Uruguai. A reação militar paraguaia disparou a Guerra. (Nota da **IHU On-Line**)

de que nos movimentos em defesa das demarcações de terras indígenas haveria algum tipo de complô de interesses estrangeiros contra a nação, basta lembrarmos que as terras indígenas são bens da União, que devem ser protegidas e resguardadas ao uso exclusivo dos povos indígenas. Este dispositivo legal é suficiente para mostrar que, se há interesses estrangeiros sobre terras brasileiras, certamente as áreas indígenas seriam as menos suscetíveis, porque qualquer investimento sobre elas, que não possua a autorização do Congresso Nacional, é considerado ilegal.

O segundo argumento contrário às demarcações, e aquele que se sustenta na ideia de que "é muita terra para poucos índios", filia-se a um entendimento de que as terras são recursos necessários ao desenvolvimento nacional, regional, local e que, por isso, devem ser produtivas (dentro de uma lógica desenvolvimentista e unilateral). Nessa direção, indaga-se sobre o porquê de os índios quererem "tanta terra" acionando-se uma lógica racista a partir da qual se avaliam as formas de viver e de trabalhar de todos os povos e culturas a partir dos critérios ocidentais e de uma racionalidade neoliberal, tomada como universal. Por essa ótica racista, só trabalha quem efetivamente faz a terra "produzir", quem atua sobre ela aproveitando seus potenciais; em oposição, aqueles que desenvolvem uma relação mais respeitosa com o ecossistema e uma atitude preservacionista são vistos como sujeitos que não trabalham, não têm ambição, não sabem dar valor (econômico) à terra.

A alegação de que se trata de muita terra para os índios pode ser contestada com o seguinte dado: o total de terras pleiteadas pelos povos indígenas no Rio Grande do Sul não passa de 0,5% da área do estado. De forma recorrente, lideranças Kaingang têm indagado, em momentos de reflexão: se um estado não consegue se desenvolver com 99,5% de seu território, que diferença farão esses 0,5% que correspondem às terras indígenas?

Arrendamento

Essa perspectiva se desdobra em outra, de que os índios não precisam da terra, por isso a arrendam. Mesmo que eventualmente se registrem casos isolados de arrendamento em terras indígenas, vale lembrar que esta é uma prática ilegal, passível de penalização, e que a fiscalização sobre as terras indígenas é de responsabilidade do poder público. A Constituição Federal instituiu, para as comunidades indígenas, o direito à posse permanente e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam (Art. 231, § 2º). O usufruto nas terras indígenas tem caráter coletivo e não individual e, portanto, o direito é das comunidades indígenas e não de cada pessoa individualmente, não podendo ser utilizadas por terceiros.

Agricultores

O terceiro argumento contrário às demarcações também pode ser desnaturalizado: trata-se da ideia corrente de que, a pretexto de demarcar terras para índios, não se poderia cometer injustiças com os agricultores que produzem o alimento da população. Para entender essa questão, é necessário retomar alguns aspectos históricos que nos levam à situação atual, em que índios e agricultores disputam as mesmas terras.

Nas primeiras décadas do século XX, sob argumentos positivistas e desenvolvimentistas, os governos empenharam-se em promover a ocupação territorial e a colonização de espaços considerados "devolutos". Neste período, a literatura sobre o tema registra a ocorrência de inúmeras práticas de "limpeza étnica", a partir das quais aldeias inteiras foram exterminadas. Centenas de outras comunidades foram expulsas de suas terras tradicionais e despejadas em outras localidades. Tais remoções forçadas ao longo da história originam os conflitos contemporâneos, posto que são estas as terras, loteadas e vendidas pelo governo do estado do Rio Grande do Sul em décadas anteriores, que agora estão sendo pleiteadas para demarcação. Tanto do lado dos povos indígenas e quilombolas, quanto do lado dos agricultores (que hoje residem sobre as terras), há muitos homens e mulheres que vivenciaram aquele período e que relatam os acontecimentos, indicando que nas terras pleiteadas para demarcação existem indícios materiais da presença indígena e de quilombos, como cemitérios, destroços de antigas moradias, restos de artefatos utilizados para caça, entre outros.

Inegável tradicionalidade

Pois bem, se a tradicionalidade da ocupação indígena e de quilombos não pode ser negada, valem os preceitos constitucionais de que estas terras – no caso das indígenas – são bens da União, que são inalienáveis e indisponíveis e que os direitos indígenas sobre elas são imprescritíveis (Art. 231, § 4º). Não é possível, portanto, imaginar que o erro cometido pelo Estado – ao disponibilizar para colonização e titular terras que não lhe pertenciam – não seja corrigido agora para evitar que ocorra uma injustiça contra os agricultores. É necessário exigir que o Estado responda por seus erros sem que se penalizem os agricultores, estes que, com seu suor, produzem alimentos. Eles têm direito a uma justa indenização e a uma alternativa viável, que deve ser apresentada pelo Estado, para continuar a viver da agricultura, em terras legalmente tituladas e compatíveis com seus modos de produção.

IHU On-Line – De que forma podemos entender o flagelo indígena no Brasil, a partir dos conflitos em Mato Grosso do Sul?

Roberto Liebgot – A situação dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul é emblemática, e têm sido recorrentes, sistemáticas e cada vez mais intensas as práticas de violência. Nos últimos 12 anos, 390 indígenas foram assassinados no estado. Outros 707 cometeram suicídio

de 2000 a 2014. Esses números, por si só, já indicam a gravidade desta situação. Frente a este quadro extremo, registra-se também a inoperância do governo, que deveria realizar as demarcações das terras para, assim, assegurar aos povos indígenas condições dignas de vida naquele estado. O que ocorre em Mato Grosso do Sul é genocídio. Este não é apenas o entendimento do Cimi, como também do Ministério Público Federal (MPF), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e de órgãos como a Anistia Internacional, por exemplo.

É bom lembrar que as denúncias de assassinatos, suicídios, perseguições, ataques e muitas outras formas de violência têm sido sistematicamente apresentadas em relatórios do Cimi, e são também reiteradas em pronunciamentos do Ministério Público Federal. As violências se intensificaram, mas também se tornaram mais visíveis nas últimas décadas. Em Mato Grosso do Sul, os casos de violência se acentuaram quando algumas comunidades procederam a uma retomada de terras tradicionais das quais foram expulsas no decorrer do século XX, e sobre as quais se estabeleceram, de modo especial, os empreendimentos agropecuários.

Genocídio em Mato Grosso do Sul

As retomadas de terra em Mato Grosso do Sul colocam em evidência o direito dos índios à terra, direito este que vem sendo negligenciado pelo governo e contestado com veemência por setores do agronegócio. A demarcação das terras indígenas é apresentada, por setores anti-indígenas, como procedimento que gera insegurança jurídica. Contudo, ela é a expressão concreta do reconhecimento constitucional dos povos indígenas como coletividades com organizações sociais e culturais próprias, com línguas, crenças, tradições a serem respeitadas, cuja vida se concretiza sobre um território tradicional que o Estado tem o dever de demarcar e proteger. A insegurança se gera exatamente pela não demarcação dessas terras. Quando, ao contrário, o poder público garante a desintrusão de terras reconhecidamente indígenas, os problemas tendem a cessar, especialmente os vinculados à disputa de terras e violências, como nos casos das terras indígenas Raposa/Serra do Sol[5] (RR), Marãiwatsédé[6] (MT) e Caramuru Catarina-Paraguaçu[7] (BA).

Violência

Os alarmantes números da violência em Mato Grosso do Sul são, em certo sentido, a face mais visível de conflitos que se desenrolam em diversas partes do país. O Relatório da Violência contra os Povos Indígenas, publicado pelo Cimi e relativo ao ano de 2014[8], mostra que ocorreram ataques a comunidades especialmente nas regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste. Algumas comunidades foram atacadas a tiros, colocando-se em risco a vida de crianças, jovens, idosos. Exemplos disso foram os ataques de pistoleiros contra uma comunidade Tupinambá, no estado da Bahia. No Rio Grande do Sul registrou-se a absurda situação de intolerância na qual a população do município de Erval Grande expulsou os indígenas que estavam acampados nas margens de uma rodovia estadual. Na ocasião, com apoio da Polícia Militar e sem ordem judicial, centenas de moradores do município se deslocaram para o acampamento dos Kaingang e os obrigaram a embarcar num micro-ônibus, que os transportou para a cidade de Passo Fundo, a mais de 130 km de distância. Seus pertences foram jogados sobre a carroceria de um caminhão e despejados diante da sede da Funai, em Passo Fundo.

As violências praticadas contra os povos indígenas em nosso país são avassaladoras. A dor, o sofrimento, as ameaças, as invasões, as torturas, as agressões cotidianas expressam, em síntese, o tipo de política indigenista praticada pelo governo, pois, ao fechar os olhos para acontecimentos tão graves, o governo os avaliza.

IHU On-Line – O que a cultura branca, ocidentalizada, pode aprender sobre a relação com a terra e o meio ambiente a partir da espiritualidade de povos indígenas?

Roberto Liebgot – Os povos indígenas têm muito a nos ensinar. Mas precisamos, antes de tudo, conhecê-los e respeitar o modo de ser de cada povo – suas culturas, costumes, crenças e tradições. Ao longo de mais de 25 anos de atuação missionária junto a muitas comunidades e povos pude perceber que todos possuem vínculos profundos com o sagrado, com a palavra e com a terra. Estes três aspectos da vida indígena se distanciam dos modelos de sociedades estruturadas no capitalismo, individualismo, primitivismo e na exploração.

Um primeiro aspecto que faço referência é o fato de não haver distinção absoluta, ou uma linha divisória que separa aspectos da vida natural e sobrenatural. Assim, as ações cotidianas são marcadas

5 **Raposa Serra do Sol**: área de terra indígena (TI) situada no nordeste do estado brasileiro de Roraima, nos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, entre os rios Tacutu, Maú, Surumu, Miang e a fronteira com a Venezuela. É destinada à posse permanente dos grupos indígenas ingaricós, macuxis, patamonas, taurepangues e uapixanas. Raposa Serra do Sol foi demarcada pelo Ministério da Justiça através da Portaria Nº 820/98, posteriormente modificada pela Portaria 534/2005. A demarcação foi homologada por decreto de 15 de abril de 2005, da Presidência da Republica. Em 20 de março de 2009, uma decisão final do STF confirmou a homologação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, determinando a retirada dos não indígenas da região. Nas Notícias do Dia do sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU é possível ler diversas entrevistas especiais sobre o tema. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Marãiwatsédé**: terra indígena localizada nos municípios de Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia e Bom Jesus do Araguaia, no Estado do Mato Grosso, Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Terra indígena Caramuru-Paraguaçu**: é uma terra indígena de usufruto do povo pataxó hã-hã-hãe, localizada no sul da Bahia, no Brasil. Possui 54.105 hectares e foi delimitada em 1937 pelo Serviço de Proteção ao Índio. Em 2005, habitavam a terra aproximadamente 2.147 índios, dos quais 1.139 eram homens e 1.008 eram mulheres. (Nota da **IHU On-Line**)

8 A íntegra do Relatório está disponível em http://bit.ly/1T9TO22. (Nota da **IHU On-Line**)

por certa ritualidade, as explicações para os acontecimentos têm uma base material e também imaterial, as razões para algumas práticas e condutas são de ordem profana e também sagrada. Trata-se, portanto, de uma racionalidade que nos escapa e que não se pauta nas divisões binárias a que estamos habituados (na composição de um pensamento ocidental, de base cartesiana). Cada pessoa precisa aprender a conviver e a estabelecer um equilíbrio entre duas naturezas – a humana e a divina. Aprender a conviver e a conhecer os outros seres que habitam os limites do território é uma das estratégias dos povos. Por exemplo, em uma comunidade guarani é indispensável a existência de uma casa de reza, a Opy. Nela, estreitam-se os vínculos com o Sagrado, realizam-se os rituais mais importantes, estabelecem-se as condições para se ter saúde, realizam-se os processos de nomeação e de cura.

Palavra

Um segundo aspecto que me parece comum entre os povos diz respeito à palavra, um importante elemento de constituição da pessoa e de elaboração contínua do modo de viver. Faço referência a estudiosos como Nimuendajú[9] (1987) e Melià[10] (2004), que estudaram profundamente a cultura Guarani e que nos ensinam que os Guarani são "o povo da palavra" e a prática de escutar e de falar configura sua organização social, política, religiosa.

A palavra tem grande relevância na vida dos povos indígenas, pois são constitutivas da própria existência das pessoas. Nas relações estabelecidas, a palavra é um componente central (não apenas como meio de comunicação, mas como possibilidade de criação de algo). Ela se converte em conselhos e ensinamentos (dos pais para os filhos, dos anciãos para os jovens, e assim por diante).

Um terceiro aspecto que considero fundamental e que pode servir como referência para a sociedade envolvente é o vínculo dos povos indígenas com a terra. Tratam-na com respeito, como mãe, fonte de vida, lugar onde se restabelecem elos entre as pessoas e seus ancestrais, onde se cultiva a porção divina que vive em cada pessoa e onde se organiza o bem-viver. Por isso, precisa ser amada e protegida, assim como todos os seres que nela vivem e dela dependem, como os animais, as plantas, as matas, as águas...■

9 **Curt Nimuendajú** (1883-1945): nascido Curt Unckel, foi um etnólogo de origem alemã que percorreu o Brasil em meio aos índios por mais de 40 anos. Quando jovem, foi aprendiz na fábrica de lentes Zeiss na Alemanha. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Bartomeu Meliá**: jesuíta espanhol Bartolomeu Melià, pesquisador do Centro de Estudos Paraguaios Antonio Guasch e do Instituto de Estudos Humanísticos e Filosóficos. Sempre se dedicou ao estudo da língua guarani e à cultura paraguaia. Doutor em ciências religiosas pela Universidade de Estrasburgo, acompanhou e conviveu com os indígenas Guarani, Kaingang e Enawené-nawé, no Paraguai e no Brasil. É membro da Comissão Nacional de Bilinguismo, da Academia Paraguaia da Língua Espanhola e da Academia Paraguaia de História. Entre suas publicações, citamos *El don, la venganza y otras formas de economia* (Assunção: Cepag, 2004). Confira a entrevista *As missões jesuíticas nos sete povos das missões*, concedida por Melià à edição 196 da revista **IHU On-Line**, de 18-09-2006, disponível em http://migre.me/vMqU. Na noite de 26-10-2010 Meliá profere a conferência *A cosmologia indígena e a religião cristã: encontros e desencontros de universos simbólicos, dentro da programação* do XII Simpósio Internacional IHU – A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade. Confira a programação completa do evento em http://migre.me/vMs5. Confira, na edição 331, uma entrevista com Meliá, intitulada *"A história de um guarani é a história de suas palavras"*, disponível em http://migre.me/MqPH. Confira, ainda, o Perfil de Melià, publicado em http://migre.me/2pf5p. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *"O desenvolvimentismo não combina com princípios éticos e humanitários"*. Entrevista com Roberto Liebgott, publicada na revista **IHU On-Line**, nº 413, de 01-04-2013, disponível em http://bit.ly/1Ok24Nz;
- *O contínuo caminhar guarani*. Entrevista com Roberto Antonio Liebgott e Iara Tatiana Bonin, publicada na revista **IHU On-Line**, nº 331, de 31-05-2010, disponível em http://bit.ly/1YxsLl4;
- *A luta dos povos indígenas continua*. Entrevista com Roberto Liebgott, publicada nas **Notícias do Dia**, de 02-05-2007, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1ll4Vdr.
- *Povos indígenas não são tratados como protagonistas*. Entrevista especial com Roberto Liebgott, publicada nas **Notícias do Dia**, de 19-04-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1jnfH1w;
- *Morro do Osso: uma luta dos povos indígenas do RS*. Entrevista com Roberto Liebgott, publicada nas **Notícias do Dia**, de 05-06-2009, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1jnfKuu;
- *"Os arrozeiros representam o enclave da violência"*. Entrevista com Roberto Liebgott, publicada nas **Notícias do Dia**, de 03-04-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível http://bit.ly/1jnfPOD.

A ambígua e ineficiente política indigenista brasileira

Para Egydio Schwade, nunca houve um interesse efetivo em incluir os povos indígenas na construção das leis que regem o país

Por João Vitor Santos e Leslie Chaves

No Brasil se perpetuam as violências às diversas etnias indígenas que são as habitantes originárias do país. As agressões históricas iniciadas com os processos de colonização e exploração deste território foram tão intensas e continuam tão constantes que implicaram na drástica redução e no quase desaparecimento de alguns destes povos. De acordo com Egydio Schwade, passam-se os anos, mudam os dominadores, mas o desejo de expropriar e lucrar com a terra permanece o mesmo. Porém se acentuam os embates, uma vez que os indígenas passaram a reivindicar seus direitos. "É o desespero da velha política dos donatários, dos fazendeiros portugueses, vendo estes povos que, segundo eles, já não deveriam mais existir, crescerem, exigirem seus territórios e sua autonomia, é isto que move o recrudescimento atual da política genocida", ressalta em entrevista por e-mail à IHU On-Line.

Ao fazer uma retrospectiva das políticas públicas direcionadas aos indígenas ao longo dos anos no Brasil, Schwade aponta que não houve avanços no sentido de garantir os direitos e a segurança destes povos e que os principais entraves para a efetivação das leis que já existem e para a elaboração de outras medidas são os interesses dos donos do capital. "A política indigenista brasileira sempre foi ambígua. Sempre esteve vinculada ao ministério que propulsiona o (des)envolvimento. Enquanto por um lado tenta se respaldar em um mínimo de leis favoráveis aos povos indígenas, por outro a sua prática sempre foi anti-indígena", constata.

Schwade ainda salienta que os indígenas não são vistos como parte do país, mas sim como uma ameaça ao modelo desenvolvimentista de gestão da nação. "Hoje a briga maior do índio já consciente e organizado e de seus aliados é conseguir efetivar a prática das leis contidas na Carta Magna de 1988. Judiciário, Legislativo e Executivo estão aí em constante conflito com a lei, ao invés de garantirem sua execução como é seu dever. No fundo o índio é um 'perigo' para o modelo político injusto que se instalou sobre o território brasileiro."

Egydio Schwade é graduado em Filosofia e Teologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Foi um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário – Cimi e primeiro secretário executivo da entidade, em 1972. Atualmente é colaborador do Cimi e vive em Presidente Figueiredo, AM.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como analisa a questão indígena hoje no Brasil? O que nos levou a esse estado de genocídio de povos indígenas?

Egydio Schwade – A agressão contra os povos indígenas, ou seja, contra os donos desta terra, é uma herança recebida dos povos europeus que a invadiram de 1500 para cá e acham que têm o direito de prosseguir impunes ainda hoje. Neste processo inclui-se desde a agressão às suas pessoas e territórios até a legislação e a sua ausência no governo desta terra. Nunca houve por parte dos invasores interesse em incluir os povos indígenas na construção das leis que regem o país.

O que leva ao recrudescimento atual deste "estado de genocídio de povos indígenas" é o desespero dos insaciáveis latifundiários e mineradores com a constatação de que os índios estão crescendo em

número, em seus valores culturais e na exigência dos seus direitos.

Quando a sociedade brasileira, a partir dos anos 1960, e aqui cito, em especial, a Igreja Católica, começou a organizar entidades com postura nova, incentivada pelo Concílio Vaticano II[1] (não mais catequese, mas encarnação na sua realidade, para conhecer e evidenciar os valores da sua cultura, "busquem os missionários colher as sementes do Verbo ocultas nos povos", orientam os documentos do Vaticano II), passou a evidenciar como anúncio da boa nova os seus direitos à terra, à cultura e à autodeterminação. Esta nova postura trouxe novo ânimo aos povos indígenas, que começaram a crescer e a se organizar. Segundo pesquisa feita por Darcy Ribeiro[2], nos anos 1950 eram menos de 100 mil no Brasil. Já em 1978, como secretário executivo do Cimi, orientei uma nova pesquisa, onde já passavam de 220 mil. Hoje beiram um milhão, segundo o IBGE. É o desespero da velha política dos donatários, dos fazendeiros portugueses, vendo estes povos que segundo eles, já não deveriam mais existir, crescerem, exigirem seus territórios e sua autonomia, é isto que move o recrudescimento atual da política genocida.

IHU On-Line – Como compreender a cosmovisão indígena na sua relação com a terra e elementos da natureza? Por que o chamado *homem branco* não consegue entender essa perspectiva? E como o senhor, através de sua experiência de vida, conseguiu se aproximar dessa concepção?

Egydio Schwade – A cosmovisão dos povos originários só se compreende pela convivência com eles e questionando os nossos erros e preconceitos durante esta convivência.

De 1963 a 1965, como estudante participei de uma sofrida experiência indigenista em dois internatos na Missão Anchieta – MIA dos jesuítas no Noroeste de Mato Grosso. Depois tive a oportunidade de vivenciar o processo de mudança da Igreja Católica e de outras igrejas cristãs como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, desde o seu início, ou seja, desde o Concílio nos anos 60. No caso da Igreja Católica, sem dúvida nenhuma foi no encalço das linhas de ação apontadas pelo Concílio Vaticano II. Acompanhei parte do Concílio no Curso de Filosofia na Unisinos, em São Leopoldo, e a outra parte em internatos da Missão Anchieta em Diamantino, nas margens do Rio Papagaio, afluente do rio Juruena no Noroeste de Mato Grosso.

Vivi o fervilhar das discussões sobre as mudanças necessárias a se fazerem na Igreja num e noutro extremo. Vi índios Rikbaktsa chegando à tarde nus ao internato de Utiariti, apenas com seu arco e flecha na mão e no dia seguinte cedo os vi ajoelhados de roupa na igreja. Vinham à Utiariti, não para voltarem à aldeia e defender o seu território, viverem sua cultura, mas para aprender a ler e escrever e irem esconder sua identidade de índios em Cuiabá. E a Missão os empurrava e incentivava a isto. Tanto era assim que no segundo internato em que trabalhei, em Diamantino, que ficava próximo de Cuiabá, eles eram integrados na perspectiva de páreas da sociedade, junto com meninos pobres, não indígenas, dos garimpos e da roça. Não existia nenhuma organização indígena em todo o território nacional.

Em 1966 voltei à Unisinos ansioso para discutir e propor mudanças nesta situação, com os companheiros que também haviam passado por esta experiência e propor mudanças imediatas. Já em março daquele ano escrevemos uma carta conjunta, os que havíamos passado pela MIA, aos dirigentes da Missão propondo interromper as atividades e planejar uma nova forma de desenvolver os trabalhos. Mas a nossa proposta foi rejeitada. Diante deste fechamento da instituição concluímos que uma mudança só seria possível apelando para a juventude e na forma ecumênica como recomendava o Vaticano II.

Junto com Thomaz Lisboa, um colega que havia atuado na missão comigo, organizei uma "fotonovela" com slides sobre a vida dos índios de Mato Grosso e todo fim de semana íamos a uma comunidade católica ou evangélica do Vale do Rio dos Sinos, motivando a juventude para a missão. Finalmente, em fevereiro de 1969 criei a Operação Anchieta – Opan, hoje Operação Amazônia Nativa, que começou a selecionar, treinar e enviar jovens para as comunidades indígenas. E a partir de 1970, rapazes e moças da Opan, católicos e evangélicos, começaram a se esparramar pelas co-

1 **Concílio Vaticano II:** convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 8-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano I. O Instituto Humanitas Unisinos – IHU produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-6-2009, disponível em *http://bit.ly/o2e8cX*, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em http://bit.ly/REokjn, e a edição 425, de 01-07-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo,* disponível em http://bit.ly/1cUUZfC. Em 2015, o Instituto Humanitas Unisinos – IHU promoveu o colóquio O Concílio Vaticano II: 50 anos depois. A Igreja no contexto das transformações tecnocientíficas e socioculturais da contemporaneidade. As repercussões do evento podem ser conferidas na IHU On-Line, edição 466, de 01-06-2015, disponível em http://bit.ly/1IfYpJ2 e também em Notícias do Dia no sitio IHU. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Darcy Ribeiro** (1922-1977): etnólogo, antropólogo, professor, educador, ensaísta, romancista e político mineiro. Completou o curso superior na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, no ano de 1946. Trabalhou como etnólogo no Serviço de Proteção ao Índio, e, em 1953, fundou o Museu do Índio. Foi professor de etnologia e linguística tupi na Faculdade Nacional de Filosofia e dirigiu setores de pesquisas sociais do Centro de Pesquisas Educacionais e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, além de ocupar, no biênio 1959/1961, o cargo de presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Foi eleito em 8 de outubro de 1992 para a Cadeira n. 11 da Academia Brasileira de Letras. (Nota da **IHU On-Line**).

munidades indígenas da Amazônia. Logo se juntaram e integraram os Voluntários para o Desenvolvimento da Áustria e os Técnicos Voluntários Cristãos da Itália.

Esta juventude obteve imediato apoio e participação de missionários religiosos que já atuavam nas bases, igualmente ansiosos por mudança. Acompanhei quatro anos, como coordenador técnico, a Opan. Em 1972 ajudei a criar o Conselho Indigenista Missionário – Cimi, do qual fui o primeiro secretário executivo, até 1980. Nestes dois períodos acompanhei a evolução dos trabalhos da Igreja junto aos índios em todo o país. E pude sentir o drama dos povos indígenas esmagados e sem esperança de perspectivas melhores por toda parte.

IHU On-Line – Como se deu a relação da Igreja com os povos ameríndios a partir do século XVI? De que forma essa relação foi revisada nas últimas décadas?

Egydio Schwade – Foi no fim das frustradas Cruzadas[3] que iniciaram as grandes navegações, principalmente dos espanhóis e portugueses. Os cristãos europeus invadiram os territórios de centenas de povos pacíficos mundo afora, como o faziam antes os cruzados contra os mouros. E, como lá, a Igreja estava presente nos navios e na cabeça dos seus mandantes. Do mesmo modo, estes, ao invés de "colher as sementes de Deus ocultas" nesses povos (que viviam num sistema fraterno das pessoas entre si e destas com a terra, princípios pregados por Cristo), foram destruindo o que vinha pela frente e instalando o sistema antifraterno que vigorava na Europa, não apenas entre cristãos e muçulmanos, mas, inclusive, entre os próprios cristãos.

Em meados dos anos 1960 o Papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II, onde os padres conciliares deram novas orientações para o relacionamento com os povos, tanto no seu relacionamento intercristãos, como sobre a sua Atividade Missionária junto a outros povos. Foram estas orientações que levaram a novos rumos da Pastoral Indigenista no Brasil. Não doutrinação, mas encarnação em sua realidade e "colher as sementes de Deus ali ocultas". E o anúncio da Boa Nova é o anúncio a estes povos do seu direito à vida, ao seu território, à sua cultura e à sua autodeterminação.

> ***Nunca houve por parte dos invasores interesse em incluir os povos indígenas na construção das leis que regem o país***

IHU On-Line – Qual o papel do Concílio Vaticano II na mudança de perspectiva das ações da Igreja diante dos povos indígenas? Como era e como vem sendo trabalhada a inculturação da fé entre os povos originários?

Egydio Schwade – Antes do Concílio já existia uma experiência de convivência sem doutrinação, a das Irmãzinhas de Jesus, junto ao povo Tapirapé na Prelazia de São Félix do Araguaia.

A Opan e o Cimi foram criados dentro dos princípios apontados pelo Concílio Vaticano II. Os seus membros foram incentivados e capacitados para se encarnar na realidade vivida então pelos povos indígenas brasileiros, convivendo e assumindo a sua causa na perspectiva de serem aceitos como membros daqueles povos. Em janeiro de 1970 partiu o primeiro grupo de pessoas da Opan para aldeias do Noroeste de Mato Grosso e para Rondônia, nos confins do rio Guaporé e Mamoré.

Em 1973, quando foi criado o Cimi, organizei o primeiro programa de ação deste órgão, o *Encontros de Pastoral Indigenista*, do qual participavam missionários e lideranças indígenas visando transformar e reformular as linhas de ação missionárias. Eram encontros supracircunscrições eclesiásticas, para inserção dos missionários na postura da Igreja pós-conciliar frente aos índios e para eles mesmos superarem o isolamento existente onde as Prelazias e Dioceses da Amazônia eram verdadeiras "ilhas culturais". O segundo eixo do programa do Cimi foi o de possibilitar assembleias indígenas. Encontros dos próprios índios entre si.

Convém notar que este programa foi durante os primeiros 15 anos levado conjuntamente pela Opan e pelo Cimi. A palavra de ordem era "encarnação" em todas as missões católicas e também da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. Posteriormente, burilada por intelectuais, foi apresentada como "inculturação".

IHU On-Line – Numa perspectiva histórica, como avalia a política indigenista brasileira? E trazendo para atualidade, quais os avanços, limites e retrocessos dessa política?

Egydio Schwade – A política indigenista brasileira sempre foi ambígua. Sempre esteve vinculada ao ministério que propulsiona o (des)envolvimento. Enquanto por um lado tenta se respaldar em um mínimo de leis favoráveis aos povos indígenas, por outro a sua prática sempre foi anti-indígena. Até o Estatuto do índio publicado pela ditadura militar em

3 **Cruzadas** (séculos XI a XIII): foram movimentos militares de inspiração cristã que partiram da Europa Ocidental em direção à Terra Santa (nome pelo qual os cristãos denominavam a Palestina) e à cidade de Jerusalém com o intuito de conquistá-las, ocupá-las e mantê-las sob o domínio cristão. Estes movimentos estenderam-se entre os séculos XI e XIII, época em que a Palestina estava sob controle dos turcos muçulmanos. No médio oriente, as cruzadas foram chamadas de "invasões francas", já que os povos locais viam estes movimentos armados como invasões e por que a maioria dos cruzados vinha dos territórios do antigo Império Carolíngio e se autodenominavam francos. (Nota da **IHU On-Line**)

1973 teve seus aspectos positivos. Mas quando fui secretário executivo do Cimi a nossa briga maior com o governo militar foi o seu desrespeito ao que ele mesmo havia posto na lei. Semelhantemente hoje a briga maior do índio já consciente e organizado e de seus aliados é conseguir efetivar a prática das leis contidas na Carta Magna[4] de 1988. Judiciário, Legislativo e Executivo estão aí em constante conflito com a lei, ao invés de garantirem sua execução como é seu dever. No fundo o índio é um "perigo" para o modelo político injusto que se instalou sobre o território brasileiro.

Bem, uma das coisas que para nós estudantes jesuítas do final da década de 60 ficou evidente, foi a de que a questão indígena não poderia se restringir à Missão Anchieta de Diamantino, mas deveríamos ter sempre diante de nós uma "visão nacional e até internacional" da questão indígena, o que, desde então, deixávamos claro em nossos documentos e ações. E, como consequência, isto nos levou a nos imiscuir na política indigenista oficial. Assim, em abril de 1967, o colega estudante paulista Thomaz de Aquino Lisboa e eu resolvemos fazer uma semana santa diferente. Ao invés de participar das cerimônias litúrgicas na igreja, fomos visitar comunidades indígenas do Rio Grande do Sul, entregues metade à política do Estado e outra metade ao Serviço de Proteção aos índios – SPI. Disto resultou uma série de nove artigos que publicamos no *Correio do Povo* de Porto Alegre sob o título: "Drama de 1080 famílias Indígenas do Rio Grande do Sul". A denúncia provocou uma CPI na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em maio de 1967. No mês seguinte instalou-se a CPI na Câmara Federal que teve como relator o Deputado Jader Figueiredo e que deu fim ao SPI e motivou a criação da Fundação Nacional do Índio – Funai.

O que constatei ao longo de todos esses anos de acompanhamento da política indigenista brasileira oficial é que em realidade não houve avanço algum. Ela acaba sempre patinando sobre os interesses dos poderosos, que nunca tiveram interesse algum de ver os segmentos oprimidos da sociedade melhorarem de vida.

IHU On-Line – Como o senhor vivenciou o período da Ditadura e quais as marcas do regime permanecem no trato aos povos indígenas? E em que medida o relatório da Comissão Nacional da Verdade recupera a memória de índios sacrificados nesse período?

Egydio Schwade – No período militar fui reprimido e proibido, pelos militares que comandavam a Funai, de entrar nas áreas indígenas do país. Mas foi este o período de minha vida em que visitei mais áreas e povos indígenas por todo o país, animando-os em sua luta pelos seus direitos. A ausência do Estado, do Governo junto aos pobres e oprimidos facilitava o meu acesso.

Andei, neste período, do Alto Envira no Acre (onde encontrei Madiha com seu território invadido por latifundiários sulistas, apoiados pelos generais e uma aldeia literalmente em curral de gado) até a Serra do Ororubá em Pernambuco, que galguei para me encontrar com os Xukuru, exprimidos no meio das montanhas, última nesga de território que lhes restara e disputavam. Andei do território Raposa Serra do Sol, em Roraima (onde, com o auxílio dos colegas missionários da Prelazia de Roraima, convocamos a assembleia dos líderes indígenas que desencadeou uma luta que 32 anos depois foi vitoriosa com a homologação da área contínua Raposa Serra do Sol), até as áreas de Ventarra e Inhacorá no Rio Grande do Sul, griladas pelos governos de Brizola[5] e Meneghetti[6], para fins de uma ruidosa Reforma Agrária realizada nas terras indígenas e não sobre a praga do latifúndio que domina ate hoje o Estado.

Mas para entender a questão indígena frente ao governo brasileiro e inclusive ao documento final da Comissão Nacional da Verdade – CNV[7], criada pelo governo Dilma,

4 **Carta de 88 – Carta Magna:** é a Constituição da República Federativa do Brasil de 19881, promulgada em 5 de outubro de 1988. É a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro a todas as demais normativas. Pode ser considerada a sétima ou a oitava constituição do Brasil (dependendo de se considerar ou não a Emenda Constitucional nº 1 como um texto constitucional) e a sexta ou sétima constituição Brasileira em um século de república. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Leonel de Moura Brizola** (1922-2004): político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira a primeira edição dos Cadernos IHU em formação intitulado *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em http://bit.ly/ihuem01. Leia também a IHU On-Line intitulada *Leonel de Moura Brizola 1922-2004*, disponível em http://bit.ly/ihuon107. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Ildo Meneghetti** (1895-1980): engenheiro e político brasileiro. Foi prefeito de Porto Alegre por duas vezes e governador do estado do Rio Grande do Sul também por duas vezes. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Comissão Nacional da Verdade (CNV):** é o nome da comissão que investigou as graves violações de direitos humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988, por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado brasileiro, ocorridas no Brasil e também no exterior. A comissão foi instalada oficialmente em 16 de maio de 2012. A CNV concentrou seus esforços no exame e esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticados durante a ditadura militar (1964-1985). A Comissão ouviu vítimas e testemunhas, bem como convocou agentes da repressão para prestar depoimentos. Promoveu mais de 100 eventos na forma de audiências públicas e sessões de apresentação dos relatórios preliminares de pesquisa. Realizou diligências em unidades militares, acompanhada de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos. Constituiu um núcleo pericial para elucidar as circunstâncias das graves violações de direitos humanos, o qual elaborou laudos periciais, relatórios de diligências técnicas e produziu croquis relativos a unidades militares. Colaborou com as instâncias do poder público para a apuração de violação de direitos humanos, além de ter enviado aos órgãos públicos competentes dados que pudessem auxiliar na identificação de restos mortais de desaparecidos. Também identificou os locais, estruturas, instituições e circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos, além de ter identificado ramificações na sociedade e nos aparelhos estatais. Em 10 de dezembro de 2014, a

é exemplar o caso que vivenciei e vivencio aqui no município onde moro: o caso Waimiri-Atroari. Entre 1967 e 1977, os militares construíram a rodovia BR-174 passando pelo território desses índios como se fosse um "vazio demográfico". No seguimento, a quase total destruição do povo Waimiri-Atroari (de 3.000 em 1968 passou a 332 em 1983). Processo de extermínio que teve a cobertura da Funai, a instalação em seu território de grileiros, mineradores e hidrelétricas.

Um funcionário da Funai, Sebastião Amâncio da Costa, nomeado para dirigir a Frente de Atração Waimiri-Atroari, em janeiro de 1975, declarou publicamente que usaria a violência contra os índios, com armas de fogo, incluindo dinamite e metralhadoras, conforme determinava um documento oficial do Comando Militar da Amazônia. Pela pressão pública da época, foi levado pela Funai ao ostracismo, de onde voltou, ainda na ditadura militar, para assumir cargo de confiança na Funai em Roraima. A Nova República o premiou com o cargo de Superintendente da Delegacia do Amazonas, segundo cargo mais importante do órgão.

Semelhantemente ao caso de Costa, José Porfírio de Carvalho, outro funcionário subserviente que durante quase 10 anos ocupou cargos de confiança na ditadura, como o de coordenador da Coordenação da Amazônia – Coama[8], no Amazonas, que fornecia as armas aos funcionários da Funai, que atuaram na área Waimiri-Atroari no período mais cruel da ditadura. Do segundo ano da Nova República[9] até hoje, ocupa o cargo de coordenador do Programa Waimiri-Atroari[10], reprimindo qualquer tentativa de contato com os índios que pudessem levar os mesmos a revelar sua história recente. Até a representante da Comissão Nacional da Verdade se submeteu aos ditames deste funcionário, não permitindo sequer a presença de um membro do Comitê pela Memória, Verdade e Justiça do Amazonas, única entidade que forneceu um Relatório[11] amplo e documentado sobre os crimes cometidos pela Ditadura contra aquele povo.

> ***Pude sentir o drama dos povos indígenas esmagados e sem esperança de perspectivas melhores por toda parte***

Como se pode constatar por este e outros fatos que se referem à questão indígena, que a ambiguidade continua e domina não apenas a política indigenista oficial em todo o país, mas ate a CNV, órgão que foi criado para abrir caminho para o conhecimento também dos crimes cometidos contra estes povos indígenas. Se o seu relatório contém relatos dos crimes contra os povos indígenas, não acrescenta, como o faz com os demais crimes da Ditadura, medidas atualizadas para reparar esses fatos dolorosos.

IHU On-Line – Como avalia a política indigenista desses 13 anos de governo petista? Por que o governo Dilma Rousseff parece não entender a causa indígena e sucumbe ao neodesenvolvimentismo?

Egydio Schwade – Muito ruim. Incompreensível! Desastrosa! Uma traição aos princípios que desde a fundação orientam o Partido dos Trabalhadores. Felizmente as bases do partido e vários deputados e deputadas do mesmo já se deram conta dessa continuidade que o governo Dilma vem dando à política indigenista colonial e começaram a pressionar por mudanças.

IHU On-Line – Por que a esquerda no Brasil e na América Latina não entende o índio? Como tem acompanhado os conflitos em outros países, como o Equador?

Egydio Schwade – A esquerda no Brasil está em conflito com os seus princípios ou não os entendem. Todos eles, por exemplo, se autoafirmam como socialistas. E não há nenhum segmento da sociedade latino-americana que vivencia e leva a sério o socialismo como os povos indígenas. Em 1978, Egon Dionísio Heck, então coordenador do Cimi-Sul, e eu empreendemos uma viagem pelo Paraguai, Norte da Ar-

CNV entregou seu relatório final à Presidente Dilma Rousseff. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Coordenação da Amazônia – Coama:** Órgão pertencente à Funai. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Nova República ou Sexta República Brasileira:** é o nome do período da História do Brasil que se seguiu ao fim da ditadura militar. É caracterizado pela ampla democratização política do Brasil e sua estabilização econômica. Usualmente, considera-se o seu início em 1985, quando, concorrendo com o candidato situacionista Paulo Maluf, o oposicionista Tancredo Neves ganha uma eleição indireta no Colégio Eleitoral, sucedendo o último presidente militar, João Figueiredo. Tancredo não chega a tomar posse, vindo a falecer. Seu vice-presidente, José Sarney, assume a presidência em seu lugar. Sob seu governo é promulgada a Constituição de 1988, que institui um Estado Democrático de Direito e uma república presidencialista. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Programa Waimiri Atroari:** criado em 1988, com assessoria da Fundação Nacional do Índio – Funai, pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, em contrapartida à construção da hidrelétrica de Balbina (concluída em 1987) é um conjunto de ações indigenistas e de assistência aos índios nas áreas de saúde, educação, apoio a produção e defesa ambiental do território indígena da etnia Waimiri Atroari. Os Waimiri Atroari são uma etnia do tronco linguístico Karib, cujo território imemorial de ocupação se localiza nas atuais Regiões Sul do Estado de Roraima e Norte do Amazonas. Eram mais conhecidos como Crichanás, quando segmentos expansionistas da sociedade envolvente brasileira travaram seus primeiros contatos com eles, sobretudo a partir do Século XIX. Os contatos iniciais ocorreram nas atuais cidades de Moura e Airão, de forma quase sempre belicosa, com o apoio inclusive de forças militares coloniais. Aldeias inteiras foram dizimadas por expedições militares ou por matadores profissionais, porque sua população era tida como empecilho à livre exploração das riquezas naturais existentes nas terras que ocupavam. (Nota da **IHU On-Line**)

11 Sobre o assunto ver livro organizado pelo Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas: *A ditadura militar e o genocídio do provo Waimiri-Atroari* (Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2014). (Nota do entrevistado)

gentina e Bolívia, então dominados por ditaduras. Visávamos contatos com organizações indígenas e da Igreja Católica. Imaginávamos que se a Igreja e os índios mudassem o seu discurso em áreas e países de maioria indígena (não "campesinos", mas "índios"), em poucas décadas o socialismo se tornaria realidade em benefício da América Latina, principalmente de seus povos e para saúde de sua terra.

Veja o caso da Bolívia, que sempre viveu a instabilidade política, com as ditaduras se sucedendo e o povo e o país sendo espoliados. Em mãos de um mandante indígena, a estabilidade econômica vem despontando e a estabilidade política já é um fato inconteste. Esperamos que também a mãe-terra boliviana e latino-americana possa em breve sentir um novo momento, voltando a receber o carinho indígena.

IHU On-Line – Como compreender (o que está por trás) os conflitos Guarani Kaiowá[12] em Mato Grosso do Sul? O que esse genocídio nos revela acerca de outros conflitos pelo Brasil?

Egydio Schwade – O caso dos índios Kaiowá-Guarani de Mato Grosso do Sul nos revela o extremo da política colonialista ainda vigente em nosso país. Em 1980 coordenei a reunião de Tuxauas que acertou o encontro dos índios e diversos povos com o Papa João Paulo II, onde foi acertado que o Guarani Tupã-y, Marçal de Souza[13], que revelava então a situação mais angustiante dos povos indígenas do Brasil, falasse em nome de todos. Guardo a íntegra deste discurso: "sou representante da grande tribo Guarani, quando nos primórdios nós éramos uma grande nação, hoje vive à margem da chamada civilização... Somos uma nação subjugada pelos potentes, uma nação espoliada, uma nação que está morrendo aos poucos..." – denunciava ao Papa.

E o que vemos 35 anos depois é que nada mudou sobre esta situação que ele pintou do seu povo. Acho que os fazendeiros de Mato Grosso do Sul estão esperando que os povos indígenas e seus aliados no país inteiro se unam e comecem uma vigília permanente junto a este povo e iniciem uma reconquista da terra Kaiowá-Guarani, libertando os latifundiários de sua ganância e destruição das terras de Mato Grosso do Sul.

IHU On-Line – Qual deve ser o papel do poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário) diante dos povos indígenas? Como analisa os debates e propostas da PEC 215?

Egydio Schwade – Acho que o papel do Governo, Executivo, Legislativo e Judiciário, no que tange aos índios, é, antes de qualquer coisa, cumprir a lei. E o deveria fazer com especial zelo e carinho com os índios, já que se trata de uma minoria massacrada ao longo dos séculos e que já sofreu demasiado. No caso da PEC 215[14] é profundamente vergonhoso que os índios e seus aliados tenham que sofrer represálias por todo o país por motivo da defesa da lei. Como pode ser respeitada uma Câmara de Deputados que despreza constantemente a lei, principalmente no tange as pessoas mais pobres e necessitadas de respeito?■

12 **Guarani Kaiowá:** povo indígena do Paraguai, do estado brasileiro de Mato Grosso do Sul e do nordeste Argentina. No Brasil, eles habitam Nhande Ru Marangatu, uma área de tropical floresta tropical. São um dos três guaranis subgrupos (os outros são Ñandeva e Mbya). Estima-se que mais de 30.000 guaranis vivem no Brasil. No Paraguai eles são cerca de 40.000. O Guaraní língua é uma das línguas oficiais do Paraguai, ao lado de língua espanhola. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Marçal de Souza**, ou Marçal Tupã-i, ou ainda Tupã-Y: Líder da etnia guarani-nhandevá que habita o oeste do Brasil, nas fronteiras com Argentina, Bolívia e Paraguai. Foi assassinado em 25 de novembro de 1983. Recentemente foi condecorado com a honra de Herói Nacional do Brasil pelo governo federal. (Nota **IHU On-Line**)

14 **PEC 215**: Proposta de Emenda à Constituição 215, de 2000. Pretende delegar ao Legislativo a aprovação de demarcações de terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação ambiental. A proposta foi aprovada por comissões internas da Câmara e segue os trâmites em plenário. Confira a íntegra da proposta em http://bit.ly/1kpiLvM. Nas Notícias do Dia do sítio do IHU há uma série de materiais sobre o tema. Confira em ihu.unisinos.br (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *O legado de Pe. Iasi e a crítica à política indigenista brasileira*. Entrevista especial com Egydio Schwade publicada nas **Notícias do Dia**, de 31-03-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1Eww5Ge;
- *"Na ditadura militar conseguimos evitar a obra de Belo Monte. Hoje, não!"* Entrevista especial com Egydio Schwade publicada na revista **IHU On-Line**, nº 437, de 17-03-2014, disponível em http://bit.ly/1Iea2GS;
- *"A atual política indigenista brasileira permanece nos moldes deixados pela ditadura militar"*. Entrevista especial com Egydio Schwade publicada nas **Notícias do Dia**, de 02-03-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1dI9gx6;
- *Waimiri-atroari: vítimas da Ditadura Militar. Mais um caso para a Comissão da Verdade*. Entrevista especial com Egydio Schwade publicada nas **Notícias do Dia**, de 20-04-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1HrZZho.

Quando o Estado nega o índio

Raphaela Lopes entende que o Estado brasileiro tem condições de cessar o genocídio. Entretanto, opta pela política desenvolvimentista que devasta a cultura dos povos originais e alimenta esse crime

Por João Vitor Santos

A advogada Raphaela Lopes, ativista da causa de Direitos Humanos da Organização Não Governamental – ONG Justiça Global, é enfática: "o Estado Brasileiro, quando não é cúmplice, é omisso nas violações aos direitos dos povos indígenas". Para ela, a legislação nacional acerca da proteção aos povos originários é suficiente para assegurar esse direito. "O país tem, sim, plenas condições de resolver seus conflitos indígenas, mas precisa optar por isso, de fato, elegendo a questão indígena como uma prioridade". Entretanto, percebe que o Estado age como se não houvesse proteção constitucional a esses direitos. O resultado são conflitos entre projetos agrícolas e de infraestrutura que, além de remover os índios das terras originais, seguem empurrando esses povos para ocidentalização. O índio, com pouca voz, vê seus direitos violados e a vida ameaçada. "Esse quadro nos leva a concluir que há uma opção política do Estado pela mineração, pelos megaprojetos e pelo agronegócio, em detrimento da garantia dos direitos dos povos indígenas", conclui.

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Raphaela também analisa a postura do Estado durante audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que tratou do drama brasileiro através de relatos dos próprios índios Guarani Kaiowá. "O Estado inicialmente negou que houvesse uma relação entre as mortes de indígenas e os conflitos fundiários nos quais eles estão envolvidos e, na réplica, esse reconhecimento foi feito", pontua. "É uma lástima ver que, quando se trata de defensores de direitos humanos ameaçados ou mortos, o argumento do Estado Brasileiro é sempre o mesmo: a existência do Programa Nacional de Defensores de Direitos Humanos, que não é efetivo na proteção de defensores de direitos humanos. Em vez de aprimorar o programa e acatar as críticas incessantemente apontadas pela sociedade civil, o Estado continua batendo na tecla da efetividade", analisa.

Raphaela Lopes é formada em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, com mestrado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Atua como advogada na organização Justiça Global, na área de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. A ONG trabalha com a proteção e promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da sociedade civil e da democracia no Brasil. Nascida em Manaus, no Amazonas, Raphaela cresceu em Salvador, na Bahia, e vive desde 2012 no Rio de Janeiro. Sempre envolvida nas causas indígenas, resume: "lutar ao lado dos indígenas significa a disputa pela possibilidade de ser diferente, de ter hábitos, de ter uma vida diferente".

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como compreender a violação de direitos de povos indígenas? O que está em jogo?

Raphaela Lopes – Muito mais do que a luta por ver garantida a propriedade coletiva de seus territórios, o que está em jogo é o direito à vida dessas comunidades, pois não há vida para essas comunidades sem a garantia dos territórios tradicionais, que é onde a cultura pode ser vivenciada. Há também uma disputa por um modelo econômico: de um lado os indígenas reivindicam a utilização da terra em uma perspectiva não mercantil, como expressão de um modo de vida. De outro, Estado e empresas imbuídas na realização de um projeto de desenvolvimento, que não traz benefícios para todos, viola direitos e espolia comunidades. Os indígenas representam modos de vida possíveis fora do capitalismo.

IHU On-Line – Como avalia a ação do Estado Brasileiro diante desse cenário de violação de direitos dos povos indígenas?

Raphaela Lopes – O Estado Brasileiro, quando não é cúmplice, é omisso nas violações aos direitos dos povos indígenas. O Executivo tem sido negligente na demarcação de terras indígenas e tem fortalecido posições políticas contrárias aos direitos indígenas. No Judiciário, há um desequilíbrio na apuração de crimes supostamente cometidos por indígenas e os cometidos contra indígenas, principalmente lideranças: a persecução penal se dá de modo muito mais célere no primeiro caso, em relação ao segundo. Além disso, interpretações recentes do Supremo Tribunal Federal – STF têm restringido os direitos territoriais dos povos indígenas.

No Legislativo, a PEC 215/00[1], bem como o Projeto de Lei 1.610/96[2], que permite a exploração mineral em terras indígenas, são afrontas diretas aos direitos indígenas. Além disso, o Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos encontra-se sucateado e tem muitos problemas, o que torna a situação de lideranças e comunidades indígenas ainda mais vulnerável. Esse quadro nos leva a concluir que há uma opção política do Estado pela mineração, pelos megaprojetos e pelo agronegócio, em detrimento da garantia dos direitos dos povos indígenas.

IHU On-Line – A Constituição de 1988 assegura uma série de direitos aos povos nativos. Em que medida as diretrizes contidas ali se materializam na realidade da vida de povos indígenas? Há pontos que precisam ser revistos, ou o maior desafio é implementar o que está na Constituição?

Raphaela Lopes – Acho que são as duas coisas. Há uma distância muito grande entre o tratamento conferido, na teoria, pela Constituição da República aos povos indígenas e como isso se dá na realidade. O número de indígenas mortos nos últimos anos é emblemático dessa contradição entre norma e realidade: apenas entre os Guarani-Kaiowá, foram 16 lideranças mortas nos últimos dez anos de luta pela terra. Então, isso diz respeito a garantias que são previstas, mas não implementadas.

Por outro lado, acho que normativamente e conceitualmente precisamos avançar ainda em direção a uma autonomia maior aos indígenas. Por exemplo, pelo reconhecimento de mecanismos internos de distribuição de Justiça, mediante alguns critérios, na regulamentação do mecanismo de consulta prévia, livre e informada, que possa ser capaz de impedir a implementação de projetos econômicos e também no direito à integridade cultural indígena. O Estado precisa ser mais indígena.

IHU On-Line – A PEC 215 é motivo de discussão por conceder ao Legislativo a prerrogativa de demarcação de terras. Em que medida essa proposta representa um risco às terras indígenas? Qual a importância dos processos demarcatórios para dirimir os conflitos e porque devem ser conduzidos pelo Executivo?

Raphaela Lopes – O território é fundamental para a reprodução do modo de vida indígena. Hoje, grande parte dos conflitos envolvendo indígenas e mortes de lideranças está ligada a disputas por terra. A indefinição por parte do Executivo sobre a titulação de determinado território fomenta a tensão entre indígenas e não indígenas, ocasionando mortes e violações à integridade física e psicológica de membros de comunidades indígenas. Nesse sentido, portanto, a PEC 215/00 representa um grande retrocesso na garantia dos direitos indígenas. Isto porque, ao transferir para o Legislativo a competência de demarcar terras indígenas, a proposta de emenda constitucional traz para o âmbito do político uma decisão que deve ser técnica, amparada em estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais realizados pela Funai.

Além disso, com um Congresso Nacional conservador como o nosso, em que a bancada ruralista conta com tantos membros e em uma posição tão fortalecida politicamente, o risco de terras indígenas não serem mais demarcadas no país é real. Não podemos permitir que isso aconteça.

IHU On-Line – O Estado brasileiro tem condições (políticas e de aparato legal) de resolver os conflitos em terras indígenas sozinho, sem ação de organismos internacionais?

Raphaela Lopes – O envolvimento de organismos internacionais é muito mais uma forma de fazer pressão sobre os compromissos em relação aos direitos humanos que o país celebrou, do que um envolvimento para resolver a questão. É uma espécie de consciência. O país tem, sim, plenas condições de resolver seus conflitos indígenas, mas precisa optar por isso, de fato, elegendo a questão indígena como uma prioridade.

IHU On-Line – Como avalia a atuação de organismos internacionais acerca dos conflitos entre índios e brancos no Brasil?

Raphaela Lopes – As instâncias internacionais costumam ser bastante receptivas a denúncias envolvendo populações indígenas e

1 **PEC 215**: Proposta de Emenda à Constituição 215, de 2000. Pretende delegar ao Legislativo a aprovação de demarcações de terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação ambiental. A proposta foi aprovada por comissões internas da Câmara e segue os trâmites em plenário. Confira a íntegra da proposta em http://bit.ly/1kpiLvM. Nas Notícias do Dia do sítio do IHU há uma série de materiais sobre o tema. Confira em ihu.unisinos.br. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Projeto de Lei 1.610 de 1996**: permite a mineração em terras indígenas. A proposta estava esquecida há quase duas décadas na Câmara dos Deputados, mas uma decisão de parlamentares ligados à bancada ruralista, em 2015, trouxe a iniciativa à tona. Para levar o projeto adiante, eles reinstalaram esta semana a Comissão Especial de Mineração para dar o parecer ao PL. O presidente eleito da comissão é o deputado Indio da Costa (PSB/RJ) e o relator, Édio Lopes (PMDB/RR), que elaborou um texto substitutivo na legislatura passada, mas que não chegou a ser votado. O texto em discussão é do senador Romero Jucá (PMDB-RR) e está na Câmara dos Deputados para análise desde 1996. O projeto já passou pelas comissões de Minas e Energia e de Meio Ambiente. Mas após receber pareceres contrários, a proposta ficou estacionada durante todo esse tempo. (Nota da **IHU On-Line**)

parecem considerar a temática prioritária, sendo, portanto, um importante instrumento de pressão sobre o Estado brasileiro.

IHU On-Line – Qual sua avaliação da audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos – Cidh, da Organização dos Estados Americanos – OEA[3], que tratou dos conflitos brasileiros?

Raphaela Lopes – A audiência foi avaliada de modo muito positivo. O Estado inicialmente negou que houvesse uma relação entre as mortes de indígenas e os conflitos fundiários nos quais eles estão envolvidos e, na réplica, esse reconhecimento foi feito. Isso já foi um pequeno avanço, que se deveu a uma postura provocadora dos Comissionados e da força dos nossos argumentos e relatos. Entretanto, é uma lástima ver que, quando se trata de defensores de direitos humanos ameaçados ou mortos, o argumento do Estado Brasileiro é sempre o mesmo: a existência do Programa Nacional de Defensores de Direitos Humanos, que não é efetivo na proteção de defensores de direitos humanos. Em vez de aprimorar o programa e acatar as críticas incessantemente apontadas pela sociedade civil, o Estado continua batendo na tecla da efetividade do programa.

IHU On-Line – OEA também recebeu denúncias de violações sistemáticas do direito à água por projetos de mineração e hidrelétricas nas Américas. Gostaria que detalhasse essa denúncia. Em que medida se relaciona com a questão indígena?

Raphaela Lopes – A audiência sobre Direitos Humanos e Água foi regional, ou seja, foi solicitada por entidades da sociedade civil das Américas, em virtude de existirem certos padrões na região de afetação ao direito à água como consequência da implementação de projetos extrativos. A Justiça Global esteve nessa audiência representando também o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, que nos ajudou a construir a parte relativa ao Brasil.

Nessa audiência, pautamos o perigo de retrocesso com a aprovação do novo Código da Mineração[4] e a atribuição à empresa concessionada do direito de usar a água necessária para sua operação, sem qualquer menção aos impactos causados à água e à necessidade de protegê-la para garantir o consumo humano. Trouxemos o caso da empresa Anglo American, que explora uma mina de minério de ferro e possui uma fábrica de processamento do material e também um mineroduto, em Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, que provocou o tapamento de fontes de água e a sanilização da terra em alguns trechos, contaminando-a. Denunciamos a poluição de rios e nascentes em Minas Gerais e na Bahia, bem como a operação da Vale no Pará e no Maranhão, que tem afetado a oferta de água na região de Parauapebas, no Pará, e tem aterrado igarapés no Maranhão, nas obras de ampliação da Estrada de Ferro Carajás.

Também pautamos a falta de consulta livre, prévia e informada ao povo Munduruku[5], para a construção de represas no rio Tapajós, no Pará. Esse cenário de violações ao direito à água afeta especialmente os indígenas, na medida em que eles são uma das populações que mais sofre com os impactos de tais projetos, já que seus territórios se localizam em áreas visadas pela mineração e pelos projetos hidrelétricos; daí por que os parlamentares que querem garantir privilégios para a mineração, por exemplo, ataquem direitos territoriais indígenas.

IHU On-Line – Quais os maiores desafios e dificuldades nessa luta para assegurar direito a povos indígenas?

Raphaela Lopes – Assegurar os direitos dos povos indígenas tem a ver com o passado e o futuro. Eles compõem a nação brasileira e precisam ser reconhecidos como uma coletividade que nos influenciou e continua nos influenciando. Por outro lado, eles também representam um modo de vida diferente, uma outra possibilidade de sociabilidade de mesmo e de encarar o mundo, então é importante garantir sua existência.

Para mim, então, lutar ao lado dos indígenas significa a disputa pela possibilidade de ser diferente, de ter hábitos, de ter uma vida diferente. Eu sou parte de uma história, da qual eles também fazem parte, então é uma luta pela minha história também e pela minha possibilidade de ter um modo de vida outro. É uma luta que realmente me toca muito, porque para mim tem a ver com liberdade e com ancestralidade e que acho que se mistura à minha própria história de vida de uma amazonense da Bahia, que vive hoje no sudeste.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Raphaela Lopes – Demarcação já!■

3 O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou reportagens sobre o encontro realizada em 2015. Entre elas "Brasil é cobrado na OEA por violência contra índios", publicada em Notícias do Dia de 21-10-2015, disponível em http://bit.ly/1P8Qer3. Confira mais reportagens em http://bit.ly/1PO8Lca. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Código de Mineração**: é uma lei federal brasileira, editada pelo Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, que disciplina a administração dos recursos minerais pela União, a indústria de produção mineral e a distribuição, o comércio e o consumo de produtos minerais no Brasil. O sítio do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** vem publicando uma série de materiais acerca das discussões sobre o novo Código. Entre eles, a entrevista "Quem é quem? Novo Código de Mineração em debate", com Clarissa Reis Oliveira, publicada nas Notícias do Dia de 01-11-2013, disponível em http://bit.ly/1HmvVUi. Confira mais publicações em http://bit.ly/1SjQamd. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Mundurucu**: também chamados Munduruku, Weidyenye, Paiquize, Pari, Maytapu e Caras-Pretas, e autodenominados Wuyjuyu ou Wuy jugu, são um grupo indígena brasileiro que habita as áreas indígenas Cayabi, Munduruku, Munduruku II, Praia do Índio, Praia do Mangue e Sai-Cinza, no sudoeste do estado do Pará. As terras indígenas pertencentes a grupo é Coatá-Laranjal e São José do Cipó, no leste do estado do Amazonas e a Reserva Indígena Apiaká-Kayabi, no oeste do estado de Mato Grosso. Tem uma população de mais de 11 mil e 500 indivíduos, distribuídos em cerca de trinta aldeias. Falam a língua mundurucu, a qual pertence à família linguística. (Nota da **IHU On-Line**)

Belo Monte. Atualização do processo de destruição dos povos indígenas

A procuradora Thais Santi olha para a construção de Belo Monte como atualização do processo colonialista de destruição de povos e formas de vida locais praticado sob a proteção de um dito Estado constitucional

Por João Vitor Santos

"Acessar essas comunidades é ter a possibilidade de descobrir uma nova dimensão de existência, em que o tempo tem outro ritmo, o rio tem outro significado, a natureza integra a vida." É assim que a procuradora federal Thais Santi descreve o que chama de "experiência" de trabalhar em Altamira, no Pará. É nessa região que ocorre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, empreendimento do Governo Federal que está acabando com as formas de vida indígenas e da comunidade local. É nesse contexto que Thais se insurge contra a omissão do Poder Público que, mesmo legalmente alertado dos riscos do empreendimento, ignora e promove o que a procuradora define como etnocídio – algo mais perverso que genocídio, pois vai matando os povos aos poucos. "O genocídio assassina os povos em seu corpo, enquanto o etnocídio os mata em seu espírito", dispara. "O que mais assusta em Belo Monte é justamente a naturalização", diz, ao associar Altamira ao conceito de "banalidade do mal", da filósofa e socióloga alemã Hannah Arendt.

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Thais caracteriza Belo Monte como "fruto de uma escolha política de governo, por um modelo de desenvolvimento que utiliza os rios da Amazônia como matriz energética". E para levar a cabo essa opção, são ignorados laudos e condicionantes legais, ao estilo do europeu que "descobre" a América e quer tornar o índio cativo. "A opção do Estado foi implementar Belo Monte sem executar as obrigações condicionantes e conter os protestos dos indígenas, com promessas e distribuição de presentes, que geraram ainda mais conflito e impactos", revela. E vai além: "vultosas quantias destinadas ao programa emergencial de etnodesenvolvimento foram desviadas para uma política de distribuição de mercadorias". O resultado vem sendo a degradação completa desse povo. "O consumo de bens supérfluos, a criação de novas necessidades, o abandono das atividades e práticas tradicionais vieram acompanhados de alcoolismo, novas doenças, aumento da mortalidade infantil, desnutrição, diarreia, conflitos e deslegitimação de lideranças, divisões de aldeias, etc.", completa Thais.

Thais Santi é procuradora do Ministério Público Federal em Altamira, no Pará, desde 2012. Nasceu em São Bernardo do Campo, São Paulo, e cresceu em Curitiba, no Paraná. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, especialização em Ciência Política pela UFPR e mestrado em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Já atuou como professora de Ética, Filosofia Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito, Direito Eleitoral e Direito Constitucional.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como sua experiência em Altamira lhe ajudou a compreender a questão indígena? Qual a contribuição desse lugar e das pessoas para seu conhecimento acerca da questão indígena? O que está em jogo nestas disputas?

Thais Santi – Para além de conhecimento e compreensão, Altamira é uma experiência. Populações tradicionais vivem nas margens do rio Xingu[1], numa distância que é muito mais do que os quilômetros e dias de barco que as separam do centro urbano. Acessar essas comunidades é ter a possibilidade de descobrir uma nova dimensão de existência, em que o tempo tem outro ritmo, o rio tem outro significado, a natureza integra a vida. E o rio Xingu guarda uma riqueza única, formada por uma diversidade de povos indígenas, caboclos, camponeses, ribeirinhos, que se adaptaram à sua sazonalidade e se tornaram portadores de um conhecimento valioso de uma biodiversidade que se perde a cada dia e que é ainda desconhecida da ciência oficial. Não tenho dúvida de que temos muito a aprender aqui.

Entendo que, mundialmente, Altamira é uma das representações mais significativas de um conflito que marca a nossa época. Entre um imaginário antropocêntrico, em que o homem se assenhora da natureza, numa concepção de desenvolvimento e de progresso, para ampliação de acesso ao consumo, que já se mostrou insustentável pelos limites do próprio planeta. E um outro imaginário em que a natureza é mais do que instrumental do homem. O rio Xingu é sagrado para esses povos. E a água é vida, e certamente o bem mais valioso de um futuro próximo.

O que dizer, então, de Belo Monte[2]? A ousadia de mudar o curso do rio Xingu, de desviar o rio por canais artificiais para gerar energia na Amazônia, deixando secar uma área de 100 km, da chamada Volta Grande do Xingu[3]. O impacto dessa interferência humana na natureza ainda não foi mensurado. Haverá extinção de peixes que sequer foram conhecidos. Há risco de desertificação de vasta extensão territorial. E toda uma região de áreas protegidas passa a conviver com o aumento da pressão pelos recursos naturais e do desmatamento.

IHU On-Line – Como compreender as questões de fundo do conflito entre população local, povos indígenas e a construção de Belo Monte?

Thais Santi – Existe aqui, sim, uma disputa. Uma tensão entre um modelo de desenvolvimento de uma cultura hegemônica e modos de vida de grupos minoritários. Nove etnias, com índios de contato recente, habitam as 11 Terras Indígenas da região, além de comunidades desaldeadas, em uma extensão de mais de cinco milhões de hectares. Aqui, a decisão do Estado de implementar Belo Monte se fez com a consciência de que essa seria uma empreitada dificultosa, pois além dos desafios de ordem ambiental e de engenharia, foram mais de 30 anos de debates e um diagnóstico desfavorável dos Estudos de Impacto Ambiental.

Por isso, é certo que Belo Monte é fruto de uma escolha política de governo, por um modelo de desenvolvimento que utiliza os rios da Amazônia como matriz energética. Mas a viabilidade da hidrelétrica apenas foi atestada após o compromisso de que a implementação desse projeto não representaria a eliminação do modo de vida dos grupos indígenas impactados. Com isso, um plano de mitigação de impacto garantiria o núcleo essencial do art. 231 da Constituição, que reconhece aos índios a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, bem como o direito de protagonizar a sua história, participando das decisões que os afetem.

IHU On-Line – A senhora relaciona o cenário de Altamira a Hannah Arendt[4]. Que nexos são possíveis estabelecer entre a história da implantação de Belo Monte e Hannah Arendt?

1 **Rio Xingu**: é um rio do Brasil com aproximadamente 1.979 km de extensão, que começa em Mato Grosso e é afluente pela margem direita do rio Amazonas no estado do Pará. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Belo Monte**: projeto de construção de usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 quilômetros no Rio Xingu, no estado brasileiro do Pará. Planejada para ter potência instalada de 11.233 MW, é um empreendimento energético polêmico não apenas pelos impactos socioambientais que serão causados pela sua construção. A mais recente controvérsia sobre essa usina envolve o valor do investimento do projeto e, consequentemente, o seu custo de geração. Saiba mais na edição 39 dos **Cadernos IHU em formação**, *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais,* em http://bit.ly/ihuem39; e nas entrevistas publicadas no sítio do IHU: *Belo Monte: a barreira jurídica*, com Felício Pontes Júnior, dia 26-04-2012, em http://bit.ly/ihu260412; *Belo Monte. "O capital fala alto, é o maior Deus do mundo"*, com Ignez Wenzel, dia 28-01-2012, em http://bit.ly/ihu280112; *Belo Monte e as muitas questões em debate*, com Ubiratan Cazetta, dia 23-01-2012, em http://bit.ly/ihu230112; *"Belo Monte é o símbolo do fim das instituições ambientais no Brasil"*, com Biviany Rojas Garzon, dia 13-12-2011; em http://bit.ly/ihu131211; *Não é hora de jogar a toalha e pendurar as chuteiras na luta contra Belo Monte*, com Dom Erwin Krautler, dia 03-08-2011, disponível em http://bit.ly/ihu030811. Na seção Notícias do Dia, o sitio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU seguem acompanhando as questões relativas a Belo Monte. Confira em ihu.unisinos.br. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Volta grande do Xingu**: trecho sinuoso e cheio de cachoeiras do Rio Xingu onde, no final do trecho, será construída a Hidrelétrica de Belo Monte. A Volta inicia no município de Altamira, no Pará. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Hannah Arendt** (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os Estados Unidos, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. A edição mais recente da **IHU On-Line** que abordou o trabalho da filósofa foi a 438, *A Banalidade do Mal*, de 24-03-2014, disponível em http://bit.ly/ihuon438. Sobre Arendt, confira ainda as edições 168 da **IHU On-Line**, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível em http://bit.ly/ihuon168, e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível em http://bit.ly/ihuon206. (Nota da **IHU On-Line**)

Thais Santi – Hannah Arendt fala da 'banalidade do mal' e de um mundo em que tudo é possível. Arendt, quando relata o totalitarismo, descreve que Hitler[5] afirmava ter descoberto uma força da natureza, num processo de sobreposição de uma raça, com eliminação das eventuais barreiras. O que a política nazista faria, seria simplesmente catalisar, acelerar esse processo. E, com isso, o genocídio se transformaria num evento natural.

O que mais assusta em Belo Monte é justamente a naturalização. Não de um genocídio ou de uma violência de sangue, mas de um etnocídio praticado sob a égide de um Estado constitucional, em que o direito não põe limite ao 'tudo é possível'. Pierre Clastres[6] explica que o genocídio remete à ideia de raça, já o etnocídio, à destruição de uma cultura. O genocídio assassina os povos em seu corpo, enquanto o etnocídio os mata em seu espírito. Isso é Belo Monte! Os Estudos de Impacto Ambiental foram precisos em demonstrar que havia um processo de desagregação social e cultural dos povos indígenas do médio Xingu, que remonta à fase de abertura da rodovia transamazônica. E que esses grupos vinham desde então criando e experimentando estratégias de autoadaptação. Diante da magnitude dos impactos previstos para instalação da hidrelétrica, o diagnóstico do EIA/RIMA[7] foi de que Belo Monte tornaria a velocidade desse processo incompatível com a capacidade de reação dos indígenas e poderia gerar a sua completa desagregação, com risco de supressão irreversível dos modos de vida e da transmissão dos conhecimentos tradicionais, caso não fossem fortalecidos para reagir com autonomia e com seus territórios protegidos.

Há um grande equívoco em afirmar que Belo Monte é uma simples escolha política do Governo Federal. A decisão é tomada, a despeito dos alertas sobre a complexidade e o custo socioambiental (e financeiro, inclusive) da empreitada. E há um equívoco maior ainda, em confundir a escolha política por implementar Belo Monte, com a escolha totalitária (desautorizada pelo direito) de fazê-lo tomando os povos indígenas como obstáculos a serem superados pelo caminho mais curto e barato, com políticas de silenciamento, pacificação e dependência, à margem das normas do licenciamento.

IHU On-Line – Em que medida Belo Monte reproduz o modelo do europeu que chegou à América e tentou "civilizar" o índio oferecendo "bugigangas"? Como foi e como deveria ser o papel da União, especialmente o Executivo, nesse episódio? O que está por trás da falha de planos como o Emergencial de Belo Monte?

Thais Santi – A opção do Estado foi implementar Belo Monte sem executar as obrigações condicionantes e conter os protestos dos indígenas, com promessas e distribuição de presentes, que geraram ainda mais conflito e impactos. A viabilidade da hidrelétrica foi condicionada, em 2010, a ações emergenciais de etnodesenvolvimento (programas de fortalecimento cultural, econômico e social) e a um robusto Plano de Proteção dos Territórios Indígenas, de modo a diminuir o cenário desfavorável diagnosticado e preparar a região para o início das obras. Passados cinco anos, nenhuma ação de proteção territorial foi realizada (mesmo com decisão liminar da Justiça Federal). A Terra Indígena Cachoeira Seca, por exemplo, foi a mais desmatada de toda a Amazônia brasileira e se tornou área de conflito interétnico.

Vultosas quantias destinadas ao programa emergencial de etnodesenvolvimento (que tinha por objetivo manter os indígenas em suas terras e fortalecê-los em todos os aspectos) foram desviadas para uma política de distribuição de mercadorias (que ficou conhecida como Plano Emergencial), que atraiu todos os grupos em peso para o núcleo urbano para disputar nos balcões da Norte Energia toda sorte de promessas. Com isso, antes mesmo das intervenções físicas no rio Xingu, Belo Monte chegou, pelas mãos do empreendedor, à mais remota aldeia, abrindo aos indígenas de modo abrupto as portas do mercado de consumo, sob o controle da empresa Norte Energia. Essa política, com a quantidade de recursos despendidos, foi holocáustica na organização social, cultural e econômica desses grupos e aumentou exponencialmente a potencialidade etnocida da UHE Belo Monte e a velocidade do pro-

5 **Adolf Hitler** (1889-1945): ditador austríaco. O termo Führer foi o título adotado por Hitler para designar o chefe máximo do Reich e do Partido Nazista. O nome significa o chefe máximo de todas as organizações militares e políticas alemãs, e quer dizer "condutor", "guia" ou "líder". Suas teses racistas e antissemitas, bem como seus objetivos para a Alemanha, ficaram patentes no seu livro de 1924, *Mein Kampf* (Minha Luta). No período da ditadura de Hitler, os judeus e outros grupos minoritários considerados "indesejados", como ciganos e negros, foram perseguidos e exterminados no que se convencionou chamar de Holocausto. Cometeu o suicídio no seu Quartel-General (o Führerbunker) em Berlim, com o Exército Soviético a poucos quarteirões de distância. A edição 145 da **IHU On-Line**, de 13-06-2005, comentou na editoria Filme da Semana, o filme dirigido por Oliver Hirschbiegel, *A Queda – as últimas horas de Hitler*, disponível em http://bit.ly/ihuon145. A edição 265, intitulada *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, de 21-07-2008, trata dos 75 anos de ascensão de Hitler ao poder, disponível em http://bit.ly/ihuon265. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Pierre Clastres** (1934-1977): antropólogo e etnógrafo francês da segunda metade do século XX. É conhecido sobretudo por seus trabalhos de antropologia política, suas convicções anarquistas e antiautoritárias e por sua pesquisa sobre os índios Guayaki do Paraguai. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA**: o EIA é um dos procedimentos de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA previstos na lei 6938/81, que deve ser realizado às expensas da instituição promotora das atividades sob avaliação, de acordo com as técnicas clássicas de AIA e sob orientação da autoridade ambiental pertinente, que integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. O RIMA é um relatório que visa comunicar ao público e às pessoas não especializadas, todos os resultados relevantes do EIA, a fim de que o objeto de avaliação seja discutido em audiência pública. Pode ser convocada pela autoridade ambiental, por solicitação de entidade civil, por solicitação do Ministério Público e a pedido de 50 ou mais cidadãos. Os EIA/RIMA são, portanto, um instrumento participativo de decisão. (Nota da **IHU On-Line**)

cesso em curso identificado pelo EIA/RIMA.

O consumo de bens supérfluos, a criação de novas necessidades, o abandono das atividades e práticas tradicionais vieram acompanhados de alcoolismo, presença constante dos indígenas em Altamira (incluindo velhos e crianças que nunca haviam estado na cidade), novas doenças, como diabetes, obesidade, tuberculose, aumento da mortalidade infantil, desnutrição, diarreia, conflitos e deslegitimação de lideranças, divisões de aldeias, etc. E conflitos que inicialmente se faziam contra a obra e pelo cumprimento de suas condicionantes se individualizaram em disputas nos balcões da Norte Energia, que até hoje se verificam e, desde então, os espaços legítimos de participação dos indígenas nesse processo são corrompidos e a concessionária reescreve cotidianamente suas obrigações.

Reiteração de políticas colonizadoras

Isso é Belo Monte. Um amplo desrespeito às normas do licenciamento, que garantem o direito desses indígenas de efetivamente escolher e controlar a forma de aproximação com a sociedade envolvente e com as transformações previstas. E, não bastasse isso, são nove etnias, com modos próprios de organização e com concepções cosmológicas distintas. Com ações homogeneizantes, em substituição ao plano de mitigação previsto, Belo Monte fulmina o art. 231 da Constituição e, sob a égide de um Estado de Direito, esse Programa de Desenvolvimento do Governo Federal na bacia do rio Xingu se transforma numa reiteração das políticas colonizadoras de eliminação da diferença que os grupos indígenas representam. Uma ação violenta de incorporação à cultura dominante, que se naturaliza pelo discurso de um positivismo evolucionista, que defende um processo inevitável de incorporação de culturas arcaicas a uma civilização superior. E Belo Monte apenas acelera... Mas nada há de natural aqui. O que encontramos é violência e grupos esfacelados, como que vítimas de uma guerra.

Plano Emergencial e suas armas

É difícil dizer o que está por trás do Plano Emergencial, se o seu resultado foi o controle total dos indígenas pelo empreendedor. A presidente da Fundação Nacional do Índio – Funai[8] afirmou que as entidades envolvidas neste processo não estavam preparadas para Belo Monte. Quanto a isso, eu diria, lembrando a forma como Hannah Arendt conclui a sua análise sobre a 'banalidade do mal': política não é um jardim de infância... Infantilizar Belo Monte é aceitar o 'tudo é possível'.

Evidente que há muito mais do que erros no Plano Emergencial e o processo de Belo Monte revela isso. Primeiro, porque se trata de uma política de silenciamento que iniciou de modo discreto nos escritórios da Eletronorte e que assume uma dimensão extraordinária com o desvio dos recursos destinados ao etnodesenvolvimento. E isso apenas se faz porque o programa não foi implementado. E, não bastasse isso, se de erro se tratasse, ele deveria ter sido corrigido com o início das ações do Plano Básico Ambiental, para que o processo de licenciamento tomasse o rumo da legalidade. Mas o Estado se omite novamente, a Funai não foi estruturada (mesmo com decisão da Justiça Federal) e a concessionária Norte Energia, após obter a Licença de Instalação, assume uma nova roupagem e passa a corromper e a reescrever suas obrigações. Com cotas de combustível, com a substituição das moradias tradicionais por casas de madeira com *brasilit*, o Plano Emergencial se perpetua e as aldeias se transformam à imagem de favelas urbanas.

As obrigações que condicionaram a obra e a responsabilidade do empreendedor – poluidor pagador – pelas externalidades negativas de seu projeto são revistas unilateralmente e os balcões da empresa se tornam espaço de conflito. E a Norte Energia mais uma vez assume uma postura de liberalidade diante das obrigações que executa, como pequenos favores excepcionalmente conferidos. Como afirma o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro[9], transformar os índios em pobres, essa é a verdadeira definição do etnocídio.

IHU On-Line – Por que o homem branco, nas suas formas de vida e cultura ocidentalizada, não consegue compreender a relação do índio com a terra, o meio ambiente?

Thais Santi – A filosofia latino-americana de Enrique Dussel[10] é bastante interessante para compreendermos esse processo de negação da diferença. Segundo esse

8 A entrevista refere-se a Maria Augusta Assirati, que presidiu a Funai até 2014. O atual presidente é João Pedro Gonçalves da Costa. Confira a reportagem em que a ex-presidente declara "Direitos de índios podem ser aniquilados", publicada nas Noticias do Dia de 01-0-2013, do sitio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1lMbEhc. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Eduardo Viveiros de Castro** (1951): antropólogo brasileiro, professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Concedeu a entrevista O *conceito vira grife, e o pensador vira proprietário de grife* à edição 161 da **IHU On-Line,** de 24-10-2005, disponível em http://bit.ly/ihuon161." Entre outras publicações, escreveu *Arawete: O Povo do Ipixuna* (São Paulo: CEDI, 1992), *A inconstância da alma selvagem (e outros ensaios de antropologia)*. (São Paulo: Cosac & Naify, 2002) e *Métaphysiques cannibales. Lignes d'anthropologie post-structurale* (Paris: Presses Universitaires de France, 2009). Ele também é autor do prefácio do livro A Queda Do Céu – Palavras de um xamã yanomami, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (São Paulo: Companhia das Letras, 2015). Confira um trecho da obra em http://bit.ly/1Q0Fg5u. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Enrique Dussel** (1934): filósofo argentino radicado (exilado) desde 1975 no México. É um dos maiores expoentes da Filosofia da Libertação e do pensamento latino-americano em geral. Autor de uma grande quantidade de obras, seu pensamento discorre sobre temas como: filosofia, política, ética e teologia. Tem se colocado como crítico da pós-modernidade chamando por um novo momento denominado transmodernidade. Tem mantido diálogos com filósofos como Apel, Gianni Vattimo, Jürgen Habermas, Richard Rorty, Lévinas. É um crítico do pensamento eurocêntrico contemporâneo. (Nota da **IHU On-Line**)

filósofo, quando o europeu chega ao continente americano não encontra um 'outro', que mereça ser respeitado na sua exterioridade. Mas encontra um 'não-eu', que apenas pode ser transformado no 'eu', e trazido para o universo da totalidade. O respeito à diferença depende do reconhecimento do 'outro' enquanto ser. Com isso, o assimilacionismo tem na sua base a eliminação da diferença, e possibilidade única de desenvolvimento na totalidade, e jamais na exterioridade.

A dificuldade de reconhecer a relação do índio com a natureza, de respeitar seu modo de vida é a mesma que nos leva a olhar o índio como pobre, que necessita ter acesso a bens materiais que elevem seu padrão de existência. E é a mesma dificuldade que temos de olhar o mundo sob outra perspectiva e de reconhecer que o que se perde com Belo Monte é muito mais do que a reprodução de um modo de vida e a transmissão de um conhecimento tradicional. Nós é que perdemos com isso. É evidente, o mundo se empobrece a cada vez que a visão única se impõe. E a quem isso interessa?

IHU On-Line – É possível pensar em um desenvolvimento que inclua o modo de vida indígena de relação com o outro e com a terra?

Thais Santi – Há alguns anos se falava em desenvolvimento sustentável. Hoje, acredito que não se fala em desenvolvimento que não seja sustentável. Um projeto que acarreta a destruição da Amazônia, com o aumento do desmatamento sem barreiras não pode ser chamado de desenvolvimento. Dentro de um Estado plural, um projeto que se faça com a destruição de modos de vida de grupos para os quais o rio tem um significado peculiar, há de ter outro nome, mas não desenvolvimento. O próprio Supremo Tribunal Federal já reconheceu que onde se encontram grupos indígenas, o desenvolvimento que se fizer contra ou sem os índios ofende a Constituição, que assegura um desenvolvimento 'ecologicamente equilibrado', 'humanizado' e 'culturalmente diversificado'.

IHU On-Line – A Constituição de 1988 assegura direitos a povos indígenas. Em que medida essa legislação ainda é um frio aparato legal, distante da realidade dos povos indígenas no Brasil, em especial no Xingu? Como garantir tais direitos constitucionais e tentar avançar em outros?

Thais Santi – Neste processo da UHE Belo Monte não há dúvida de que os direitos indígenas foram tratados como obstáculos a serem superados. E o caminho mais fácil é transformá-los. Com isso, o custo socioambiental do empreendimento é transferido aos atingidos. E as obrigações que condicionaram a obra, bem como as normas do licenciamento, uma vez que não são exigíveis (já que Belo Monte nunca pôde parar), se transformam em meras peças retóricas, cuja função é dar sustentação às decisões políticas do Governo Federal.

É necessário insistir na ilegalidade dos processos de licenciamento em que as decisões dos órgãos intervenientes se fazem contrariando os pareceres de seus técnicos. É necessário responsabilizar o Estado, individualizar condutas de improbidade e crimes dentro destes processos.

Ameaça à Constituição

O Brasil vive um momento extremamente delicado, com riscos à Constituição Federal, com a possibilidade de retrocessos no que diz respeito aos direitos fundamentais. A história vai mostrar para que Belo Monte foi construída. Temos aqui os Estudos de Impacto Ambiental realizados pelas três maiores empreiteiras do país. Somado a isso, Belo Monte abre a região para exploração de recursos naturais da Amazônia em escala industrial, o que potencializa ao infinito os seus impactos ambientais. E nesse contexto, as terras indígenas representam um grande entrave. Há muito mais do que retrocesso nos direitos dos povos indígenas em risco pelos processos em curso no Congresso Nacional.

IHU On-Line – O governo federal e os Poderes Legislativo e Judiciário entendem a complexidade da questão indígena que envolve os povos do Xingu e Belo Monte?

Thais Santi – Seria pouco dizer que o governo federal e o poder Legislativo não compreendem os direitos dos povos indígenas. Há hoje claramente a representação majoritária de grupos ligados a setores contrários aos povos indígenas. É preciso interpretar a Constituição como um pacto contramajoritário, que tem justamente o objetivo de evitar que maiorias eventuais suprimam direitos fundamentais assegurados às minorias. Esse é o grande valor da Constituição. E, se há um caminho, é protegê-la.■

LEIA MAIS...

- *Belo Monte: a anatomia de um etnocídio*. Reportagem de Eliane Brum, publicada pelo jornal El País e reproduzida pelas **Notícias do Dia**, de 02-12-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1MTt9mx;
- *Belo Monte: uma monstruosidade apocalíptica*. Entrevista com D. Erwin Kräutler, publicada nas **Notícias do Dia**, de 02-08-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1MTtt4D.

Bem-viver indígena, muito além do *welfare state*

Para o pesquisador e antropólogo argentino Guillermo Wilde, o desconhecimento sobre as lógicas indígenas é o maior desafio a ser superado

Por João Vitor Santos e Ricardo Machado | Tradução André Langer

Aquilo que o Norte global chama de "welfare state", surgido em meados do século XX e que emergiu como um avanço nas garantias de dignidade de vida básica às populações, não somente se mostrou insuficiente para resolver os problemas que se propunha, como é menos sofisticado que a perspectiva do Bem-viver. "A ideia do bem-viver indígena, assim como a entendo, inclui de qualquer maneira um número maior de elementos que o "welfare state" e as políticas públicas que se desprendem dele e fundamentalmente uma relação diferente com o ambiente, uma definição de bem-estar que inclui a relação com o ambiente e ao mesmo tempo concebe o ambiente como agente, e não simplesmente como um objeto ou variável quantificável em um censo, cadastro ou estudo de impacto", analisa Guillermo Wilde, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Ao fazer um detalhado resgate histórico sobre as relações entre os indígenas e os migrantes europeus, ao longo de séculos, o professor avalia que a ignorância histórica e paradigmática com relação às questões indígenas resultam nas catastróficas políticas voltadas a esta população. "Ainda existe um alto grau de preconceito contra estas populações que deve ser superado através de um conhecimento mais profundo e enriquecedor de suas formas de vida, seus desejos e suas concepções do cosmos, e de uma consciência histórica (humanística) das arbitrariedades sistemáticas de que foram objeto", pondera. "A população em geral deve abandonar um estado de ignorância e desinformação para acompanhar o movimento indígena em sua demanda por reconhecimento, exigindo que os governos locais se ajustem às normas internacionais", complementa.

Guillermo Wilde é licenciado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Buenos Aires. Atua na Universidade Nacional de San Martín, Instituto de Altos Estudos Sociais e no Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas – Conicet da Argentina. É professor visitante do Museu Nacional de Etnologia de Osaka, Japão. Em 2010, participou do **XII Simpósio Internacional IHU – A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade**, ministrando a conferência intitulada Religião e poder nas missões, no dia 28-10-2010. Recentemente, seu livro Religión y Poder en las Misiones de Guaraníes ganhou o prêmio Iberoamericano de la Latin American Studies Association (LASA 2010).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Desde uma perspectiva histórica até os dias de hoje, como compreender a relação entre povos indígenas e não indígenas na América Latina?

Guillermo Wilde – A questão é muito complexa para ser resumida em poucas palavras. Deve-se ter em conta muitos séculos de história, além de diferenças regionais muito marcadas. O ponto de partida deve ser o momento de contato iniciado com a invasão europeia, pois é somente a partir de então que se começa a falar dos "índios", dos habitantes das "Índias", como uma entidade homogênea, ao menos do ponto de vista jurídico. A conquista funda neste sentido um divisor de águas. A partir de então, a relação entre indígenas e não in-

dígenas está marcada por uma diversidade de atitudes que incluem tanto assombro e fascinação como desprezo diante da diferença.

Incompreensões

A partir de incompreensões básicas desenvolveram-se quase imediatamente tanto tentativas para compreender essa diferença como para destruí-la, especialmente do lado dos invasores. Depois do primeiro impacto da conquista, o Estado monárquico buscará formatar essas relações em um marco jurídico e normativo que, paradoxalmente, buscou tanto proteger a população indígena como dominá-la, basicamente incorporando-a às hierarquias de poder estabelecidas e ao sistema econômico dominante, sob o guarda-chuva ideológico de uma "monarquia católica" de aspirações universais. Ou seja, no plano prático as relações em questão estiveram marcadas pela situação de dominação colonial, com tudo o que ela implicou.

Uma consequência imediata foi a transformação dos indígenas em objetos de conversão e de exploração econômica. Do lado indígena, houve atitudes muito diversas conforme a região, e os conquistadores puderam ser concebidos de maneiras muito diferentes, desde "parentes" bem-vindos às redes locais até seres não humanos de características *sui generis* que deviam ser combatidos, porque punham em risco as tradições dos antepassados ou a autoridade dos chefes. Todas as cosmologias nativas tiveram, em geral, um lugar reservado para os outros recém-chegados.

Relações

A compreensão das relações entre indígenas e não indígenas implica necessariamente partir dos mal-entendidos e das negociações implicadas na interação, que, no melhor dos casos, comportaram cálculos de oportunidades e vantagens no marco de um regime colonial que obviamente impunha grandes limitações para os sujeitos colonizados. Em consequência, emergiram zonas de intermediação nas quais alguns atores e discursos tiveram uma margem maior de autonomia. A mistura cultural e biológica foi um dos efeitos imediatos da intermediação que resultou na formação de categorias que escapavam do esquema social estabelecido, como a de "mestiço".

IHU On-Line – Quais são as particularidades das culturas dos povos indígenas na América Latina? No que se diferenciam, por exemplo, dos índios norte-americanos?

Guillermo Wilde – Os povos indígenas da América Latina sempre foram muito diversos em todos os pontos de vista (cultural, linguístico, econômico e político). A antropologia e a arqueologia americanistas traçaram, ao longo do século XX, uma série de tipologias para simplificar esta diversidade e pode-se dizer que chegaram a alguns consensos sobre algumas características que diferenciam os povos das Terras Baixas Sul-Americanas dos povos da região andina, mesoamericana ou das planícies norte-americanas. Foram encontradas também numerosas similitudes de tipo cultural e tecnológico entre povos muito distantes geograficamente entre si, as quais, em alguns debates, não completamente consensuados, foram atribuídas a fatores ecológicos determinantes ou simplesmente à possibilidade de desenvolvimentos tecnológicos simultâneos.

Diferenciações

Dentre os aspectos diferenciadores mais importantes foram ressaltados frequentemente a organização política: enquanto algumas sociedades exibiram um grau maior de centralização e hierarquização (por exemplo, os incas nos Andes ou os mexicas na Mesoamérica), baseadas em um sistema de trocas e produção agrícola desenvolvido, outros se mostraram mais horizontais. No entanto, a partir da conquista e colonização fica difícil continuar falando em termos de tipologias sociopolíticas nítidas. A intervenção do Estado colonial primeiro, e republicano depois, acelerou processos que transformaram radicalmente as sociedades indígenas. As administrações coloniais de diferentes origens (espanhola, portuguesa, inglesa, holandesa, francesa, etc.) estabeleceram mecanismos e estratégias diferenciados de aproximação das populações indígenas que influenciaram direta ou indiretamente na fisionomia das instituições locais.

Na América espanhola, desde os inícios, manifestou-se a intenção de impor uma "república de índios" baseada em parâmetros civis e urbanos europeus, forçando os indígenas a se integrarem e abandonarem seus antigos costumes religiosos e sociais e suas formas de organização do espaço e do tempo. Esta política, embora tenha sido aplicada de maneira unificada, teve efeitos muitos diferentes nas diferentes regiões. O êxito ou o fracasso dessas estratégias estatais dependeu também em boa medida das características das sociedades indígenas, mais ou menos propensas a tratar com os invasores. Em todo o caso, o que se descobre são muitas situações de ambivalência ou de ambiguidade por parte da população indígena, que oscila entre a aceitação das tecnologias coloniais (como as armas e os cavalos) e a negação dos valores cristãos, especialmente nas zonas fronteiriças dos Impérios Ibéricos e dos Estados nacionais.

IHU On-Line – Como o senhor avalia a relação que se estabeleceu entre o povo indígena e os imigrantes na América Latina? O que muda, sociológica e antropologicamente, em ambos os povos depois desse contato e dessa relação?

Guillermo Wilde – A relação que historicamente a população migrante e indígena estabeleceu é um tema complexo que exige diferenciar diferentes tipos e fases de migração. A primeira colonização europeia da época colonial é diferente daquela que influenciou massivamente em períodos poste-

riores, promovida pelos Estados nacionais. Enquanto as primeiras interações parecem mais ambíguas e ambivalentes, inclusive mais propensas à interação e à mescla, posteriormente se veriam gradualmente marcadas pelo discurso do racismo, que atinge sua culminância, enquanto teoria "científica", no século XX.

Uma análise mais profunda exige ter em conta a política dos Estados emergentes na região com relação a estes setores diferenciados da população, desde a segunda metade do século XIX. Nessa época, esta política esteve claramente orientada para acelerar o processo de assimilação ou desaparecimento dos indígenas "dentro" dos territórios nacionais, especialmente nas chamadas fronteiras da civilização, seja por meio de campanhas de extermínio, ao estilo da "conquista do deserto" na Patagônia ou da colonização do Chaco na fronteira entre a Argentina, Paraguai e Bolívia, seja pela política de criação de reduções, reservas e missões evangélicas.

Migrantes Europeus

Simultaneamente, os Estados nacionais fomentavam a vinda de migrantes europeus com o objetivo de promover a "civilização" e o "desenvolvimento", assim como o "branqueamento" da população. Este será o setor da população majoritariamente favorecido nos processos "modernizadores" e "integradores" do século XX, pois a maior parte de seus componentes foi incorporada aos sistemas educacionais nacionais, à vida cívica dos países receptores e aos sistemas de bem-estar, apesar de que também foram objeto de discriminação por parte das elites governantes.

Entretanto, a população indígena continuou marginalizada. As sucessivas ondas migratórias implicaram diferenciações internas neste setor da população, e é fácil constatar que os últimos migrantes se mantiveram tão empobrecidos quanto os indígenas, especialmente nas áreas rurais. As disputas que de fato hoje persistem pelo acesso à terra entre indígenas e colonos pobres são uma evidência neste sentido.

IHU On-Line – Como compreender os conflitos entre brancos e índios hoje, mantendo sempre atual as disputas pela terra e o choque de culturas?

Guillermo Wilde – Novamente, devemos analisar cada situação particular, mas como assinalei antes, não se pode equiparar um colono ou um pequeno produtor, que se encontram em uma situação de pobreza e que enfrentam muitas vezes as mesmas dificuldades de sobrevivência que os indígenas, e o grande proprietário e a corporação anônima dedicados à agroindústria. Se vamos às grandes cidades, encontraremos também um número crescente de população indígena marginalizada em bairros nos quais não se diferenciam completamente da outra população não indígena também empobrecida. Apesar disso, no marco legislativo presente, tanto em nível local como global, os indígenas com dificuldades conseguiram defender seu direito à especificidade cultural, o que em alguns casos pode implicar alguma vantagem frente a outros setores desfavorecidos da sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, a particularidade de cada perspectiva indígena dificulta o acesso aos benefícios "colaterais", por assim dizer, das políticas nacionais em geral.

IHU On-Line – Como avalia a relação entre os governos latino-americanos que se autointitulam de esquerda com os povos indígenas?

Guillermo Wilde – Neste ponto devemos introduzir matizes. Os governos "ditos de esquerda" não são a mesma coisa, e insisto em que as diferenças históricas nacionais devem ser levadas em conta, assim como fatores demográficos e sociais particulares. Certamente, casos como o Equador, Bolívia ou Peru, são muito diferentes dos países do Mercosul, fundamentalmente Brasil, Argentina e Paraguai, já diferentes por si na configuração de suas estruturas estatais e suas políticas indigenistas. Nestes últimos, a questão indígena deve ser avaliada negativamente, mesmo considerando que muitos destes governos buscaram melhorar as condições dos setores mais desprotegidos da sociedade. As políticas econômicas dos governos da região favoreceram um modelo desenvolvimentista que vai geralmente contra a preservação ecológica, fomentando a megamineração e a agroindústria, o que foi altamente prejudicial para os povos indígenas. Neste sentido, a posição dos governos foi muitas vezes ambígua.

Outra questão crítica é o tema do acesso a títulos de terra, principal demanda das organizações indígenas, que não receberam um tratamento eficaz até o momento em um país como a Argentina. Neste ponto, creio válido questionar-se justamente a presença indígena como uma espécie de contraponto constante em relação às políticas nacionais, e neste sentido o valor de "sintoma social" ou contradição constante em relação aos discursos nacionais.

IHU On-Line – Quais são as similaridades e diferenças entre o *welfare state* e o bem-viver indígena?

Guillermo Wilde – A ideia do bem-viver indígena foi codificada no Convênio ILO 169[1] das Nações Unidas e em geral todos os Estados nacionais aderiram a este convênio, embora sua proteção esteja longe de ser regulamentada ou aplicada em nível local em cada país ou região. Seja como for, uma certa consciência da importância das tradições indígenas na preservação do ambiente encontra-se

1 **Convênio ILO 169**: instrumento jurídico internacional vinculante que está aberto para ratificação e que aborda especificamente os direitos dos povos indígenas e tribais. Foi ratificada por 20 países. Aderindo a Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais, o país tem um ano para alinhar a legislação, políticas e programas antes de ser ratificado acumulados juridicamente vinculativo. Os países que ratificaram a Convenção estão sujeitas à supervisão em termos de implementação. (Nota da **IHU On-Line**)

cada vez mais difundida na sociedade e nos foros internacionais.

A ideia do bem-viver indígena, assim como a entendo, inclui de qualquer maneira um número maior de elementos que o "welfare state" e as políticas públicas que se desprendem dele e fundamentalmente uma relação diferente com o ambiente, uma definição de bem-estar que inclui a relação com o ambiente e ao mesmo tempo concebe o ambiente como agente, e não simplesmente como um objeto ou variável quantificável em um censo, cadastro ou estudo de impacto.

IHU On-Line – O que podemos aprender da experiência das missões jesuítas na relação com os povos indígenas? No que estava baseada a relação nas reduções? Quais suas influências e transformações que trouxeram aos povos nativos?

Guillermo Wilde – As missões ou reduções jesuíticas fizeram parte de um programa mais amplo da coroa espanhola, destinado em princípio a reorganizar a população indígena de toda a América espanhola com o duplo objetivo de protegê-la dos abusos de diferentes setores da sociedade colonial, como os *encomenderos*[2] e os colonos escravizadores de indígenas, e de assegurar sua conversão ao cristianismo e sua integração ao sistema econômico espanhol, como tributários da coroa. Para além das disparidades entre as diferentes missões, em geral se ajustaram a um marco jurídico que garantiu em muitos casos a sobrevivência física das populações em questão, mesmo quando o processo de formação de reduções foi dramático em termos políticos, sociais e demográficos, com muita perda de vidas. Neste sentido, como sugeriram alguns autores, as reduções ironicamente buscaram curar as feridas provocadas pelos abusos da primeira colonização, recompondo um território que serviu como nova referência às populações indígenas desestruturadas.

Usualmente, as reduções implicaram a redefinição completa das referências identitárias indígenas no marco de povos que se adaptavam ao padrão urbano hispânico, a instituições municipais como os cabildos e a uma série de comandos militares e eclesiásticos que foram adaptados pelos próprios indígenas dentro do marco colonial. Estes elementos, embora tenham sido impostos, também foram apropriados de maneira gradual pelos indígenas, que em muitos casos os preservam até hoje. Diversas formas ou elementos fragmentários da antiga vida litúrgica e cerimonial missional, formas da língua ou instituições e cargos municipais e eclesiásticos existem até hoje na região de Moxos e Chiquitos, onde foram instaladas missões jesuíticas similares àquelas que existiram no Paraguai. Isto nos indica claramente que os indígenas não foram sujeitos passivos deste processo, mas protagonistas muito ativos. Este processo foi frequentemente denominado de "etnogênese" ou "territorialização" e tratei disso em *meu livro Religión y Poder en las Misiones de Guaraníes (Buenos Aires: Colección Paradigma Indicial, 2009), que reconstrói a participação guarani nas transformações regionais ao longo de 200 anos de histór*ia.

IHU On-Line – Hoje, enquanto desafio missiológico, com inspiração no Papa Francisco, trabalha-se a ideia de inculturação da fé. No que essa concepção se difere da empregada nas reduções jesuítas? Em que medida a ideia de inculturação da fé cristã possibilita a preservação da cultura nativa?

Guillermo Wilde – É notável como nos discursos do Papa Francisco[3] aparece a necessidade de respeitar a diversidade cultural, religiosa e ambiental. Esta posição está claramente inspirada em uma tradição desenvolvida já há mais de meio século na teologia missionária católica que cunhou a expressão "inculturação da fé". Embora os primeiros esboços desta noção apareçam inclusive no final do século XIX, ela só foi formulada sistematicamente depois do Concílio Vaticano II.[4] Sua conexão conceitual mais

2 **Encomienda**: originalmente aplicada na região das Antilhas em 1503, com posterior projeção em outras porções da América espanhola, constando nos registros legislativos coloniais até o século XVIII, foi uma instituição jurídica imposta pela coroa com vistas a regular o recolhimento de tributos e circunscrever a exploração do trabalho indígena. Estabelecida a partir de um arranjo contratual, caracteriza-se pela submissão de um número variável de indígenas "pagadores de impostos" a um encomendero, – inicialmente os mais notáveis soldados espanhóis nas guerras de conquista – responsável por viabilizar sua incorporação aos moldes culturais, econômicos e sociais europeus. No âmbito da circunscrição territorial, a encomienda não é uma concessão de terras, mas uma concessão de recolhimento de tributos. Diferentemente do que ocorre com a escravidão, não é perpétua nem transmitida hereditariamente, já que os nativos, ao menos juridicamente, foram tomados não por propriedade, mas por homens livres, embora seja possível uma aproximação entre ambas, dado que são expressões da forma de trabalho compulsório. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Papa Francisco** (1936): Argentino filho de imigrantes italianos, Jorge Mario Bergoglio é o atual chefe de estado do Vaticano e Papa da Igreja Católica, sucedendo o Papa Bento XVI. É o primeiro papa nascido no continente americano, o primeiro não europeu no papado em mais de 1200 anos e o primeiro jesuíta a assumir o cargo. A edição 465 da revista IHU On-Line analisou so dois anos de pontificado de Francisco. Confira em http://bit.ly/1Xw2tgu (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Concílio Vaticano II:** convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 8-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano I. O **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-6-2009, disponível em http://bit.ly/o2e8cX, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em http://bit.ly/REokjn, e a edição 425, de 01-07-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo*,disponível em http://bit.ly/1cUUZfC. Em 2015, o **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** promoveu o colóquio O Concílio Vaticano II: 50 anos depois. A Igreja no contexto das transformações tecnocientíficas e socioculturais da contemporaneidade. As repercussões do evento podem ser conferidas na **IHU On-Line**, edição 466, de 01-06-2015, disponível em http://bit.

direta é a noção de "acomodação", concebida pelos missionários jesuítas nas missões da Ásia. Esta última propunha que os missionários, para se aproximarem dos não cristãos objeto de conversão, deviam estudar seus costumes e adaptar-se a eles na medida do possível. Assim, por exemplo, um jesuíta como Matteo Ricci[5] na China ou Roberto de Nobili[6] na Índia aprenderam respectivamente os costumes das elites letradas imperiais e os hábitos bramânicos para posteriormente transmitir a fé cristã.

Inculturação da fé

Eles entendiam que esse modo de agir não implicava ir contra a fé cristã, mas simplesmente aceitar o que constituía um costume nativo inócuo, sem riscos para a fé; pelo contrário, seria útil na aproximação aos "infiéis". A ideia de inculturação da fé supõe, de modo semelhante, que já não são os missionários, mas os próprios sujeitos da conversão, os nativos, que devem assumir um papel ativo no processo de conversão, adotando a fé cristã em seus próprios termos, colorindo-a com suas próprias tradições e crenças. Na América, pode-se dizer que há um certo precedente disto na tradição *lascasiana* (por Bartolomeu Las Casas[7]), que manifestou certa abertura às expressões locais de religiosidade e à concepção de que a ideia de Deus já existia entre os indígenas e de fato era nomeado por eles em suas línguas antes da chegada dos espanhóis. Ou seja, Deus se manifestava em uma diversidade de "rostos índios", como ilustra o título de um conhecido livro que apareceu há duas décadas (*El Rostro Indio de Dios - Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 1994*).

> *As missões foram um projeto religioso, mas também econômico e político*

Reduções Jesuíticas

Pois bem, as reduções jesuíticas implicaram um certo grau de adaptação ou acomodação, mas é controverso dizer que implicaram uma "inculturação da fé", na medida em que pouquíssimos elementos locais das sociedades indígenas realmente foram preservados neste processo. Em sentido estrito, as reduções criadas depois do Terceiro Concílio de Lima[8] (1582-83), que estabeleceu uma metodologia evangelizadora bastante rígida, implicaram a aceitação de elementos indígenas no marco mais geral do cânone cristão (a litúrgica, os sacramentos, a doutrina) deixando pouco lugar para a expressão de formas indígenas de religiosidade autônomas. Deve-se dizer, no entanto, que existem algumas manifestações da ritualidade cristã das reduções que estiveram marcadas pela presença daquilo que poderíamos chamar de perspectivas ou leituras indígenas do cristianismo. Este é um tema que ainda deve ser estudado e no qual me concentro atualmente, a partir do estudo das expressões visuais e sonoras missionais.

IHU On-Line - Em que medida, hoje, a cultura da financeirização impõe-se como forma de poder sobre os povos indígenas numa atualização do que foi a religião nas missões de guaranis?

Guillermo Wilde - Uma primeira questão a ser esclarecida é que a economia nunca esteve completamente separada da religião e da política: as missões foram um projeto religioso, mas também econômico e político. Em todo o caso, as reduções iniciaram um processo de integração ou assimilação da população indígena que mais tarde foi aprofundado pelos Estados republicanos e estendido para os grupos indígenas que conseguiram manter-se à margem deste processo. Após a expulsão dos jesuítas das reduções houve uma gradual mescla e assimilação da população indígena a outros setores sociais que habitavam a campanha, camponeses, afrodescendentes, espanhóis e portugueses, e notavelmente os indígenas praticamente desapareceram dos censos populacionais em meados do século XIX. Isto não quer dizer que desaparecessem, mas que simplesmente deixaram de ser contemplados pelos censos como tais. Passam a ser "cidadãos" e frequentemente participam dos Exércitos e das guerras que atingem toda a região.

Economia-mundo

Especialmente desde o século XIX intensifica-se na região o crescimento daquilo que Immanuel

ly/1IfYpJ2 e também em Notícias do Dia no sitio IHU. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Matteo Ricci [Mateus Ricci]** (1552-1610): Missionário que viveu já em sua época os princípios básicos do Vaticano II, especialmente a inculturação e o diálogo inter-religioso. Depois de estudar direito em Roma, entrou na Companhia de Jesus, em 1571. Durante sua formação, interessou-se também por várias matérias científicas, como matemática, cosmologia e astronomia. Em 1577, pediu para ser enviado às missões no Leste da Ásia e, em 24 de março de 1578, embarcava em Lisboa, chegando a Goa, capital das Índias Portuguesas, em 13 de setembro do mesmo ano. Alguns meses depois, foi destinado para Macao, a fim de preparar sua entrada na China. Confira a entrevista realizada pela **IHU On-Line** com Nicolas Standaert, intitulada *O "caminho chinês". A contribuição da China para o mundo,* disponível em http://bit.ly/ihu281008. Confira a edição especial da **IHU On-Line** intitulada *Matteo Ricci no Império do Meio. Sob o signo da amizade,* publicada em 18-10-2010, disponível em http://bit.ly/ihuon347. (Nota da IHU On-Line)

6 **Roberto de Nobili** (1577-1656): missionário jesuíta, um dos pioneiros da Companhia de Jesus. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Frei Bartolomé de las Casas** (1474-1566): frade dominicano, cronista, teólogo, bispo de Chiapas, no México. Foi grande defensor dos índios, considerado o primeiro sacerdote ordenado na América. Sobre ele, confira a obra de Gustavo Gutiérrez, *O pensamento de Bartolomeu de Las Casas* (São Paulo: Paulus, 1992), e a entrevista *Bartolomeu de Las Casas, primeiro teólogo e filósofo da libertação*, concedida pelo filósofo italiano Giuseppe Tosi à IHU On-Line 342, de 06-09-2010, disponível em http://bit.ly/9EU0G0. (Nota da IHU On-Line)

8 **Terceiro Concílio de Lima**: formação de regras evangelizadoras para a Província Eclesiástica de Peru. (Nota da **IHU On-Line)**

Wallerstein,[9] entre outros, chamou de "economia-mundo", isto é, a expansão do sistema capitalista global, processo que se acelerou particularmente nos últimos 30 anos, e que, atualmente, exibe sua faceta mais letal na provocação de guerras atrozes. Isto já existia antes inclusive da Segunda Guerra Mundial, mas hoje esta expansão vai acompanhada de um desenvolvimento tecnológico inédito, alcançando os rincões mais remotos do mundo.

Mineração

Na América Latina as diversas formas de economia extrativista de grande escala vêm sendo a maneira mais aberta de exercício da violência contra as populações indígenas, com a conivência dos Estados nacionais. Um exemplo próximo é a Mata Atlântica, território dos guaranis, que no período de um século ficou reduzida a menos de 1% de sua superfície. Esta destruição do ambiente expressa a culminância do desenvolvimento do naturalismo ocidental que viu na natureza um objeto a ser explorado para o desenvolvimento das nações. Esta resultou em uma concepção sumamente limitada da terra e dos recursos naturais como objetos mensuráveis ou quantificáveis, despojados de todo significado simbólico ou cosmológico.

IHU On-Line – Como trabalhar a ideia de reconciliação com povos indígenas na América Latina? Como dirimir conflitos e garantir a autonomia cultural das populações originárias?

Guillermo Wilde – Primeiro, devemos reconhecer o papel dos indígenas como protagonistas na história da América Latina, não apenas antes da conquista, mas durante todos os processos políticos e econômicos que atravessam a etapa independente. Isto significa ter claro que sua presença antecede a formação dos Estados nacionais e é constante desde antes da conquista até hoje, como mostra muito bem a arqueologia e a etnologia. Apenas recentemente a pesquisa etno-histórica está visibilizando este papel protagônico, revelando as numerosas mortes provocadas por massacres e guerras (entre as mais ressonantes da nossa região cabe mencionar a chamada Guerra da Tríplice Aliança ou do Paraguai,[10] ocorrida entre 1876 e 1870, e a Guerra do Chaco (1934-35)[11]. Estes fatos se tornam cada vez mais conhecidos, mas ainda há muito a ser feito para divulgá-los entre o público não acadêmico.

Reconhecer os direitos

Segundo, devemos reconhecer direitos postergados deste setor da população, facilitando seu acesso à propriedade da terra, tema central de demanda dos povos indígenas hoje em dia, e constantemente postergado pelas agendas estaduais e nacionais. Garantir a autonomia dos povos indígenas não é fácil na medida em que as políticas voltadas para eles, independentemente de onde tenham vindo, foram geralmente paternalistas. Ainda existe um alto grau de preconceito contra estas populações que deve ser superado através de um conhecimento mais profundo e enriquecedor de suas formas de vida, seus desejos e suas concepções do cosmos, e de uma consciência histórica (humanística) das arbitrariedades sistemáticas de que foram objeto. A população em geral deve abandonar um estado de ignorância e desinformação para acompanhar o movimento indígena em sua demanda por reconhecimento, exigindo que os governos locais se ajustem às normas internacionais.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Guillermo Wilde – Fundamentalmente, ressalto, que é fundamental ter presente as generalizações que fiz. Embora apontem para a um marco interpretativo amplo, provocativo, deve se considerar a simplificação da riqueza da particularidade, de fundamental importância em relação aos povos indígenas, que apresentam uma variedade de opções de acordo com cada grupo ou inclusive comunidade em diferentes contextos regionais e nacionais.■

9 **Immanuel Maurice Wallerstein** (1930): sociólogo estadunidense, mais conhecido pela sua contribuição fundadora para a teoria do sistema-mundo. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Guerra do Paraguai**: Se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870 e foi o maior e mais sangrento conflito armado internacional ocorrido no continente americano. O conflito teve início quando o governo de Dom Pedro II interferiu na política interna do Uruguai. A reação militar paraguaia disparou a Guerra. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Guerra do Chaco:** foi um conflito armado entre a Bolívia e o Paraguai que se estendeu de 1932 a 1935. Originou-se pela disputa territorial da região do Chaco Boreal, tendo como uma das causas a descoberta de petróleo no sopé dos Andes. Foi a maior guerra na América do Sul do século XX. Deixou um saldo de 60 mil bolivianos e 30 mil paraguaios mortos, tendo resultado na derrota dos bolivianos com a perda e anexação de parte de seu território pelos paraguaios. Em 12 de junho de 1935, sob pressão dos Estados Unidos, foi aprovada a cessação das hostilidades. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *Interpretações históricas e atuais da experiência jesuítica*. Entrevista com Guillermo Wilde, publicada na revista **IHU On-Line** nº 348, de 25-10-2010, disponível em http://bit.ly/1NymP9q.
- *Os guarani e o território latino americano: uma relação histórica*. Entrevista com Guillermo Wilde, publicada na revista **IHU On-Line** nº 331, de 31-05-2010, disponível em http://bit.ly/1Ov4Cqz.

A recusa do outro

Sydney Possuelo entende que a questão de fundo no histórico genocídio de índios brasileiros é uma só: a não aceitação de culturas e formas de vida que se distinguem das que conhecemos

Por João Vitor Santos

Tentar entender a relação entre índios e não índios requer um exercício intenso de alteridade. O indigenista Sydney Possuelo entende que primeiro é preciso reconhecer que a sociedade ocidental historicamente não aceita aquilo que difere da sua forma de vida. "Você só respeita aquilo que entende, compreende e aceita. Quando não aceita, não respeita", destaca. "Em alguns casos, na nossa sociedade, respeitamos o diferente ou o outro porque podemos ser procurados pela polícia ou ser processados. Não é pelo entendimento que nasce da compreensão, de saber lidar com o diferente", completa. Assim, a figura dos índios passa a ser tomada como estranha, que entrava a lógica que conhecemos. Reverter essa perspectiva é buscar essa alteridade, e, recuperando Orlando Villas Boas, Possuelo pontua: "índio e não índio são humanidades diferentes".

Na entrevista, concedia por telefone à **IHU On-Line,** o indigenista ainda faz uma aproximação com a política de Estado, em especial do Brasil, sobre os povos originários. Destaca, por exemplo, que é sempre uma política "de branco" para índios, e não exercícios de escuta e compreensão das necessidades das comunidades, já que muitas precisam apenas permanecer isoladas. Sobre a possibilidade de reconciliação com etnias originárias, enfatiza: "é possível, mas para haver essa harmonia nós teríamos de ter, dentro da organização do Estado do Brasil, homens com escopo totalmente diferente desses que habitam e vivem em função dos cofres públicos, e ter uma cultura de respeito ao outro, às leis". Para ele, o resultado não seria uma recusa da forma de vida contemporânea do não índio, como se voltasse no tempo. "Poderíamos ser mais conscientes e solidários não só entre nós, mas também com aquele que é diferente de nós."

Sydney Ferreira Possuelo iniciou sua formação em São Paulo, aos 17 anos, trabalhando com os sertanistas brasileiros Cláudio e Orlando Villas Boas. Foi nomeado presidente da Funai em 1991, onde trabalhou até 2006. Voltou sua gestão para a demarcação de terras, sobretudo dos Yanomâmi, e estabeleceu forte diálogo entre o governo e organizações não governamentais. Por mais de 40 anos, dedicou-se à causa dos povos indígenas isolados na Amazônia. Possuelo ainda continua os seus esforços na defesa de tribos isoladas através da ONG Instituto Indigenista Interamericano. Ele é também protagonista do livro *The Unconquered: In Search of the Amazon's Last Uncontacted Tribes* (publicado em português em 2013, pela editora Objetiva, com o título *Além da Conquista*), do jornalista Scott Wallace, colaborador da *National Geographic*. O livro é um relato da expedição de 76 dias, realizada em 2002, sob a liderança do sertanista brasileiro, com a finalidade de mapear os locais por onde a tribo isolada dos "flecheiros" transitava, nas terras demarcadas do Vale do Javari.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como compreender as disputas entre índios e não índios? Por que há tanta resistência às diferenças culturais dos povos nativos?

Sydney Ferreira Possuelo – O que está por trás de tudo é o bolso, a mais valia, é a economia e dinheiro no bolso. As pessoas, o Estado, os grupos, os bancos não entendem absolutamente nada com relação ao índio ou qualquer outro grupo que ameace ou seja obstáculo para a concretização de seus desejos de expansão e de ganhar

e vender mais. Não vejo como dificuldade de entender as culturas de povos originais. Na verdade, não entendem porque não querem. No fundo, o que está em jogo é a ganância exacerbada de todos nós, do mundo branco e sua mais valia, lutando contra grupos que não têm dinheiro, não têm escrita, etc.

As forças são de uma disparidade incrível, é Golias e Davi[1]. Só que o nosso Davi não tem nem bodoque. Se ampliar e demarcar terras indígenas não fosse visto como uma ameaça à expansão do agronegócio, ninguém estaria se importando. O conflito se dá na medida em que restringe a ação desenfreada dessa loucura de plantar em qualquer lugar para exportar tudo. E o índio, como a parte mais fraca, fica pendurado na corda.

IHU On-Line – Então, a maior ameaça ao índio hoje é a expansão agrícola?

Sydney Ferreira Possuelo – A agricultura é uma das ameaças. Mas tem ainda a visão política que está por trás disso, os interesses partidários, a construção de estradas, em que o Estado quer interligar A com B, e, claro, o agronegócio e as grandes propriedades de terras. Há vários interesses que de alguma forma incidem diretamente na vida dos povos indígenas.

Quando os interesses divergentes são dentro da mesma etnia (ocidental), se vai à Justiça, são feitos estudos e muito mais. Quando é de uma maioria, de um país, contra povos indígenas, simplesmente se deixa de reconhecer o direito desses povos. Os índios sofrem muito mais, porque seus direitos não são reconhecidos e são deixados de lado. Veja o exemplo de Mato Grosso do Sul, com os problemas eternos que existem ali[2]; mas essa realidade, esse conflito entre índio e não índio, é espalhada no Brasil inteiro. O índio vive lá na sua terra, não ameaça em nada, não vem aqui nos ameaçar. Nós é que tomamos deles a possibilidade de sobreviver no seu meio ambiente.

Dentro da Funai[3], há processos que levam até 15 ou 20 anos para sair alguma decisão sobre a terra. Há terras demarcadas em Mato Grosso do Sul, e em outros lugares do Brasil, em que os índios foram postos para fora por fazendeiros. Acabam vivendo miseravelmente no entorno, enquanto os invasores estão lá, usando a terra. E não há uma força nacional e política que veja isso com bons olhos e trabalhe para que o índio restabeleça a sua terra. É falta de bom senso, de equidade, de Justiça. Os índios são postos para fora e morrem fora de suas terras.

IHU On-Line – Como avalia a política indigenista brasileira, especificamente nesses últimos anos de um governo dito de esquerda?

Sydney Ferreira Possuelo – De modo geral, o que se vê ao longo da história recente, não só no Brasil, mas em todos os países da América Latina e pelo mundo afora, é que os Estados não gostam dos povos indígenas. Em qualquer lugar que se vá, é possível perceber que os Estados sempre maltrataram os índios. Depois, tentaram consertar alguma coisa por pressões que vieram de várias partes, mas se mantém essa ideia de que os índios são um atraso para o desenvolvimento, um obstáculo para agricultura e por aí afora.

Quando eu era jovem, tinha tendências de esquerda, embora nunca fosse filiado a nada. Lembro, por exemplo, que a informação que tínhamos da União Soviética, naquele período, era de que os problemas das minorias étnicas que existiam dentro daquele país já tinham sido resolvidos; de que as esquerdas, com a profundidade de seus pensamentos e posição conciliadora, tinham conseguido resolver todos os problemas. Mais tarde, porém, fomos vendo que nada disso era verdade. Também tive a oportunidade de conversar com grandes líderes nacionais de esquerda, como Arraes[4], Brizola[5], e senti que eles tinham uma dificuldade muito grande em falar sobre etnia. Não falavam sobre etnias, sobre o negro ou o índio, falavam sobre o camponês e o operário, que são os que votam. Assim, conversar com esses líderes foi uma verdadeira lástima, pois pensei que teria a possibilidade de ampliar o conhecimento, mas não foi nada disso. Então, com raríssimas exceções, as esquerdas têm dificuldades porque são analfabetas em termos de povos indígenas.

1 Refere-se à célebre a passagem contida no Antigo Testamento em que Davi derrota o gigante Golias, utilizando-se de uma funda, ou bodoque. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Refere-se ao genocídio que vem sofrendo os Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul. O sítio do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** tem amplo material publicado e vem acompanhando a questão. Confira em http://bit.ly/1SVs6WJ. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Fundação Nacional do Índio – Funai**: é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, criado pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculado ao Ministério da Justiça. Sua missão é coordenar e executar as políticas indigenistas do Governo Federal, protegendo e promovendo os direitos dos povos indígenas. São também atribuições da Funai identificar, delimitar, demarcar, regularizar e registrar as terras ocupadas pelos povos indígenas, promovendo políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas, reduzindo possíveis impactos ambientais promovidos por agentes externos. A Funai também tem por atribuição, prover o acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania dos povos indígenas, como o direito à seguridade social e educação escolar indígena. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Miguel Arraes de Alencar** (1916-2005): político cearense com atuação marcante em Pernambuco, nasceu em 1917. Foi deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD). Elegeu-se prefeito de Recife em 1959, pelo Partido Social Trabalhista (PST) e governador em 1962, apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Deposto e cassado pelos militares em 1964, exilou-se. Retornou ao Brasil em 1979. Em 1980, elegeu-se deputado federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, em 1984, governador do estado. Em 1990, filia-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), elegendo-se novamente deputado federal e, em 1994, novamente governador, cargo que ocupou até 1998. (Nota do **IHU On-Line**)

5 **Leonel de Moura Brizola** (1922-2004): político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação** intitulado *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em http://bit.ly/ihuem01. Leia também a IHU On-Line intitulada *Leonel de Moura Brizola 1922-2004*, disponível em http://bit.ly/ihuon107. (Nota da **IHU On-Line**)

Aqui no Brasil, realmente, os governos não gostam dos povos indígenas. Mas, essencialmente, a derrocada veio com o PT. A situação dos povos indígenas agravou-se muito mais, porque, ao mesmo tempo em que o governo se mostrava renitente conforme os governos anteriores, ainda uniu força muito grande com o agronegócio. Assim, acelerou-se o desmatamento, o que ajudou a criar os problemas ambientais que estamos vivendo, em nome, basicamente, dessa monocultura de soja. É nisso que o Brasil está empenhado, e essa visão econômica e política é extremamente nefasta aos povos indígenas.

IHU On-Line – Como analisa o trabalho da Funai desde a sua concepção até os dias de hoje? Quais os desafios de hoje se compararmos ao período dos irmãos Villas Boas[6]?

Sydney Ferreira Possuelo – Os desafios e o conflito são os mesmos: a questão fundiária, a saúde, a escolaridade, a falta de espaço dentro da sociedade. Com relação à Funai, é preciso que se diga que ela não é um órgão indígena, e sim um órgão de branco para, teoricamente, defender os índios. Ela fez coisas interessantes em algum momento, mas, depois, à medida que a cabeça da Funai e do próprio governo foram mudando, a situação foi piorando. E, claro, sempre piora para os índios.

O processo de desmonte da Funai começou há alguns anos. Há mais de 20 anos venho falando que o Estado Brasileiro tem um projeto de longo prazo para destruir a Funai. Não quer extingui-la, porque isso traria problemas, então ela vai sendo vagarosamente desmontada. O que é hoje a Funai? Absolutamente nada, não tem dinheiro para nada. Ela teve papel importante, assim como o antigo SPI[7] teve seus momentos de acerto. A Funai foi muito importante no momento das demarcações do Governo Collor[8], das quais eu participei. Mas as coisas são perenes, não há continuidade. E esse foi um momento excepcional, isso não é o normal e nem eu, que estava ali dentro, sei dizer ao certo o que houve para que o número de áreas de demarcação (muitas ainda com processos iniciados em 1910) dobrasse.

IHU On-Line – Gostaria que o senhor recuperasse mais as demarcações desse período, como a Yanomâmi[9]. E de que forma essa experiência pode ajudar a se pensar num caminho para frear os conflitos, o genocídio que se vive, por exemplo, em Mato Grosso do Sul?

Sydney Ferreira Possuelo – São coisas diferentes, começando pelo tempo de cada um. O tempo da demarcação Yanomami é agora, atual. Os processos de Mato Grosso do Sul são de decênios. Essa diferença temporal já é significativa porque as cabeças mudam, as legislações mudam, a política muda e geram essas consequências. De modo geral, também raramente encontramos magistrados com um olhar de Justiça para com os povos indígenas. Eles entendem mais que é preciso desmatar, plantar, que precisamos de emprego, de hidrelétrica, que podemos abrir e desfazer estradas, e por aí vai. Está mais dentro da nossa visão de mundo, do dito "homem civilizado", do que da visão dos povos indígenas, que não acumulam bens, que nada interessa a não ser a vida cotidiana e o bem-estar de todos.

Índios produzem homens melhores do que nós porque não vivenciam uma série de problemas em decorrência do acúmulo financeiro. O que não quer dizer que não haja problemas nas sociedades indígenas, há outros. Onde há humanos, há problemas. Mas, não tendo dinheiro no centro de tudo, já alivia a situação.

IHU On-Line – Como imagina que se possa fazer aproximação entre a cosmovisão da sociedade ocidental e das sociedades indígenas com o objetivo de respeitar os povos originários?

Sydney Ferreira Possuelo – Você só respeita aquilo que entende, compreende e aceita. Quando não aceita, não respeita. Em alguns casos, na nossa sociedade, respeitamos o diferente ou o outro porque podemos ser procurados pela polícia ou ser processados. Não é pelo entendimento que nasce da compreensão, de saber lidar com o diferente. É como dizia Orlando[10], índio e não índio são humanidades diferentes.

6 **Irmãos Villas Boas**: Orlando (1914-2002), Cláudio (1916-1998) e Leonardo Villas Boas (1918-1961) foram importantes sertanistas brasileiros. Nascidos na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, interior de São Paulo. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Serviço de Proteção ao Índio** (SPI): parte constituinte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), foi um órgão público criado durante o governo do Presidente Nilo Peçanha, em 1910, com o objetivo de prestar assistência à população indígena do Brasil. O Serviço foi organizado pelo Marechal Rondon, seu primeiro diretor. O SPI foi extinto e substituído pela Funai, em 1967. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Governo Collor**: também denominado como Era Collor, foi um período da história política brasileira iniciado pela posse do presidente Fernando Collor de Mello, em 15 de março de 1990, e encerrado por seu afastamento do governo, em 2 de outubro de 1992. Seu afastamento foi consequência da instauração de seu processo de impeachment no dia anterior. Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito pelo povo desde 1960, quando Jânio Quadros venceu a última eleição direta para presidente antes do início do Regime Militar. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Yanomâmis**: são índios que habitam o Brasil e a Venezuela. A tribo Yanomâmi é a sétima maior tribo indígena brasileira com 15 mil pessoas distribuídas em 255 aldeias relacionadas entre si em maior ou menor grau. Ao noroeste de Roraima estão situadas 197 aldeias que somam quase dez mil pessoas e a norte do Amazonas estão situadas 58 aldeias que somam mais de 6 mil pessoas entre Bolívia e Amazonas. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Orlando Villas Boas** (1914-2002): sertanista brasileiro, mais velho dos irmãos Villas Boas – Cláudio, Leonardo e Álvaro. Com Cláudio e Leonardo, Orlando fez o reconhecimento de numerosos acidentes geográficos do Brasil central. Em suas andanças, os irmãos abriram mais de 1.500 quilômetros de picadas na mata virgem, onde surgiram vilas e cidades. Foi indicado duas vezes para o Prêmio Nobel da Paz, com Cláudio, em 1971 e, em 1976, pelo resgate das tribos xinguanas. Os irmãos lideraram a Expedição Roncador-Xingu, iniciada em 1943 e que depois de 24 anos deixou em seu rastro mais de 40 novas cidades, 19 campos de pouso e o Parque Nacional do Xingu, criado por lei em 1961, com a ajuda do antropólogo Darcy Ribeiro. Na expedição, Orlando, Cláudio, Leonardo e Álvaro mapearam os seus encontros com catorze tribos indígenas, conseguindo permissão para instalar as bases da Fundação Brasil Central. Cuidadosos, eles souberam agir contra ideias

Não são somente seres humanos que estão em momento ou estágios diferentes, mas uma diferença tão profunda que é impossível se aproximar.

Ontem, escutava rádio e o rapaz falava da ação do Congresso Nacional que, dizendo entender essa questão dos índios, está trazendo para si a tarefa de demarcar as terras. Esse é o tiro final nos povos indígenas. No Congresso dificilmente você vai encontrar um sentimento solidário para com os povos indígenas. E quando encontra, com esse pessoal mais ligado à ecologia e defesa ambiental, ao invés de tomar posição, eles ficam neutros ou desaparecem. Raramente encontramos aquela firmeza na defesa dos povos indígenas. Todos os poderes, de modo geral, estão voltados para nossa própria forma de vida. Então, nem Executivo, Legislativo ou Judiciário tem habilidade para lidar com a questão. Os povos indígenas sofrem na mão do Estado, na mão desses três poderes; hoje e ontem, sempre foi assim. Mas, voltando: se a demarcação passar para o Legislativo, vão começar a diminuir as terras, a não demarcar mais, e não tem ninguém que os defenda lá dentro.

IHU On-Line – Existe um caminho para fazer essas duas humanidades, índios e não índios, viverem em uma harmonia possível?

Sydney Ferreira Possuelo – Alguns países, depois de muito sofrimento de povos indígenas, conseguiram uma melhora, um entendimento melhor. Alguns povos vivem, dentro da Nova Zelândia, por exemplo, numa ordem que aqui é inimaginável. Outro exemplo são os Inuítes[11], no Polo Norte, no Noroeste do Canadá, que tiveram de volta 2 milhões de quilômetros quadrados com uma área muito rica em minerais. Mas, infelizmente, são casos pontuais. Essa relação com os povos originários, na maioria dos lugares, foi e é perversa.

Conhecemos e admiramos, por exemplo, a organização dos ingleses em diversos aspectos, projeção de valores e tudo mais, mas eles são também terríveis. A colonização inglesa fez o que fez na África, na América do Sul, na Índia. E o curioso é que no exemplo dos Inuítes, no Canadá, país de origem inglesa, eles superaram isso, e apesar de terem sido terríveis na colonização, foram os que deram passos mais rápidos com relação aos povos originários. Estamos muito atrás no que se refere à organização e ao respeito que existe entre, por exemplo, os Maori[12] e o governo da Nova Zelândia. Mas esses dois povos são muito pequenos, diante dos 300 milhões de indivíduos de povos indígenas e sociedades diferenciadas espalhadas pelo mundo.

Eu recordo esses exemplos para mostrar que estão aí e que aconteceram. Pergunto: é possível haver uma harmonia? É possível, mas para haver essa harmonia nós teríamos de ter, dentro da organização do Estado do Brasil – nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário –, homens com escopo totalmente diferente desses que habitam e vivem em função dos cofres públicos, e ter uma cultura de respeito ao outro, às leis. Infelizmente, hoje, não temos nada disso, somos algo muito feio ainda, muito primitivo. Não são os índios os primitivos, somos nós.

IHU On-Line – O que o Brasil aprendeu sobre os índios a partir das incursões dos irmãos Villas Boas? Qual a contribuição deles e de seu grupo para a aproximação dessas duas humanidades tão distintas?

Sydney Ferreira Possuelo – O trabalho de Orlando e Cláudio[13] tem uma importância muito grande, mas foi específico dentro de uma área. A ação política deles se deu no Brasil central, onde havia condições especiais. As tribos que já estavam ali tinham contato entre si há uns 300 anos, constituindo uma organização diferente. Os Villas Boas tiveram a sensibilidade de olhar e perceber isso tudo de uma forma diferente e criaram assim o primeiro parque, que não é a primeira terra indígena, mas sim o primeiro parque nacional, chamado Parque Indígena do Xingu[14], o que foi um avanço.

Orlando implementou uma política que ele sustentou enquanto pôde e enquanto o Xingu se manteve bastante isolado, pois era preciso navegar muitos dias até chegar ali. Já por volta de 1940, chega o Correio Aéreo Nacional e se vai abrindo caminho com a Expedição Brasil Central[15]. Começa a se concluir a conquista daquela região através da construção de estradas. À medida que foram abrindo estradas, surgiram mais possibilidades de navegação e mesmo novos aeroportos. Assim, a união que era

militaristas ou contra a ação de especuladores. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Inuítes**: também chamados de Inuit, são os membros da nação indígena esquimó que habitam as regiões árticas do Canadá, do Alasca e da Groenlândia. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Maori** (ou Maores): o povo nativo da Nova Zelândia. Na língua maori, a palavra maori representa toda uma cultura. Em lendas e outras tradições orais, a palavra distinguia seres humanos mortais de divindades e espíritos. Maori tem cognatos em outras línguas da Polinésia, como na língua havaiana (Maoli) e na língua taitiana (Maohi), e todos têm sentidos semelhantes. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Cláudio Villas Boas** (1916–1998): junto com seus irmãos Orlando e Leonardo, projetou-se na política indigenista brasileira. Cláudio, Orlando e Leonardo, os irmãos Villas Boas, foram os seguidores do ideal de defesa ao índio. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Parque Indígena do Xingu** (antigo Parque Nacional Indígena do Xingu): foi criado em 1961 pelo então presidente brasileiro Jânio Quadros, tendo sido a primeira terra indígena homologada pelo governo federal. Seus principais idealizadores foram os irmãos Villas Boas, mas quem redigiu o projeto foi o antropólogo e então funcionário do Serviço de Proteção ao Índio, Darcy Ribeiro. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Expedição Roncador-Xingu:** também conhecida como Expedição Brasil Central, foi uma parte do processo de interiorização do Brasil, a Marcha para o Oeste, criada em 1943 pelo governo de Getúlio Vargas. Para chefiar a expedição foi nomeado o Coronel Flaviano de Mattos Vanique, que recrutou cerca de quarenta sertanejos oriundos da região do atual Mato Grosso para se incorporarem à expedição. Sabendo disso, os irmãos Villas Boas decidiram participar como sertanejos, mas foram barrados por terem um "alto nível de conhecimento" para um sertanejo. Eles então voltaram tempos depois com barbas por fazer, mal vestidos e fingindo-se de analfabetos. Logo foram aceitos: o comandante Vanique preferia os analfabetos, que considerava mais trabalhadores. Cláudio e Leonardo trabalhavam na enxada, Orlando, de auxiliar de pedreiro. Entretanto, com o tempo os irmãos alcançaram postos de comando na expedição. (Nota da **IHU On-Line**)

mantida por Orlando ao redor da área do Parque foi sendo perdida. Antes disso, não entrava qualquer um no Parque Xingu. Mesmo os estudiosos tinham de apresentar os seus planos e os índios tinham de concordar. Não era aberto para que qualquer um chegasse e fizesse o que quisesse, até que houve esse "progresso" e o mundo chegou com mais força ao Xingu.

Tempo moderno e povos isolados

Uma vez que esses povos indígenas são contatados, não há mais retorno, e o tempo moderno vai chegando com mais força a esses povos. Antigamente, os povos que viviam isolados sofriam com aquela ideia que se tinha da necessidade de se fazer contato, ao espírito do Projeto Rondon[16]. Com trabalho, em 1986 e 1987, conseguimos mudar essa política nacional para que o Estado não mais promovesse o contato com os povos indígenas, mas sim os respeitassem e os deixassem viver dentro de suas terras tradicionais. Terras essas que seriam demarcadas e com as quais não se teria mais contato.

Esses povos nunca precisaram de nós, e se os deixássemos tranquilos eles viveriam bem, em paz. Mas estão sofrendo cada vez mais por estarem apertados pelo cinturão de civilização que vai se aproximando perigosamente dessas áreas isoladas. O Estado deve delimitar o território deles para permitir que eles possam viver dentro de seus valores tradicionais. Aliás, a delimitação é para nós. É para que o branco, em suas andanças, encontre um limite para que paralise ali a euforia de mudar o mundo, construir barragens e fazer tantas coisas que destroem o meio ambiente de forma irresponsável. Não é que não se deva fazer nada, promover o desenvolvimento, mas se deve fazer pensando na responsabilidade com o planeta. E hoje ainda mais, pois o mundo está sendo globalizado e o sentimento de pátria passa a ser planetário. Não adianta tirar a fábrica que polui daqui e colocar lá no Sri Lanka.

IHU On-Line – O que podemos apreender com os povos indígenas para a nossa forma de vida ocidentalizada?

Sydney Ferreira Possuelo – Os valores deles são básicos e muito específicos dessa ou daquela etnia, numa concentração humana muito pequena, vivendo isoladamente e em grande distância da nossa sociedade. São valores tão diametralmente opostos aos nossos que é difícil comparar. Mas o que se apreende com eles é que essa sociedade indígena produz homens que possuem uma tranquilidade muito grande, diferente de nós. Você vê isso nas comunidades indígenas, pois eles não berram, não gritam, porque não precisam fazer isso. Aqui temos o barulho de nosso ambiente, nossas fábricas, cidades, carros e muito mais ruídos, o que nos faz berrar constantemente, em celulares ou conversando um com outro. Além disso, eles têm apego à família, amor aos filhos; pai, mãe, são todos muitos próximos, de forma suave e bonita como um elemento de família. Como aqui falamos que o berço da sociedade é a família, lá o berço também é a família, mas com muito mais amor e laço, de uma forma mais intensa do que a gente possa imaginar.

Não ter a mais valia – ocidental – não significa que eles sejam, como seres humanos, melhores. Somos idênticos, mas a constância de viver nessas comunidades, nesse isolamento, de tirar o seu sustento de suas próprias forças, faz deles seres com uma capacidade incrível de sorrir. Falo isso pensando nos povos isolados ou ainda nos primeiros contatos com nossa sociedade, pois depois tudo passou a ser contaminado pela mais valia do homem branco. Afinal, somos as mesmas matérias vivendo em posições diferentes. Se não fosse nossa vaidade e empáfia, se fôssemos mais simples e respeitosos, poderíamos não só viver em harmonia, mas também aprender muito com eles, sobretudo com relação à natureza. Com certeza, seríamos povos melhores; o mundo não mudaria tanto assim, não poderíamos voltar às cavernas, vivendo todos nus – não é assim que as coisas caminham –, mas poderíamos ser mais conscientes e solidários não apenas entre nós, mas também com aquele que é diferente de nós. ■

16 **Projeto Rondon**: é uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – MEC. De 1967 a 1989, ano em que foi extinto, o projeto envolveu mais de 350 mil estudantes de todas as regiões do País. O Projeto Rondon tinha como lema "integrar para não entregar", expressando um ideário desenvolvimentista articulado à doutrina de segurança nacional. O projeto promovia atividades de extensão universitária levando estudantes voluntários às comunidades carentes e isoladas do interior do país, onde participavam de atividades de caráter notadamente assistencial, organizadas pelo governo. Segundo os críticos do projeto, a iniciativa também cumpria funções de cooptação do movimento estudantil. Em 2005, o Projeto Rondon foi relançado pelo governo federal, a pedido da União Nacional dos Estudantes (UNE). (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

– *Índio e "homem branco": duas humanidades diferentes que se encontraram em determinado tempo e espaço*. Entrevista com Sydney Possuelo, publicada na revista **IHU On-Line**, número 257, de 05-05-2008, disponível em http://bit.ly/1I8Jwil;

– *Um povo sacrificado em nome do progresso*. Entrevista com Sydney Possuelo, publicada nas **Notícias do Dia**, de 31-10-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/1HkFMKp.

O fracasso do governo em escutar, respeitar a identidade e reconhecer a autonomia indígena

Chris Chapman destaca que um traço comum de todos os sistemas políticos do mundo é o conflito com os povos indígenas

Por João Vitor Santos e Leslie Chaves | Tradução Isaque Gomes Correa

Apesar de haver avanços na busca de soluções para equalizar os embates entre os indígenas e os interesses do Estado, como a adoção de legislações, por instituições locais e globais, de proteção aos direitos desses povos originários, na prática esses acordos não se estabelecem; ficam no papel, enquanto violações de diversas ordens continuam acontecendo. Essa é a avaliação do pesquisador Chris Chapman, que vê com pessimismo o progresso da chamada ocupação fundiária global, onde territórios são ocupados em nome de interesses econômicos sem considerar os reflexos às populações que habitam esses espaços. "Em muitos casos, os afetados são os povos indígenas, sendo que a terra é historicamente deles, onde os seus indivíduos têm enterradas muitas gerações de ancestrais, e a ela estando as suas práticas culturais e religiosas inextricavelmente vinculadas. Sem esta terra, estes povos perdem a capacidade de sobrevivência como comunidade, como povo com identidade", explica em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

De acordo com o pesquisador, que observa os conflitos entre os Estados e os indígenas no mundo, o denominador comum entre os países é o fracasso dos governos em respeitar a autonomia, a cultura e identidade dos povos indígenas, e encontrar formas de coexistência. "Os indígenas se adaptam constantemente às novas realidades e eles querem também ver o desenvolvimento em suas próprias terras. Porém eles possuem as suas próprias ideias sobre a forma como este desenvolvimento deve acontecer; eles têm opiniões sobre como usar os recursos naturais em suas terras. Eles somente pedem que os governos lhes escutem e trabalhem com eles para encontrar novos caminhos para o desenvolvimento", aponta.

Chris Chapman, inglês, pesquisador e assessor na área dos direitos das populações indígenas da Anistia Internacional.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como avalia a situação dos povos indígenas no mundo? Em quais países a violação de Direitos Humanos a povos indígenas é mais acentuada? Como compreender essa violação?

Chris Chapman – Vem havendo uma série de avanços. Alguns países adotaram novas leis de proteção dos direitos dos povos indígenas. Em 2007, a ONU adotou a Declaração dos Direitos sobre os Povos Indígenas, um passo verdadeiramente histórico. No entanto, quando olhamos para o que está ocorrendo na base, é difícil evitar um sentimento de pessimismo. Na medida em que cada vez mais os países desenvolvem a sua capacidade industrial, ocorre uma maior ganância para com os recursos naturais e, na medida também em que a população mundial cresce, acaba existindo uma maior necessidade de alimentos. Isso está levando ao que às vezes chamamos de ocupação fundiária global: governos, ou empresas privadas, compram terra, frequentemente em países com Estado de direito enfraquecido, e geralmente ignorando os clamores daqueles que, de maneira legítima, são os proprietários da terra ou trabalham nela. Em muitos casos, os afetados são os povos indígenas, sendo que a terra é historicamente deles, onde os seus indivíduos têm enterradas

> *As mulheres indígenas enfrentam desafios particulares, pois vivenciam uma exclusão tanto como indígenas quanto como mulheres*

muitas gerações de ancestrais, e a ela estando as suas práticas culturais e religiosas inextricavelmente vinculadas. Sem esta terra, estes povos perdem a capacidade de sobrevivência como comunidade, como povo com identidade.

Os povos indígenas enfrentam muitas outras violações de seus direitos, mas o espaço aqui não permite listar todos. De modo notório, as mulheres indígenas enfrentam desafios particulares, pois elas vivenciam uma exclusão, discriminação e violência dentro da sociedade mais ampla, tanto como indígenas quanto como mulheres, e porque enfrentam discriminação dentro de suas próprias comunidades, tal como as mulheres enfrentam em todas as sociedades. Os seus direitos sexuais e reprodutivos podem ser violados, por exemplo, quando fazem uso dos serviços públicos de saúde. Se suas comunidades são expulsas das terras, elas podem ter menos opções, confrontando-se com a discriminação de gênero ao tentar buscar meios alternativos de subsistência ou emprego.

IHU On-Line – Quais as semelhanças e diferenças entre povos originários da América do Norte e da América Latina? De que ordem e como é a violação de Direitos Humanos desses povos, quais as diferenças e particularidades entre as Américas saxã e latina no tratamento de seus índios?

Chris Chapman – É extremamente difícil generalizar sobre a América do Norte ou sobre a América Latina. Há algumas diferenças no sistema de leis – entre o sistema jurídico comum e o sistema jurídico civil, o que tem certo impacto sobre os direitos à terra. Pode ser mais útil vermos os contrastes entre a situação nas Américas e a situação na África ou na Ásia. Nas Américas, na maioria dos países, há um entendimento de que os povos indígenas existem, que eles sofreram graves abusos e foram expropriados no passado, além de que certos passos precisam ser dados a fim de se remediar esta situação. Infelizmente, em muitos países, este processo está longe de terminar.

IHU On-Line – Como compreender os conflitos entre o dito homem branco e índios no século XXI? Como vê e entende os conflitos na América Latina, em especial os do Brasil?

Chris Chapman – Igualmente, será mais útil enxergarmos esta tensão como sendo entre o Estado e os povos indígenas. Porque estes povos têm o direito à autodeterminação, o que inclui a autonomia, há uma necessidade de se encontrar modelos de coexistência do governo central, de um lado, e de instituições autogovernantes, de práticas e valores dos povos indígenas, de outro. Se se consegue encontrar este elemento de forma correta, tudo o mais que surgir fica bem mais fácil de se lidar. O Brasil é uma sociedade colonial, como outras nas Américas, então o Estado se construiu essencialmente com base na expropriação da população originária. Isso quer dizer que não somente os problemas atuais precisam ser resolvidos, mas também que se precisam encontrar formas de remediar os crimes terríveis do passado. O Brasil deu um grande passo nessa direção em 1988 com a sua nova Constituição[1], que estabeleceu um cronograma de cinco anos para a demarcação das terras tradicionais dos povos indígenas. Infelizmente, esta promessa não foi realizada.

IHU On-Line – Que imagem organismos internacionais têm dos povos indígenas brasileiros? E como analisam a forma que o governo do Brasil trata a questão indígena?

Chris Chapman – Se pegarmos o exemplo das Nações Unidas, a relatora especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas manifestou "preocupações profundas" sobre a venda de terras indígenas ancestrais a indivíduos não indígenas, sobre a violência vivenciada pelos povos originários que estão defendendo o seu direito à terra e sobre o fracasso em se buscar um consenso livre, prévio e informado dos povos indígenas antes de se iniciar importantes programas de desenvolvimento em suas terras, conforme exigido no Direito Internacional. O Comitê sobre Eliminação da Discriminação Racial está preocupado com o fracasso no combate à discriminação profundamente enraizada que os povos indígenas têm enfrentado, bem como com o fracasso em demarcar as suas terras. Estas preocupações alinham-se com as preocupações da Anistia Internacional.

IHU On-Line – No Brasil e na América Latina, como no caso do Equador, governos ditos de esquerda se revelaram inábeis para lidar e compreender a questão indígena. Como avalia essa questão?

Chris Chapman – A Anistia Internacional não é uma organização política. Nós preferimos não fazer generalizações sobre os sucessos ou os fracassos de sistemas políticos específicos. Em vez disso, observamos que os povos indígenas, sob todos os sistemas políticos, têm sofrido violações dos direitos

1 A íntegra da Constituição Federal de 1988 está disponível em http://bit.ly/1Ie6PHl. (Nota da **IHU On-Line**)

humanos. Novamente, o denominador comum é o fracasso dos governos centrais em respeitar, em muitos casos, a autonomia, a cultura e identidade dos povos indígenas, bem como em buscar formas de coexistência com eles, em lugar de controlá-los.

IHU On-Line – Como deve ser a atuação do Estado e dos governos com relação aos povos indígenas? Na República, qual deve ser o papel dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário? E qual o papel de organismos internacionais, como a ONU, tanto na proteção de indígenas como na sanção a países que violam os direitos desses povos?

Chris Chapman – Os diferentes papéis não diferem no tocante aos povos indígenas mais do que eles diferem em relação a qualquer outra questão de direitos humanos. O Executivo tem, sobretudo, a responsabilidade de garantir que as obrigações internacionais para com os direitos humanos sejam respeitadas. Ele deve desenvolver políticas e programas, estabelecer instituições, que forneçam a estrutura para que isso aconteça. O Poder Legislativo precisa assegurar que as leis por ele desenvolvidas estejam em harmonia com – e fornecem uma base específica para – a realização daquelas obrigações internacionais. O Judiciário deve permanecer imparcial, defender os direitos dos mais marginalizados, velar para que o devido processo seja seguido e garantir que tanto o direito nacional como o internacional sejam respeitados.

IHU On-Line – Como o senhor tem visto o genocídio indígena que ocorre no Brasil? E, em específico, como tem acompanhado os conflitos em Mato Grosso do Sul, com os Guarani Kaiowá[2]?

Chris Chapman – O nosso escritório no Brasil enviou uma carta aberta[3] à presidente Dilma no começo do mês de novembro, delineando o que consideramos como os principais problemas e aquilo que precisa ser feito a respeito deles. Em resumo, eles são o seguinte: a demarcação e entrega das terras dos Guarani Kaiowá; um fim aos ataques a comunidades e líderes indígenas que estão defendendo os direitos à terra (e, fundamentalmente, justiça para as vítimas de ataques no passado); e o respeito pelo direito dos Guarani Kaiowá de viver com dignidade em suas terras e praticar as suas formas de subsistência tradicionais.

IHU On-Line – De que forma a Anistia Internacional vem atuando para combater esse genocídio indígena brasileiro? E como o governo tem recebido as manifestações da Anistia?

> *Os povos indígenas, sob todos os sistemas políticos, têm sofrido violações dos direitos humanos*

Chris Chapman – Estamos em comunicação constante com o governo federal e com o governo de Mato Grosso do Sul. A carta aberta citada antes é apenas um exemplo. Nós também emitimos uma série de Ações Urgentes, que podem ser encontradas no sítio eletrônico da Anistia (https://anistia.org.br). Nelas, instamos os nossos membros e apoiadores a escrever ao governo e a protestar contra casos específicos, por exemplo: o assassinato de líderes comunitários que têm protestado contra os despejos. Estamos trabalhando com a Organização das Nações Unidas – ONU e a Organização dos Estados Americanos – OEA para aumentar a pressão contra o governo no sentido de fazê-lo cumprir os compromissos assumidos quando assinou os tratados internacionais para a proteção dos direitos humanos.

IHU On-Line – Como é possível aliar necessidades da sociedade ocidental com a preservação das tradições e dos povos originários? Como fazer o homem branco, ocidental e pós-moderno compreender a experiência indígena na relação com o planeta?

Chris Chapman – A mentalidade de tentar forçar os povos indígenas a "integrarem-se" à sociedade do consumo não é exclusividade dos países ocidentais. Podemos encontrá-la em todos as partes do mundo. Em muitíssimos países há este fracasso em aceitar o fato de que os povos originários querem manter vivos suas culturas e modos de vida. As culturas deles não são peças de um museu para serem mantidas em estado de animação suspensa, mas são coisas vivas, que se desenvolvem. Os indígenas se adaptam constantemente às novas realidades e eles querem também ver o desenvolvimento em suas próprias terras. Porém eles possuem as suas próprias ideias sobre a forma como este desenvolvimento deve acontecer; eles têm opiniões sobre como usar os recursos naturais em suas terras. Em muitos casos, os povos indígenas têm vivido em suas terras há séculos, se não há milhares de anos. Eles se adaptaram a condições climáticas cambiantes. E descobriram uma maneira de viver em harmonia com o entorno, não exaurindo os recursos naturais limitados. Eles somente pedem que os governos lhes escutem e trabalhem com eles para encontrar novos caminhos para o desenvolvimento.■

2 **Guarani-Kaiowá:** povo indígena do Paraguai, do estado brasileiro de Mato Grosso do Sul e do nordeste Argentina. No Brasil, eles habitam Nhande Ru Marangatu, uma área de tropical floresta tropical. São um dos três guaranis subgrupos (os outros são Ñandeva e Mbya). Estima-se que mais de 30.000 guaranis vivem no Brasil. No Paraguai eles são cerca de 40.000. O Guaraní língua é uma das línguas oficiais do Paraguai, ao lado de língua espanhola. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Intitulada "Presidenta Dilma: Proteja os Direitos dos Guarani Kaiowá e Conclua a Demarcação de suas Terras Ancestrais". Disponível em http://bit.ly/1NSx56E (Nota do entrevistado)

Instagram

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

_ihu

ihu.unisinos.br

IHU

Na Web

ihu.unisinos.br

IHU ON-LINE

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNISINOS

IHU em Revista

Agenda de Eventos

Confira os eventos que ocorrem no Instituto Humanitas Unisinos – IHU entre 30-11-2015 e 14-12-2015

IHU ideias – Brasil 2015: um ano de crise política contínua e paralisia decisória

Palestrante: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha – UNISINOS

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Saiba mais em http://bit.ly/1MRw9zO

O Concílio Vaticano II: uma releitura global de sua obra

Lançamento do livro: THEOBALD, Christoph. A recepção do Concílio Vaticano II: Volume I. Acesso à fonte. São Leopoldo: Unisinos, 2015, 820 p.

Horário: 17h às 18h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Saiba mais em http://bit.ly/1lEuEOs

ENTREVISTA

A experiência com o divino que traz humanização

Para Clemir Fernandes, a assistência religiosa nos presídios, além do contato com o sagrado, possibilita o acesso à dignidade, dentro e fora do cárcere

Por Ricardo Machado e Leslie Chaves

O sistema penitenciário brasileiro padece cronicamente de uma série de dificuldades, desde as materiais, como a falta de espaços adequados para manter os apenados no cumprimento de suas sentenças, até as referentes ao tipo de tratamento que o sistema judiciário como um todo oferece a essas pessoas e seus familiares. Entretanto, também há ações que buscam mitigar o ambiente hostil dos presídios. A inserção religiosa está entre essas iniciativas. O trabalho da Pastoral Carcerária é um dos mais tradicionais e pioneiros nesse campo. Conforme ressalta o professor Clemir Fernandes, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, "as relações entre Estado brasileiro e Igreja Católica são tão antigas quanto a própria história do Brasil". Segundo o professor e pesquisador, a presença do trabalho da Igreja Católica nos presídios é capilarizada, atuando em grande parte do país. Entretanto, o número de agentes religiosos pertencentes a diversos grupos evangélicos é muito superior ao de católicos envolvidos em atividades com os presos e ex-presos.

Para Fernandes, o trabalho religioso nas prisões, independente do credo a que ele for ligado, é fundamental para oferecer aos apenados uma via para a busca da recuperação de sua cidadania. "Para uma população já bastante desrespeitada em seus direitos básicos, ter acesso à assistência religiosa é um fator que oportuniza muitas possibilidades de dignidade, tanto na prisão como após sua liberdade. O trabalho dos religiosos produz uma espécie de humanização na medida em que interage com os presos, causa reflexões acerca de sua condição, ouve suas dificuldades, atende a demandas inclusive materiais, faz conexões com suas famílias, obviamente do lado externo da prisão, enfim, os respeita efetivamente como pessoas", ressalta.

Esses dados fazem parte do estudo *Assistência religiosa em prisões do Rio de Janeiro: um estudo a partir da perspectiva de servidores públicos, presos e agentes religiosos (e uma proposta de recomendação à Seap)*, desenvolvido pelo Instituto de Estudos da Religião – ISER sob a coordenação do pesquisador e divulgado em 2015.

Clemir Fernandes é graduado em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Sul e em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense – UFF. É mestre e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Atuou como assessor da ONG Viva Rio na área de Religião e Direitos; atualmente é pesquisador do Instituto de Estudos da Religião – ISER, especialmente no eixo Religião e Espaço Público.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como se dá a inserção religiosa no sistema prisional brasileiro? Como ocorreu historicamente esse processo?

Clemir Fernandes – No contexto atual do Estado do Rio de Janeiro o processo se dá da seguinte forma: Uma entidade religiosa (igreja, centro espírita, etc.) se credencia na Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP. Tendo sido aprovada a partir dos critérios estabelecidos, agentes religiosos dessas entidades fazem seu pedido de credenciamento na SEAP. O sistema de segurança do Estado averigua se a pessoa tem condições de ser um agente religioso. Sendo aprovado é

emitida uma carteira de acesso ao sistema. Mas não de forma universal. Ele é credenciado para atuar em até duas unidades prisionais. Antigamente os diretores de presídio tinham autonomia para credenciar quem desejassem. Havia muitas relações de compadrio em que suas crenças religiosas determinavam quais religiosos teriam mais ou menos acessos aos presos para o trabalho da assistência religiosa.

IHU On-Line – Do que se tratava a Pastoral Carcerária da Igreja Católica que se notabilizou a partir da segunda metade do século XX? Qual sua expressão atualmente?

Clemir Fernandes – As relações entre Estado brasileiro e Igreja Católica são tão antigas quanto a própria história do Brasil. A assistência religiosa feita pela Igreja Católica no interior dos presídios conquistou tamanha notoriedade que o Estado construiu capelas católicas em várias unidades prisionais pelo país.

No contexto dos presídios do Rio de Janeiro a Igreja católica tem forte capilaridade, estando presente em todo o sistema prisional, embora em número bem menor de agentes em comparação aos grupos evangélicos. O trabalho católico é reconhecido pelas muitas ações em favor dos presos, para além da assistência religiosa em si. Fato que gerou historicamente até críticas de antigas faculdades de Serviço Social porque queriam se desvincular de qualquer associação com assistência religiosa, como a feita pelos católicos nos espaços prisionais.

IHU On-Line – Atualmente, como está composta a assistência religiosa nos presídios brasileiros? Que tipos de confissões religiosas prestam esse serviço?

Clemir Fernandes – No Estado do Rio de Janeiro, que pode ser uma amostra possível de Brasil, os diversos grupos evangélicos são a maioria. De fora são vistos como um único grupo, mas têm disputas entre si: Assembleia de Deus, que são muitos e distintos grupos, Batistas, que também têm diferentes denominações, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Metodista, Presbiterianos, congregacionais, pentecostais/neopentecostais de igrejas diversas e variadas, etc. Com seus grupos de pastoral, mais tradicionais, e também agentes ligados a modelos da ampla renovação carismática católica, a Igreja Católica vem em segundo lugar, mas bem atrás dos evangélicos em número de agentes. Em seguida, em número ainda bem menor, são os espíritas, no geral, kardecistas e depois, bem isoladamente, algum grupo afro-brasileiro, um judeu, etc. As religiões de natureza mais missionária ou proselitista, como as cristãs em geral (católica, evangélica e kardecista) são, portanto, as mais presentes no sistema.

IHU On-Line – De que forma as religiões neopentecostais acabaram ocupando um certo espaço deixado pela Igreja Católica?

Clemir Fernandes – O retrato da composição de agentes religiosos nos presídios segue tendência relativa da média da realidade religiosa da sociedade brasileira conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Dentre os grupos religiosos, os que mais cresceram segundo as três últimas edições do Censo foram exatamente os evangélicos. Por outro lado, os católicos são a denominação que mais teve perda de fiéis. Portanto, o crescimento numérico de evangélicos chegou também aos presídios, inclusive corroborado pelos processos de mais democracia e mais reconhecimento das diversidades nos espaços públicos. Ampliando, assim, a presença e ação de outras religiões, com destaque para os evangélicos neopentecostais por sua postura militante de propagar sua fé. Por outro lado, é possível conceber que a proposta religiosa de igrejas neopentecostais, voltada mais para interesses individuais coniventes com certa realidade cultural predominante atualmente, encontrou mais eco ou resposta nos presídios do que a mensagem comunitária ou coletiva mais afeita ao modelo tradicional católico.

IHU On-Line – Como é o trabalho realizado pelos evangélicos dentro das casas de apenados? Por que eles se tornaram mais numerosos em relação às outras religiões?

Clemir Fernandes – Os católicos realizam encontros de oração e reflexão, ou missa, quando é possível ter um padre, o que é mais difícil de acontecer. Espíritas e Testemunhas de Jeová (que não se identificam como evangélicos, nem são reconhecidos como tais entre os próprios evangélicos), atuam de maneira semelhante no que tange à rotina de trabalho: palestras e estudos mais individualizados. Evangélicos em geral e neopentecostais em particular, que são a maioria, fazem encontros no mesmo formato do culto de suas igrejas, com cânticos, orações, pregações, coral, banda, recolhimento de ofertas, batismo, ceia (eucaristia), petição por cura, libertação, etc. Utilizam linguagem bem acessível ao universo dos presos. Em presídios do Rio de Janeiro, além dos agentes religiosos, que são obviamente externos ao presídio, várias unidades possuem um pastor ou liderança religiosa interna, que é um dos próprios presos reconhecidos pelos detentos e também pela direção do presídio. Ele faz acompanhamento religioso no interior das galerias, de forma permanente. Um detento que se identificou como católico disse que no presídio prefere frequentar os cultos evangélicos: "Se tivesse um padre eu iria [na reunião católica], mas como não tem, prefiro a [igreja] evangélica".

IHU On-Line – Como a questão do dízimo, proibido por resolução do Ministério da Justiça, ocorre dentro dos presídios? Como lidar com essa questão que é um gesto de fé para os evangélicos?

Clemir Fernandes – Nas entrevistas que fizemos tocamos nesta questão e as respostas que tivemos apontam para o fato de que nem

todos os grupos evangélicos fazem recolhimento de ofertas ou de dízimos. E os que fazem insistiram em explicar que ela não fica com eles, os agentes religiosos, mas que permanece no próprio presídio e é administrada pelos presos para atendimento de necessidades coletivas ou mesmo para ajudar quando alguém deixa o presídio. Como o dízimo, outras práticas são igualmente vedadas pela legislação aos presos, o que não significa que não ocorram rotineiramente no dia a dia do presídio.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios no trabalho com os apenados? Que dificuldades se apresentam no contexto do dia a dia?

Clemir Fernandes – Os religiosos reclamam dos problemas de falta de rotina, mesmo considerando que o presídio é regido por uma lógica de segurança permanente. Qualquer alteração é motivo para cancelarem o trabalho religioso, sem qualquer aviso prévio. Geralmente são pessoas que percorrem grandes distâncias para acessar o presídio. Outra questão é o horário de entrada, que nem sempre é cumprido, resultando, às vezes, em espera de até mais de uma hora. Quanto ao horário de término, segundo dizem, o rigor é total, não sendo possível qualquer tipo de compensação por eventual atraso de liberação da entrada dos agentes religiosos. A rispidez e poder de controle dos agentes penitenciários é um fator constante de reclamação dos religiosos, que são voluntários e reclamam serem tratados como cidadãos. Eles sofrem críticas de que estão ali "perdendo tempo", que são "bobos de acharem que os presos são santinhos", que suas doações de sabonetes e outros produtos de higiene pessoal os presos trocam por bebidas e até drogas. Também reclamam da falta de espaço adequado para as reuniões. Os grupos católicos possuem uma capela que, no geral, não é compartilhada com outros grupos. Também, quando há templo evangélico, dificilmente ele é utilizado por outras religiões. O espaço do refeitório é, geralmente, o único local possível para o encontro, que nem sempre é adequado para a natureza do trabalho feito.

IHU On-Line – Quais são as implicações na separação/classificação dos presos entre aqueles que seguem uma doutrina religiosa e aqueles que não seguem? Os que seguem uma confissão religiosa têm privilégios? Quais?

Clemir Fernandes – Conforme a lei vigente, os presos devem ser separados por tipo de crime cometido, conforme as tipificações do Código Penal, o que inviabilizaria qualquer outra classificação, inclusive por pertença religiosa. Mas na prática isso não ocorre universalmente. Existem presídios que possuem celas evangélicas para presos dessa confissão religiosa, não havendo similar com outras crenças, ou seja, não existe "cela católica" ou "cela de religiões afro-brasileiras".

Estar na cela evangélica pode ser visto como um privilégio ou não, porque os critérios são basicamente os mesmos no interior do presídio. Mas para ter "direito" a participar dela o preso precisa "dar provas" de que tem um comportamento coerente com o padrão tido como certo pelos presos dessa cela, especialmente do líder, que é geralmente um pastor ou pessoa reconhecida como pastor. Os critérios são rígidos, desde limpeza do espaço, o asseio pessoal, a proibição de vícios, a obediência às regras, ao "testemunho evangélico", envolvendo até punição e expulsão da cela em caso de desrespeito às normas. Nem todo mundo consegue e alguns acham até rigoroso demais. No geral, são vistos de maneira positiva pelos agentes penitenciários e é possível que alcancem privilégios no tratamento geral na prisão.

IHU On-Line – De que maneira a inserção religiosa dentro do sistema prisional oferece um caminho de diálogo e reinserção pública de um grupo marginalizado socialmente?

Clemir Fernandes – Para uma população já bastante desrespeitada em seus direitos básicos, ter acesso à assistência religiosa é um fator que oportuniza muitas possibilidades de dignidade, tanto na prisão como após sua liberdade. O trabalho dos religiosos produz uma espécie de humanização na medida em que interage com os presos, causa reflexões acerca de sua condição, ouve suas dificuldades, atende a demandas inclusive materiais, faz conexões com suas famílias, obviamente do lado externo da prisão, enfim, os respeita efetivamente como pessoas. Alguns religiosos têm estruturas de acolhimento de presos quando ganham seus alvarás de soltura, buscam qualificá-los para o mercado de trabalho, ajudam no retorno às suas famílias, e muitas vezes até com recursos para voltarem para seus lares, pois muitos saem da prisão, muitas vezes, sem dinheiro algum. Existe no Rio de Janeiro, por exemplo, organizações religiosas que atuam com ex-detentos visando sua reinserção de maneira mais eficaz na vida social, desde as famílias até a conquista de emprego ou mesmo algo na linha do empreendedorismo.

IHU On-Line – Qual a contribuição do trabalho das religiões na construção de uma relação mais tolerante entre egressos do sistema prisional e o restante da sociedade?

Clemir Fernandes – As religiões em geral têm uma gramática de acolhimento e respeito aos egressos do sistema prisional e realizam até campanhas e reflexões religiosas para sensibilizar seus fiéis nesse sentido, mas é sabido que são muitos os desafios enfrentados pelos ex-detentos para conseguirem respeito e reconhecimento. É possível que os religiosos estejam na liderança dessas poucas iniciativas que buscam aproximar e reinserir ex-presos no cotidiano da vida em sociedade como cidadãos, sujeitos de direitos.■

ENTREVISTA

Mauricio Macri, um novo presidente para um velho neoliberalismo

Para o professor de Relações Internacionais Bruno Lima Rocha, a escolha do novo presidente argentino pode representar uma retomada do crescimento da direita na América Latina

Por Ricardo Machado

Mais do que uma vitória da oposição, a conquista de Maurício Macri no segundo turno das eleições argentinas, há uma semana, pode representar o começo de uma guinada à direita latinoamericana. "Para a América Latina é uma virada nítida no rumo do neoliberalismo, o que pode implicar em 'onda' ou algo assim como uma tendência mais à direita e um novo canto de sereia para a entrada de capital transnacional volátil – sem reservas – e a retomada das privatizações", avalia Bruno Lima Rocha, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Embora siga a matriz política e econômica de Menem, o futuro presidente da Argentina teve o cuidado de ingressar politicamente com uma legenda própria se desprendendo um pouco do histórico neoliberal argentino. "Ele [Macri] seria um neoliberalismo de cara limpa (até quando não se sabe, mas por agora é o fato) ao contrário de Scioli, uma espécie de centro-esquerda envergonhada e que não convence a sua própria base", pondera o entrevistado.

Ao analisar a vitória de Macri sobre Scioli, Bruno considera que o enfraquecimento do adversário político se deve, também, a ilusão da esquerda latino-americana de apostar no capitalismo periférico. Entretanto, ele não considera que o novo comandante argentino possa trazer uma alternativa nova à constante crise da Argentina. "Macri vai aprofundar a presença de capital estrangeiro e renegociar com os fundos abutres, endividando novamente o país em uma escala bastante perigosa", sustenta. "Posso afirmar que o modelo econômico de Macri, para além do discurso de legitimação, é aumentar a integração com os países do norte e, com isso, tentar barganhar maior presença chinesa na economia real e na infraestrutura argentina", complementa.

Bruno Lima Rocha é cientista político, com mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e jornalista graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. É professor de Relações Internacionais na ESPM-Sul e na Unisinos.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que significa para a Argentina a vitória da Mauricio Macri? E para a América Latina?

Bruno Lima Rocha – Implica, de forma resumida, em um esgotamento de modelo por parte do kirchnerismo, muito em função de corrupção estrutural, certa domesticação das bases sociais e também o exagero na dependência da venda de *commodities*, incluindo a mineração a céu aberto, profundamente danosa ao meio ambiente. A vitória de Macri também é uma certa reação da classe média portenha e também da classe média baixa da Província de Buenos Aires, que hoje vive melhor mas que ao mesmo tempo, não tem identidade ideológica com a retórica nacional-popular evocada pelo peronismo[1]

1 **Peronismo** (Movimento Nacional Justicialista): o Movimento Nacional Justicialista é genericamente chamado peronismo. Os ideias são baseados no pensamento de Juan Domingo Perón (1895–1974), presidente as Argentina de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. O Movimento transformou-se, mais tarde em Partido Justicialista, que é a força política

de linha kirchnerista. Para a América Latina é uma virada nítida no rumo do neoliberalismo, o que pode implicar em "onda" ou algo assim como uma tendência mais à direita e um novo canto de sereia para a entrada de capital transnacional volátil – sem reservas – e a retomada das privatizações. O modelo de crescimento do capitalismo periférico dos governos de centro-esquerda pós 1998 está se esgotando pelas suas próprias limitações.

IHU On-Line – O que deve mudar na Argentina a partir da eleição de Macri? Como o Congresso argentino deve reagir?

Bruno Lima Rocha – O congresso argentino – onde Macri não vai ter maioria – é bastante volátil. Cristina[2] perdeu a votação do imposto sobre a exportação de soja e seu governo quase acabou. De la Rúa[3] enfrentou o congresso na demissão de um ministro de confiança das transnacionais e isto foi o estopim para a crise política. Quem derruba governo neoliberal são as ruas, mas a crise política pode ser uma constante. Não acredito que Macri vai constituir um consenso forjado como Menem fez no início dos anos 1990 para dilapidar o patrimônio nacional argentino.

IHU On-Line – O que deve mudar na relação da Argentina com Brasil e com os países latino-americanos, especialmente com o Mercosul?

Bruno Lima Rocha – A meta explícita é a revisão da natureza do Mercosul[4] ou então implodir seu acordo fundamental. Esta é a razão para tentar a expulsão da Venezuela no Mercosul, criar uma cunha no sentido da pergunta abaixo, onde a Aliança do Pacífico[5] opera como

> ***Para a América Latina é uma virada nítida no rumo do neoliberalismo***

o canto de sereia para a integração subordinada ao eixo do Oceano Pacífico, especificamente tentando jogar entre os interesses da China – que opera uma interdependência com os países latino-americanos – e se inclinando para o projeto de expansão dos EUA. A Aliança do Pacífico opera como uma má influência de curto prazo para dentro do Mercosul, quando as urgências do governo de turno e o poder de veto de setores específicos – como os industriais argentinos – terminam por jamais aprofundar as necessidades do marco de união estratégica do Mercosul

IHU On-Line – Qual deve ser a relação da Argentina com os países membros do Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Econômica?

Bruno Lima Rocha – Acredito que respondi a pergunta acima em conjunto com esta, mas vale lembrar que a direita argentina não-peronista é ainda mais vende pátria do que a direita brasileira – ao menos a direita que hoje não faz parte do pacto lulista.[6] Logo, qualquer atração neste sentido fará parte do discurso de Macri. Seu mentor Menem[7] tomava o exemplo de Cuba, como uma antítese do que ele queria para a Argentina; agora é a vez da Venezuela operar como bode expiatório das mazelas internas da Argentina.

IHU On-Line – Quais são as principais diferenças e semelhanças entre o eleito Mauricio Macri e seu adversário, no segundo turno, Daniel Scioli?

maioritária na Argentina. Os ideais do peronismo se encontram nos diversos escritos de Perón como "La Comunidad Organizada", "Conducción Política", "Modelo Argentino para un Proyecto Nacional", entre outros, onde estão expressos a filosofia e doutrina política que continuam orientando o pensamento acadêmico e a vida política da segunda maior nação sulamericana.(Nota da **IHU On-Line**)

2 **Cristina Kirchner** (1953): política e advogada argentina. Ex-senadora pela província de Buenos Aires, Cristina é a atual presidente da Argentina. Casada com o ex-presidente Nestor Kirchner, entre 2003 e 2007 foi primeira-dama do país. (Nota da IHU On-Line)

3 **Fernando de La Rua Bruno**: Presidente da Argentina de 1999 a 2001. Advogado por profissão, sucedeu Carlos Menen e teve como sucessor Ramón Puerta. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Mercado Comum do Sul (Mercosul)**: é uma organização intergovernamental fundada a partir do Tratado de Assunção de 1991. Estabelece uma integração, inicialmente, econômica configurada atualmente em uma união aduaneira, na qual há livre-comércio intrazona e política comercial comum entre seus membros. Situados todos na América do Sul, são atualmente cinco membros plenos. Em sua formação original, o bloco era composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; mais tarde, a ele aderiu a Venezuela. Encontra-se em fase de expansão, uma vez que a Bolívia aguarda a ratificação parlamentar de seu protocolo de adesão como membro pleno, documento que necessita ainda para sua vigência das aprovações legislativas na Bolívia, no Brasil e no Paraguai, os demais parlamentos já o aprovaram. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Parceria Transpacífica** (*Trans Pacific Partnership – TPP*): trata-se de um acordo comercial reunindo países ultradesenvolvidos, emergentes e nações de menor desenvolvimento relativo, situados nas Américas, no Leste Asiático e Oceania composto por EUA, Canadá, México, Peru, Chile, Japão, Brunei, Malásia, Vietnã, Cingapura, Austrália e Nova Zelândia. A formalização do acordo com estes 12 países foi firmada no segundo semestre de 2012. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Lulismo:** O termo cunhado pelo cientista político André Singer, que também foi porta-voz do ex-presidente Lula, de 2002 a 2007. Nascido durante a campanha de 2002, o lulismo representou o afastamento em relação a componentes importantes do programa de esquerda adotado pelo PT e o abandono das ideias de organização e mobilização. Busca um caminho de conciliação com amplos setores conservadores brasileiros. Sob o signo da contradição, o lulismo se constitui como um grande pacto social conservador, que combina a manutenção da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com fortes políticas distributivistas sob o governo Lula (2002-2010). (Nota **IHU On-Line**)

7 **Carlos Sauúl Menem (1930):** político argentino. Governou o país entre 1989 e 1999, pelo Partido Justicialista (peronista). político argentino. Governou o país entre 1989 e 1999, pelo Partido Justicialista (peronista). É atualmente senador pela província de La Rioja. Foi muito criticado por um governo de corrupção, pelo seu perdão a ex-ditadores e outros criminosos condenados da guerra suja, o fracasso das suas políticas econômicas que levaram à taxa de desemprego de mais de 20 por cento e a uma das piores recessões que a Argentina já teve, além do pouco empenho demonstrado nas investigações do ataque terrorista a comunidade judaica em 1994, que resultou na morte de 85 pessoas. (Nota da **IHU On-Line**)

Bruno Lima Rocha – Se formos observar bem, Scioli e Macri tem a mesma trajetória política (no início de carreira), a formação intelectual e empresarial e até a semelhança estética e de hábitos incorporados. Scioli faria um programa meio semelhante – ao menos no meu ponto de vista – do segundo mandato de Dilma aqui, mas sem a chefe de Estado (Cristina), ou seja, com capacidade de exercer os mandos que o Kirchnerismo não o faria com Cristina. Talvez esta semelhança e a rejeição de Scioli na Província de Buenos Aires – onde perdeu – possa ser a pista da vitória muito apertada de Macri.

IHU On-Line – Qual a relevância política do partido de Macri o "*Propuesta Republicana*" ou PRO? O que significa a derrota das tradicionais forças políticas como o peronismo e a UCR?

Bruno Lima Rocha – Vejo o PRO e a aliança de forças ao redor de Macri como um setor político do menemismo sem vergonha de ser o que é, mas com uma imagem mais "limpa" do que foi Menem. Macri teve o cuidado de entrar no sistema político com uma legenda própria e ratificando sua base social e ideológica na maioria menos barulhenta de Buenos Aires. Ele seria um neoliberalismo de cara limpa (até quando não se sabe, mas por agora é o fato) ao contrário de Scioli, uma espécie de centro-esquerda envergonhada e que não convence a sua própria base.

IHU On-Line – Quais são as lições à esquerda latino-americana após o resultado das eleições na Argentina?

Bruno Lima Rocha – Muitas, mas as que veremos pela frente serão ainda maiores. Se Macri seguir o conselho editorial de *La Nación* e *Clarín*, ele vai arrumar dois problemas. Vai usar do capital político como recém eleito para cortar os benefícios sociais ao invés de caçar os dólares escondidos pelas famílias mais abastadas da Argentina. Ao mesmo tempo, se puser uma pá de cal na punição dos repressores e criminosos de lesa humanidade da ditadura argentina, vai ser condenado como pró-repressão, como fora Carlos Saúl Menem e até Alfonsín, com sua condução muito recalcitrante e pouco convicta. As lições entendo como a necessidade de criar "calos ideológicos" nas sociedades latino-americanas e não embarcar na ilusão do crescimento através do capitalismo periférico que aqui impera.

IHU On-Line – O resultado apertado das eleições na Argentina, tal qual foi ano passado no Brasil, pode ser interpretado com um sinal amarelo para a esquerda da América do Sul? Como? Por quê?

Bruno Lima Rocha – Trata-se de um fim de ciclo, um fim de um ciclo de cegueira e exaustão. Tivemos plenas condições de diminuir a dependência externa no início dos anos 2000, mas os governos de centro-esquerda e suas absurdas composições de governabilidade aprofundaram o perfil de plataforma agro-exportadora de nossas economias, além da mineração a céu aberto. Ao mesmo tempo, não fomos capazes de criar um pool petrolífero do Sul, com a Petrobrás, PDVSA e YPF encabeçando. Logo, a unidade não se deu no setor estratégico e a dependência externa aprofundou. Se há pouca abundância em função do problema na balança externa, logo todo o arranjo de governo fica muito frágil.

O sinal de alerta eu diria, passa pelo pensamento das esquerdas latino-americanas se afastarem dos pactos de classe e do vale-tudo pela tal da governabilidade. Do contrário, jamais os setores majoritários da ex-esquerda (insisto com este termo) vão ter condições de criar um novo consenso advindo dos setores que progrediram nas condições materiais de vida, mas sem câmbio ideológico de profundidade.

IHU On-Line – Como foi a participação de Mauricio Macri nos debates? Sua vitória pode ser vista como uma surpresa?

Bruno Lima Rocha – Macri supera Scioli nos debates justo porque é mais autêntico, mais fiel ao seu sistema de crenças, por mais nefasto que este seja. Scioli compartilha na maior parte das vezes e teve dificuldades de se desmarcar das críticas e ao mesmo tempo, definir a diferença entre ele e seu rival e parceiro. Não há necessariamente surpresa com a vitória de Macri, mas a diferença anunciada nas pesquisas era bem superior ao que a urna revelou. Logo, se as pesquisas não induzissem tanto o voto, a decisão final poderia ser ainda mais apertada, e talvez com a vitória de Scioli.

IHU On-Line – A vitória de Macri pode ser interpretada como uma nova guinada à direita na América Latina? O seu projeto de desenvolvimento econômico está sustentado em quê?

Bruno Lima Rocha – O pensamento de Macri é uma repetição das políticas menemistas, as mesmas que em parte foram reproduzidas mesmo sob os governos Kirchner, mas com matizes distintos. Macri vai aprofundar a presença de capital estrangeiro e renegociar com os fundos abutres, endividando novamente o país em uma escala bastante perigosa. Posso afirmar que o modelo econômico de Macri, para além do discurso de legitimação, é aumentar a integração com os países do norte e, com isso, tentar barganhar maior presença chinesa na economia real e na infraestrutura argentina.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Bruno Lima Rocha – A cultura política argentina é belíssima e combativa. Lá, ao contrário do Brasil, nos parece que a cancha está sempre aberta e dependendo do ataque aos direitos fundamentais, literalmente tudo pode acontecer. Se Macri for com muita sanha e sede pode conseguir um alçamento social em menos de dois anos. Cabe acompanhar com muito interesse, sabendo que o Brasil é fundamental para a Argentina e vice-versa. ■

ihu.unisinos.br

unisinos.br/blogs/ihu

fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos

instagram.com/_ihu

youtube.com/ihucomunica

twitter.com/_ihu

#Crítica Internacional - Curso de RI da Unisinos

A China e o fim da política do filho único: os novos desafios do desenvolvimento

Por Diego Pautasso

"Assim, a mudança da política demográfica chinesa visa a corrigir distorções e preparar o país para a nova fase do desenvolvimento, esboçados já para o próximo plano de desenvolvimento quinquenal de 2016-2020. A primeira distorção é o descompasso entre o número de homens e mulheres que hoje é de 105 homens para cada 100 mulheres na China", destaca Diego Pautasso, professor de Relações Internacionais da Unisinos

Diego Pautasso é doutor e mestre em ciência política com ênfase em relações internacionais (UFRGS); e graduado em geografia (UFRGS), atua como professor de relações internacionais da Unisinos. E-mail: dgpautasso@gmail.com

Eis o artigo.

O Partido Comunista da China anunciou em 29 de outubro de 2015 o fim da política do filho único, permitindo, por ora, que cada casal tenha até dois filhos. Tal política de relaxamento do controle de natalidade já vinha ocorrendo desde 2013 quando o governo passou a permitir que casais em que pelo menos um dos pais fosse filho único poderia ter dois filhos. Registre-se que a política do filho único não se aplicava às outras 55 minorias chinesas, de modo que seu contingente no total da população passou de 6% no contexto da Revolução para cerca de 10% na atualidade.

Historicamente, deve-se sublinhar que o objetivo de planejar a dinâmica demográfica chinesa foi bem-sucedido por duas ações estruturais do governo: o registro para regrar o controle migratório (hukuo) e a política do filho único. O primeiro foi criado em 1951 logo após a revolução, quando o país já possuía cerca de 550 milhões de habitantes. O segundo foi instituído em 1979 quando o contingente já beirava 1 bilhão de pessoas. Tratava-se, portanto, de um gigantesco desafio para administrar o crescimento e as migrações da população, cujos resultados foram bastante satisfatórios – embora não sem contradições. O hukuo evitou a migração desordenada e o ainda maior rebaixamento do valor da força de trabalho. Combinado com a política do filho único e um conjunto de ações voltados ao planejamento do espaço urbano, como as limitações à especulação imobiliária e as políticas habitacionais e de mobilidade urbana, tais ações evitaram o nascimento de cerca de 400 milhões de chineses e praticamente restringiram o surgimento de grandes bolsões de favelas nas grandes cidades chinesas – o que se constitui uma exceção em face dos demais países subdesenvolvidos.

Ademais, a taxa de crescimento populacional caiu de 2,74% ao ano e a taxa de fertilidade de 5,94 em 1970 para 0,59% e 1,66 em 2014, respectivamente. Cabe sublinhar os números: em 1980 a China tinha 190 milhões de cidadãos urbanos (ou cerca de 19% de uma população de 984 milhões) e em 2015 alcançou 780 milhões (ou 56% de uma população de mais de 1,4 bilhão), o que significa dizer que o país asiático urbanizou 600 milhões de pessoas em três décadas e meia ou mais de 2 vezes o total da população urbana dos EUA!

Assim, a mudança da política demográfica chinesa visa a corrigir distorções e preparar o país para a nova fase do desenvolvimento, esboçados já para o próximo plano de desenvolvimento quinquenal de 2016-2020. A primeira distorção é o descompasso entre o número de homens e mulheres que hoje é de 105 homens para cada 100 mulheres na China. Como a tradição chinesa dá preferência aos filhos homens como provedor do cuidado dos idosos, o resultado foi, à margem da lei, o abandono de meninas, os abortos seletivos e até os casos de infanticídio feminino. O segundo é o acelerado envelhecimento populacional que já passou de 11% da população com mais de 65 anos e, estima-se, poder chegar a um terço com mais de 60%

> ***Historicamente, deve-se sublinhar que o objetivo de planejar a dinâmica demográfica chinesa foi bem-sucedido por duas ações estruturais do governo***

em 2050. Aliás, o desequilíbrio populacional decorrente do envelhecimento, com a crescente demanda de recursos públicos para suprir sistemas previdenciários e de saúde, talvez seja um dos grandes desafios da humanidade para o século XXI. Para a China, que está em busca da construção de um Estado de Bem Estar, se trata de um desafio de dimensões gigantescas.

Sendo assim, o afrouxamento das restrições à natalidade deverá ser insuficiente para a retomada do crescimento populacional, em função da melhora das condições econômicas, do avanço da urbanização e da difusão da escolarização. Ou seja, a atual redução do número de filhos depende menos das restrições e mais do nível de desenvolvimento e do consequente planejamento familiar. À maneira dos países desenvolvidos, a transição demográfica deverá, em breve, demandar políticas natalistas mais ativas. Enfim, são novos desafios convergentes com a nova etapa de desenvolvimento que a China está adentrando. ■

Expediente

Coordenadora do curso: professora doutora Gabriela Mezzanotti

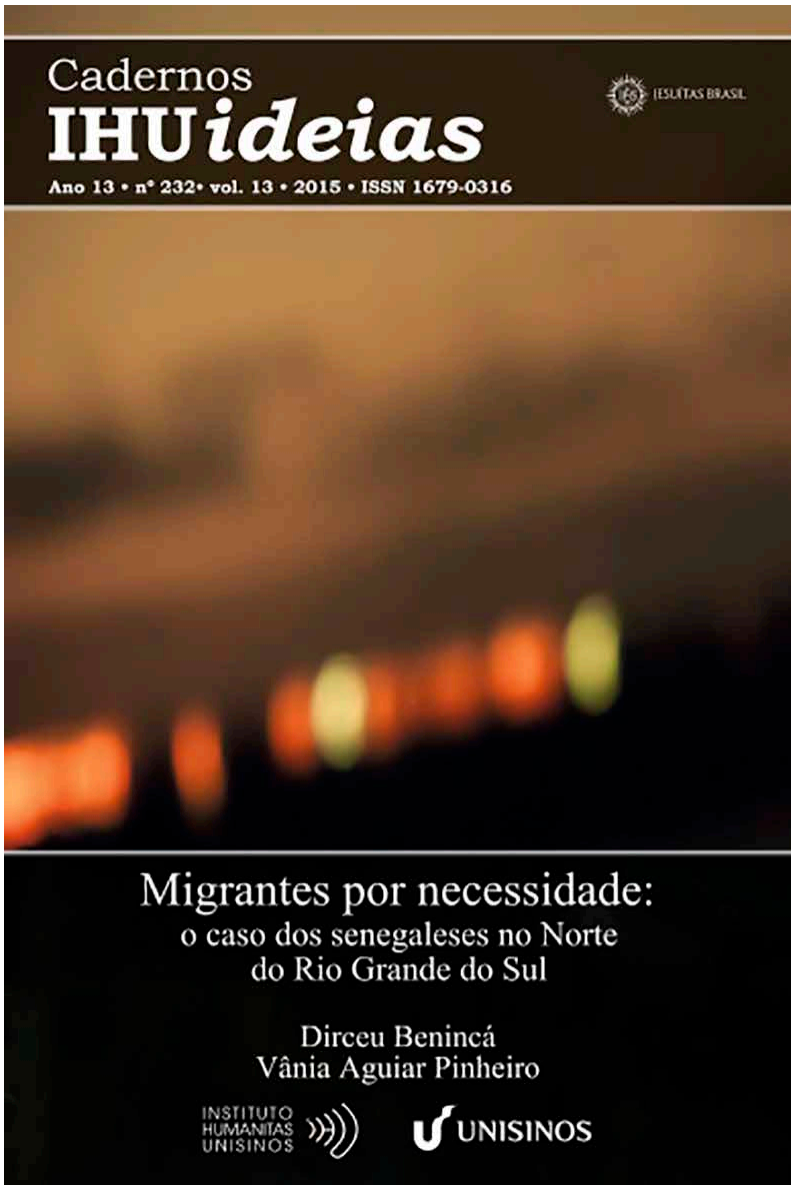
Editor da coluna: professor doutor Bruno Lima Rocha

PUBLICAÇÕES

Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do RS

Cadernos IHU ideias, em sua 232ª edição, publica o artigo *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do RS*, de Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro.

O texto aborda a situação dos senegaleses que vivem na cidade de Erechim, Rio Grande do Sul, feitos migrantes em função do trabalho. As adversidades experimentadas no país de origem, na viagem e no novo meio social misturam-se à esperança de uma vida melhor. Após situar o fenômeno migratório no contexto da globalização neoliberal, destacam-se aspectos da identidade dos senegaleses. Na sequência, são analisadas algumas das dificuldades enfrentadas por eles, sobretudo relacionadas ao trabalho, ao idioma, à distância da pátria-mãe e à inserção na sociedade local.

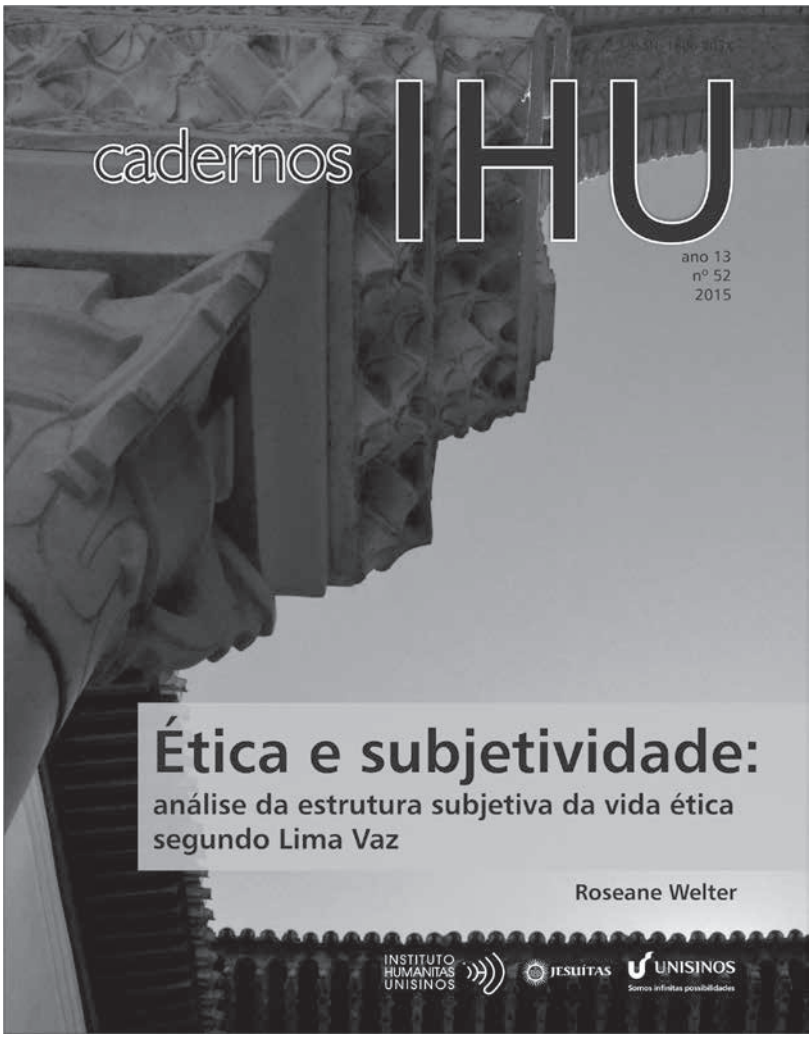


A versão digital está disponível em http://bit.ly/1R8BIyW

Esta e outras edições dos **Cadernos IHU ideias** podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone 55 (51) 3590 8247.

PUBLICAÇÕES

Ética e subjetividade: análise da estrutura subjetiva da vida ética segundo Lima Vaz



Cadernos IHU em sua 52ª edição publica *Ética e subjetividade: análise da estrutura subjetiva da vida ética segundo Lima Vaz*, de Roseane Welter.

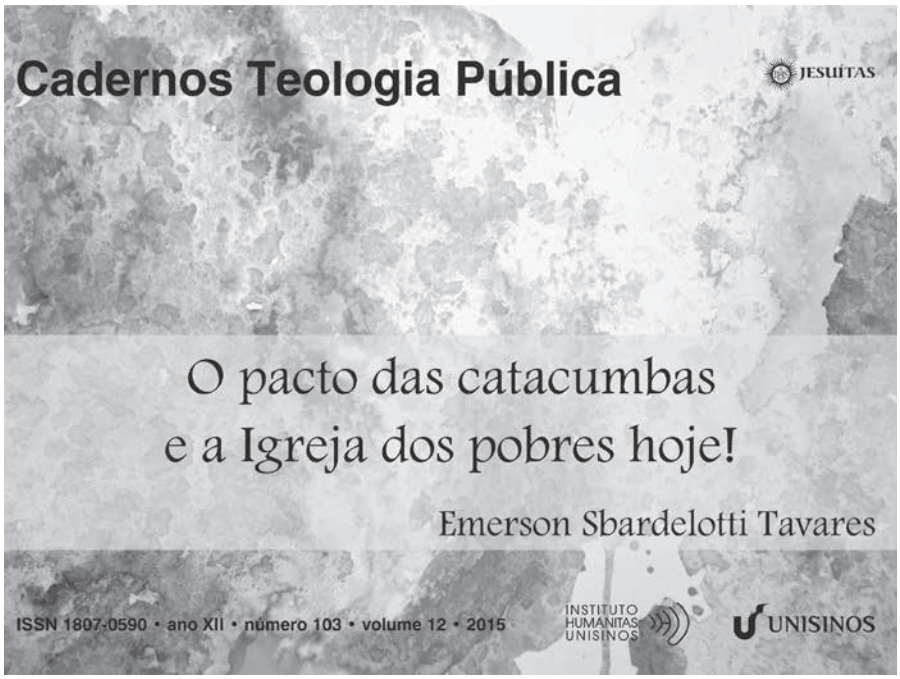
O centro da reflexão vaziana é o homem. Pensar a subjetividade significa compreender o sujeito na sua essência para então compreender o mundo no qual ele está inserido e onde se encontra em constante relação com o ethos. Para isso, não basta pensar o indivíduo como agente ético, mas é preciso adotar uma postura de vida pautada na Ética, viver eticamente tanto em nível individual como em nível social. Ser uma pessoa ética implica coerência não só nas ações, mas sobretudo na vida. A pesquisa apresenta o itinerário de Henrique Cláudio de Lima Vaz sobre a estrutura subjetiva da vida ética seguindo o movimento dialético do operar da Razão prática. O trabalho é organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo destaca a relação de Lima Vaz com a Ética filosófica e os três capítulos seguintes abordam a Estrutura subjetiva da vida ética, objeto da pesquisa, a partir do percurso do silogismo prático de Lima Vaz sobre a vida ética: universalidade, particularidade e singularidade.

A versão digital está disponível em http://bit.ly/1SmDafs

Esta e outras edições dos **Cadernos IHU** podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone 55 (51) 3590 8247.

PUBLICAÇÕES

O pacto das catacumbase a igreja dos pobres hoje!



Cadernos Teologia Pública, em sua 103ª edição, traz o artigo *O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje!*, de Emerson Sbardelotti Tavares, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

O texto apresenta a importância do "Pacto das Catacumbas: a Igreja Servidora e dos pobres", que é um documento redigido e assinado por 40 padres conciliares – Bispos latino-americanos e brasileiros – do Concílio Ecumênico Vaticano II, no dia 16 de novembro de 1965, pouco antes da conclusão do Concílio. Foi firmado após a Eucaristia na Catacumba de Santa Domitila, fora dos muros de Roma. Os autores comprometeram-se a levar uma vida de pobreza, rejeitar todos os símbolos ou os privilégios do poder e a colocar os pobres no centro do seu ministério pastoral. Comprometeram-se também com a colegialidade e com a corresponsabilidade da Igreja como Povo de Deus, e com a abertura ao mundo e a acolhida fraterna, inspirados pela ideia da Igreja dos Pobres de São João XXIII e pelo espírito profético de Dom Helder Camara. Este pacto influenciou a nascente Teologia da Libertação, pois foi fruto de uma intensa participação com o olhar e o coração no mundo dos pobres e na colegialidade. Os pobres se sentiram sujeitos e agentes de sua própria história, constituindo inclusive um novo jeito de ser Igreja a partir das pequenas comunidades eclesiais de base onde a centralidade da Palavra de Deus germinava fé e vida, concretizando na prática as propostas da Igreja Povo de Deus e da colegialidade.

A versão digital está disponível em http://bit.ly/1lMBQIr

Esta e outras edições dos **Cadernos Teologia Pública** podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone 55 (51) 3590 8247.

PUBLICAÇÕES

Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança

Cadernos IHU ideias, em sua 233ª edição, publica o artigo *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança*, de Elsa Cristine Bevian.

O capitalismo biocognitivo que estamos vivenciando afeta de forma significativa o mundo do trabalho, a saúde e a segurança dos trabalhadores. Relações de resistência são urgentes, pois os trabalhadores vivenciam situações contraditórias diante da pressão e do assédio moral que sofrem. O adoecimento físico e mental dos trabalhadores, vítimas das constantes reestruturações, precarização dos processos e relações nos ambientes de trabalho, geram preocupação, especialmente com o sofrimento causado. Este adoecimento é consequência da competição e concorrência mundial exacerbadas – todas as empresas querem produzir mais, lucrar mais, em menor tempo e com menor custo, exercendo pressão sobre os trabalhadores e as trabalhadoras para que produzam em ritmo alucinado, além dos seus limites físicos e mentais. É a mais-valia a qualquer custo, sem se importar com a dignidade dos trabalhadores. Esta condição humana de falta de liberdade afetou a construção da identidade social dos trabalhadores e, em termos históricos, alcança a potencialização da alienação no estágio atual do capitalismo. O fenômeno social do adoecimento dos trabalhadores aponta contradições e conflitos sociais, e, no caso das ciências humanas, que estão atentas a como os fatos se apresentam, por que e para que tornam-se questões interessantes para compreensão e explicação de fenômenos que se relacionam com os destinos dos trabalhadores na vida em coletividade.

A versão digital está disponível em http://bit.ly/21jDgKR

Esta e outras edições dos **Cadernos IHU ideias** podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone 55 (51) 3590 8247.

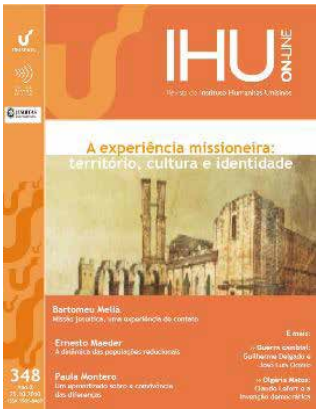
INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

ihu.unisinos.br

Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da IHU On-Line.

A experiencia missioneira: territorio, cultura e identidade

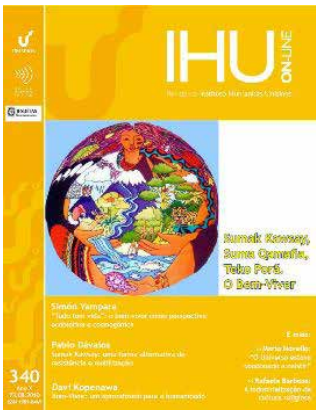


348 – Ano X – 25.10.2010

Disponível em http://bit.ly/1N65233

Em outubro de 2010 foi realizado o XII Simpósio Internacional IHU – A experiência missioneira: território, cultura e identidade, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em parceria com o PPG em História, da Unisinos. A edição de número 348 da revista IHU On-Line debate esta experiência, nos 400 anos da fundação das primeiras reduções da Província da Companhia de Jesus do Paraguai. A experiência dos Trinta Povos das Missões formou um país que durou muito mais do que muitas nações modernas (aproximadamente 160 anos, até a expulsão dos jesuítas, em 1768), e legaram ao território brasileiro sete desses povos. Contribuem no debate da experiência missioneira, Guillermo Wilde, Adone Agnolin, Bartomeu Melià, Thais Luiza Colaço, Paula Montero, Giovani José da Silva, Karl-Heinz Arenz, Alessandro Zir, Ernesto Maeder, Ana Lúcia Goelzer Meira, José Alves de Souza Jr., Fernando Torres Londoño e Martinho Lenz.

Sumak Kawsay, Suma Qamana, Teko Pora. O Bem-Viver



Edição 340 – Ano X – 23.08.2010

Disponível em http://bit.ly/1MRpPYX

Nos últimos anos, diversos países latino-americanos, como Equador e Bolívia, incorporaram, nas suas constituições, o conceito do bem-viver, que nas línguas dos povos originários soa como Sumak Kawsay (quíchua), Suma Qamaña (aimará), Teko Porã (guarani). Para alguns sociólogos e pesquisadores temos aí uma das grandes novidades no início do século XXI. A edição de número 340 da revista IHU On-Line, em parceria com escritório brasileiro da Fundação Ética Mundial no Brasil (veja o sítio em http://migre.me/16Mwe), busca compreender melhor a contribuição específica que trazem os povos originários para a crise civilizacional que vivemos. Participam desse debate Simón Yampara, Pablo Dávalos, Esperanza Martínez, Katu Arkonada, Tatiana Roa Avendaño, Davi Kopenawa e Quinto Regazzoni.

Em busca da terra sem males: os territórios indígenas

Edição 257 – Ano VIII – 05.05.2008

Disponível em http://bit.ly/1ShWsmo

Os conflitos e dilemas culturais das populações indígenas brasileiras são decorrentes de um problema primário: a terra, ou melhor, a falta dela. O tema de capa da edição número 257 da revista IHU On-Line se inspirou no drama vivido pelos habitantes da reserva indígena de Raposa Serra do Sol em Roraima. Contribuem para as discussões Antonio Brand, Paula Caleffi, Aloir Pacini, Egon Heck, Roberto Liebgott, Iara Bonin, Maucir Pauletti, Sydney Possuelo, Wellington Gomes Figueiredo, Pedro Ignácio Schmitz e Jairo Rogge.

Lançamento do Livro

A recepção do Concílio Vaticano II Volume I - Acesso à fonte

Coleção Theologia Pública 2015
Prof. Dr. Cristoph Theobald

Data: Quarta-feira, 09 de dezembro de 2015
Horário: 17 horas às 18 horas
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Saiba mais: ihu.unisinos.br

O livro estará disponível para compra no local do evento

Publicações

Migrantes por necessidade: O caso dos senegaleses no Norte do RS

Cadernos IHU ideias, em sua 232ª edição, publica o artigo ***Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do RS***, de Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro. A proposta do texto é abordar a situação dos senegaleses que vivem na cidade de Erechim/RS, feitos migrantes em função do trabalho. Isso tudo insere-se em um fenômeno migratório no contexto da globalização neoliberal, que traz dificuldades com relação ao trabalho, ao idioma, à distância da pátria-mãe e à inserção na sociedade local. Mais informações em ihu.unisinos.br/publicacoes.

IHU ideias

Prof. Dr. Bruno Lima Rocha

Data: 03 de dezembro de 2015
Horário: 17h30
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Saiba mais: ihu.unisinos.br/eventos

Prof. Dr. Bruno Lima Rocha
UNISINOS

Brasil 2015: um ano de crise política contínua e paralisia decisória